BRASILEIRO, BRANCO

A FRONTEIRA DA
BRANQUITUDE
NO PARANÁ

Benno Warken Alves

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

BENNO VICTOR WARKEN ALVES

BRASILEIRO, BRANCO: A FRONTEIRA DA BRANQUITUDE NO PARANÁ

Versão corrigida

**SÃO PAULO
2019**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

BENNO VICTOR WARKEN ALVES

BRASILEIRO, BRANCO: A FRONTEIRA DA BRANQUITUDE NO PARANÁ

Versão corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

SÃO PAULO
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A474b Alves, Benno Victor Warken
 Brasileiro, branco: a fronteira da branquitude no
Paraná / Benno Victor Warken Alves ; orientador
Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. – São Paulo, 2019.
196 f.

Tese (Doutorado)– Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Sociologia. Área de concentração:
Sociologia.

1. branquitude. 2. democracia racial. 3. Paraná.
4. raça. 5. grupos étnicos. I. Guimarães, Antonio
Sérgio Alfredo, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA TESE**Termo de Ciência e Concordância do Orientador****Nome do aluno: Benno Victor Warken Alves****Data da defesa: 12/08/2019****Nome do professor orientador: Antonio Sérgio Alfredo Guimarães**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 8 / 10 / 2019

Assinatura do orientador

AGRADECIMENTOS

Agradeço à universidade pública brasileira pela oportunidade de formação humana e profissional. E à Universidade de São Paulo, em particular, pela acolhida nessa cidade admirável.

Agradeço à FAPESP e à CAPES, pela concessão de bolsa aos projetos n° 2014/24976-0 e n° 2016/20471-6, que resultaram nesta tese. Devo ressaltar que as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP ou da CAPES.

Agradeço o apoio das instituições e pessoas que facilitaram a pesquisa em seus acervos. Arquivo Público do Paraná, Museu Paranaense, Biblioteca Pública do Paraná, Fundação Cultural de Curitiba (unidades Casa da Memória, Centro de Documentação e Pesquisa Guido Viaro e Centro de Criatividade de Curitiba) e Arquivo da Câmara Municipal de Curitiba.

Do mesmo modo, sou grato ao padre Lourenço Biernaski, por abrir as portas do Arquivo e Biblioteca dos Padres Vicentinos, em Curitiba, e a Meroslaw Krevey, por toda a atenção em Prudentópolis. Ao Museu do Milênio, à Gráfica Prudentópolis, à Sociedade Ucraniana do Brasil, ao Museu Ucraniano e à Sociedades dos Amigos da Cultura Ucraniana. Também sou grato a Ivan Araújo Lima e à União dos Gakusseis de Curitiba. A Luiza Naome Suguimati. E a Álvaro da Silva, da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio.

Devo um agradecimento especial ao tradutores. Mirna Voloschen, tradutora do ucraniano, recebeu-me em sua casa e prontificou-se a pesquisar documentos pertencentes a sua família. Luiz Henrique Budant, tradutor do polonês, ajudou-me a identificar novas fontes e a procurar pelo misterioso jornal dos poloneses progressistas de Curitiba.

Contei com a confiança e, ao chegar em Nova York, com a acolhida de Barbara Weinstein, que me convidou para acompanhar seu seminário na Universidade de Nova York e leu com interesse alguns dos primeiros textos desta tese. Nos Estados Unidos, também contei com a hospitalidade e a amizade de Glen Goodman, em Urbana-Champaign, e de Irene Rossetto Giaccherino e Marcelo Paixão, em Austin. Na Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, tive conversas estimulantes sobre os assuntos da tese com Marc Hertzman, Jerry Dávila e John Tofik Karam. Por fim, o seminário sobre W. E. B. DuBois do Institute for Critical Social Inquiry da New School, do qual tive oportunidade de participar em 2017, foi fonte de aprendizado e de percepções inestimáveis para este trabalho. Agradeço aos colegas de seminário e a Kwame Anthony Appiah.

Os comentários dos membros da banca de qualificação, Oswaldo Truzzi e Álvaro Comin, foram certeiros ao apontar deficiências e direções possíveis para a pesquisa. Aprecio sua paciência com um trabalho cujo rumo eu ainda estava procurando. Devo reconhecer, também, a contribuição de colegas que leram e comentaram partes desta tese

em diversas oportunidades, em seminários, congressos e reuniões. Sou grato aos colegas Matheus Gato de Jesus, Flavia Mateus Rios, Edilza Correia Sotero, Marina Chaves de Macedo Rego, Diego dos Santos Ferrari Lopez, Nicolau Gayão, Bruno Naomassa Hayashi, André Marega Pinhel e Gustavo Takeshy Taniguti. A Márcia Lima e ao grupo Raça, Desigualdade e Política, tão importante para a minha formação e para a de muitos colegas.

Agradeço aos amigos Lucas Amaral de Oliveira e Andrea Soledad Roca, que estiveram sempre ao meu lado durante o doutorado e souberam compreender até mesmo as escolhas mais difíceis. Agradeço também aos amigos que fiz nos Estados Unidos, Wiviany Mattozo de Araujo, Lousiana Carolina Ferreira de Meireles e Mo-Yain Tham.

Após quase oito anos de orientação, eu não saberia dizer o quanto sou grato a Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. Espero que o esforço para assimilar suas lições tenha sido uma boa forma de expressá-lo.

Sou grato a minha família.

A Isabela Suguimatsu, por ter participado de tudo, e à Rosa, que decidiu nascer na véspera.

RESUMO

ALVES, Benno Victor Warken. **Brasileiro, branco: a fronteira da branquitude no Paraná.** Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

No pós-guerra, enquanto a democracia racial consolidava-se como ideologia nacional, emergia no sul do Brasil uma ideologia alternativa, fundada na branquitude. Na tese, examino sua construção tomando por objeto as comemorações do Centenário do Paraná, em 1953. Em torno àqueles eventos, analiso a crise que obrigou representantes da classe dominante luso-brasileira a reformular as relações de sua região com a nação; as razões e os meios por que promoveram a transformação dos grupos imigrantes em “etnias formadoras” do Paraná, ao mesmo tempo em que marginalizavam os negros organizados e os indígenas; a performance desenvolvida pelos imigrantes, sobretudo poloneses, ucranianos, japoneses e alemães, para marcar suas posições como brasileiros étnicos; e o novo consenso sobre raça e região surgido da convergência de interesses entre luso-brasileiros e imigrantes. Argumento que, ao contrário da democracia racial, que se baseava num pacto político assimétrico entre brasileiros brancos e negros, resultando numa concepção mestiça de nação, o consenso sulista baseava-se num pacto entre luso-brasileiros e brasileiros étnicos, resultando na concepção de uma região branca em oposição à nação mestiça. Boa parte da força desse pacto decorreu do deslocamento da fronteira da branquitude de modo a englobar luso-brasileiros e brasileiros étnicos num novo tipo social de brancura incontestada, no qual os sulistas passaram a se reconhecer: o branco brasileiro, isto é, antes branco que brasileiro.

Palavras-chave: Branquitude; democracia racial; Paraná; raça; grupos étnicos

ABSTRACT

ALVES, Benno Victor Warken. **Brazilian, white: the boundary of whiteness in Paraná.** Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

In the postwar years, while racial democracy consolidated as a national ideology, an alternative ideology based on whiteness emerged in south Brazil. In this dissertation, I examine its construction during the state of Paraná centenary commemorations in 1953. Around those events, I analyze the crisis that forced members of the traditional dominant class, whites of Portuguese origins (Luso-Brazilians), to reshape the relationship between their region and the nation; the reasons and means by which they promoted the transformation of immigrant groups into Paraná's "constitutive ethnic groups", while at the same time they marginalized organized Blacks and Indigenous peoples; the ethnic performances prepared by the immigrants, especially Polish, Ukrainians, Japanese and Germans, to affirm their positions as ethnic Brazilians; and the new consensus on race and region established from the convergence of interests between Luso-Brazilians and immigrants. I argue that, as opposed to racial democracy, which was based on an asymmetrical political pact between white and black Brazilians and resulted in the idea of a mixed nation, the new southern consensus was based on a pact between white and ethnic Brazilians and resulted in the idea of a white region defined against the mixed nation. The strength of such pact came from the displacement of the boundary of whiteness so as to encompass Luso-Brazilians and ethnic Brazilians in a new social type of uncontested whiteness, with which southerners began to identify: the Brazilian white, more white than Brazilian.

Keywords: Whiteness; racial democracy; Paraná, Brazil; race; ethnic groups

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Expansão do “Povoamento” do Território Paranaense até 1950	13
Figura 2 – A “Invasão” de Paulistas e Gaúchos Numa Ilustração de 1951	15
Figura 3 – Nascidos no Exterior Sobre o Total da População do Município, 1940	24
Figura 4 – Nascidos na Alemanha, em Outros Países (Sobretudo Poloneses e Ucrânicos) e no Japão Sobre o Total da População do Município, 1940	27
Figura 5 – O Centro Cívico do Plano Agache	40
Figura 6 – Detalhe da Maquete do Centro Cívico em L’Architecture d’Aujourd’hui	46
Figura 7 – A Proposta Híbrida para o “Monumento do Centenário do Paraná”	51
Figura 8 – A Maquete de Cozzo	54
Figura 9 – O Modelo de Argila, “Branco”	56
Figura 10 – Erbo Stenzel, Torso de Trabalhador, 1941	57
Figura 11 – Fotografia do Homem Nu com Desenho à Caneta de Stenzel	60
Figura 12 – Stenzel, a Estátua e Cozzo	64
Figura 13 – Menino Negro Segurando uma Faixa no Desfile do Dia 19 de Dezembro	117
Figura 14 – Capa do Calendário d’O Povo, 1954	125
Figura 15 – O Sertanejo e o Colono no Álbum Paraná, Brasil	127

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. CLASSES, RAÇAS E ETNIAS NO PARANÁ DO CENTENÁRIO	9
1.1. Classe Dominante Tradicional	9
1.2. Negros	16
1.3. Imigrantes	20
2. PERIFERIA BRANCA DE UM BRASIL MODERNO	28
2.1. Curitiba em Obras	30
2.2. A Modernização da Oligarquia	35
2.3. O Único Jeito de Ser Moderno Era Ser Brasileiro	42
2.4. Domesticando os Modernos	46
2.5. A Cor do Homem Nu	51
2.6. “O Monstro no Tribunal Popular”	62
3. EM NOME DAS COLÔNIAS: ESTADO E FORMAÇÃO ÉTNICA	68
3.1. A Comissão de Comemorações	73
3.2. A Construção Política das “Etnias Formadoras”	78
3.3. Em Nome de Toda a Colônia	87
3.4. Invisibilizando os Negros e os Indígenas	93
4. CENTENÁRIO DAS ETNIAS	104
4.1. Cooperação Material e Espiritual	105
4.2. Performance Étnica	112
4.3. Loiros Trigais	120
4.4. Colonizando a Biblioteca Pública	129
5. UM BRASIL BRANCO	136
5.1. “O Negro do Paraná é o Polaco”	138
5.2. Um Cadinho de Brancos	144
5.3. Passado Morto	153
5.4. Mãe Loira	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS	176

INTRODUÇÃO

A ideia de democracia racial marcou profundamente os anos do pós-guerra, no Brasil. Fora enunciada, é verdade, ainda antes de 1945 (Guimarães, 2002, p. 138) e possuía longínquas raízes, tanto eruditas quanto populares, que recuavam pelo menos até o movimento abolicionista (Guimarães, 2012, p. 30). Mas foi durante a Segunda República, quando as transformações políticas acarretadas pela Revolução de 1930 e as transformações econômicas resultantes da Segunda Guerra Mundial desembocaram num regime democrático, que a democracia racial estabeleceu-se como novo “consenso” sobre a formação nacional e a integração das massas “de cor” (Guimarães, 2002, p. 145). Os termos mínimos desse consenso relacionavam-se à recente “desmoralização da ideia de raça” no Ocidente, que se converteu, conforme os brasileiros assimilaram-na ao senso comum, numa “arma poderosa de incorporação dos mestiços —mulatos, pardos, principalmente morenos— aos espaços econômico, simbólico e ideológico da nação” (ibidem). Em contraste com os Estados Unidos, freqüentemente lembrados como o oposto do Brasil nesse aspecto devido às leis de segregação racial, a democracia racial erigiu-se em “potente ideologia nacional” (Guimarães, 2004, p. 280), capaz de proporcionar um sentimento de superioridade moral diante das demais nações. A democracia racial reuniu intelectuais negros e o “establishment cultural da Segunda República” (Guimarães, 2002, p. 147). Havia diferenças, por vezes acentuadas, entre os significados que lhe atribuíam os grupos e agentes. Os negros, ao mirar a “utopia de uma Segunda Abolição”, criticavam o “exotismo negro que seria cultivado pelas ciências sociais” e criticavam os “intelectuais ‘brancos’ que negavam a existência do preconceito racial” (ibidem). Entretanto, aponta Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, a prevalência daquele consenso mínimo asseguraria que a democracia racial no pós-guerra pudesse sustentar-se como “pacto” amplamente aceito.

Seu aspecto consensual, contudo, não a impediu de servir como “retórica de uma coalizão progressista e antirracista, que estendera o significado mais restrito e conservador da ‘democracia étnica’ de Gilberto Freyre [...] para transformá-lo em palavra de ordem de uma inserção igualitária, em termos materiais, políticos e culturais” (Guimarães, 2003, p. 266). Alberto Guerreiro Ramos foi um dos intelectuais negros que mobilizaram a democracia racial exatamente desse modo. Seus escritos dos anos 1950, marcados pelo esforço de converter o ideal da democracia racial em realidade, manifestam de modo exemplar sua complexidade, como ideia, e sua instabilidade, como pacto político. Do ponto de vista intelectual, havia uma tensão entre afirmar a negritude, de um lado, e, de outro, participar de um projeto de formação nacional fundamentado na concepção de povo mestiço, quanto à “raça”, e híbrido, quanto à cultura. Já se argumentou que Guerreiro Ramos compatibilizava esses pólos por meio de uma atitude que via na afirmação do particular um meio para se chegar ao universal (Barbosa, 2006, p. 223; Campos, 2015, p. 106). E isso valia tanto para a

raça, relativamente à nação, quanto para a nação, relativamente à humanidade. Nos dois casos, o pleno desenvolvimento de determinada “personalidade cultural” (Barbosa, 2006, p. 223) —raça ou nação— enriqueceria o conjunto abrangente, numa operação semelhante à conciliação de raça, nacionalismo e cosmopolitismo buscada, desde o final do século XIX, pelo sociólogo negro W. E. B. Du Bois (Appiah, 2014, p. 92). Do ponto de vista político, um dos pilares do pacto era a confluência tática dos líderes negros com intelectuais como Gilberto Freyre, que defendiam “a postura agressiva de antirracismo e de afirmação de um Brasil mestiço” (Guimarães, 2002, p. 91). A confluência era tática porque ocorria “quando, e apenas quando, tal visão de Brasil colidia com aquela, nutrida por escritores e intelectuais de São Paulo, do Brasil como um país branco, e a democracia racial como fruto de um *ethos* cordial, não necessariamente miscigenado” (idem). O pacto de tonalidade nacional mantinha-se coeso, apesar das complexidades e discordâncias, na medida em que seus apoiadores opunham-se, em bloco, à narrativa branca enraizada numa região industrial ascendente.

Guerreiro Ramos percebeu que o equilíbrio desse pacto era ameaçado por uma fissura em seu interior. Numa série de textos da primeira metade dos anos 1950 (Guerreiro Ramos, 1957a; Guerreiro Ramos, 1957b), criticou os escritores e cientistas sociais envolvidos no chamado Projeto UNESCO e no Primeiro Congresso do Negro Brasileiro (1950) (Maio, 1997). Apontou a “inautenticidade” daqueles brasileiros “claros” (muitos deles, mestiços) que, por meio da construção pseudo-científica de um “problema do negro”, reforçavam a precária fronteira racial que os apartava do povo. Afinal, “que se supõe devesse ser a sociedade nacional em que o dito problema estivesse erradicado?” (Guerreiro Ramos, 1957a, p. 148). O empenho em construir um “problema do negro” denunciava a sobrevivência de duas tendências perversas, mesmo entre aqueles que poderiam ser considerados aliados. Sobreviviam o ideal do branqueamento da nação, muito influente no recente período entre-guerras (Skidmore, 2012, p. 277), e o embranquecimento sistemático dos brasileiros talentosos de traços mais “claros” (Guimarães, 2004, p. 271).

Ao assumir o ponto de vista do branco, aqueles cientistas sociais *instituíam* um “ponto de vista do branco”, que passava a ser o ponto de vista universal ou científico, e, ao mesmo tempo, branqueavam-se, individualmente. O principal, todavia, era que a sobrevivência da branquidade em sua dupla manifestação —branqueamento e embranquecimento— tinha uma grave consequência política. Ao manter a clivagem entre brancos e não-brancos, impedia que a democracia racial evoluísse de pacto precário para autêntica ideologia nacional. Esse aspecto ganharia ainda mais peso ao longo da década, conforme Guerreiro Ramos se envolvesse com intelectuais nacionalistas e com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Se, como ele defendeu, o “negro é povo, no Brasil, [...] é um parâmetro da realidade nacional” (Guerreiro Ramos, 1957a, p. 157), então qual o interesse em preservar a fronteira entre povo negro e elite branca? Enquanto os brasileiros “claros” demarcassem sua branquidade, diferenciando-se dos brasileiros mestiços e negros,

as bases do pacto da democracia racial permaneceriam frágeis demais. Sua crítica, até aqui, dirigia-se àqueles situados no interior do pacto.

Todavia, parte importante da elite do país rechaçava o consenso mínimo calcado na incorporação dos mestiços à nação. Guerreiro Ramos (1957b, p. 180-181) havia apelado especialmente para “as minorias ‘brancas’” do Norte e do Nordeste, cuja inautenticidade consistiria numa espécie de passar por branco, o *passing* dos americanos. Deixou de fora o Sul, que incluía São Paulo¹, possivelmente por considerar que o argumento de inautenticidade não lhe seria igualmente válido. Ao contrário das “minorias ‘brancas’” do Norte e do Nordeste, os paulistas não estavam tão preocupados em construir o difícil equilíbrio entre afirmar a mestiçagem e preservar sua branquitude. Em primeiro lugar porque dificilmente os brancos de São Paulo percebiam a si mesmos como minoria. Pelo contrário, a guerra paulista de 1932, como mostrou Barbara Weinstein (2015, p. 92), ensejou a construção de uma identidade branca, viril, ordeira e laboriosa, que dependia igualmente de construir uma representação oposta do Brasil e dos demais brasileiros —sobretudo do Norte e do Nordeste— como racialmente degenerados, bárbaros e indolentes. Essa clivagem foi efetiva para mobilizar boa parte da sociedade paulista em 1932. O “nós” branco construído pelos paulistas limitava-se a São Paulo e não era reivindicado como se fosse uma síntese do Brasil. Relacionava-se com a nação como parte dominante, desenvolvida e branca. Era em contraposição a essa vertente que Guerreiro Ramos e outros cerravam fileiras com Gilberto Freyre e os brancos do Norte e do Nordeste, quando necessário (Guimarães, 1999, p. 87).

A imagem profundamente racializada de São Paulo deixou de funcionar tão bem no pós-guerra. A migração de nordestinos para a grande capital industrial em que São Paulo se converteu levou ao surgimento de lugares como São Miguel Paulista, visto desde meados dos anos 1940 como um bairro essencialmente nordestino, uma “nova Bahia” (Fontes, 2016, p. 59) em São Paulo. É apenas uma ilustração extrema de como a migração de nortistas e nordestinos estava transformando uma região definida, pouco mais de uma década antes, em oposição ao Norte e ao Nordeste. Tais transformações contribuíam para pôr em causa o “imaginário da gente do sul, acostumada a se pensar a partir do afluxo de novos imigrantes europeus, do progresso e do embranquecimento” (Guimarães, 2002, p. 133). Em consequência, já no início dos anos 1950, percebia-se que a linguagem mais apropriada para celebrar São Paulo deveria “adaptar-se aos contornos mais irregulares da sociedade

¹ Na primeira divisão regional do território brasileiro elaborada pelo IBGE, em 1940, a região Sul (uma das cinco regiões, ao lado de Norte, Nordeste, Este e Centro) era composta pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 1945, com algumas modificações territoriais oficializadas, o território nacional passou a ter sete regiões: Norte, Nordeste Ocidental, Nordeste Oriental, Centro-Oeste, Leste Setentrional, Leste Meridional e Sul —esta última já sem incorporar o estado do Rio de Janeiro. Em 1960, uma nova alteração restabeleceu as cinco grandes regiões, agora denominadas Norte, Nordeste, Leste, Centro-Oeste e Sul. O estado de São Paulo apenas deixou de fazer parte da região Sul na década de 1970, quando passou a incorporar a região Sudeste, restando os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (IBGE, 2018).

paulista do pós-guerra” (Weinstein, 2015, p. 222). Então, a região passou a ser associada, com mais frequência, a ideias como modernidade, produtividade e sofisticação (idem, p. 231). As referências à branquitude não desapareceram, mas se tornaram menos diretas, articulando-se com outras formas, mais aceitáveis no Brasil do pós-guerra, de expressar as diferenças. Apesar dessas mudanças importantes, ao deixar os paulistas de fora de seu inquérito sobre os brasileiros brancos —e os paulistas eram possivelmente os mais visíveis e ruidosos entre eles—, Guerreiro Ramos demonstrava perceber que o projeto paulista para a nação passava ao largo do pacto da democracia racial.

E mais ao sul? Quero argumentar, nesta tese, que exatamente naquele momento selava-se, mais ao sul, um pacto ao avesso da democracia racial. No Sul, a elite luso-brasileira “branca” pendeu para o lado oposto. Ao invés de consentir com a incorporação dos não-brancos, marginalizou-os. Ao mesmo tempo, promoveu a formação dos imigrantes e seus descendentes em bases étnicas. No interior do processo de formação étnica, desenvolveu-se uma linguagem da diferença que, por não ser racial, mas cultural, podia acomodar-se mais ou menos bem ao consenso não-racialista do pós-guerra. Para os brasileiros (antigos e novos), esse tipo de etnicidade tornou-se fundamentalmente marca de “origem” estrangeira que, traduzida em termos do sistema de classificação racial por “cor” (Guimarães, 2002, p. 105; p. 127), funcionava como índice de branquitude e posição social superior. Se, para a “minoridade ‘branca’” do Norte e do Nordeste, selar o pacto da democracia racial significava abrir mão de sua branquitude e escurecer —e por isso teriam hesitado—, para os luso-brasileiros “brancos” do Sul, pactuar com os imigrantes significava clarear-se: ao mesmo tempo branquear sua região e embranquecer individualmente. O pacto dos brasileiros brancos do Sul com os imigrantes pavimentou o projeto nacional alternativo que, antes, havia sido trilhado pelos paulistas, quando São Paulo era Sul. Contudo, com a diferença fundamental de que, permanecendo o Sul uma periferia semi-industrializada, marginal em relação ao Sudeste e, em especial, a São Paulo, seu projeto não reivindicaria nem a síntese nem o comando da nação —não reivindicaria dar a tônica da narrativa nacional. O Sul seria uma espécie de bastião dos brancos, sempre um pouco estrangeiro, livre da imoralidade, da malandragem e da corrupção que permaneceram associados à brasilidade. A reboque da posição ambígua de São Paulo, esse novo arranjo no Sul ajudava a consolidar, no pós-guerra, uma bifurcação de projetos nacionais racializados, cheia de consequências até a atualidade.

Inspirado na estratégia de pesquisa de Barbara Weinstein em *The color of modernity* (2015), investiguei o modo como se articularam as representações de raça e região produzidas em torno a um grande evento cívico. Mas, a exemplo de seu livro, esta não é uma pesquisa sobre o evento. Antes, usa-o como ponto de partida para compreender os processos históricos implicados no argumento acima. O Centenário do Paraná, em dezembro de 1953, comemorava a independência em relação à província de São Paulo, da qual fizera parte até 1853. O Paraná desenvolveu-se timidamente por um longo período, até

por volta do entre-guerras, quando terras ao norte até então consideradas “sertão” começaram a ser cultivadas, plantando-se finalmente café. Muitos paulistas, mineiros, nordestinos e japoneses —imigrantes ou residentes em São Paulo— acorreram àquelas terras. A incorporação de vastas áreas à economia mercantil acelerou-se com a exploração madeireira, a migração de gaúchos e catarinenses para o sudoeste do estado e a atuação de companhias de colonização. O movimento de expansão da área incorporada aos mercados, potencializado pela aplicação de capitais, inclusive estrangeiros, constituiu uma “frente pioneira” que frequentemente avançava sobre áreas já ocupadas por pequenos lavradores e grupos indígenas (Bernardes, 1953). As comemorações do centenário ocorreram em pleno auge desse processo, levando as elites a uma “euforia ufanista” (Magalhães Filho, 2011, p. 93). Teria vida curta, é verdade, pois uma geada violenta atingiu a área cafeeira no inverno de 1955, com grandes prejuízos. Somando-se a outros fatores (idem, p. 94-95), o desastre contribuiu para expor as limitações do modelo de desenvolvimento primário-exportador exaltado em 1953. Às vésperas do centenário, contudo, as cifras inéditas arrecadadas pelo governo estadual pareciam justificar tal euforia. Nesse contexto, a fração da classe dominante herdeira da oligarquia da Primeira República venceu a eleição estadual de 1950 e conquistou o direito de conduzir as comemorações, em 1953. Esse círculo, regionalista e especialmente culto, coordenaria a intensa produção simbólica e a mobilização coletiva, nas mais diversas esferas, que analiso na tese.

Um dos modos mais interessantes de abordar esse tipo de evento é “como um momento que ajudou a moldar e solidificar identidades” (Weinstein, 2015, p. 127). De fato, as comemorações instaram diversos grupos e agentes a enunciar suas identidades, negociá-las e empregá-las para a mobilização coletiva. Isso ocorreu tanto do lado das elites que dirigiam o processo ou sentiam-se autorizadas a tentar influenciá-lo, quanto do lado dos grupos vistos pela classe dominante luso-brasileira como seus “outros”, sobretudo os vários grupos imigrantes e os negros. Muito do esforço analítico da tese tem o objetivo de compreender o sentido e os efeitos dessas iniciativas de formação de grupos em relação ao pacto que solidificou a branquitude sulista. Assumo que a raça, no Brasil do pós-guerra, era uma dimensão essencial das hierarquias sociais e, desse modo, inescapável —embora muitas vezes se manifestasse combinada a outros tipos de discursos e, por vezes, oculta sob eles. E na medida em que se traduziam, de uma forma ou de outra, na dimensão racial, devo assumir também que as dinâmicas de formação de grupos tais como etnias tinham necessariamente sentido político, quando menos devido a suas implicações em termos de raça. Como veremos, era evidente o sentido racial e político da ação de autoridades estatais, que se consideravam parte da elite luso-brasileira branca, quando excluíram sumariamente os negros das comemorações ao mesmo tempo em que se esforçavam para envolver as “etnias” imigrantes. Assim como espero que fiquem evidentes os sentidos raciais e políticos da proximidade dos negros organizados de Curitiba com o trabalhismo e o getulismo —na oposição ao governo estadual durante o centenário— bem como os sentidos

da atuação dos principais líderes imigrantes, todos vinculados a partidos conservadores, em seus esforços para mobilizar as colônias imigrantes e encaixá-las nos moldes desejados pelas autoridades, transformando-as em “etnias formadoras do Paraná”.

Adoto uma perspectiva explicitamente não-essencialista sobre os grupos sociais. Em minha análise, classes, raças e etnias definem-se ao longo de processos históricos e não são nada além do resultado desses processos. Tenho claro, só para garantir, que língua, hábitos e uma experiência migratória comum, por exemplo, são elementos importantes para definir grupos étnicos, mas prefiro não os definir em função de uma *checklist* de traços, até porque seus significados no interior de uma sociedade abrangente e complexa são altamente variáveis. Dentro dessa perspectiva, acomodo dois ângulos, talvez incompatíveis, no limite, mas capazes de captar aspectos diferentes dos processos. O primeiro é o ângulo da formação, mais especificamente tal como conceituado por Michael Omi e Howard Winant (1986), em termos de formação racial. Utilizo formação —ora étnica, ora racial— para destacar a condensação de experiências a partir de uma situação compartilhada. Formam-se grupos num sentido mais forte, cujos vínculos poderiam ser associados à constituição do *habitus* ou das disposições. A mobilização das colônias imigrantes para produzir uma performance étnica nas comemorações do centenário certamente produziu um acúmulo de experiências que contribuiu para sua formação étnica, nesse sentido forte. O outro ângulo é o da definição de fronteiras sociais, cujas raízes podem ser traçadas até Max Weber e seu texto sobre relações comunitárias étnicas (Weber, 1999, p. 267-277), mas aqui limito-me às balizas da definição relacional normalmente referida a Fredrik Barth (1969). Trata-se de uma concepção menos robusta dos grupos sociais, baseada na demarcação simbólica de fronteiras. Como em toda fronteira, as fronteiras sociais de um grupo são demarcadas sempre em relação a outros grupos, nunca de modo absoluto. Essa perspectiva é produtiva para analisar a demarcação ou o deslocamento de fronteiras amplas, como aquela a definir quem são os “brancos” em determinada situação; fronteira que, ademais, pode englobar sub-grupos que não compartilham experiências formativas em sentido mais forte.

Ainda do ângulo das fronteiras, inspirei-me no esquema processual de construção de fronteiras sugerido por Andreas Wimmer (2013, p. 109). Trata-se de um modelo para analisar a interação estratégica de agentes que buscam preservar, alargar, diluir etc. determinadas fronteiras. Wimmer dá-lhe um sentido muito estrito, difícil de aproveitar para a análise histórica, então resolvi adaptar algumas de suas linhas gerais para organizar a análise. Parti da ideia mais fundamental, de que se pode distinguir analiticamente um ciclo de interações estratégicas: há um consenso inicial a respeito das fronteiras sociais (localização, saliência e grau de fechamento), intimamente relacionado às relações de poder entre os grupos; organizados em atores coletivos, eles adotam estratégias para preservar ou transformar as fronteiras, as quais se combinam com fatores externos, tais como novas instituições ou recursos; os atores, então, engajam-se em interações estratégicas

(negociações) cujos resultados determinam as características do consenso sobre as fronteiras sociais e as relações de poder no novo estágio.

No primeiro capítulo, baseio-me na literatura para construir um quadro histórico morfológico do Paraná da época das comemorações do centenário, com ênfase nos grupos cuja atuação moldou o pacto sulista da branquitude: classe dominante de origem luso-brasileira, negros e os diversos grupos imigrantes. O pressuposto é que os processos econômicos, políticos e demográficos relacionados à formação dos grupos —as classes, raças e etnias— são relevantes para compreender as relações de poder e o sentido investido nas interações analisadas ao longo da tese. O segundo capítulo explora a construção de um monumento dedicado ao centenário, em busca de indícios da crise enfrentada pela classe dominante luso-brasileira para construir uma nova narrativa sobre sua região. Diante da hegemonia da democracia racial, era difícil comemorar o Paraná como prodígio de um Brasil moderno sem abrir mão da branquitude dos paranaenses. O terceiro capítulo segue a atuação da Comissão de Comemorações e o modo como aquele órgão estatal estimulou a formação dos sujeitos que ofereceriam uma resposta “branca” ao impasse do capítulo anterior, os imigrantes, enquanto bloqueava a formação de quem poderia oferecer-lhe resistência ou causar dissonâncias, os negros organizados. No quarto capítulo, investigo a construção de uma linguagem “étnica” pelos imigrantes, atento à acomodação dessa linguagem ao consenso antirracista da época. Argumento que as autoridades luso-brasileiras foram surpreendidas por sua performance, que de forma inesperada assentou a base para uma nova narrativa regional. O quinto e último capítulo analisa a reorganização do consenso em torno a uma “branquitude pacífica” —conforme escreveu uma daquelas autoridades— capaz de incluir luso-brasileiros e pessoas de “origem” imigrante. Parto dos debates sobre raça e identidade paranaense publicados em livros e na imprensa da época e mostro como se consolidava uma forma de identidade sulista baseada num *melting pot* exclusivamente branco. Uma branquitude distinta daquela criticada por Guerreiro Ramos, pois esse novo branco brasileiro seria antes branco que brasileiro.

O período abrangido pela pesquisa estende-se dos preparativos para o centenário, iniciados nos primeiros meses de 1951, até alguns de seus desdobramentos imediatos, como a inauguração de monumentos e obras atrasadas ou a publicação e a repercussão de livros relacionados às comemorações, não passando, em geral, de 1955. A coleta de fontes foi um desafio. A maioria dos trabalhos sobre o Centenário do Paraná baseia-se em fontes publicadas e é marcada, portanto, pelo ponto de vista oficial ou dos agentes vinculados à elite luso-brasileira. Poucos, e nenhum deles dedicado especificamente ao centenário, exploram perspectivas diferentes. Pode-se mencionar um trabalho com foco nos artistas de origem imigrante, em especial o escultor Erbo Stenzel, contratado para realizar um dos principais monumentos (Camargo, 2005; Camargo, 2007), e outro sobre uma organização de estudantes de origem japonesa sediada em Curitiba, que se tornou interlocutora do

governo perante a “colônia” japonesa (Lima, 2015). O Arquivo Público do Estado do Paraná possui uma coleção de documentos das comissões do governo estadual, alguns dos quais utilizei, seguindo, em parte, as indicações de uma tese que já os havia explorado com outra finalidade (Marchette, 2013). Boa parte do trabalho relacionado às fontes foi o de localizar documentos sobre a participação dos grupos convocados (no caso dos imigrantes) ou não (no caso dos negros) pela comissão estadual. Construí um acervo pouco a pouco, a partir de documentos encontrados em paróquias, associações, clubes, antigas gráficas e coleções particulares, contando com a boa-vontade de muitas pessoas. Os jornais em polonês e ucraniano publicados em Curitiba e no interior também se mostraram fontes ricas, pois o centenário envolveu de forma particularmente intensa esses dois grupos. Não consegui consultar, se é que existem, os documentos do chefe da comissão estadual, Newton Carneiro. Esse método explica porque alguns grupos aparecem mais, ao longo da análise, enquanto outros, como os italianos, mal aparecem: não consegui encontrar indicações mais específicas de seu papel nas comemorações. É preciso explicitar, ainda, outra fragilidade. Boa parte das fontes referentes aos poloneses e aos ucranianos, sobretudo os jornais, foram escritas em idiomas que não domino. Conteí, portanto, com o apoio imprescindível de tradutores profissionais para localizar e traduzir os artigos de interesse.

À parte limitações como essas, acredito ter reunido evidências suficientes para propor como problema sociológico a emergência do branco brasileiro no Sul do pós-guerra e relacionar esse problema à questão recorrente da formação nacional brasileira. A branquitude sulista rachou o projeto nacional que se consolidava naquele período e cristalizou uma identidade contrastiva, enraizada no regionalismo e no racismo, que Guerreiro Ramos não hesitaria em qualificar de “inautêntica” e “anti-nacional”. Cabe ao leitor avaliar como essa cisão tem sido explorada politicamente, desde então, para impedir o inevitável desenvolvimento do Brasil em uma nação autônoma, próspera, fraterna e democrática.

1. CLASSES, RAÇAS E ETNIAS NO PARANÁ DO CENTENÁRIO

A fim de compreender a ação dos grupos que moldaram o pacto sulista da branquidade nas situações específicas analisadas nos capítulos seguintes, é importante, antes, construir um quadro histórico de sua formação. O objetivo deste capítulo é, portanto, introduzir algumas balizas objetivas tais como as condições do estabelecimento desses grupos no Paraná, suas dimensões, distribuição geográfica e situações de classe. O quadro confunde-se com certas linhas gerais da história do Paraná, mas não é uma simples reconstrução sumária dessa história. Busco, a partir dela, mostrar as dimensões essenciais que compunham as relações assimétricas entre certa fração da classe dominante tradicional, imigrantes e negros às voltas do centenário. Tomarei como referência o espaço físico e simbólico da região, o que justifica a utilização de diversos mapas e as constantes referências geográficas.

1.1. Classe Dominante Tradicional

Embora o centenário possa ser considerado um marco de transformações econômicas, sociais e políticas que elevaram a posição do Paraná entre os estados brasileiros, e, como veremos nos próximos capítulos, colocaram-no diante do desafio de criar um lugar para si no Brasil moderno, o grupo que detinha o poder político e que concebeu, organizou e realizou as comemorações representava, como nenhum outro, a classe dominante tradicional paranaense. Um grupo unido por laços de ancestralidade e relações familiares, cujas raízes, em alguns casos, podiam ser traçadas aos primeiros proprietários de origem portuguesa residentes nas localidades mais antigas do território paranaense, como Paranaguá, no litoral, e Curitiba, no planalto, ambas fundadas no século XVII (Oliveira, 2001, p. 5). Tratava-se, assim, de uma típica oligarquia luso-brasileira de origem colonial que se reproduziu historicamente por sua capacidade de construir ligações íntimas entre os negócios, a política e as instituições estatais (Oliveira, 2012) e cujo poder apenas começava a ser desafiado no pós-guerra, devido à transformação da base econômica do estado e ao estabelecimento da democracia de massas. Conforme ficará evidente ao longo da tese, quando analisarmos diversos eventos relacionados ao centenário, o pertencimento a esse grupo era marcado pelo *entitlement*, por um senso de “direito” histórico, como os paranaenses —e, portanto, os brasileiros— mais legítimos, pois descendentes dos primitivos conquistadores europeus da terra. Esse sentido de pertencimento de grupo e de posição social é essencial para compreendermos sua condução das comemorações, bem como suas concepções a respeito dos demais grupos, tais como imigrantes, negros e indígenas, e suas interações com eles.

Um conhecido jornalista atuante no Paraná à época do centenário, Samuel Guimarães da Costa, notou, anos mais tarde,

uma curiosa coincidência de significado histórico: no ano do centenário (1953) três bisnetos do patriarca Caetano José Munhoz ocupavam a chefia dos três poderes —Munhoz da Rocha Neto à frente do Executivo, Laertes Munhoz na presidência da Assembleia Legislativa e José Munhoz de Melo como chefe do Poder Judiciário—, valendo lembrar que o citado Caetano José Munhoz participara há cem anos passados das solenidades de posse do primeiro governador da província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, por sinal homenageando e recepcionado em sua residência (Costa *apud* Oliveira, 2001, p. 6).

Longe de ser apenas “curiosa coincidência”, os vínculos a unir alguns dos principais eventos históricos do Paraná em seu primeiro século de história política independente, por intermédio de membros da mesma família, indicavam de modo exemplar o peso do que Ricardo Costa de Oliveira chamou “famílias históricas” paranaenses. Sua relevância na política local fora tamanha desde o período colonial que poderia, para o autor, igualar-se à relevância atribuída por Oliveira Vianna aos clãs e por Gilberto Freyre às famílias patriarcais, em outras regiões do Brasil, enquanto núcleos a partir dos quais se formaram os grupos dominantes (Oliveira, 2001, p. 17; p. 25). Mas se, devido à lógica familiar de sua formação e reprodução histórica, esse grupo dominante paranaense assemelhava-se a outras oligarquias luso-brasileiras, sua expressão econômica só poderia corresponder às atividades próprias da evolução da estrutura socioeconômica local.

À época da emancipação da província, pode-se já observar a diferenciação das duas frações de classe que dominarão a política pelo menos até as vésperas da Revolução de 1930, quando a “maior parte da elite política paranaense [...] nada mais seria do que netos e bisnetos da elite política de meados do século XIX” (idem, p. 5). A própria conquista da emancipação relaciona-se com a ascensão dessas frações de classe. Há, em linhas gerais, duas perspectivas complementares sobre o evento. Enquanto certa perspectiva mais apologética enfatiza a propaganda separatista e as negociações com as autoridades imperiais (Balhana; Machado; Westphalen, 1969, p. 107), a perspectiva de classes enfatiza a crescente influência dos fazendeiros e comerciantes ligados ao tropeirismo (Magalhães Filho, 2011, p. 106). Os negócios de animais —criação e invernagem, isto é, engorda de animais provenientes do Sul a caminho das feiras de São Paulo—, tiveram impulso com a exploração mineral, nas Minas Gerais, no final do século XVIII. Estimularam a instalação de fazendas nos campos do planalto de Curitiba e nos arredores da cidade de Ponta Grossa até a borda da mata, a oeste. Mais tarde, no início do século XIX, levaram às expedições militares que expulsariam os indígenas dos campos naturais de Guarapuava, mais a oeste, e Palmas, a sudoeste (Balhana; Machado; Westphalen, 1969, p. 83) (ver a localização dos campos naturais utilizados para criação na Figura 1). Apenas em meados do século XIX, devido às plantações de café do Vale do Paraíba, cresceria novamente a demanda por animais, levando os negócios dos fazendeiros paranaenses ao auge na década de 1860

(Magalhães Filho, 2011, p. 105). Essa fração rural, fortalecida às vésperas da emancipação, dominaria a política da nova Província (idem, p. 106; Pereira, 1996, p. 21).

Mas se encontravam também em ascensão os negociantes de erva-mate, baseados no litoral e em Curitiba, cujo produto, direcionado à exportação para os países platinos, submetia-se a outros fatores econômicos. Na década de 1830, teve início o aprimoramento da técnica de processamento, com a instalação no litoral paranaense de comerciantes da região do Rio da Prata (Pereira, 1996, p. 49), e, na de 1850, de maquinário a vapor (idem, p. 53). A vinculação ao comércio internacional, a negócios de importação e exportação, o emprego de muitos trabalhadores “livres” e a natureza industrial dos empreendimentos mais avançados levaram à conformação de uma fração que pode ser qualificada como burguesa (Magalhães Filho, 2011, p. 108; Oliveira, 2001, p. 67; Pereira, 1996, p. 20). Nas décadas seguintes à emancipação, reunidos respectivamente no Partido Liberal e no Partido Conservador,

os proprietários de terras e comerciantes de animais, dos Campos Gerais, e os comerciantes e exportadores de erva-mate, do litoral e de Curitiba [...] desempenhariam o papel de agentes da evolução da economia do Paraná e da formação e configuração de sua estrutura social, até os anos [19]40 (Magalhães Filho, 2011, p. 109-110).

A oligarquia campeira perdeu o domínio político para a ervateira após a consolidação da República, em meados da década de 1890. Mais próxima dos republicanos históricos, a burguesia do mate em ascensão passou a alternar-se com eles no poder estadual até 1912 e, daí até 1930, assumiu ela mesma o poder (idem, p. 112). Contudo, a influência da oligarquia campeira não decaiu de todo. Ao longo da segunda metade do século XIX, sua força política se manifestaria, por exemplo, na Câmara Municipal de Curitiba, pela regulamentação do negócio do mate, cujo caráter mercantil e exportador era visto como fator de desagregação moral e como ameaça “ao ordenamento sociopolítico da região” (Pereira, 1996, p. 25-27). Dentre os proprietários rurais dos Campos Gerais e seus herdeiros originou-se, ainda, boa parte da camada instruída que assumiria os cargos políticos e burocráticos da província (idem, p. 61). A Revolução de 1930 interromperia a predominância da burguesia ervateira. Seus representantes seriam afastados do poder por terem apoiado “incondicionalmente” o candidato à presidência da República Júlio Prestes (Magalhães Filho, 2011, p. 115), enquanto a fração de proprietários dos Campos Gerais seria reabilitada como apoio local do governo revolucionário (idem, p. 116). Manoel Ribas, paranaense nascido em Ponta Grossa e radicado em Santa Maria, no Rio Grande do Sul — cidade que governou entre 1928 e 1932—, foi nomeado interventor do estado do Paraná e permaneceu no cargo de 1932 a 1945. Ribas alinhou o governo do estado ao poder central, colocando em segundo plano os interesses da classe dominante local, cujas oligarquias acabariam enfraquecidas (ibidem).

A mudança política desencadeou importantes transformações demográficas e econômicas. Durante o período de hegemonia daquela classe dominante tradicional, conformara-se a área que ficaria conhecida como “Paraná tradicional” (Wachowicz, 2010, p. 327), correspondente mais ou menos ao território “povoado” —isto é, efetivamente submetido ao domínio estatal— até cerca de 1920 (ver Figura 1). A área compunha-se essencialmente do litoral e do planalto de Curitiba, com seus campos adjacentes e próximos, acrescidos de uma faixa de mata habitada por indígenas e posseiros onde, nos últimos anos do século XIX, foram instaladas diversas colônias de imigrantes europeus. Àquela altura, a área compreendia menos da metade do território do estado. Não que o restante fosse despovoado. As faixas e frentes de “povoamento” descreviam uma espécie de território legal, integrado à economia e submetido à autoridade estatal, de modo que, para além delas, predominavam outras formas de ocupação, por indígenas e pequenos proprietários, mas não um simples “vazio demográfico” (Mota, 1994). Os contatos dessas frentes com os indígenas assumiam diferentes formas, desde guerras, como as que resultaram na incorporação dos campos próximos de Guarapuava e Palmas à economia mercantil ao longo do século XIX (Souza, 2015), as escaramuças entre índios e colonos imigrantes (Prutsch, 2014) e, por vezes, como no início do século XX, certa acomodação política negociada entre lideranças indígenas e autoridades estaduais (Mota, 2014). Mais tarde, conflitos entre posseiros e fazendeiros, como na localidade de Porecatu no final dos anos 1940 (Oikawa, 2011; Silva, 2006; Welch, 1999, p. 121), ou entre posseiros e companhias de colonização, como na Revolta dos Posseiros do sudoeste em 1957 (Gomes, 1987), também marcaram diferentes momentos do processo de tomada do território.

A partir de 1930, essa frente avançou rapidamente, tomando impulso na nova política fundiária do governo estadual: o interventor Ribas revogou os “grilos”, isto é, os registros ilegais de terras (Balhana; Machado; Westphalen, 1969, p. 212), que recobriam cerca de um quinto do território paranaense, sobretudo nas regiões norte e noroeste (Oikawa, 2011, p. 50). A partir daí, estabeleceram-se dois importantes fatores de deslocamento populacional e atração de migrantes de outras partes do país: o estímulo à colonização espontânea por posseiros, aos quais Ribas prometeu conceder títulos de propriedade caso ocupassem terras devolutas e nelas trabalhassem por alguns anos (Priori, 2012, p. 139-145); e as companhias de colonização, tais como a Companhia de Terras Norte do Paraná, que vendia lotes em áreas nas quais construía infraestrutura básica, incluindo transportes (Padis, 1981, p. 91). Deve-se destacar, também, as companhias de capital japonês que, a partir do início dos anos 1930, organizaram a colonização de localidades como Assaí (idem, p. 90), um pouco a leste do que viria a ser a cidade de Londrina.

Figura 1 – Expansão do “Povoamento” do Território Paranaense até 1950

Fonte: Bernardes, Nilo. Expansão do povoamento no estado do Paraná, **Revista Brasileira de Geografia**, v. 14, n. 4, out-dez 1952, p. 438-439.

Nas áreas do norte, haviam-se instalado, a partir de meados do século XIX, aldeamentos indígenas e uma colônia militar, e passaram a se estabelecer fazendeiros mineiros e paulistas, que muitas vezes migravam com grandes famílias e tomavam posse de porções de terras (Wachowicz, 2010, p. 295-306). Por vários anos, ocuparam-se de roças e criações de baixo valor comercial. Até a metade dos anos 1920, esse “norte velho” formou-se por meio de iniciativas oficiais e pela ação de posseiros, mas da segunda metade do século em diante, a colonização passou a ser feita “de maneira sistematizada e bastante rápida” (Padis, 1981, p. 84). Embora já estivesse presente desde o início do século (Wachowicz, 2010, p. 304), a cafeicultura foi impulsionada pela melhoria da infraestrutura de transportes e pela alta de preços que se seguiu ao fim da Primeira Grande Guerra. Mas o plantio de novos pés de café sofreria, nos anos 1920, com medidas protecionistas impostas pelos cafeicultores paulistas, com uma crise de superprodução e, logo, com a grande crise de 1929 (Padis, 1981, p. 114-115). A cafeicultura na região, portanto, avançou lentamente até o fim da Segunda Guerra Mundial. Para ilustrar, no final dos anos 1920 e início dos anos 1930, as companhias de colonização mencionadas tencionavam, a princípio, produzir algodão, e não café (idem, p. 90). O café tomou rapidamente o norte do Paraná depois de 1945. Os preços internacionais do produto praticamente dobraram entre 1946 e 1951 (idem, p. 121), período em que o Paraná alcançou a marca de um quarto de toda a produção

brasileira (idem, p. 124). Chegaria a mais da metade na década seguinte. Intensificou-se a corrida de colonização do norte, onde em terras adquiridas pela Companhia de Terras Norte do Paraná surgiram cidades como Londrina (em 1930), Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955), já próxima ao território do então Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, fundando-se entre elas mais de cem núcleos urbanos menores (idem, p. 93). À época, especialistas não hesitavam em caracterizar esse rápido movimento como o avanço de uma “frente pioneira” (Bernardes, 1953, p. 336) e seus efeitos eram vistos com frequência como uma “revolução econômica” (Kretzen, 1951).

Esse movimento demográfico foi a principal causa de a população do estado ter quase duplicado entre 1940 e 1950, chegando a 2,1 milhões de habitantes, e novamente na década seguinte, atingindo 4,2 milhões em 1960. Paranaenses da classe dominante tradicional, ou simplesmente os paranaenses “antigos”, talvez sentissem “como se uma nova sociedade se estivesse instalando rapidamente” em seu território, “sem qualquer elo com o Paraná preexistente” (Magalhães Filho, 2011, p. 120). No início dos anos 1950, por exemplo, a população de Londrina, a maior cidade do norte, era composta por 92% de brasileiros, sendo, desses, 70% paulistas, 15% mineiros e apenas 10% paranaenses (Müller, 1956, p. 91). É verdade que na população total do estado, segundo o censo de 1950, o quadro era menos radical: dos brasileiros natos, 17,3% eram paulistas, 7,6% mineiros e 5% catarinenses e gaúchos; mais de 67% tinham nascido no próprio Paraná (IBGE, 1953, p. 11). Os municípios do norte, em 1950, já concentravam quase a metade da população (Oliveira; Crestani; Strassburg, 2016, p. 141). O fato de que os eleitores da região norte representavam 24,7% do total, em 1947, e 44,7% em 1955, ao passo que o “Paraná tradicional” caiu de 70,5% para 46,6% do total de eleitores no mesmo período (Magalhães Filho, 2011, p. 124), dão uma ideia complementar de como, em poucos anos, as dimensões econômica, cultural e política estruturadas de modo mais ou menos estável havia quase um século já não se sustentavam. A sociedade local não se circunscrevia mais aos limites de sua formação “tradicional”.

Certa ilustração de 1951, incluída numa publicação que exaltava a expansão cafeeira, mostrava duas grandes setas sobre o mapa do estado, representando o movimento de paulistas, vindos do norte, e de gaúchos, vindos do sul (Figura 2). A imagem reforça a sugestão de que a migração de brasileiros de outros estados para o Paraná chegou a ser sentida como uma espécie de invasão, ou ao menos que a ideia de invasão era compreendida imediatamente pelo público. É interessante que, naquele momento, a migração de paulistas já tornara palpável a ideia de invasão da região norte, mas a frente de gaúchos e catarinenses avançando sobre a região sudoeste ainda não tomara a proporção que teria alguns anos mais tarde. Ao longo da década de 1950, a ação de posseiros e companhias de colonização, intimamente envolvidas com os principais grupos políticos do estado (Salles, 2004), também modificariam profundamente a região sudoeste. Mas mesmo antes disso, o movimento já era representado como outra frente, tão relevante quanto a do

norte, contribuindo para formar uma imagem que, mais tarde, tornar-se-ia recorrente: a dos “três Paranás” (Wachowicz, 2010, p. 331).²

Figura 2 – A “Invasão” de Paulistas e Gaúchos Numa Ilustração de 1951

Fonte: Kretzen, João. **As grandes potências econômicas no estado do Paraná**. 2ª ed. Curitiba: Escritório Sul-Brasil Econômico, Ltda., 1951, p. 5.

Ironicamente, foi a superação dos limites econômicos e territoriais do “Paraná tradicional”, desencadeada pela revolução que alijou do poder a antiga classe dominante, que permitiu aos herdeiros mais destacados dessa classe disporem de uma verdadeira potência econômica quando, em 1950, retomaram pelo voto o Executivo estadual. Em 1953, os três poderes estaduais seriam chefiados por descendentes da mesma família de industriais ervateiros. E as duas pessoas escolhidas para chefiar a Comissão de Comemorações do Centenário de 1953, como veremos em mais detalhe nos capítulos seguintes, seriam um herdeiro de outra antiga família ervateira e um herdeiro de fazendeiros da região dos Campos Gerais. Uma imagem perfeita da elite tradicional do estado. Os herdeiros dessa classe dominante em decadência, momentaneamente reconstituída, é que

² Utilizando dados de transferências de títulos eleitorais, Masanori Fukushima conseguiu construir uma representação interessante dos resultados desses dois movimentos, mostrando conjuntos inteiros de municípios mais recentes, muitos deles surgidos ao longo dos anos 1950 e 1960, cujo eleitorado compunha-se, em alguns casos em mais de 80%, de pessoas que transferiram seus títulos dos estados de São Paulo ou Minas Gerais, para os municípios da região norte do Paraná (Fukushima, 1986, p. 134), e de Santa Catarina ou Rio Grande do Sul, para os municípios da região sudoeste (idem, p. 126).

acabariam negociando, a partir do centenário, um lugar para o Paraná no Brasil moderno e uma nova leitura sobre a formação da sociedade paranaense.

1.2. Negros

O lugar negociado pelas elites paranaenses no Brasil pós-guerra seria, essencialmente, o de uma região branca —a “mancha loira do Brasil”, como escreveu, na década de 1950, um de seus maiores representantes (Rocha Neto, 1960a, p. 70)— em contraste com a nação mestiça. O passado escravista, a participação dos negros na formação da sociedade local e a presença dos negros no Paraná à época do centenário só poderiam constituir, portanto, um grande problema para essas elites, ainda que em diferentes graus e de acordo com as distintas perspectivas de interpretação histórica de seus agentes. De fato, conforme veremos no quinto capítulo, as versões da “sociologia paranaense” que se mostrariam mais exitosas no rescaldo das comemorações seriam aquelas dedicadas a confinar a escravidão e os negros a um passado mítico, ou mesmo a apagá-los completamente do passado e do presente paranaenses. A chance de impor essa narrativa renovada de branquitude regional relacionava-se com a condição majoritária dos brancos, ao contrário das regiões onde se desenvolvera a narrativa do Brasil mestiço, mas também com os processos específicos de formação do grupo negro no Paraná, cujos principais vetores procurarei sintetizar.

O escravismo, tal como estruturado a nível local, mas sem deixar de considerar suas conexões com as demais áreas do país, foi inicialmente determinante para a presença negra no Paraná. Uma das análises pioneiras do sistema escravista e de sua crise no estado, embora muito criticada sobretudo devido à pouca agência atribuída aos escravos, é aquela realizada por Octavio Ianni em *As Metamorfoses do Escravo*. Ianni notou uma diferença importante entre a organização social surgida em torno às fazendas dos Campos Gerais e aquela articulada pela economia mais urbana e comercial do mate, centrada primeiro no litoral e mais tarde em Curitiba. Enquanto, na atividade de criação, “foi escravo o regime de trabalho predominante” e “[f]undamentalmente era escrava a força de trabalho utilizada nas ocupações no interior da fazenda” (Ianni, 1962, p. 50), na economia do mate as relações de produção teriam sido mais complexas. Quanto à etapa da colheita, seria possível assumir “que as atividades ligadas à extração da congonha [erva-mate] tivessem sido realizadas por homens livres e cativos” (idem, p. 75). Para os trabalhadores livres pobres, o trabalho sazonal como jornaleiro na colheita e pré-processamento da erva-mate era a principal fonte de renda monetária (Pereira, 1996, p. 46-47). Já os engenhos foram, durante boa parte do século XIX, dependentes do trabalho escravo (Ianni, 1962, p. 76) e, “em fins do século, [...] eram negros ou mestiços os trabalhadores dos engenhos de Curitiba” (idem, p. 75-76), mas muitos deles provavelmente livres.

Pouco antes da independência da província, por volta de 1850, essa diferença era marcante. No principal município dos Campos Gerais, Ponta Grossa, os escravizados eram cerca de um terço da população de 3.033 habitantes. Dentre os habitantes não-brancos, mais de 92% eram escravizados. Havia, portanto, forte sobreposição entre cor e condição jurídica ou, complementarmente, uma fronteira social mais rígida que reforçava essa correspondência. Em outras localidades da mesma área, também caracterizadas pelas fazendas de criação, a correspondência tendia a ser alta, embora não tão grande quanto em Ponta Grossa. Já em Curitiba, os escravizados compunham cerca de um quinto dos 6.791 habitantes. Dentre os 2.167 não-brancos, 26% eram escravizados. Nas localidades ao redor de Curitiba, as duas proporções tendiam a ser significativamente menores. Havia, assim,

um expressivo contingente de mestiços e negros livres na região, que, juntamente com os 'brancos' não grandes proprietários, formavam a esmagadora maioria daqueles que se dedicavam ao extrativismo vegetal, à lavoura de subsistência, ou, ainda, eram trabalhadores jornaleiros. Portanto, já nos meados do século XIX seria difícil aplicar ao primeiro planalto [o de Curitiba] conceitos como "sociedade escravista" ou "escravocrata" (Pereira, 1996, p. 59).

Alguns dados referentes à área do litoral permitem ir além da caracterização de Ianni, que se limitou a notar o emprego de "pretos" no embarque de mercadorias e nos transportes entre a costa e o planalto (Ianni, 1962, p. 76-77). Nas localidades do litoral, havia uma proporção de escravizados intermediária, em comparação com os Campos Gerais e Curitiba, bem como grande população não-branca livre. Antes do deslocamento de muitas das atividades, na segunda metade do século XX, para Curitiba, Morretes "constituía o principal núcleo da indústria ervateira" (idem, p. 60), e lá, por volta de 1850, os não-brancos compunham mais da metade da população total de 3.709 pessoas, sendo 35% deles escravizados. Os dados mostram tanto a expressão da produção da erva-mate quanto de seu transporte. Além do emprego, pelos engenhos, do "trabalho de escravos e o de jornaleiros livres negros e mulatos" (ibidem), observa-se que os "serviços portuários de carga e descarga de navios nos portos de Antonina e Paranaguá também utilizavam mão-de-obra negra, livre ou escravizada, em grande escala" (ibidem). Em Paranaguá, os não-brancos eram mais de um terço da população de 6.533 pessoas, e pouco mais da metade deles eram escravizados. Em Antonina, as proporções eram semelhantes, para uma população de 4.160 (Pereira, 1996, p. 59).

Na segunda metade do século XIX, alguns fatores importantes contribuíram para a transferência de muitos escravos do Paraná para São Paulo. A economia campeira entrou em declínio, diversas etapas da cadeia produtiva da erva-mate empregavam trabalhadores livres e a demanda das fazendas de café paulistas, combinada à proibição do tráfico, elevou o preço do trabalhador escravizado (idem, p. 58). Deve-se lembrar, ainda, que a erva-mate era uma "economia primário-exportadora de segunda ordem" (Magalhães Filho, 2011, p.

109), isto é, “derivada de outras economias primário-exportadoras” (idem, p. 107) tais como a do café, no Brasil, e a pecuária dos países platinos, seu principal mercado consumidor. Mas isso não quer dizer que a população não-branca do Paraná tenha declinado.

À perda de escravizados para áreas mais dinâmicas, somou-se um movimento demográfico no sentido contrário: a migração de não-brancos livres, intensificada no pós-abolição, saindo das áreas urbanas ou daquelas cujas terras encontravam-se mais mercantilizadas e dirigindo-se para as fronteiras mais inóspitas do “sertão” do Paraná. Já antes da abolição, os muitos não-brancos livres, em especial nas áreas do entorno de Curitiba, podem ter formado um “campesinato negro e mestiço que esteve em constante interação [e] pode ter sido decisivo nas diferentes trajetórias e estratégias de sobrevivência de escravos e ex-escravos” (Marques, 2011, p. 119). Há evidências de que, no Paraná, como em outras partes do país, terras desprezadas pelos poderosos “atraíam uma pequena mas proporcionalmente importante nuvem de migrantes livres de cor” em demanda da fronteira aberta que foi o Paraná ao longo do século XIX (idem, p. 117). Pessoas que perseguiam certa visão de autonomia informada por uma identidade camponesa (idem, p. 122). Além disso, há evidências de que diversas iniciativas de colonização, algumas oficiais, outras particulares, sobretudo antes de 1870, obrigaram “as autoridades provinciais a olharem para as populações locais e a relativizarem a ideia de que colonização só poderia ser efetivada por estrangeiros” (Mendonça, 2015, p. 219). Antes de se estabelecerem fluxos mais consistentes de imigrantes, eram os chamados “nacionais” que acorriam em maior número às colônias, por vezes ocupando o lugar de imigrantes que as haviam abandonado (idem, p. 216). Embora faltem evidências, é razoável assumir que parte dessa população de “nacionais” teria sido negra ou mestiça.

A evolução da população de cor do estado e sua distribuição no território parecem corroborar esse movimento. Era de se esperar que, com a imigração europeia, intensificada nas décadas de 1870 e 1890, aumentasse a proporção de brancos na população, para o que só pode ter contribuído, também, a consolidação da ideologia do branqueamento, nas décadas posteriores à abolição. Guardada essa ressalva, destacam-se dois fenômenos. A proporção de não-brancos caiu menos no interior que na capital: no estado como um todo, diminuiu de cerca de 45% em 1872 a 35% em 1890 e menos de 15% em 1940; enquanto em Curitiba caiu de 37% para 21% e, logo, 7%, no mesmo período (idem, p. 108). Os não-brancos permaneceram com mais frequência nas localidades do entorno de Curitiba que na capital, propriamente, a qual parece ter se constituído para eles, por volta da abolição, como “área de passagem” (idem, p. 125). Além disso, os não-brancos formavam uma fatia maior da população dos municípios situados na fronteira de “povoamento”. Em 1890, em particular, eram mais de 40% ao longo de praticamente toda essa faixa (idem, p. 127). A tendência já se apresentava em 1872 e, em 1940, parecia confirmar-se, mas com o importante reparo de que havia significativa população não-branca, acima de 30% do total, nos municípios litorâneos de Morretes e Antonina (idem, p. 128). Por fim, Ponta Grossa,

município que em 1850 era um centro escravista consolidado —onde grande parte dos não-brancos era escravizada—, em 1872 mantinha na condição escrava “meros” 30% de seus habitantes não-brancos (idem, p. 118), o que sugere um processo rápido de dissolução do escravismo. Em 1890, já era um dos municípios que apresentava baixa proporção de não-brancos sobre o total da população (idem, p. 128), talvez um indício do êxodo, nos últimos anos do regime, em direção às terras “livres” mais a oeste. Diante dessas informações, parece razoável concluir que parte importante da frente de expansão paranaense, no final do século XIX e possivelmente nas primeiras décadas do século XX, era formada por um “campesinato mestiço” (idem, p. 132) que, em muitos casos, instalou-se na terra antes da chegada da frente pioneira capitalista.

Em síntese, partindo da dinâmica local do regime escravista e suas relações com o sistema mais amplo vigente no país, foi possível identificar três vetores, é verdade que muito gerais, da formação do grupo negro no Paraná nas primeiras décadas do século XX. Primeiro, constituiu-se um proletariado urbano originalmente ligado às atividades ervateiras. Como foi notado por vários autores, a indústria do mate envolvia desde os afazeres mais rústicos, como a colheita e a primeira secagem, até aqueles de crescente sofisticação, como a fabricação de embalagens —a princípio de couro, mais tarde de madeira— e a impressão de rótulos, passando pela própria fabricação nos engenhos e o transporte de produtos. Toda essa cadeia parece ter ocupado grande número de escravizados e negros livres ao longo do século XIX e no início do XX, primeiro no litoral e depois, cada vez mais, em Curitiba. Em segundo lugar, estabeleceu-se, em decorrência da economia ervateira, certa concentração de não-brancos no litoral, vinculados ao setor portuário. Eles se somariam aos empregados da viação férrea —brasileiros e possivelmente mestiços, mas também muitos deles imigrantes empregados na construção das ferrovias— e a outras categorias de trabalhadores para compor uma classe operária mais ou menos organizada capaz de realizar uma série de greves no Paraná já nos primeiros anos do século XX (Monteiro, 2007). É certo, também, que as sociedades beneficentes de operários, inseridas no contexto da abolição e anteriores aos sindicatos, já contavam com expressiva participação de pessoas negras e mantinham vínculos próximos com associações consideradas negras, como a Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio, fundada ainda em 1888 em Curitiba (Fabris; Hoshino, 2018). A esses dois vetores mais urbanos e operários pode-se acrescentar um terceiro, camponês, importante para compreender o avanço da faixa de “povoamento” sobre terras de menor valor mercantil. É preciso notar, aqui, ao lado dos não-brancos livres e libertos do próprio Paraná, a presença provavelmente significativa de pessoas de outras partes do país, em especial de São Paulo e Minas Gerais, em busca da “fronteira aberta” paranaense. Uma colonização por posseiros cujo trabalho na terra e conhecimento acumulado sobre essas áreas acabava por facilitar, mais tarde, a instalação dos empreendimentos capitalistas chamados “pioneiros”.

1.3. Imigrantes

Os grupos imigrantes foram escolhidos como interlocutores privilegiados pelos membros da comissão oficial encarregada de preparar as comemorações do centenário. Por isso é importante fazermos um esforço para caracterizar aqueles cujas negociações com as autoridades acompanharemos mais de perto nos próximos capítulos. Destacaremos características gerais da imigração no Paraná, que a tornam peculiar mesmo no contexto sulino, para, em seguida, analisarmos algumas dimensões básicas relacionadas às possibilidades de formação desses grupos, tais como cifras, a época e os locais em que se estabeleceram e sua distribuição territorial à vésperas do centenário.

Até o limiar da Segunda Guerra Mundial, a colonização por imigrantes estrangeiros no estado limitou-se, em geral, à área do “Paraná tradicional”. Isso significa que as diferentes modalidades de experiência de grupo relacionadas à imigração já se haviam configurado quando teve início a expansão dos domínios do estado para além de suas fronteiras tradicionais. Acelerada depois de 1930, essa expansão para o norte e o oeste ocorreu por ação sobretudo de “nacionais” migrantes de outros estados, e não por obra de imigrantes estrangeiros (Balhana, 1996, p. 50). É verdade que, no caso da colonização do sudoeste do estado, muitos gaúchos e catarinenses eram descendentes de imigrantes, principalmente alemães e italianos; e que, no norte, italianos e paulistas de ascendência italiana se estabeleceram no Paraná em número significativo, bem como japoneses, que remigraram de São Paulo ou se estabeleceram em colônias organizadas por companhias de colonização. Com exceção dos japoneses, contudo, que teriam entre seus principais representantes nas comemorações um grupo de líderes da comunidade radicada no norte do estado, os representantes dos demais grupos seriam fortemente ligados às experiências e comunidades formadas pela história da imigração no “Paraná tradicional”, centradas, no geral, na cidade de Curitiba. E isso seria refletido na crescente inserção política desses representantes e em sua proximidade com membros da classe dominante tradicional às voltas do centenário.

Apona-se como primeira fase da política de imigração no Paraná o período que precedeu a criação da província, isto é, quando ainda era parte do território de São Paulo. O objetivo principal era formar povoações em locais estratégicos considerados “vazios”. Em 1829, vinte famílias de alemães foram instaladas na localidade de Rio Negro, divisa com a província de Santa Catarina, um importante ponto de travessia para tropas de animais vindas do sul. No mesmo lugar, treze anos antes, havia sido instalado um grupo de imigrantes açorianos com o objetivo de proteger aquele ponto situado na chamada “mata do sertão” (Balhana, 1996, p. 41). Até 1853, foram fundadas somente outras duas colônias, estas de iniciativa particular (idem, p. 42). A colônia Teresa Cristina, a oeste de Ponta Grossa, iniciada em 1847 por um grupo de franceses liderados pelo médico idealista Maurice Faivre, que obteve auxílios e empréstimos para sustentar o empreendimento devido

a suas relações com a família real (Mendonça, 2015, p. 215-216), e a colônia Superagüi, no litoral, formada em 1852 com pessoas de diversas origens por iniciativa do suíço Carlos Perret Gentil. Nenhuma das iniciativas obteve grande êxito.

Outra fase foi inaugurada com a criação da nova província, em 1853. Nos anos seguintes, o caráter essencialmente mercantil da economia da erva-mate (Pereira, 1996, p. 34), que empregava boa parte dos trabalhadores livres de Curitiba e do litoral, somado à crescente venda de trabalhadores escravizados para as fazendas da província de São Paulo (Andreazza; Nadalin, 1994, p. 64), faria com que se desestruturasse “de vez a economia de subsistência. Os pequenos agricultores, além de não mais produzirem para si e para suas famílias, deixaram de atender ao crescente mercado urbano” (Pereira, 1996, p. 34), levando a uma crise de abastecimento nas cidades. Ao mesmo tempo, nos anos seguintes à criação da província, muitas famílias de alemães residentes na região de Joinville, em Santa Catarina, mudaram-se para os arredores de Curitiba, instalando-se em chácaras. A crise e essa possível solução combinaram-se para moldar a política de imigração pelos próximos 30 anos: criar cinturões coloniais para abastecer as cidades com alimentos tornou-se a principal justificativa oficial para promover a imigração (Andreazza; Nadalin, 1994, p. 64; Balhana; Machado; Westphalen, 1969, p. 162).

Esse objetivo foi colocado em prática com mais vigor a partir de 1870. Até 1878, o governo provincial fundou dezenas de colônias ao redor de Curitiba, a no máximo 30 quilômetros do núcleo urbano, nas quais foram assentados cerca de 4.000 imigrantes. Calcula-se que, com o acréscimo desse contingente, por volta de 1880 cerca de um quarto da população de Curitiba fosse composta por estrangeiros (idem, p. 71). Outras localidades no planalto de Curitiba receberam mais 5.100 imigrantes pelo mesmo sistema (ibidem). Eram, em sua maioria, alemães e poloneses (Balhana, 1996, p. 46), mas também havia muitos galicianos, incluindo rutenos, que mais tarde se identificariam como ucranianos, bem como silesianos, suíços, franceses e franceses argelinos (Balhana; Machado; Westphalen, 1969, p. 164-165). No litoral, duas colônias receberam cerca de 2.500 imigrantes italianos, que depois migrariam, em grande número, para Curitiba, instalando-se em colônias já existentes, em outras criadas especificamente para realocá-los ou ainda em propriedades avulsas (idem, p. 169). Os bons resultados dessa política levaram as autoridades a planejar sua extensão aos Campos Gerais, que passavam por uma fase de decadência econômica. Em 1877 e 1878, nos arredores dos municípios de Ponta Grossa, Palmeira e Lapa, organizaram-se colônias com os chamados alemães do Volga, alemães étnicos, residentes em território russo, que passaram a ser perseguidos após o acirramento do pan-eslavismo (Magalhães, 1998, p. 195). Depositou-se grande esperança nesse afluxo, mas dos 20.000 colonos esperados, apenas cerca de 3.800 chegaram ao Paraná e, destes, somente a metade permaneceu nas colônias (Balhana; Machado; Westphalen, 1969, p. 177). O insucesso desse projeto marcou o fim da fase de colonização oficial com o objetivo de criar

uma agricultura de abastecimento. Na década seguinte, de 1880, pouco menos de 3.000 imigrantes foram instalados em colônias (Andreazza; Nadalin, 1994, p. 65).

Mas ainda na década de 1880, dois fatores reverteram a política de criação de cinturões coloniais. Primeiro, foram organizadas sociedades de imigração, em 1885 e 1886, no total de 11, responsáveis por promover a colonização em localidades específicas (Balhana; Machado; Westphalen, 1969, p. 182-183). A formação de núcleos deixou de ser atrelada aos arredores das cidades, preferindo-se as áreas de “matas” aos Campos Gerais, cuja inaptidão para a colonização tornou-se uma espécie de consenso (idem, p. 177). Segundo, muitos imigrantes passaram a ser contratados para a construção de obras, como ferrovias, estradas e linhas telegráficas, atraindo-se trabalhadores, além de colonos (idem, p. 181). Essa reorientação contribuiu para que o estado aproveitasse o período de maior afluxo de imigrantes para o país, que se seguiu à abolição da escravidão e à proclamação da República. Durante a década de 1890, cerca de 45.000 novos colonos se instalaram no Paraná, a maioria poloneses e rutenos (mais tarde, ucranianos). Muitos desses últimos eram da região da Galícia, dividida politicamente entre os impérios russo e austro-húngaro, onde, por aqueles anos, falou-se em “febre brasileira” (Guérios, 2007, p. 109). Foram fundadas grandes colônias, como em 1891 a de Rio Claro, no município de Mallet, com 8.000 pessoas, e em 1896 a de Prudentópolis, que pode ter chegado a receber 16.000 (Balhana; Machado; Westphalen, 1969, p. 166-167), além de dezenas de outras.

Embora o volume de imigrantes tenha caído depois de 1896, essa orientação parece ter persistido até as vésperas da Primeira Grande Guerra. Diversos autores concordam que entre 1829 e 1911, ano de instalação da última colônia desse período —de holandeses próximo à cidade de Castro—, foram assentados cerca de 100.000 colonos estrangeiros (idem, p. 183; Balhana, 1996, p. 66; Andreazza; Nadalin, 1994, p. 50). Mas é difícil saber quantos, desses, teriam saído ou quantos outros teriam entrado por outros meios, vindos do estado vizinho de Santa Catarina, por exemplo, e permanecido no Paraná. É possível ter uma ideia de seu peso demográfico no estado ao considerarmos que, em 1890, o censo havia contado apenas cerca de 5.000 estrangeiros, ou 2%, numa população de 249.000. Em 1900, os estrangeiros já seriam 45.000, ou 13,6%, numa população de 330.000, voltando a cair, em proporção, nos recenseamentos seguintes (Martins, 1941, p. 52). Dos cerca de 100.000 assentados em colônias, quase a metade teriam sido poloneses, perto de 20% rutenos ou ucranianos, 13% alemães, 9% italianos e perto de 10% pertencentes a outros grupos, incluindo indivíduos registradas como franceses, suíços, ingleses e holandeses (idem, p. 76-80).

Os japoneses, que também viriam a ter participação destacada no centenário, radicaram-se no Paraná por caminhos distintos. Alguns indivíduos mudaram-se para Curitiba já no início da década de 1910 e, em 1917, no município litorâneo de Antonina, foi fundada uma colônia de japoneses com apoio do prefeito local (Kojima, 1991, p. 16-18). Alguns indivíduos também haviam tentado fundar uma colônia nos arredores de Ponta Grossa, nos

anos 1930. Até cerca de 1940, houve um afluxo esporádico para a capital. Em 1933, residiam cerca de 17 famílias (idem, p. 24) e, em 1940, havia 21 famílias e “uns cinco universitários” em Curitiba (idem, p. 26). O grupo permanecia pequeno, mas aumentou com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, quando os japoneses do litoral foram obrigados a se mudar para a capital.³ Em 1940, foi aberto em Curitiba um escritório do consulado japonês no Brasil. A população de japoneses no Paraná aumentava rapidamente em virtude da venda de terras na região norte para colonos de diversas origens —inclusive japoneses—, do crescimento de cidades como Londrina e da criação de novas colônias japonesas. Duas colônias importantes foram fundadas, ainda nos anos 1930, nas atuais localidades de Assaí e Uraí, no norte (Padis, 1981, p. 90). Devido, portanto, à imigração de colonos e à migração de japoneses do estado de São Paulo para a região norte do Paraná, o censo de 1940 assinalava 7.705 japoneses residentes no estado. Um terço concentrava-se no município de São Jerônimo da Serra, em cujas terras se haviam instalado aquelas duas colônias. Outros municípios importantes eram Londrina, Bandeirantes, Cambará e Cornélio Procopio, todos no norte (IBGE, 1951, p. 60). Curitiba passaria a receber um afluxo maior de japoneses somente ao longo dos anos 1950 (Kojima, 1991, p. 39).

É possível fazer um exercício de morfologia social a partir do quadro resultante de mais ou menos um século de colonização por estrangeiros no Paraná. Os dados do recenseamento de 1940 são especialmente interessantes porque permitem distinguir, por municípios, a presença de estrangeiros das principais nacionalidades analisadas, o que os dados publicados do censo de 1950 não permitem; e, além disso, oferecem um quadro do resultado das políticas de imigração às vésperas das profundas transformações do pós-guerra. Tomando como indicador as pessoas nascidas no exterior (estrangeiros e naturalizados brasileiros), distinguem-se claramente três áreas de imigração (Figura 3). Primeiro, a área centro-sul. Segundo, a de Curitiba e municípios adjacentes. Ambas contidas nos limites do Paraná tradicional e formadas pela política de colonização por europeus praticada entre 1829 e 1914. Terceiro, a do norte, formada pelas novas dinâmicas que levaram à entrada de japoneses no estado no período entre-guerras (Figura 4). Vamos aprofundar um pouco mais a compreensão dessas áreas.

³ “Foi decretada [...] a retirada das pessoas dos países do Eixo na faixa de 60 km da região costeira. Houve rebelião em Paranaguá e Antonina e os japoneses foram atacados no subúrbio. Com isso muitos japoneses que moravam em Antonina e na região de Cacatu foram para Curitiba” (Kojima, 1991, p. 27).

Figura 3 – Nascidos no Exterior Sobre o Total da População do Município, 1940⁴

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados do censo de 1940 (IBGE, 1951)

A área de coloração forte situada no centro-sul responde pelo vetor propriamente colonial de formação dos grupos imigrantes, conforme o significado mais comum atribuído a

⁴ Neste e nos mapas seguintes foram utilizados os dados do censo de 1940 para os municípios do estado do Paraná (IBGE, 1951). A divisão municipal de 1940 foi reconstruída em R a partir dos arquivos de malhas digitais fornecidos pelo IBGE (Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>>. Acesso em 26 de maio de 2019), recombina-se os polígonos de acordo com a árvore genealógica dos municípios paranaenses montada com informações fornecidas pelo sítio IBGE Cidades (Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 26 de maio de 2019). A escala de cores, à esquerda, corresponde à proporção de estrangeiros sobre a população do município: quanto mais escura a cor, maior a proporção. É preciso notar que o município fronteiro de Foz do Iguaçu apresentava um número muito maior de estrangeiros sobre o total da população, por razões alheias àquilo que interessa aqui, prejudicando a visualização dos dados. Para fins de visualização, igualei sua proporção à média do estado.

“colônia” e “colono” no sul do Brasil.⁵ Essa área é produto da colonização da “mata” situada entre as pastagens naturais dos Campos Gerais, a leste, e dos campos de Guarapuava e Palmas, a oeste. As maiores colônias da década de 1890, como a de Rio Claro, localizada no município de Mallet, e a de Prudentópolis, contribuíram para formar uma ampla zona colonial, abrangendo vários municípios, na porção centro-sul do Paraná, com predominância de poloneses, ucranianos e alemães. Pólos locais para pequenos proprietários rurais, trabalhadores, negociantes e empresários de origem imigrante, essas pequenas cidades tornaram-se redutos “poloneses”, “ucranianos” e “alemães”. Ao separar os estrangeiros ainda residentes em 1940 por nacionalidade (Figura 4), confirma-se a concentração desses grupos naquela área, além de ganharem destaque outras indicações. Os colonos alemães foram menos numerosos e distribuíram-se por uma área menos extensa, enquanto poloneses e ucranianos foram localizados num vasto espaço que vai do centro ao extremo sul do estado, espalhando-se para o leste, nos Campos Gerais e arredores de Curitiba. A área colonial de influência polonesa e ucraniana era, portanto, mais ampla que a de influência alemã. Seguindo essa pista, veremos nos capítulos seguintes como a mobilização de comunidades do interior foi um aspecto essencial da estratégia de poloneses e, sobretudo, ucranianos, ao preparar suas ações para o centenário. E como essas comunidades haviam sido importantes —ora em função dos votos, ora devido ao peso de instituições religiosas e da imprensa imigrante nelas baseada— para a ascensão política de alguns de seus principais líderes na democracia do pós-guerra.

O mapa (Figura 4) permite perceber, também, a presença acentuada de alemães (3%), poloneses e ucranianos (somados, provavelmente perto de outros 3%), nascidos no exterior, na população de Curitiba. Havia, ainda, perto de 1% de italianos. Deve-se fazer a ressalva extra de que muitas das colônias ao redor da capital foram instaladas na década de 1870 e que, portanto, a presença de brasileiros descendentes diretos de imigrantes seria, em 1940, muito maior do que o número de imigrantes vivos aponta diretamente. Na capital, essa concentração assinala outros dois vetores da formação dos grupos imigrantes.

Por um lado, embora muitos tenham sido localizados em colônias nos arredores de Curitiba, o crescimento da cidade englobou aquelas mais próximas, que se transformaram em bairros. Parte do cinturão colonial da década de 1870 era, na virada do século, espécie de subúrbio com características rurais, áreas “rurbanas” de lotes amplos e casas de madeira em que permanecia “visível o comprometimento com sua origem rural” (Pereira, 1996, p. 130). Tendo-se misturado, em sua formação, iniciativa oficial e ocupação espontânea (ibidem), essas áreas que negavam o urbanismo luso-brasileiro expressariam a resistência daqueles pobres, muitos deles imigrantes e descendentes, à simples proletarização (Pereira, 1996, p. 134). Nos terrenos grandes podiam manter hortas e criar pequenos animais, preservando alguma segurança e independência, de modo que, para muitas

⁵ Entende-se “colônia”, no sul, como um agrupamento de pequenas propriedades agrícolas, em geral de origem imigrante (Balhana, 1996, p. 40).

famílias, seria “difícil saber se complementavam seus salários com uma produção agrícola, ou se complementavam a renda obtida na agricultura com os salários de alguns de seus membros, empregados como operários ou criados urbanos” (ibidem).

Por outro lado, um estrato mais bem sucedido dos imigrantes constituiu desde cedo parte significativa da nascente burguesia industrial de Curitiba. Um levantamento em anúncios de jornal da cidade constatou que a participação de firmas não luso-brasileiras subiu progressivamente de 25% no período 1854-1859 para 43% no período 1880-1889 (Balhana; Westphalen *apud* Oliveira, 2001, p. 125). No intervalo todo, entre a emancipação da província e a proclamação da República, 62,75% dos anúncios comerciais e industriais foram de firmas luso-brasileiras, 20,09% de firmas alemãs, 6,74% francesas e 6,59% italianas (ibidem). A relação das empresas registradas na Junta Comercial do Paraná entre 1890 e 1929 já dava vantagem absoluta aos imigrantes: 34,7% delas pertenciam a luso-brasileiros, 32% a alemães, 17,2% a italianos, 7,8% a sírios e libaneses e 5,6% a escravos (Oliveira, 2001, p. 125-126). Quase a metade dos homens proeminentes e mais de um terço das firmas industriais do Paraná mencionados numa publicação inglesa de 1913 possuíam “sobrenomes ou razões sociais que indicam origem na imigração” (Magalhães Filho, 2011, p. 113). São fortes evidências do surgimento de um estrato burguês de origem imigrante. Por um lado, os alemães eram proeminentes nesse estrato; por outro, dele saíram alguns dos principais líderes do grupo alemão naqueles anos do pós-guerra. Seu principal dirigente centenário seria o proprietário de uma importante indústria gráfica.

Muitos industriais provinham de uma classe média proprietária de capital ou de habilidades urbanas, mantendo, em alguns casos, contato com fornecedores europeus, o que ajuda a explicar porque puderam aproveitar as oportunidades de um nascente mercado de consumo de bens industriais (ibidem; Pereira, 1996, p. 133). Entre burgueses e camponeses-proletários, esse estrato intermediário de trabalhadores qualificados, artesãos, comerciantes e profissionais, forneceu, como veremos, os principais dirigentes dos grupos mais interiorizados —poloneses, ucranianos e japoneses— durante as comemorações. Os articuladores das comissões dos três grupos eram profissionais formados na Universidade do Paraná e, ao que tudo indica, viviam de suas profissões. O primeiro era médico e os dois últimos, advogados. No caso do líder japonês, seria auxiliado por um grupo de estudantes universitários, jovens desde cedo proeminentes em sua comunidade devido ao status de estudante num grupo composto ainda, em sua grande maioria, por trabalhadores e pequenos proprietários rurais. A Universidade do Paraná havia sido central na trajetória de ascensão social ou de consolidação de uma posição para aqueles descendentes de imigrantes das camadas médias. Isso sugere que, nos anos 1950, a Universidade local não era mais, de fato, uma instituição restrita às elites (Martins *apud* Lima, 2015, p. 23). Mas não deixara de ser, como veremos nos capítulos seguintes, um espaço social de contato entre as elites imigrantes e os jovens descendentes da classe dominante tradicional paranaense.

Figura 4 – Nascidos na Alemanha, em Outros Países (Sobretudo Poloneses e Ucrânicos) e no Japão Sobre o Total da População do Município, 1940⁶

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados do censo de 1940 (IBGE, 1951)

Procurei introduzir, mesmo que de modo muito resumido, as estruturas, processos e eventos essenciais para compreendermos os problemas surgidos em torno às comemorações do Centenário do Paraná, bem como as respostas dos diversos agentes envolvidos. A análise de aspectos demográficos e políticos reflete a preocupação de não naturalizar, de antemão, os grupos sociais, sejam classes, raças ou etnias. Pelo contrário, espero poder mostrar a seguir, no exame de situações concretas, como esses grupos, a partir de situações específicas e relações assimétricas de poder, formaram-se e, ao mesmo tempo, contribuíram para definir o significado de raça e nação no Brasil.

⁶ Os grupos discriminados no censo eram alemães, espanhóis, italianos, japoneses, portugueses e indivíduos de nacionalidade não declarada (IBGE, 1951). Adotei como “outros” a diferença entre o total de estrangeiros e a soma desses grupos. É razoável assumir que grande parte dos “outros”, em especial na região colonial em apreço, eram poloneses e ucranianos, até porque sua distribuição, para essa área, corresponde bem às indicações historiográficas.

2. PERIFERIA BRANCA DE UM BRASIL MODERNO

Em junho de 1955, a inauguração de uma estátua de oito metros no centro de Curitiba revoltou parte da elite da cidade. Estimulados por um articulista de pseudônimo Ariel, professores, artistas, senhoras católicas e magistrados juntaram-se numa campanha contrária às ideias modernas encarnadas na estátua do *Homem Nu*. Ariel indignou-se, a princípio, com a indecência do “taradão de pedra”, mas também porque “[p]retendeu alguém explicar aquela monstruosidade como uma interpretação do homem do Paraná”. Ora, escreveu, só podia estar “cego esse ARTIXTA. [...] Porque a população do Paraná já tem no dolicocefalismo um denominador comum. [...] Aquele tipo de Frankenstein não evoca o paranaense esbelto, com maior número de loiros que morenos”.⁷ As críticas marcaram o auge das tensões que acompanharam sua concepção e construção. No cerne do problema estava a importação das ideias modernas para uma região periférica: poderiam os paranaenses mandar trazer o moderno do Rio —um moderno formulado por artistas próximos do comunismo e fortemente influenciado pela visão nacional-popular— e ao mesmo tempo cultivar uma identidade diferencial baseada na branquitude?

O Homem Nu foi construído como parte do Monumento ao Centenário: uma praça com diversas obras alusivas à comemoração, em dezembro de 1953, dos cem anos de criação do estado do Paraná. O centenário coincidiu com um rápido processo de desenvolvimento. Ao final da Segunda Guerra Mundial, o interior paranaense era a fronteira agrícola mais dinâmica do país. Sua colonização e crescente exploração econômica, sobretudo para plantação de café, faziam crescer ano a ano a participação do estado nas exportações nacionais e as receitas do governo passaram por um período de aumento sem precedente. As novas riquezas fizeram do centenário uma oportunidade política única. O grupo no poder elaborou um extenso plano de obras para a capital e adotou a arquitetura como dispendiosa linguagem do progresso. Projetos antigos foram reformulados de acordo com as concepções mais avançadas, representadas pela então hegemônica “escola carioca” de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Contra a resistência de uma fração reacionária da oligarquia —e contra o mercado imobiliário e o gosto médio dos curitibanos—, o grupo em torno ao governador bancou a introdução da arquitetura moderna por meio de obras monumentais.

Todavia, o evento que poderia ter marcado o entroncamento do periférico Paraná na corrente econômica e cultural do Brasil do pós-guerra, na verdade expôs a incompatibilidade entre a modernidade formulada como brasileira e os anseios da elite

⁷ Ariel. “Tópicos da cidade”, *O Dia*, Curitiba, 21 de junho de 1955.

paranaense. O mesmo governador que defendera a necessidade de importar a arquitetura moderna lutou como pôde para imprimir uma narrativa regionalista à principal das obras do centenário: queria construir, bem no meio do complexo administrativo projetado pelos discípulos de Lúcio Costa, uma escultura de pedra simbolizando o Paraná a tomar a dianteira dos demais estados, a lhes mostrar o caminho. Em choque com os arquitetos do Rio, o governador não conseguiu impor sua vontade e a escultura do Homem Nu foi deslocada para fora do complexo do Centro Cívico. Somente após uma série de adaptações, por meio das quais agentes locais ligados ao governador buscaram preservar algo de sua intenção alegórica, o Homem Nu tornou-se parte do Monumento ao Centenário.

O Homem Nu expressou uma tentativa de renegociar a relação simbólica entre o Paraná e o Brasil, em diálogo com os processos socioculturais que, desde os anos 1930, haviam forjado a identidade nacional. Mas enquanto agentes locais estavam interessados em conciliar o modernismo com suas próprias ideias sobre a região —modernizar a região em seus próprios termos—, os profissionais do Rio mostravam-se pouco dispostos a aceitar o compromisso, defendendo concepções que, ao contrário, enquadravam o periférico Paraná na narrativa nacional formulada nos centros culturais do país. Para dificultar, um aspecto de sua identidade regional que os paranaenses mostraram ser inegociável, a branquitude, não se encaixava no Brasil dos modernos. Ainda que a valorização da brancura permanecesse, naqueles anos, como o avesso que complementava o pacto da democracia racial (Guimarães, 2002; Guimarães, 2016), o “ideal de um Brasil mestiço ou mulato” já se impusera, por obra de “Freyre e, depois, pelos romancistas nordestinos” (Guimarães, 1999, p. 86).

Se havia tensão entre região branca e nação mestiça, era porque nenhuma prevalecera totalmente. Nem a centralização política promovida pelo Estado Novo havia conseguido suprimir os regionalismos, nem a hegemonia cultural da democracia racial eliminara, nos anos do pós-guerra, os discursos alternativos sobre raça e nação (Weinstein, 2006, p. 282). O caso de São Paulo é exemplar: a guerra de 1932 contra o regime de Vargas revigorou o sentimento de superioridade regional e promoveu intensa reelaboração do regionalismo paulista, tendo como principais ingredientes, conforme mostrou Barbara Weinstein (2015), o progresso e a branquitude. Como ela também notou, não se tratava, no caso dos paulistas, de substituir a narrativa nacional por uma narrativa regional concorrente, mas de disputar a narrativa nacional, deslocando-lhe o centro para São Paulo —como sugere o bandeirantismo— ou, então, colocando São Paulo no topo, à frente, na liderança do Brasil —a exemplo da imagem da “locomotiva”. Discursos como esses “estavam intimamente conectados com identidades regionais que persistiram além dos anos

Vargas” (Weinstein, 2006, p. 282), tornando-se, no caso de São Paulo, fundamento e expressão ideológica de sua emergência como potência nacional ao longo do século XX.

Como nem todas as periferias são criadas iguais, no Paraná foi precisamente a redemocratização, após período centralista e autoritário, que permitiu a renovação do regionalismo. Vargas perpetró uma das maiores humilhações à elite política paranaense: a criação do Território Federal do Iguaçu (incorporando toda a porção oeste do estado), que existiu sob controle direto do governo central entre 1943 e 1946. Enquanto a elite paulista, por seu poder político e econômico, conseguiu preservar margem de autonomia frente ao governo central, no Paraná só a queda de Vargas (com a reincorporação, na Constituição de 1946, do Território do Iguaçu ao Paraná) possibilitou à oligarquia da Primeira República voltar a disputar o poder. E voltar a disputar a relação, tanto material quanto simbólica, de sua região com a nação. Seu modo particular de aderir ao modernismo, contudo, ficou marcado por um impasse ideológico: como ser moderno sem ser, exatamente, brasileiro — sem se diluir numa nação mestiça?

2.1. Curitiba em Obras

“Senhor governador” —escreveu, em janeiro de 1955, o chefe da Comissão Especial de Obras do Centenário (CEOC)— “vossa excelência adiantou, em termos de século, o relógio que marca a evolução social, cultural, e até econômica, do Paraná”. Seria impossível, prosseguia a carta, “negar o tremendo estímulo urbanístico e cultural que essas obras trouxeram à nossa capital [...]. A verdade é que [elas] anteciparam a maturidade da nossa civilização [...]”, além de contribuir para um “ambiente social de elevado conforto físico, mental e espiritual”.⁸ O engenheiro-chefe da CEOC, Ivo Arzua Pereira,⁹ referia-se ao ambicioso programa de construção colocado em marcha pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto¹⁰ nos primeiros anos da década de 1950. Entre 1951 e 1954, período em que Rocha esteve à frente do governo estadual, a autarquia investiu 435 milhões de cruzeiros,

⁸ Carta de Ivo Arzua Pereira a Bento Munhoz da Rocha Neto, 20 de janeiro de 1955. *Arquivo Público do Paraná*, fundo Comissão de Comemorações do Centenário do Estado do Paraná, caixa 24/07/68/01.

⁹ Ivo Arzua Pereira (1925-2012) era engenheiro formado na Universidade do Paraná (1948). Presidiu a Comissão Especial de Obras do Centenário de 28 de junho de 1954 a 4 de abril de 1955. Antes, em 1953, havia sido superintendente da administração do Porto de Paranaguá, no governo Munhoz da Rocha. Foi prefeito de Curitiba entre 1963 e 1967 e ministro da Agricultura entre 1967 e 1969.

¹⁰ Bento Munhoz da Rocha Neto (1905-1973), engenheiro formado na Universidade do Paraná (1927), foi governador do estado entre 1951 e 1955, ministro da Agricultura em 1955 e deputado constituinte em 1946, deputado federal de 1946 a 1951 e novamente de 1959 a 1963.

quase 6% de toda a receita do estado no período.¹¹ A escritora Rachel de Queiroz, de passagem por Curitiba em 1952, reparou que “[s]ó se ouve falar em milhões, em arranha-céus; os grandes prédios brotam por toda parte e nos bairros residenciais as casas de rico se multiplicam”.¹² A CEOC deixou impactos profundos na capital, mas também nos debates sobre qual o lugar do Paraná, até então um estado periférico, no Brasil moderno que emergia com o fim da Segunda Guerra.

Porém, várias das obras colocadas em execução para o centenário precederam a criação da CEOC. Foram concebidas por outras razões, independente das comemorações de 1953. O Centro Cívico é o melhor exemplo. Embora fosse o principal entre os projetos, fora previsto dez anos antes, no primeiro plano urbanístico de Curitiba, o Plano Agache. Encomendado pela prefeitura e elaborado pelo urbanista francês Alfred Agache em 1941, o plano previa, entre outras intervenções, a construção de uma praça concentrando os prédios dos três poderes estaduais e refletia a intenção, por parte da elite brasileira, de modernizar o país —de acordo com a “nova ciência do urbanismo” que Agache bem representava— por meio de grandes reformas urbanas.¹³ Alguns aspectos do plano foram implementados, mas o complexo administrativo ainda não havia saído do papel às vésperas do centenário. O novo teatro do estado encontrava-se em situação semelhante. O governo estadual promoveu um concurso de anteprojetos e escolheu o vencedor em 1948, mas até o princípio dos anos 1950 a obra tampouco tinha sido iniciada. Para a biblioteca pública, realizou-se concurso em 1946, igualmente sem continuidade (Galani, 2015). Num de seus primeiros pronunciamentos como governador, no início de 1951, Munhoz da Rocha anunciou que construiria a nova biblioteca pública. Seria a prioridade de sua gestão para comemorar o centenário, mas não fazia parte, ainda, de nenhum plano mais amplo de obras, consistindo em iniciativa isolada.

Obras como essas consumiram empenho, mobilizaram agentes públicos, profissionais e a imprensa, mas às portas do centenário ainda não haviam saído do papel, e podem ser compreendidas como fruto das ambições, muitas vezes desencontradas, da elite local. Quando a prefeitura de Curitiba contratou a firma carioca com a qual Agache trabalhava, o urbanista francês já tinha assinado planos de intervenção em algumas das principais capitais do país. Entre o final dos anos 20 e início dos 30, trabalhara no Recife, no

¹¹ Carta de Ivo Arzua Pereira a Bento Munhoz da Rocha Neto, 12 de maio de 1955. *Arquivo Público do Paraná*, fundo Comissão de Comemorações do Centenário do Estado do Paraná, caixa 24/07/68/11.

¹² Rachel de Queiroz. “Paraná e Santa Catarina”, *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 21 de junho de 1952.

¹³ Sobre a atuação de Agache no Rio de Janeiro, com ênfase na resistência a seu urbanismo racional, ver o livro de Brodwin Fischer, em especial o capítulo *The city of hills and swamps* (Fischer, 2008, p. 38-49).

Rio e em Porto Alegre. Contratar Agache significava colocar Curitiba no mesmo plano que essas cidades, o que era no mínimo ousado em 1941. As pretensões civilizatórias da elite curitibana remontam a outras iniciativas culturais de vanguarda, como a criação do Museu Paranaense em 1867, um dos primeiros museus do país, e a fundação da Universidade do Paraná em 1912.¹⁴ Já o teatro e a biblioteca, iniciativas surgidas no pós-Segunda Guerra, refletem certa percepção de que o estado desenvolvia-se rapidamente e exigia a criação de instituições culturais oficiais. Um dos projetos em disputa para o novo teatro, no concurso de 1948, foi defendido como o mais apropriado para dotar a cidade de “um monumento digno do seu progresso”.¹⁵ No mesmo sentido, ao anunciar a construção da biblioteca no início de 1951, o governador não deixou de expressar “constrangimento” por ter “o Paraná regredido nesse fundamental setor cultural”¹⁶ —ao contrário do que exigiam os avanços em outras áreas. Somados à verdadeira obra de construção estatal que seria o Centro Cívico, esses projetos mostram também a evolução das ideias sobre o poder público e seu exercício, evolução relacionada aos esforços de construção do Estado e da nação que ganharam impulso após a Revolução de 1930, mas agora reinterpretadas através das lentes do desenvolvimentismo e, especialmente, no Paraná, do rápido progresso econômico.

Embora a arrecadação do estado tenha melhorado ano a ano com o fim da Segunda Guerra, em virtude da produção e preço crescentes do café,¹⁷ o primeiro governador do período democrático não mostrou grande interesse em executar esses projetos. Moysés Lupion¹⁸ era um rico empresário ligado à exploração de terras e madeira nas áreas de colonização do interior do estado. Empreendedor político agressivo, não compartilhava do interesse da elite curitibana em forjar uma civilização local por meio de

¹⁴ A “burguesia do mate” criou numerosas instituições culturais em Curitiba desde a emancipação política, e sobretudo entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX (Bega, 2013, p. 96). O sentido essencialmente “burguês” da dominação dessa elite estaria relacionado com a disseminação precoce do trabalho “livre” e de relações de mercado —decorrente das especificidades da produção do mate— e com um tipo particular de moralismo, voltado para o controle social e a produtividade (Pereira, 1996).

¹⁵ Artigo publicado por Fernando Correa de Azevedo no jornal *Gazeta do Povo*, Curitiba, em 16 de janeiro de 1949, reproduzido em *Espirais de Madeira*, de Irã Taborda Dudeque (2001, p. 415-418).

¹⁶ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná. Curitiba, Paraná, 1951, p. 115.

¹⁷ Entre 1945 e 1951, isto é, em apenas seis anos, a receita do governo estadual multiplicou-se por seis, em virtude do imposto sobre exportação de café. Até o final da década de 50, a importância relativa do Paraná no produto interno nacional passaria de 3% para 6% (Padis, 1971, p. 49; Padis, 1981, p. 119; p. 142).

¹⁸ Moysés Lupion de Troya (1908-1991) foi governador do Paraná por dois mandatos, de 1947 a 1951 e de 1956 a 1961. Foi senador de 1955 a 1956 e deputado federal de 1963 a 1964. Teve o mandato e os direitos políticos cassados com base no Ato Institucional nº 1 da ditadura militar.

iniciativas culturais. O adversário que Lupion derrotou nas eleições de 1947 teve melhor sorte em 1950, quando venceu o candidato a sucessor do lupionismo. Bento Munhoz da Rocha Neto era exatamente o oposto de Lupion: nascido na cidade mais antiga do estado, a litorânea Paranaguá, era herdeiro da oligarquia da Primeira República, culto, professor da Universidade do Paraná, onde se formara em engenharia civil, e dispunha de boas ligações familiares em Curitiba. Era filho de um ex-governador da Primeira República e genro do governador deposto com a queda do regime. Munhoz da Rocha retomava para a oligarquia local o poder que havia ficado sob intervenção de Vargas entre 1930 e 1945 e, até 1950, sob forte influência do PTB e de elites surgidas do desenvolvimento econômico do interior. Assim que assumiu o governo, nos primeiros meses de 1951, mobilizou o poder público para realizar as iniciativas culturais da elite paranaense represadas ao longo das últimas décadas.

O centenário foi uma justificativa conveniente. Ainda no início de 1951, Munhoz da Rocha apresentou a intenção de construir a nova biblioteca pública como principal contribuição do governo às comemorações. Prioridade adequada para um político intimamente ligado aos círculos cultos de Curitiba. A biblioteca era, a princípio, um projeto isolado,¹⁹ mas ao longo do segundo semestre de 1951 as ambições para o centenário cresceram. Em agosto, o governador instituiu a Comissão Especial de Obras do Centenário (CEOC). A lei que a criou determinava que o plano de obras a ser elaborado fosse constituído por “Palácio do Governo, Palácio da Justiça, Palácio da Assembleia Legislativa, Edifícios das Secretarias” (juntos, formavam o Centro Cívico), “Biblioteca Pública, Teatro Guaíra e Monumento do Centenário”.²⁰ A biblioteca, portanto, foi o embrião de um plano mais abrangente e acabou incorporada a ele.

A CEOC reunia, sob administração e orçamento centralizados, diversos projetos concebidos em diferentes momentos, por diferentes agentes e com objetivos distintos. Embora as obras principais, sobretudo o novo centro administrativo, concentrassem as atenções, o caráter disperso da Comissão tornou-se mais claro conforme, com o tempo, mais obras acabaram sob sua responsabilidade. Um balanço de abril de 1955 relatava que, em acréscimo à lista inicial, a CEOC construía ou reformara os edifícios mais díspares, incluindo: o Grupo Escolar Tiradentes, o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, o Instituto de Engenharia, a Caixa de Habitação do Estado do Paraná, um Corpo de Bombeiros, o Centro de Letras, a União Paranaense de Estudantes, o Palácio São

¹⁹ Paraná. Decreto nº 1.084 de 11 de maio de 1951. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 11 de maio de 1951, ano XXXIX, nº 56, p. 1.

²⁰ Paraná. Lei nº 674 de 29 de agosto de 1951. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 30 de agosto de 1951, ano XXXIX, nº 145, p. 1.

Francisco (sede do governo estadual entre 1938 e 1953) e o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná; além de ter construído um estande de tiro e canalizado um dos rios que cruzam a cidade.²¹

O alto orçamento, o pessoal e as máquinas da CEOC tornavam-na um conveniente guarda-chuva para todo tipo de obra pública. E não só para as públicas. A construção do estande de tiro parece ter sido solicitada pelo Club Paranaense de Caça e Tiro; e a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba chegou a solicitar à CEOC a realização a preço de custo da estrutura de concreto armado para seu novo hospital psiquiátrico.²² Enquanto alguns viam prosperar projetos que consideravam importantes para a “civilização” do Paraná, outros faziam bons negócios ou negociavam certos benefícios.

As obras, inevitavelmente, tornaram-se foco da disputa política no estado. Os termos da disputa ilustram o contraste ideológico entre as intenções que levaram, sob Lupion, ao represamento dos projetos e, sob Munhoz da Rocha, à decisão de executar o vasto programa de obras. A CEOC nasceu com orçamento de 100 milhões de cruzeiros. Em 1955, já tinha gasto mais de 400 milhões e várias das principais obras — incluindo o Centro Cívico e o Teatro Guaíra— estavam inconclusas. Como parâmetro, quatro meses antes da criação da CEOC, o decreto que instituíra a Comissão Central de Festejos, encarregada de organizar todas as demais atividades do centenário, atribuíra-lhe orçamento inicial de apenas 400 mil cruzeiros.²³ Compreende-se, assim, a campanha empreendida pelos órgãos de imprensa vinculados a Moysés Lupion. Munhoz da Rocha era retratado em charges como um perdulário elitista e delirante, empenhado em construir pirâmides modernas enquanto necessidades básicas como estradas, energia elétrica e transporte público eram negligenciadas (Batistella, 2018, p. 50-51). Essa narrativa crítica espalhou-se pelo Brasil, mais tarde, por meio de uma reportagem do famoso jornalista David Nasser para a revista *O Cruzeiro*, que incluía fotografias das obras tomadas pela capoeira.²⁴ Além da oposição entre palácios e obras úteis, vingou por aqueles anos a oposição entre Curitiba e interior: corria a

²¹ Carta de Ivo Arzua Pereira, engenheiro-chefe da Comissão Especial de Obras do Centenário, ao governador Antonio Anibelli, 30 de abril de 1955 (anexo). *Arquivo Público do Paraná*, fundo Comissão de Comemorações do Centenário do Estado do Paraná, caixa 23/41/08/08.

²² O primeiro engenheiro-chefe da CEOC, Elato Silva, parece ter sido receptivo a esse tipo de demanda, pois as repassava para o governador. Ofícios de Elato Silva ao governador Bento Munhoz da Rocha Neto, 26 de dezembro de 1952 e 9 de março de 1953. *Arquivo Público do Paraná*, fundo Comissão de Comemorações do Centenário do Estado do Paraná, caixa 24/07/67/01.

²³ Paraná. Lei nº 674 de 29 de agosto de 1951. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 30 de agosto de 1951, ano XXXIX, nº 145, p. 1.

²⁴ Nasser, David. “3 maldições do Paraná”, *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1956, p. 52-60.

tirada segundo a qual o governador fora no máximo um bom prefeito de Curitiba (IPARDES, 1989, p. 23).

O principal jornal governista, por outro lado, retratava o governador como um visionário e as obras como signo do progresso paranaense. Nas páginas d'*O Estado do Paraná*, o Centro Cívico era “o monumento da grandeza de nossa terra e da convicção em seu porvir” e a biblioteca e o teatro, “as sedes culturais que faltavam” ao estado.²⁵ Numa publicação oficial, “o monumental Centro Cívico” era tomado por “signo da avançada mentalidade de um governo e de um povo”, correspondendo às “necessidades e possibilidades futuras do Paraná, como estado que se destina, sem dúvida alguma, a liderar, muito logo, a economia nacional”.²⁶ Os propagandistas mais exaltados, portanto, chegavam a sugerir que o Paraná estava em vias de se tornar uma nova potência econômica: “o café vai repetir no Paraná os milagres que fez em S. Paulo”, dizia um painel que recepcionava os visitantes da Exposição Internacional do Café, aberta em Curitiba no início de 1954.²⁷ Pessoas destacadas na vida cultural da cidade e mesmo de expressão nacional sintonizavam-se, se não exatamente com essa perspectiva, ao menos com a percepção mais modesta de que as obras simbolizavam avanços reais. Quando, em 1954, o grande auditório do teatro foi aberto, ainda em obras, para uma apresentação especial da Orquestra Sinfônica Brasileira (sua primeira em Curitiba), o maestro Eleazar de Carvalho teria chamado o Teatro Guaíra de “obra monumental que revela as preocupações do governador Munhoz da Rocha em construir no Paraná edifícios que sejam a tradução fiel do bom gosto e progresso cultural dos paranaenses” (Teixeira, 1992, p. 82).

Embora a modernização do Paraná fosse central na retórica política tanto de Lupion quanto de Munhoz da Rocha (IPARDES, 1989, p. 23), os dois governadores e os grupos que representavam tinham visões distintas sobre como construir um estado moderno. No centenário, prevaleceria aquela da oligarquia tradicional.

2.2. A Modernização da Oligarquia

Os principais planos encampados pela CEOC, contudo, tinham envelhecido entre sua concepção, na década de 40, e a decisão de construí-los, nos começo dos anos 50. O período viu a consolidação da arquitetura moderna no Brasil —o prédio do Ministério da

²⁵ “C.E.O.C., uma sigla que passará à história do progresso paranaense”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 19 de dezembro de 1953, p. 26.

²⁶ “O monumental Centro Cívico de Curitiba”, *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 224, dezembro de 1953, p. 192.

²⁷ “Congresso Mundial do Café”, *O Observador Econômico-Financeiro*, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 217, março 1954, p. 39.

Educação e Saúde (MES) foi inaugurado em 1943—²⁸ e a consagração mundial da arquitetura brasileira. Ainda em 1943, fora realizada a exposição *Brazil Builds* no Museu de Arte Moderna de Nova York (Deckker, 2001) e na mesma cidade estava em construção, desde 1948, a sede das Nações Unidas, com projeto de Oscar Niemeyer e Le Corbusier. O grupo no poder percebeu que a arquitetura moderna potencializaria a relevância de seus planos para Curitiba. Mesmo enfrentando resistências, Munhoz da Rocha acabaria por patrocinar a atualização dos projetos antigos de acordo com essa visão.

Se nos centros da produção cultural brasileira o modernismo, em suas várias frentes, já se tornara dominante no imediato pós-guerra, no Paraná ele ainda era marginal. Na literatura, houvera certos impulsos nos anos 20 e 30 (destacaram-se os futuristas), mas muitos dos seus entusiastas deixaram de produzir ou foram viver no Rio de Janeiro, ficando prejudicado o desenvolvimento de uma corrente local (Oliveira, 2005, p. 55-56). Em 1939, surgiu em Curitiba *O Livro*, que “no início da década de 1940 já era uma revista bastante madura nos seus posicionamentos modernos” (Romanovski, 2016, p. 204), tendo assumido a “tomada de partido pelo paradigma moderno e a referência ao modernismo central” (ibidem). Entre 1946 e 1948, a nova geração de escritores, críticos literários e artistas organizou-se em torno à revista *Joaquim*. À diferença de *O Livro*, que “explorava ‘mundanidades’”, *Joaquim* praticamente se limitava ao âmbito das artes e da cultura (ibidem). Seus editores combatiam o “atraso da vida cultural paranaense”, creditado à mediocridade e ao provincianismo dos intelectuais (Romanovski, 2014, p. 9). Identificavam esses defeitos sobretudo no paranismo, movimento surgido no final da Primeira República que buscou criar uma identidade local por meio da historiografia, da literatura e das artes. Ao questionar o lugar da “província” diante do país e buscar a “adesão aos princípios modernos vigentes nos centros culturais brasileiros” (idem, p. 10), o grupo de *Joaquim* desejava entroncar um Paraná provinciano ao Brasil moderno.

Alguns dos intelectuais que formavam o grupo já eram conhecidos à época do centenário e envolveram-se direta ou indiretamente com as comemorações. Poty Lazzarotto, ilustrador e artista plástico, viria a produzir um painel de azulejos para o Monumento do Centenário e ilustrar diversas publicações;²⁹ e os críticos Temístocles Linhares e Wilson Martins, também colaboradores da revista, escreveriam, respectivamente,

²⁸ Como marcos do processo de conquista de posição dominante pelos arquitetos modernos, Lauro Cavalcanti menciona, além da “construção de monumentos estatais para o Estado Novo”, outras duas frentes: “a instalação de um serviço de patrimônio responsável pela constituição de um capital simbólico nacional [...] e [...] a proposição de projetos de moradias econômicas” (Cavalcanti, 2006, p. 10).

²⁹ Lazzarotto ilustrou o folheto promocional “*International Coffee Exhibition – Exposição Internacional do Café*”, produzido pela Imprensa Paranaense sob encomenda da Comissão de Comemorações do Centenário do Paraná, e a primeira edição do livro de Temístocles Linhares mencionado a seguir.

Paraná Vivo (1953) e *Um Brasil Diferente* (1955), ensaios sociológicos que reinterpretavam o Paraná em rápido processo de desenvolvimento à luz de aspectos de sua história — muito longe, contudo, das convenções ufanistas do paranismo.³⁰ Um contraste relevante produzido por esses intelectuais modernos era a valorização das pessoas, das situações e dos sentimentos comuns, em oposição à profundidade afetada e ao culto aos heróis e grandes personalidades. O próprio nome da revista, *Joaquim*, cuja dedicatória rezava “em homenagem a todos os Joaquins do Brasil” (Romanovski, 2014, p. 78), sugeria o comum, o banal; e os dois ensaios sobre o Paraná exercitavam o pensamento sociológico que procura explicar as grandes transformações mais pela mudança de mentalidade e atitude das pessoas comuns, das massas, do que pelos grandes acontecimentos ou ações heroicas. Na mesma direção, um dos álbuns produzidos para o centenário destacava-se dos demais. *Paraná, Brasil*, do fotógrafo judeu alemão radicado em São Paulo Peter Scheier (1953), buscava representar as diversas faces do estado apoiando-se largamente na construção de tipos, por meio de fotografias —tecnicamente influenciadas pelo fotojornalismo— de pessoas anônimas realizando atividades corriqueiras.³¹ São exemplos de uma sensibilidade emergente que introduzia novos modos de construir o povo e usá-lo como argumento, de modo cada vez efetivo na efervescente democracia de massas do Brasil do pós-guerra.

Embora tivesse alguma simpatia pelo paranismo,³² o governador Munhoz da Rocha tinha sido próximo ao grupo da revista. Em 1947, quando era deputado federal, chegou a publicar um texto em *Joaquim* (idem, p. 109). Temístocles Linhares, em especial —mais velho que os outros membros do grupo e da mesma idade que Munhoz da Rocha—, era amigo do futuro governador. Pouco antes do surgimento da revista, nos anos finais do Estado Novo, os dois costumavam juntar-se a outros boêmios que, saindo à noite das faculdades e redações dos jornais, formavam a “patrulha da madrugada” pelas ruas de Curitiba (idem, p. 107). O também crítico literário Wilson Martins, vários anos mais jovem, dedicaria seu livro de 1955 ao governador. À época do centenário, os antigos críticos do *establishment* cultural tinham canais abertos com o poder.

Na arquitetura, as ideias modernas também tinham ocupado posição marginal até aquele momento. Assim como nas letras, houvera na Curitiba do entre-guerras iniciativas mais ou menos isoladas, como as do arquiteto Frederico Kirchgässner, que projetou sua própria residência de vanguarda em 1930 e trabalhava na prefeitura municipal. Desenvolveu

³⁰ Esses livros e como eles contribuíram para a superação da crise escancarada pela construção da estátua do Homem Nu serão assunto do capítulo 5.

³¹ O álbum e a participação de Scheier serão analisados com mais de profundidade no capítulo 4.

³² Em 1930, num debate na imprensa, externara posições que podem ser consideradas paranistas (Cordova, 2009, p. 46).

suas ideias diretamente a partir das correntes europeias. Não chegou a formar um grupo ou escola e não conheceu grande repercussão (Gnoato, 1997, p. 67). Mais tarde, diversos profissionais formados em engenharia na Universidade do Paraná, como Rubens Meister, Ayrton Cornelsen e Romeu Paulo da Costa passaram a desenvolver projetos incorporando ideias modernas, mas o panorama profissional em Curitiba era desfavorável. Como disse outro desses engenheiros, Elgson Ribeiro Gomes, que passou a década de 50 inteira trabalhando em São Paulo, “em 1945 não era fácil ser arquiteto em Curitiba, por dois motivos simples: não existir faculdade de arquitetura nem ateliê de arquiteto propriamente dito, onde se pudesse ingressar para aprender e trabalhar” (Pacheco, 2010, p. 29). Em Londrina, no norte do estado, sob forte influência paulista, dois projetos modernos do curitibano João Batista Vilanova Artigas, professor da Universidade de São Paulo, tinham sido construídos entre o fim dos anos 40 e o início dos 50: a estação rodoviária e o Cine Ouro Verde. Não havia, contudo, uma “escola” paranaense ou curitibana de arquitetura. Nem no sentido formal, já que o primeiro curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Paraná, seria criado apenas em 1962; nem no sentido de corrente intelectual — a escola que ficaria conhecida como “grupo do Paraná”, ligada ao curso da Universidade Federal e sob influência dos brutalistas de São Paulo (uma corrente modernista distinta da carioca), também se desenvolveria apenas nos anos 60 (idem, p. 66). Assim, no limite, ao longo dos anos 50 o que houve de arquitetura moderna em Curitiba teriam sido “exemplos isolados criados por arquitetos do Rio de Janeiro ou [...] aproximações realizadas por engenheiros locais” (idem, p. 67).

Nos grandes centros, fora entre o final dos anos 30 e o início dos 40 que “os arquitetos modernos disputavam com os adeptos das correntes neocolonial e acadêmica o privilégio de serem escolhidos pelo governo para efetuar as construções de seus ministérios e repartições” (Cavalcanti, 2006, p. 13). Em Curitiba, a “unanimidade modernista” demoraria bem mais para se estabelecer. No final dos anos 40, predominava ainda nos círculos mais cultos da cidade a preferência pela arquitetura tradicional.

O concurso de anteprojetos para o novo teatro é um bom exemplo. Foi promovido em 1948 ainda pelo governo de Lupion. Concorreram 17 anteprojetos.³³ O resultado acendeu uma polêmica com foco nas ideias modernas. Fernando Corrêa de Azevedo, diretor da Escola de Música e Belas Artes do Paraná e membro da banca do concurso, insurgiu-se em janeiro de 1949 contra as escolhas para primeiro e segundo lugares, demasiado conservadoras. Em sua opinião, teriam sido “as perspectivas, o estilo e mesmo a fachada” — isto é, o “elemento subjetivo” — que tiraram “o primeiro lugar ao ante-projeto que

³³ Millarch, Aramis. “Meister, o homem do Teatro Guaíra”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 25 de outubro de 1990, p. 24.

[...] merecia-o mais que qualquer outro”.³⁴ No jornal curitibano *Gazeta do Povo* —à época, vinculado ao governador Lupion (Batistella, 2016, p. 160)—, o crítico caracterizou o primeiro lugar como “absolutamente banal”, “moderno moderado, sóbrio, que não se desligou ainda do passado para se arrojar na independência de uma forma mais pura”, enfim, uma “[m]istura de estilos” —ainda que tivesse “um bom estudo de interior”. A proposta assemelhava-se ao edifício do Colégio Estadual do Paraná, recém-construído de acordo com o conceito austero da arquitetura do Estado Novo. Quanto ao segundo lugar, afirmava, “o autor não soube aproveitar o que a técnica moderna oferece de vantajoso na construção interna de um teatro”, mesmo que nada o impedisse de apresentar “um interior dotado de todo o conforto e técnica modernos e um exterior de qualquer escola clássica”.³⁵ A proposta neoclássica, com colunas e frontão grego, fora assinada pelo arquiteto que tinha repaginado em linhas neoclássicas o então edifício central, em estilo eclético, da Universidade do Paraná (Pacheco, 2010, p. 20).

Seu anteprojeto preferido era o terceiro lugar, assinado por um dos poucos profissionais que incorporavam ideias modernas em Curitiba, Rubens Meister. Azevedo destacou as qualidades técnicas da proposta, em comparação com as outras, mas os principais argumentos centravam-se numa visão de modernidade. “Não se pode hoje em dia pensar em teatro para ópera”, respondia a outro membro da banca, não só porque “qualquer grande ópera se leva tão bem num teatro antigo quanto num moderno”, mas também porque “ninguém hoje escreve mais óperas”.³⁶ Sua visão de modernidade passava por um dos debates centrais para a consagração do movimento, a patrimonialização dos monumentos coloniais e modernos (Cavalcanti, 2006, p. 10): “qualquer construção feita hoje em estilo de épocas anteriores não passará de imitação sem autenticidade”. Em seguida, elogiava o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional por ter feito “erigir em Vila Rica um hotel da mais moderna arquitetura [de Niemeyer] para salvaguardar a intangibilidade dos velhos e legítimos prédios coloniais”. Por isso, um teatro do tempo presente deveria ser construído de acordo com as concepções do tempo presente, e não como imitação de estilos do passado. Sua característica mais destacada, “um arco, bonito ou feio, pouco importa, [é] da época em que foi construído”. Os argumentos de Azevedo, em 1949, teriam

³⁴ O artigo, intitulado “O teatro oficial do estado”, foi publicado na *Gazeta do Povo*, em 16 de janeiro de 1949, e reproduzido em *Espiraís de madeira: uma história da arquitetura de Curitiba* (Dudeque, 2001, p. 415-418).

³⁵ Azevedo, Fernando Correia de. “O Teatro Oficial do Estado”, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 16 de janeiro de 1949.

³⁶ E, num comentário espirituoso que ilustra bem a divisão estético-política que animava a crítica de Azevedo, “não se compreende mais que um cidadão para dizer: eu te amo, precise do acompanhamento de 120 professores de orquestra e gaste dez minutos nessas três palavras” (Dudeque, 2001, p. 418).

sido fundamentais para que o governador, em 1951, decidisse construir o projeto funcional de Meister, preterindo os dois primeiros colocados no concurso (Dudeque, 2001, p. 415).

O artigo de Azevedo teria influenciado também as escolhas para o Centro Cívico (ibidem). Isto é, o governo decidiu-se finalmente por uma proposta moderna, preterindo a concepção tradicional para o novo complexo administrativo incluída no plano Agache (Figura 5). Uma das primeiras ações da CEOC foi encomendar um novo projeto para o centro, “sendo escolhido o que concretizava as tendências da arquitetura contemporânea”.³⁷

Figura 5 – O Centro Cívico do Plano Agache

Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba. *Boletim PMC*. Curitiba, ano 2, n. 12, nov./dez. 1943, p. 32.

Os tradicionalistas, que tinham reacendido o debate contra a escolha do governador para o teatro (Dudeque, 2001, p. 164-165), tampouco deixaram passar o Centro Cívico. Em 1952, com as obras prestes a iniciar, o historiador David Carneiro³⁸ publicou no jornal curitibano *O Dia* (de oposição a Munhoz da Rocha) um passeio imaginário pelo complexo já pronto, a partir do que vira em maquete. Apesar de reconhecer as vantagens, para o Paraná, de uma obra grandiosa como aquela, exercitou o sarcasmo, notando os efeitos exagerados buscados pelos modernistas (ao final do texto, contrastava-os, como se

³⁷ “Os primeiros estudos foram apresentados poucas semanas” depois da criação da Comissão. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da 2ª sessão ordinária da segunda legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná. Curitiba, Paraná, 1952, p. 193.

³⁸ David Antônio da Silva Carneiro (1904-1990), formado engenheiro pela Universidade do Paraná, foi um conhecido positivista e historiador especializado em temas regionais, membro ativo do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná. Filho mais velho (e homônimo) de um dos mais ricos industriais do mate, produto dominante no Paraná da Primeira República. Era professor da Escola de Música e Belas Artes do Paraná em 1948, quando foi realizado o concurso para o teatro.

fossem meras artificialidades, ao panorama da “cidade emoldurada pelas montanhas azuis da Serra do Mar”). Não havia o que fazer, contudo, a não ser desejar “que em muitos pontos essenciais os arquitetos pudessem reconsiderar os seus projetos recaindo em fórmulas mais conservadoras”, o que evidentemente não ocorreria. No mesmo texto, Carneiro reeditou um argumento que parece ter usado alguns anos antes, quando era membro da banca do concurso (Pacheco, 2010, p. 20) para o novo teatro: gostaria que a Assembleia Legislativa se parecesse efetivamente com um parlamento, a exemplo do “capitólio de Washington”, o “Congresso de Buenos Aires ou o Palácio Legislativo do Uruguai”.³⁹ Era a Carneiro que Fernando Corrêa de Azevedo referia-se ao responder, no artigo mencionado acima: “dizem alguns que um teatro deve se conhecer por fora que é um teatro, como uma igreja se conhece que é uma igreja”.

No final de 1952, a revista americana *Architectural Record* publicou uma nota sobre o Teatro Guaíra. Meister, autor do projeto, era sob diversos aspectos um autodidata, e acompanhava a revista, que lhe servia, entre outras, para “complement[ar] sua formação específica em arquitetura” (Gnoato, 2007).⁴⁰ O artigo reconhecia a querela e, de certo modo, referendava a escolha do projeto moderno:

O segundo [na verdade, o terceiro] colocado [...] será construído [...] após intenso debate público precipitado pela escolha de um desenho mais tradicional para receber o primeiro prêmio. O projeto a ser construído foi feito por Rubens Meister, professor de arquitetura na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná. Terá capacidade para 1.900 pessoas e oferecerá instalações sofisticadas para ópera, concertos, peças, exibição de filmes e televisão.⁴¹

Outras duas obras que reforçam a preferência inequívoca pelas ideias “contemporâneas” parecem ter gerado menos polêmica. A necessidade da nova biblioteca pública era provavelmente mais consensual entre as diferentes frações da classe dominante —e abaixo dela, também—, quaisquer que fossem seus posicionamentos ideológicos. Isso

³⁹ Carneiro, David. “O conjunto arquitetônico do Centro Cívico”, *O Dia*, Curitiba, 1º de maio de 1952, p. 3.

⁴⁰ Há semelhança no modo como são narradas as façanhas de dois engenheiros-arquitetos curitibanos dessa época: Romeu Paulo da Costa, que projetou a biblioteca (Galani, 2015), e Rubens Meister, autor do teatro (Gnoato, 2007). Eram ambas construções especializadas em cujo planejamento deveriam ser consideradas, em primeiro plano, as funções específicas a que se destinavam, segundo os ditames da arquitetura funcional. Até então, Costa aprendera sobre edifícios de bibliotecas tanto quando Meister sobre edifícios de teatros: pouco. Ambos teriam se aprofundado de forma autônoma nas técnicas pertinentes, procurando aconselhar-se com autoridades no Brasil e no exterior.

⁴¹ “Curitiba, Brazil, plans ‘official’ theater”, *Architectural Record*, dezembro de 1952. Também reproduzido em *Espiraís de madeira: uma história da arquitetura de Curitiba* (Dudeque, 2001, p. 418-419).

pode ter levado reacionários e opositores políticos a pouparem a biblioteca, concentrando-se em obras vistas como menos essenciais. E talvez a ousadia da biblioteca estivesse mais em sua concepção inovadora —acesso livre às estantes, coleções ambulantes para cidades do interior, filmoteca e investimento em intercâmbio com congêneres estrangeiras⁴²— do que em seu aspecto exterior, menos chamativo que o do teatro. Previu-se para o início de 1954, na sequência das comemorações, a realização da Exposição Internacional do Café e da Feira de Curitiba. O parque de exposições construído especialmente para os eventos seguia, também, linhas modernas,⁴³ mas talvez seu caráter temporário tenha desviado a atenção dos críticos.⁴⁴

A iniciativa de Munhoz da Rocha, ao colocar em marcha o vasto programa de obras para o centenário e atualizar seus projetos de acordo com as concepções modernas, produziria a introdução triunfal do modernismo no Paraná. Suas escolhas significaram uma espécie de imposição. De cima para baixo, pois nem o “mercado” tinha aderido à novidade e, ao longo de toda a década de 1950, “as empreiteiras insistiam em construir edifícios habitacionais segundo estilos pré-modernos” (Pacheco, 2010, p. 31). Mas imposição também de um grupo da elite favorável aos modernos sobre outro, reacionário. Assim como ocorrera a nível nacional com a construção do Ministério da Educação e Saúde, a cargo do ministro do Estado Novo Gustavo Capanema, era o patrocínio estatal ilustrado que consolidava a hegemonia dos modernos.⁴⁵

2.3. O Único Jeito de Ser Moderno Era Ser Brasileiro

Quem apresentou o novo projeto para o Centro Cívico, por volta de outubro de 1951, foi David Xavier de Azambuja. Curitibano de nascimento, formou-se na Escola Nacional de Belas Artes e era professor da Faculdade Nacional de Arquitetura, ambas no Rio de Janeiro. Azambuja radicou-se no Rio, adaptando-se “a uma realidade bem mais complexa e pródiga em oportunidades” profissionais que a de Curitiba, assim como fizera o também curitibano Vilanova Artigas, radicado mais ou menos na mesma época em São

⁴² Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná. Curitiba, Paraná, 1951, p. 115.

⁴³ Os pavilhões foram projetados pelo arquiteto David Xavier de Azambuja, que será apresentado adiante (Gonçalves, 2006, p. 167).

⁴⁴ Comissão de Comemorações do Centenário do Paraná, “*International Coffee Exhibition – Exposição Internacional do Café*”. Curitiba: Impressora Paranaense, s/d.

⁴⁵ É o que dá a entender Lauro Cavalcanti (2006), acrescentando esse patrocínio aos esforços dos modernistas para influenciar e até mesmo ocupar o Estado com o objetivo de avançar sua agenda.

Paulo (Pacheco, 2010, p. 29). Modernista e poucos anos mais jovem que o governador, Azambuja tinha, senão elos, ao menos afinidades com o grupo próximo a Munhoz da Rocha (idem, p. 411). Possivelmente foi convidado a apresentar uma proposta. No Rio, Azambuja reuniu uma equipe formada por profissionais cariocas vinculados ao movimento modernista, como Olavo Redig de Campos, Flávio Régis do Nascimento e Sérgio Rodrigues. Reuniam-se no escritório de Flávio Régis (Mueller, 2006, p. 62). O próprio Lúcio Costa teria acompanhado “atentamente” os primeiros passos do projeto (idem, p. 167) e, segundo relato de um dos membros da equipe, visitava as reuniões para debater alguns de seus principais aspectos. Sua opinião teria sido decisiva, por exemplo, para as escolhas sobre o “dimensionamento” e a “suntuosidade” da praça do Centro Cívico (idem, p. 169). O projeto, portanto, estava nas mãos dos profissionais mais prestigiados, membros da chamada “escola carioca”.

Tratava-se de trunfo do governo estadual, sem dúvida —e seus mandatários tinham consciência do feito que fora assegurar tamanho prestígio. O contrato assinado entre o governo e o primeiro chefe da CEOC, o engenheiro Elato Silva,⁴⁶ em dezembro de 1951, estabelecia que, na construção do Centro Cívico e das demais obras, ele deveria “obedecer aos projetos arquitetônicos elaborados”, assegurando-se a primazia dos arquitetos do Rio.⁴⁷

No projeto do Centro Cívico, o paranaense Azambuja agia precisamente como um dos brasileiros que, formando-se no Rio, “se tornaram mensageiros da arquitetura moderna” (Segawa, 2012, p. 163). Devido à hegemonia conquistada pelo grupo de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, realizar projetos no interior do país significava, àquela altura, “disseminar a linguagem carioca”, atuando como “arquiteto-peregrino” nos rincões de um Brasil ainda por modernizar (ibidem). E modernizar significava também nacionalizar. Era Lúcio Costa que, no “campo arquitetônico”, elaborava “a base teórica da retradução de valores, com vistas à formação de uma nova ‘identidade’ nacional” (Cavalcanti, 2006, p. 49). Para tanto, os modernos buscaram assegurar o poder ao mesmo tempo sobre o passado e sobre o futuro, numa “dupla atuação” bem ilustrada pela parceria de Costa e Niemeyer: “o primeiro como urbanista e diretor de arquitetura e história do SPHAN [Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional], o segundo como arquiteto de grandes projetos, sobretudo na esfera pública” (idem, p. 15). Para Costa, deixando clara sua visão integrada de passado e futuro, a “função primordial” do SPHAN era “dar concretude à nação, não somente desvendando a todos os brasileiros aquilo que, embora existente, se encontrava escondido, mas, também,

⁴⁶ Elato Silva presidiu a CEOC de 1º de dezembro de 1951 até o final de 1953.

⁴⁷ “Termo de contrato de locação de serviços entre o estado do Paraná e o engenheiro civil Elato Silva”. *Arquivo Público do Paraná*, fundo Comissão de Comemorações do Centenário do Estado do Paraná, caixa 23/40/01/03.

construindo efetivamente sua materialidade” (Chuva, 2003, p. 320). Esse sentido nacional e missionário transmitiu-se pela atuação dos profissionais da escola carioca.

Na superfície, tratava-se de levar a novidade da arquitetura moderna para os quatro cantos, produzindo ao mesmo tempo a interiorização do moderno (interesse dos formuladores e disseminadores da escola, como Azambuja) e a modernização do interior (interesse de políticos ambiciosos como Munhoz da Rocha e do grupo de intelectuais favoráveis ao modernismo que o rodeava). Todos ganhavam. Olhando mais de perto, contudo, a substituição dos estilos tradicionais, referenciados diretamente na Europa, por um moderno que, se não fosse originalmente brasileiro, era ao menos elaborado no Brasil, reforçava um sentido de nação que só podia tomar por referência nossos grandes centros — naqueles anos de hegemonia da escola carioca, sobretudo o Rio de Janeiro. Nesse sentido, o moderno da escola carioca era uma força centrípeta que contribuía para nacionalizar as regiões. Longe de homogeneizar, contudo, esse processo particular de nacionalização tratava de as situar, por meio de edifícios monumentais, numa nação internamente diferenciada, com centro produtor e periferias consumidoras. Desse ponto de vista, a arquitetura reforçava uma narrativa de nação centrada numa capital cosmopolita, para onde convergia a vida política e cultural de todas as regiões. Em seguida, processada no Rio, a diversidade regional retornava às regiões como modernidade nacional.

A dinâmica, é claro, encerrava relações de poder entre os polos nação-regiões. Não impressiona que, alguns anos mais tarde, na São Paulo emergente como motor industrial do país, surgiria uma escola moderna de arquitetura com linguagem própria, o brutalismo, capaz de promover uma narrativa alternativa de nação, em contraponto à narrativa da escola carioca; e que a primeira “escola” propriamente paranaense, o “grupo do Paraná”, se consolidaria, então, sob forte influência dos paulistas. Segundo um analista que, neste ponto, não deixa de tomar partido na disputa de regionalismos, a influência da escola carioca teria ficado resumida a um “curto período de tempo” —entre 1948 e 1960— no qual, em Curitiba, “se buscava ser moderno, mas sem se saber como” (idem, p. 36). Porém, as lutas para importar o moderno do Rio na época do centenário sugerem o contrário: o grupo de elite no poder sabia que o Paraná só poderia ser moderno se fosse, em primeiro lugar, brasileiro.

Mostram-no bem dois acontecimentos relacionados a essa busca. No início de 1952, ainda antes de as obras começarem, o secretário de Educação e Cultura do estado escreveu pessoalmente a Le Corbusier, maior influenciador dos arquitetos do Rio, convidando-o para visitar Curitiba e “estudar alguns projetos que o governo estadual pretendia lhe confiar” (Santos *apud* Pacheco, 2010, p. 89). Ironicamente, o secretário era Newton Carneiro, irmão mais novo de David, o principal opositor dos projetos modernos

para o teatro e o Centro Cívico. Homem de confiança de Munhoz da Rocha, Newton seria presidente da Comissão Central de Comemorações do Centenário e atuaria em sentido contrário ao irmão renitente, facilitando a introdução do modernismo no Paraná. O convite a Le Corbusier provavelmente se referia ao Centro Cívico e, nesse caso, “confiar” deve ter sido um exagero de interpretação a respeito da intenção do secretário, pois a equipe de Azambuja já vinha trabalhando no assunto havia meses. Conforme a correspondência, “em princípio a ideia lhe parece[u] atraente, mas, sem que se saiba porquê, o assunto não [teve] continuidade” (ibidem). O contato com Le Corbusier mostra o crescimento progressivo das pretensões para o centenário: de profissionais que trabalhavam em Curitiba, avançou-se para os expoentes da escola carioca até chegar, por fim, em seu maior inspirador.

Embora o contato não tenha avançado, pode ter contribuído para produzir um resultado extremamente positivo. Segundo um dos membros da equipe de Azambuja, a satisfação de apresentar “a maquete na 2ª Bienal de São Paulo (dezembro de 1953 a fevereiro de 1954) só foi superada quando [a] vimos impressa na famosa revista especializada *L’Architecture d’Aujourd’hui*, junto às principais arquiteturas mundiais” (Mueller, 2006, p. 169). De fato, o projeto mereceu uma página na edição dupla de 1952 inteiramente dedicada à arquitetura brasileira (Figura 6).⁴⁸ O Centro Cívico de Curitiba era surpreendentemente notado, no editorial do dossiê, entre “as belas realizações do Rio, de São Paulo, da Bahia, de Curitiba ou de Cataguazes, germinação incrível que tem deixado o mundo admirado”.⁴⁹ Sua inclusão na revista pode ter sido influenciada diretamente por Le Corbusier, que era próximo ao editor André Bloc. E o contato do secretário de estado teria sido providencial.

⁴⁸ “Centre Civique”, *L’Architecture d’Aujourd’hui*, n. 42, 1952, p. 48.

⁴⁹ Bloc, André. “Ayons confiance dans l’architecture contemporaine”, *L’Architecture d’Aujourd’hui*, n. 42, 1952, p. 2.

Figura 6 – Detalhe da Maquete do Centro Cívico em *L'Architecture d'Aujourd'hui*

Fonte: “Centre Civique”, *L'Architecture d'Aujourd'hui*, n. 42, 1952, p. 48.

A inclusão consagrava as obras de Curitiba entre o que de mais avançado produzia-se em termos de “arquitetura brasileira”. Nas palavras do editor, “o Brasil é considerado no mundo inteiro como a terra eleita pela arquitetura contemporânea mais nova e mais audaciosa”.⁵⁰ Mas o reconhecimento não se limitava à arquitetura; abrangia todo o movimento modernista do qual a arquitetura era a ponta mais prestigiosa. A apresentação do embaixador brasileiro em Paris àquela edição da revista mostrava a visão oficial sobre o significado amplo dessa consagração do Brasil:

em trinta anos, num dos movimentos de libertação mais extraordinários já conhecidos, seus historiadores, sociólogos, cientistas, romancistas, músicos, pintores, poetas, escultores e arquitetos experimentaram em total liberdade, numa ansiedade pelo novo que difere completamente de todas as experiências culturais ocorridas até então no país.⁵¹

A aparição do Centro Cívico no mapa dessa vanguarda convergia com o antigo sonho dos modernos locais: teria o Paraná começado a romper seu retraimento para entroncar na vertente do Brasil moderno?

2.4. Domesticando os Modernos

As fotos da maquete na revista francesa eram acompanhadas por uma breve apresentação de Curitiba. A cidade, “centro comercial e industrial do estado do Paraná”, era

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Carlos Celso de Ouro Preto. “Introduction”, *L'Architecture d'Aujourd'hui*, n. 42, 1952, p. 1.

retratada como “capital de uma das regiões mais importantes da República Federativa do Brasil”, a qual “conhece atualmente uma era de grande prosperidade financeira”. Embora ainda não aparecessem nas fotografias, eram previstas “diversas obras de arte, estátuas, afrescos, mosaicos”, numa “amostra das obras culturais do Brasil de hoje”. A apresentação, portanto, reiterava a vinculação de Curitiba, por meio do projeto, ao celebrado Brasil moderno. Havia, contudo, uma dissonância: ao esclarecer sobre a localização da cidade em “zona temperada”, acrescentava que “ao clima agradável adapta-se muito bem sua população de origem europeia, sobretudo alemã e polonesa”.⁵² A afirmação destoava da visão de país do grupo moderno. O trecho pode ser uma marca da influência do contato do secretário Newton Carneiro com Le Corbusier. Na correspondência, Carneiro poderia ter enviado as informações ou parte delas, externando essa visão europeizada de Curitiba. O certo é que a apresentação evidencia a existência de dois discursos, dificilmente conciliáveis, sobre a relação entre região e nação. Parte do Brasil moderno ou Brasil “temperado” de “origem europeia”?

A incorporação do Paraná na narrativa nacional dos modernos logo traria problemas para a execução do projeto do Centro Cívico. Ao escolher “importar” o modernismo por intermédio da escola carioca, a elite paranaense acabava importando junto uma brasilidade que não se dobraria ao seu regionalismo. O grupo no poder, favorável aos modernos, tentaria domesticar o moderno do Rio e imprimir uma narrativa regional às obras. A parte reacionária da elite, por outro lado, aproveitaria a oportunidade para atacar um aspecto do discurso moderno que lhe parecia intolerável: a mestiçagem. Tornaria, assim, explícita a tensão entre a brasilidade moderna e a diferença regional produzida, no Paraná, pelo sentimento de branquitude.

No modelo apresentado na revista francesa, destacavam-se, no centro da praça, um espelho d’água e um obelisco, que teria “80 metros de altura” e fora “concebido para realçar a linha horizontal e calma do Palácio do Governo”. Fazia parte, portanto, de uma concepção global que harmonizava com os demais elementos. Mas numa das primeiras formalizações do plano de obras —a lei que instituiu a CEOC—, a intenção de construir cada edifício aparece em separado, como elementos independentes de um programa mínimo. O mesmo ocorre com o “Monumento do Centenário”, o qual, pelo texto, não se compreende constituir conjunto com as demais construções.⁵³ Isto é, talvez a intenção inicial do governo fosse construir um monumento independente do Centro Cívico. Essa lei antecede, em algumas semanas, a apresentação da proposta pela equipe do Rio. Depois,

⁵² “Centre Civique”, *L’Architecture d’Aujourd’hui*, n. 42, 1952, p. 48.

⁵³ Paraná. Lei nº 674 de 29 de agosto de 1951. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 30 de agosto de 1951, ano XXXIX, nº 145, p. 1.

numa publicação que condensa a proposta, apresentando já uma série de imagens do conjunto e dos edifícios, consolida-se a incorporação do monumento à praça: “em frente ao edifício do Palácio do Governo será instalado o monumento do centenário”, isto é, “um obelisco [...] e ao lado deste um belo espelho d’água”.⁵⁴ Parece razoável concluir que a ideia do monumento pode ter surgido no círculo do governo como ideia independente, mas foi logo incorporado à praça pelos arquitetos, tornando-se uma das peças fundamentais em sua concepção artística, como sugere a interpretação dada pela revista francesa. As imagens do monumento simples e perfeitamente integrado ao complexo, tal como na revista, passaram então a circular na imprensa e em publicações oficiais.⁵⁵

As “diversas obras de arte” —ou “modernas estátuas simbólicas”, como são chamadas na publicação com a proposta oficial— têm histórias mais dispersas, pois dependiam de encomendas separadas feitas a diferentes artistas. Apenas algumas foram executadas. Por meio de certos indícios, no entanto, é possível ter ideia do que se pretendia. Na publicação com a proposta oficial, vê-se o modelo de uma estátua —parece uma espécie de árvore, talvez até uma araucária estilizada— em frente aos edifícios do Poder Legislativo (Mueller, 2006, p. 50, figura 32) e, em algum momento, houve a intenção de revestir a fachada externa do Tribunal do Júri com um mural, como sugere outra maquete (Gonçalves, 2006, p. 144-145). Roberto Burle Marx chegou a formalizar uma proposta para essa parede, “com pedras locais em duas ou três cores”.⁵⁶ Outras obras como relevos e painéis em madeira foram sendo executadas, em ritmos distintos, no interior dos edifícios (idem, p. 139)

Mas nada do que tinha sido sugerido ou aprovado pelos arquitetos do Rio assemelhava-se ao que o governador tinha em mente. Munhoz da Rocha contactou o escultor curitibano Erbo Stenzel para que realizasse um monumento peculiar. Stenzel tinha sido discípulo do escultor João Turin, pioneiro dessa arte em Curitiba, e no final dos anos 30 recebera do interventor estadual uma bolsa para se aperfeiçoar no Rio. Estudou na Escola Nacional de Belas Artes e participou de diversas exposições, obtendo certo reconhecimento na capital. Em 1949, com a morte de Turin, o governo de Moysés Lupion convidou-o para

⁵⁴ A publicação, *CC – Revista sobre as obras do centenário de emancipação política do Paraná*, impressa em Joinville pela Impressora Ipiranga, sem data, é citada por Josilena Gonçalves (2006, p. 134) e, aparentemente, com outro nome, por Oscar Mueller (2006, p. 50, *passim*), que reproduz algumas imagens. Algumas das figuras apareceram em *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 224, dezembro 1953, p. 193.

⁵⁵ Nas diversas imagens publicadas na época reunidas por Irã Taborda Dudeque (2001, p. 168-169) em *Espiraís de madeira*, é sempre o monumento simples que aparece no centro da praça.

⁵⁶ Proposta de Roberto Burle Marx a Elato Silva, chefe da Comissão Especial de Obras do Centenário. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1953. *Arquivo Público do Paraná*, fundo Comissão de Comemorações do Centenário do Estado do Paraná, caixa 24/07/69/46.

retornar a Curitiba após cerca de uma década na capital, prometendo-lhe emprego na Escola de Música e Belas Artes do Paraná e um ateliê, promessas cumpridas apenas parcialmente.⁵⁷ Por sua formação e trajetória, Stenzel era um artista “acadêmico”, do tipo ao qual os modernos contrapunham-se. Dificilmente sua escolha agradaria aos arquitetos cariocas. Mas Stenzel, como a maior parte dos artistas curitibanos da primeira metade do século, dependia economicamente do Estado e, portanto, das graças do grupo no poder.⁵⁸ Sobre tudo, em seu caso, porque a escultura é cara e, assim, ainda mais dependente de patrocinadores ou do Estado. A menor autonomia pode ter sido um dos fatores que levou Munhoz da Rocha a contatá-lo.

Stenzel parece ter sido colocado em situação difícil. De acordo com seu relato, o governador propôs a construção de um conjunto de 21 figuras humanas, cada uma representando um estado brasileiro. O Paraná, “um adolescente dando um passo à frente”, teria destaque, “rompendo correntes que lhe prendem os pulsos, simbolizando a libertação dos vínculos políticos que o sujeitavam à província de São Paulo” (Gonçalves, 2006, p. 151). Uma alegoria nada sutil da independência do estado. A concepção assemelha-se a imagens que circulavam em publicações paranistas. Em 1948, uma delas, a revista *A Divulgação*, ilustrara um editorial intitulado “O Paraná em franca expansão” com a imagem de um trabalhador, forte, descalço e com as mangas arregaçadas, rompendo com um urro uma grossa corrente (Machado, 2012, p. 82). A recaída do governador na narrativa ufana próxima ao paranismo mostrava que sua tomada de partido pelo modernismo não fora integral ou, então, já vacilava.

O escultor teria alegado dificuldades, como a de ser impossível destacar devidamente a figura do Paraná em meio a tantas outras, e propôs uma alternativa que Munhoz da Rocha aceitou: fazer uma só figura, “vertical, em contraste com um grande painel horizontal em baixo relevo, no qual seria sintetizada a história do desenvolvimento do Paraná” (Gonçalves, 2006, p. 151). Isto é, a narrativa dos 21 gigantes fora claramente desmembrada em dois elementos: a figura humana vertical e o painel horizontal. Segundo Stenzel, o acordado seria situar o conjunto em frente ao palácio do Executivo. Decorre, todavia, que as figuras idiossincráticas ficariam misturadas com o conjunto simples de obelisco e espelho d’água projetado pelos arquitetos. Os acréscimos paranaenses ao

⁵⁷ Museu de Arte do Paraná, *Erbo Stenzel, 1911 - 1989: escultura, desenho, gravura. Exposição realizada por ocasião do décimo-quinto aniversário de falecimento do artista*, Curitiba, 6 de julho a 25 de agosto de 1995 (panfleto).

⁵⁸ É a tese de Geraldo de Camargo: laços de dependência econômica teriam levado “artistas plásticos, na sua maioria filhos de imigrantes com formação profissionalizante”, a servirem como produtores da “apresentação visual” de ideias sobre a identidade paranaense “originadas nas camadas socialmente dominantes” —isto é, elaboradas por “literatos luso-brasileiros oriundos de famílias estabelecidas desde a emancipação da província” (Camargo, 2007, p. 9).

monumento original não devem ter sido aceitos, pois as fotografias e desenhos presentes nas publicações oficiais, até o final de 1953, mostram sempre o monumento simples conforme concebido no Rio.⁵⁹

Munhoz da Rocha insistiu em sua ideia, talvez negociando com a equipe de Azambuja. Em meados de 1953, uma proposta híbrida saiu na revista *Brasil Arquitetura Contemporânea*.⁶⁰ O “Monumento do Centenário do Paraná” (Figura 7) mantinha o espelho d’água e o obelisco, mas havia também uma estátua de formas quase abstratas —pouco a ver com o “adolescente” Paraná— representando “o homem que desbravou a região”. Atrás, havia o painel com um relevo “descrevendo a história e as riquezas” do estado. “O monumento”, dizia a legenda, “será localizado no meio da praça em que se constrói o Centro Cívico de Curitiba, realização de importância no presente surto da arquitetura brasileira”. Ao menos uma maquete foi construída de acordo com essa concepção, porém suas imagens não foram amplamente divulgadas, permanecendo, apócrifa, em acervo pessoal.⁶¹

⁵⁹ “Comissão de Comemorações do Centenário do Paraná”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 19 de dezembro de 1953, p. 51.

⁶⁰ “Monumento do Centenário do Paraná”, *Brasil Arquitetura contemporânea*, n. 1, agosto/setembro de 1953.

⁶¹ Uma fotografia é reproduzida em *Centro Cívico de Curitiba, um espaço identitário*, de Oscar Mueller (2006, p. 86, figura 85).

Figura 7 – A Proposta Híbrida para o “Monumento do Centenário do Paraná”

Fonte: “Monumento do Centenário do Paraná”, *Brasil Arquitetura Contemporânea*, n. 1, agosto/setembro de 1953.

A proposta era assinada por Erbo Stenzel, José Pedrosa —escultor conhecido por seu bronze para o complexo da Pampulha, em Belo Horizonte—, e dois arquitetos da equipe do Rio: Olavo Redig de Campos e Flávio Regis do Nascimento. Parece razoável, assim, entender que se tratava de uma tentativa de compromisso com o governador, na qual os arquitetos associavam-se a Stenzel para assegurar o controle sobre as alterações na concepção do monumento. Porém, não foi o bastante para enterrar a ideia do “adolescente”. No monumento finalmente mandado construir, a figura humana retornou em lugar da estátua abstrata. Mas isso não significa que a versão do governador prevaleceu. O conjunto inteiro foi deslocado para fora do Centro Cívico, tornando-se uma praça independente a algumas quadras de distância. Segundo Stenzel, a mudança ocorreu “por razões políticas, não sei bem”. Pareceu-lhe ter sido uma decisão do próprio governador. O artista teria ainda tentado acomodar a estátua do “adolescente” na avenida de acesso ao Centro Cívico, sem êxito: “aí”, disse ele, “o jeito foi instalar o monumento na praça” (Gonçalves, 2006, p. 152).

2.5. A Cor do Homem Nu

O governador não conseguiu incluir sua alegoria do Paraná triunfante no monumento brasileiro dos modernos. Logo mais, também perderia o controle sobre as

formas do gigante que insistira em construir. As tentativas de conciliar o monumento original, simples, com as ideias de Munhoz da Rocha desenrolavam-se ao menos desde o início de 1953. Em fevereiro, Erbo Stenzel recebeu uma carta do escultor Humberto Cozzo contendo uma proposta esboçada à mão. O desenho mostrava o obelisco, o painel e a figura gigante dando seu passo adiante —em lugar do homem abstrato “que desbravou a região”— e era fruto de conversas mantidas pelos artistas alguns dias antes, quando Cozzo esteve em Curitiba.⁶² A parceria entre eles permitia esquivar-se da tutela dos arquitetos da escola carioca e dos escultores ligados ao movimento moderno, mas mesmo assim tiraria definitivamente das mãos dos agentes locais o controle sobre o resultado final.

Outra razão para Stenzel associar-se a um profissional de fora era que ele não via condições de realizar uma obra daquelas dimensões somente com os recursos técnicos disponíveis em Curitiba (Gonçalves, 2006, p. 153). Além disso, Humberto Cozzo, o novo parceiro, tinha assegurado duas outras encomendas para as obras do centenário: uma estátua representando a Justiça, destinada à área em frente ao Tribunal do Júri,⁶³ e um painel chamado “Alusão ao Trabalho”, numa parede interior do palácio do Executivo (idem, p. 139). Em 1953, já trabalhava ao menos nesta última. Os escultores conheciam-se do Rio, provavelmente do ambiente da Escola Nacional de Belas Artes. Cozzo, paulista, radicara-se na capital, fora premiado no Salão Nacional de Belas Artes e era autor de diversas encomendas, um experiente escultor “acadêmico” requisitado em todo o país.

Uma de suas obras, instalada em Curitiba em 1951 —antes de qualquer intenção de se associarem para o centenário—, revela a amizade entre os dois e ajuda a compreender o modo como organizariam a parceria. Em maio de 1951, Cozzo havia escrito a Stenzel pedindo-lhe que auxiliasse o cunhado a encontrar uma pensão na cidade, pois ele passaria alguns dias cuidando da instalação da estátua em homenagem à Força Expedicionária Brasileira.⁶⁴ O trabalho, feito no ateliê do Rio e entregue pronto em Curitiba, preconizava o modelo que logo mais os profissionais acertariam para realizar as obras do monumento do centenário. Cozzo e seus assistentes no Rio esculpiriam o gigante de granito e os grandes blocos do painel ondulado. As peças seriam entregues prontas em Curitiba. Na frente do painel, Stenzel esculpiria um relevo e em seu verso Poty Lazzarotto, ilustrador que

⁶² Carta de Humberto Cozzo a Erbo Stenzel, 6 de fevereiro de 1953. *Fundação Cultural de Curitiba*, fundo Erbo Stenzel, pasta “A Praça 19 de Dezembro na obra de Erbo Stenzel”.

⁶³ Uma carta sugere que as tratativas para contratar Cozzo para realizar a estátua da Justiça ocorriam ao menos desde meados de 1952, ou seja, vários meses antes de ele se associar a Stenzel. Carta de Ivo Arzua Pereira, engenheiro-chefe da Comissão Especial de Obras do Centenário, ao governador Bento Munhoz da Rocha Neto, 13 de agosto de 1954. *Arquivo Público do Paraná*, fundo Comissão de Comemorações do Centenário do Estado do Paraná, caixa 24/07/67/01.

⁶⁴ Carta de Humberto Cozzo a Erbo Stenzel, 29 de maio de 1951. *Fundação Cultural de Curitiba*, fundo Erbo Stenzel, pasta “A Praça 19 de Dezembro na obra de Erbo Stenzel”.

fora um dos responsáveis pela revista moderna *Joaquim*, faria um mural de azulejos. Enquanto o relevo trataria da história do Paraná do ponto de vista econômico, o mural de Poty daria enfoque político. Cozzo, a princípio, não ficou muito satisfeito com a contratação do ilustrador curitibano, pois já tinha ele mesmo “um plano para o painel de mosaico”,⁶⁵ mas não conseguiu evitar a contratação de Poty.

O painel em relevo foi concebido e modelado por Stenzel, em diálogo com Cozzo e seguindo orientações historiográficas de José Loureiro Fernandes, reconhecido antropólogo e professor da Universidade do Paraná.⁶⁶ Do mesmo modo, o gigante, embora feito no Rio, deveria seguir em linhas gerais a ideia negociada entre Stenzel e o governador. Não parece, todavia, terem sido preservados esboços do artista curitibano. Depois da conversa presencial, possivelmente em janeiro de 1953, Cozzo começou a preparar uma série de modelos cujas fotos ia enviando a Curitiba, para que o colega acompanhasse a evolução do trabalho. Uma das primeiras fotografias mostrava uma maquete baseada no desenho à mão. Simulava todos os elementos do monumento: o obelisco, o painel, o espelho d’água e uma figura humana, ainda com traços indefinidos (Figura 8).⁶⁷ Parecia-se com o modelo a ser publicado, alguns meses depois, em *Brasil Arquitetura Contemporânea*, mas já com o gigante “Paraná” em lugar da figura abstrata dos pioneiros. Alguns anos mais tarde, Stenzel diria não ter gostado daquela maquete. “Apresentei o projeto para Cozzo”, disse, “e ele, mais tarde, voltou com um pequeno modelo da imagem, só que contrariando o que eu queria: ao invés de inclinada, estava em posição reta. Não gostei, mas como o tempo não permitia reparos, ela foi feita assim mesmo” (Gonçalves, 2006, p. 153).⁶⁸

⁶⁵ Carta de Humberto Cozzo a Erbo Stenzel, 28 de março de 1953. *Fundação Cultural de Curitiba*, fundo Erbo Stenzel, pasta “A Praça 19 de Dezembro na obra de Erbo Stenzel”.

⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁷ Fotografias anexadas às cartas. *Fundação Cultural de Curitiba*, fundo Erbo Stenzel, pasta “A Praça 19 de Dezembro na obra de Erbo Stenzel”.

⁶⁸ Trechos da entrevista são reproduzidos em reportagem de 1974. “O criador fala sobre a sua obra. A mulher nua ainda não está no lugar planejado”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 4 de setembro de 1972, p. 3.

Figura 8 – A Maquete de Cozzo

Fonte: Fundação Cultural de Curitiba, Fundo Erbo Stenzel, pasta “A Praça 19 de Dezembro na obra de Erbo Stenzel”.

Discordando, talvez, dessa concepção, Stenzel anunciou sua vontade de desistir da parceria no final de abril.⁶⁹ Fazia sentido, se suas determinações não estavam sendo seguidas e a obra seria totalmente executada no Rio. Se a desistência confirmou-se, o artista curitibano teria deixado a estátua, ainda na fase de preparação dos primeiros modelos, aos cuidados exclusivos de Cozzo, mas não é possível ter certeza. O certo é que Cozzo pediu a Stenzel que esperasse alguns dias, para que pudessem discutir pessoalmente o assunto em Curitiba. Ao mesmo tempo, Stenzel seguiu trabalhando na concepção do painel em baixo-relevo e mais tarde continuou a receber fotografias dos avanços na preparação da estátua, a respeito dos quais Cozzo pedia-lhe a opinião. Portanto, ainda que Stenzel tenha mesmo desistido, manteve-se atento ao andamento do trabalho.

Fotografia posterior (talvez aquela mencionada em carta de 30 de abril) mostra o desenvolvimento da figura: Cozzo havia feito uma escultura de argila e, a seus pés, vê-se uma estátua de gesso menor, que parece ter sido uma das primeiras tentativas (Figura 9). A figura menor ainda tinha traços indefinidos, mais voltada para expor a ideia da forma e

⁶⁹ Carta de Humberto Cozzo a Erbo Stenzel, 30 de abril de 1953. *Fundação Cultural de Curitiba*, fundo Erbo Stenzel, pasta “A Praça 19 de Dezembro na obra de Erbo Stenzel”.

postura da estátua.⁷⁰ Já no modelo maior vê-se pela primeira vez uma figura com feições reconhecíveis. E pode-se identificá-las facilmente como as de um homem branco, com nariz fino e cabelos lisos, isto é, dotada de características com significado racial que permitem ao observador atribuir-lhe “cor”.⁷¹ Não há indícios de discussão sobre essas escolhas na correspondência, de modo que ou os dois estavam de acordo —nesse caso, é possível que o desenho tenha seguido orientações anteriores do próprio Stenzel— ou Stenzel já havia desistido de todo de influenciar na obra, o que parece improvável.

A escolha por esculpir um homem de traços brancos parece ter sido feita com naturalidade. De um lado, devem ter sido importantes as expectativas de seu idealizador. Perderam-se os detalhes da primeira concepção apresentada a Stenzel pelo governador, mas é possível ter uma ideia de como a estátua do Paraná distinguir-se-ia em meio a 20 outras figuras semelhantes. A proposta de que deveria ser um “adolescente”, segundo relato de Stenzel, sugere que as feições seriam uma dessas marcas. Outras características, como marcas regionais ou traços racializados com conotação regional, poderiam ter sido empregadas. Embora se trate aqui apenas de conjecturas, veremos a seguir que boa parte da elite curitibana esperava que, se o Paraná seria representado numa figura humana, que fosse uma figura “branca”, correspondente ao modo como imaginavam o tipo físico paranaense em oposição ao tipo físico brasileiro ou outros tipos físicos brasileiros, de outras regiões. Por agora, basta lembrar que mesmo a fração dessa elite simpática ao modernismo —Munhoz da Rocha à frente— entrou em choque com os modernos do Rio quando eles passaram a bloquear a imposição de uma narrativa regionalizante ao complexo do Centro Cívico. Do mesmo modo, o problema da “cor” do gigante cinzento acabaria por evidenciar que a combinação de raça e região limitava a adesão da elite paranaense à modernidade brasileira.

⁷⁰ Modelos em barro em escalas diferentes da estátua do “Homem Nu”, obra dos escultores Erbo Stenzel e Humberto Cozzo. *Fundação Cultural de Curitiba*, fundo Erbo Stenzel, ref.: SN, 6967, 1 fotografia, p/b.

⁷¹ No Brasil da era da democracia racial, encontrava-se em plena vigência o sistema de classificação racial por “cor” descrito por Oracy Nogueira (2007 [1955]), no qual a raça percebida de um indivíduo decorre da combinação de características físicas, como tipo do cabelo, traços faciais e cor da pele, e características sociais, como apresentação e refinamento (Guimarães, 2011).

Figura 9 – O Modelo de Argila, “Branco”

Fonte: “Modelos em barro em escalas diferentes da estátua do ‘Homem Nu’, obra dos escultores Erbo Stenzel e Humberto Cozzo”. *Fundação Cultural de Curitiba*, fundo Erbo Stenzel, ref.: SN, 6967, 1 fotografia, p/b.

De outro lado, complementando a perspectiva do governador, a escultura de um *Torso de Trabalhador* modelado por Stenzel na Escola Nacional de Belas Artes em 1941 oferece mais pistas (Figura 10).⁷² Homem forte, de músculos bem definidos e expressão serena, mas decidida, seu trabalhador de traços brancos aproximava-se da figura preparada por Cozzo em sua oficina. Assim como o escultor paulista sugerira a Stenzel, numa carta, modernizar as figuras que havia desenhado para o painel em baixo-relevo,⁷³ o gigante de granito pode ter sofrido influência do trabalhador de 1941, como um parente modernizado. O mais importante, porém, é o parentesco entre o modo como Stenzel concebera o

⁷² Museu de Arte do Paraná, *Erbo Stenzel, 1911 - 1989: escultura, desenho, gravura. Exposição realizada por ocasião do décimo-quinto aniversário de falecimento do artista*, Curitiba, 6 de julho a 25 de agosto de 1995 (panfleto).

⁷³ Carta de Humberto Cozzo a Erbo Stenzel, 28 de março de 1953. *Fundação Cultural de Curitiba*, fundo Erbo Stenzel, pasta “A Praça 19 de Dezembro na obra de Erbo Stenzel”.

trabalhador, no início dos anos 40, e o modo como ele e Cozzo concebiam o Paraná “adolescente” ou, noutra versão, “o homem que desbravou” o estado, no início dos anos 50: tão branqueado e heróico quanto distante da representação mestiça elaborada pelos intelectuais e artistas modernos.

Figura 10 – Erbo Stenzel, *Torso de Trabalhador*, 1941

Fonte: Museu de Arte do Paraná. “Erbo Stenzel, 1911 - 1989: escultura, desenho, gravura”. Exposição realizada por ocasião do décimo-quinto aniversário de falecimento do artista, Curitiba, 6 de julho a 25 de agosto de 1995 (panfleto).

Exatamente por tal motivo, acomodava-se melhor às expectativas de quem encomendava esse tipo de trabalho. Um exemplo conhecido de adesão limitada às ideias do movimento modernista é a reação de repúdio do ministro Gustavo Capanema, em 1937, à estátua apresentada pelo escultor Celso Antônio. Seria uma representação monumental do “homem brasileiro” instalada em frente ao novo Ministério da Educação e Saúde; edifício e estátua que “se complementarão de maneira exata e necessária”, como teria dito o ministro (Dávila, 2003, p. 22). No entanto, apesar de bancar a construção do inovador edifício moderno, Capanema recusou a proposta para a estátua, pois ela retrataria o “homem brasileiro” com “feições sertanejas, barrigudo e de compleição pouco atlética” (Cavalcanti, 2006, p. 51). O ministro enviou a conhecidos antropólogos a seguinte indagação, para guiar

uma nova proposta: “como será o corpo do homem brasileiro, do futuro homem brasileiro, não do homem vulgar ou inferior, mas do melhor exemplar da raça?” (ibidem). Contudo, Celso Antônio, recomendado para a tarefa por Lúcio Costa (Cerchiaro, 2016, p. 75), teria se recusado a submeter-se à banca formada pelos especialistas, afirmando, em resposta, que quando olhava para o Brasil, era aquilo que via (Dávila, 2003, p. 22).

Curiosamente, as primeiras propostas para o edifício do Ministério, endossadas por profissionais como Costa, continham uma escultura que Celso Antônio havia criado, inicialmente, a pedido de Roberto Burle Marx, para representar “o brasileiro do norte” e ser instalada numa praça do Recife, cercada por uma recriação do bioma do sertão (Cerchiaro, 2016, p. 76). Transplantado para o Rio, o “brasileiro do norte”, concebido nos moldes do sertanejo de Euclides da Cunha, transformou-se em “tipo nacional” (idem, p. 77). Após atrasar pagamentos, Capanema cancelou a encomenda (Cavalcanti, 2006, p. 52). O trabalhador de Stenzel, de 1941, ficaria bem mais à vontade no papel esperado pelo ministro, assim como a estátua modelada na oficina de Cozzo. Nesse sentido, é provável que a desconexão de escultores “tradicionalistas” como Cozzo⁷⁴ e Stenzel em relação às discussões sobre a brasilidade de certa vanguarda modernista convergisse com as ideias mais conservadoras sobre o “homem brasileiro”, encampadas por políticos intelectualizados tais como Capanema e Munhoz da Rocha; agentes políticos que haviam aderido com ressalvas ao modernismo, prontos para dar um passo atrás quando a brasilidade dos modernos confrontasse suas projeções, mais conservadoras.

Ao contrário de Capanema, Munhoz da Rocha não teve a chance de recuar, pois a estátua do centenário tinha saído do controle. Enquanto esculpia os painéis em Curitiba, Stenzel acompanhava por fotografias a preparação das grandes peças da estátua em granito: primeiro os pés e as canelas, depois as coxas, o tronco. Em 19 de dezembro de 1953, durante as festas do centenário, a praça foi inaugurada apenas com o obelisco. O trabalho atrasava na medida em que também atrasavam as parcelas devidas aos escultores, e Cozzo pressionava Stenzel para que cobrasse seus interlocutores no governo. A contar pela frequência das cartas, o trabalho diminuiu de ritmo em 1954. Munhoz da Rocha parecia ainda ter esperança de realizar uma inauguração notável, talvez para as comemorações de 101 anos de criação do estado, no 19 de dezembro seguinte —a biblioteca, que não ficou pronta a tempo, foi inaugurada em dezembro de 1954. Em janeiro,

⁷⁴ Para Cavalcanti, “os modernos possuíam [...] um projeto visual de nação incomparavelmente mais globalizante, sofisticado e inclusivo da complexa realidade brasileira. Basta compararmos as concepções de Brasil contidas nos painéis de Portinari sobre os ciclos econômicos brasileiros na ante-sala do gabinete do ministro no MES e as métopas de Cozzo sobre as riquezas naturais e espirituais da nação nas galerias térreas do Ministério da Fazenda” (Cavalcanti, 2003, p. 230). Isto é, em análises sobre o edifício do MES, Cozzo já serviu de contraponto aos modernos.

ele solicitou aos escultores que iniciassem a montagem do monumento na praça somente quando tudo estivesse pronto.⁷⁵ Mas tudo demorou mais do que o esperado. O homem e os painéis parecem ter sido instalados ao longo do primeiro semestre de 1955 e seriam entregues oficialmente em 15 de junho, cerca de um mês depois de Munhoz da Rocha renunciar ao governo do estado para assumir o Ministério da Agricultura de Café Filho. O fato de ter sido entregue oficialmente numa quarta-feira às 10h30 da manhã “sem cerimonial de protocolo”⁷⁶ sinaliza que o monumento tinha perdido, para as autoridades, a aura que cercara sua concepção.

Entre as fotos recebidas por Stenzel não há nenhuma do último bloco de granito. Uma imagem curiosa guardada pelo escultor junto à correspondência, todavia, revela certa expectativa durante a instalação da estátua. Stenzel posa diante da figura envolta em andaimes, faltando-lhe a quarta e última peça, da cabeça. À caneta, foi desenhada a silhueta faltante, como que para imaginar o resultado final. É um desenho simples, sem feições, como os primeiros modelos trocados entre os escultores (Figura 11). A apreensão transmitida pela imagem antecipa as reações que se seguiram a sua instalação, quando foram revelados traços bem diferentes daqueles impressos aos modelos de argila.

⁷⁵ Carta de Humberto Cozzo a Erbo Stenzel, 11 de janeiro de 1954. *Fundação Cultural de Curitiba*, fundo Erbo Stenzel, pasta “A Praça 19 de Dezembro na obra de Erbo Stenzel”.

⁷⁶ “O monumento da Praça 19 e sua entrega”, *O Dia*, Curitiba, 15 de junho de 1955, p. 3.

Figura 11 – Fotografia do Homem Nu com Desenho à Caneta de Stenzel

Fonte: *Fundação Cultural de Curitiba*, fundo Erbo Stenzel, pasta "A Praça 19 de Dezembro na obra de Erbo Stenzel".

Outra obra destinada à praça do Centro Cívico causou reação imediata devido a seus traços. Mais do que sofrer resistência, contudo, acabou banida do complexo devido à opinião dos conservadores de Curitiba. Talvez fosse avançada demais. A Cozzo, conforme mencionado acima, fora também encomendada pelo governo uma estátua da Justiça, projetada para a área em frente ao Tribunal do Júri. Assim como o homem, foi executada por Cozzo no Rio e, embora não haja na correspondência qualquer referência a ela, muitos

relatos atribuem sua concepção a Stenzel.⁷⁷ Tratava-se de uma mulher reclinada, nua e de formas sensuais, sem qualquer das marcas típicas da alegoria da justiça, como balança e venda. Seria instalada sobre um pedestal em bronze, que não foi construído. Um “movimento liderado por senhoras e que também teve apoio do clero” teria feito campanha contra sua exposição.⁷⁸ Opuseram-se também, na percepção de Stenzel, “desembargadores e juízes que se manifestaram contrários à representação moderna da Justiça” (Gonçalves, 2006, p. 162), cuja respeitabilidade, para eles, talvez estivesse mais nos trajes que na transparência. Além da questão mais específica de como representar a justiça, parece que a nudez feminina no espaço público causou reação ainda mais intransigente que a do homem. A estátua foi escondida no jardim dos fundos do palácio do Executivo estadual e lá permaneceu por quase 20 anos. Foi curiosamente nos anos 70, no momento mais repressivo da ditadura militar, que o prefeito Jaime Lerner —um urbanista esclarecido nomeado, não eleito—, apoiou sua reaparição. A Mulher Nua, como ficou conhecida, foi transferida para a praça do monumento do centenário, instalando-se ao lado do Homem Nu. Formaram um casal, ainda que não tenham sido feitos um para o outro.

Contrariado pelo sumiço da estátua da justiça, Munhoz da Rocha teria se referido à polêmica, anos depois, como uma “burrice enciclopédica”,⁷⁹ o que dá ideia das marcas deixadas no interior da elite pela tortuosa introdução do modernismo no Paraná. O vai-e-vem das duas estátuas e o papel dos agentes envolvidos mostra como o problema era complexo. O governador bancou os modernos contra forte resistência, mas não abriu mão de tentar imprimir um sentido regional ao progresso e à modernização de seu estado periférico. Stenzel e Cozzo, escultores acadêmicos distanciados da vanguarda artística, esforçaram-se para ser contemporâneos, mas acabaram desagradando tanto os modernos quanto os reacionários. O escritor Rubem Braga, que estivera em Curitiba para o centenário a convite do governador, chamaria o Homem Nu de “enorme estátua de falso moderno”.⁸⁰ E

⁷⁷ O próprio escultor o sugere, em entrevista: “O homem, que a princípio eu projetara inclinado para a frente, dando a impressão de que estava correndo, e a mulher, que representaria a Justiça, fugindo dos padrões normais, isto é, sem venda nos olhos, balança ou longo vestido”. “O criador fala sobre a sua obra. A mulher nua ainda não está no lugar planejado” (*Diário do Paraná*, Curitiba, 4 de setembro de 1972, p. 3). Outras fontes assumem que a estátua foi “encomendada aos escultores Erbo Stenzel e Humberto Cozzo” (*A Praça*, 1988, p. 17). Um pedido de dispensa de licitação enviado pelo chefe da CEOC ao governador menciona a contratação apenas de Cozzo para a “execução da estátua monumental a ser colocada no Centro Cívico, em frente ao edifício em construção do Tribunal do Júri” (Carta de Ivo Arzua Pereira ao governador Bento Munhoz da Rocha Neto, 13 de agosto de 1954. *Arquivo Público do Paraná*, fundo Comissão de Comemorações do Centenário do Paraná, caixa 24/07/67/01).

⁷⁸ “Mulher de Pedra já mora junto ao ‘Homem Nu’”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 31 de agosto de 1972, p. 8.

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ Rubem Braga. “Curitiba”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1954, p. 6.

nem o compromisso frouxo dos escultores com o modernismo impediria sua obra de se chocar violentamente com as expectativas da sociedade paranaense. A ousadia —tanto pelas escolhas estéticas quanto por ter aceito o desafio de produzir um monumento atravessado por fortes intenções e expectativas— custaria muito desgosto a Stenzel, a ponto de ele finalmente renegar a estátua do Homem Nu: “não sou responsável por isso”, afirmou em 1958.⁸¹

2.6. “O Monstro no Tribunal Popular”

O grupo de Munhoz da Rocha havia conseguido importar a arquitetura da escola carioca e impor a uma fração reticente da elite local o moderno como linguagem do progresso. Mas sofreu reveses quando passou a questionar a brasilidade centrípeta formulada no Rio —quando buscou imprimir, em obras impregnadas de sentido nacional, uma narrativa regionalista. A estátua do Paraná jovem tomando a frente dos demais estados foi banida do complexo do Centro Cívico e o modo como o estado foi finalmente representado numa figura humana causaria revolta entre os anti-modernistas (Figura 12). Em um ponto, porém, a reticência da fração da elite simpática aos modernos convergiu com a revolta de sua fração reacionária: para ambos, era inegociável a branquitude como marca de diferença regional.⁸² As reações específicas desses grupos sugerem que, cada um a seu modo, não admitiriam a diluição do paranaense no povo brasileiro forjado pelos modernos. O duplo recuo diante da modernidade brasileira do pós-guerra levaria os paranaenses a um impasse: como ser moderno sem ser, antes, brasileiro?

Em outubro de 1953, Cozzo incluiu em sua carta um alerta a Stenzel: “[n]ão ligue muito às críticas que possam surgir, pois essas serão inevitáveis de qualquer modo. Não é possível contentar a todos 100%”.⁸³ Àquela altura, era claro que o monumento não seria entregue a tempo, mas as críticas que começavam a surgir talvez já se voltassem para aspectos estéticos ou de concepção. É provável que partissem de dentro do governo, a cujos membros Stenzel mostrava periodicamente as fotografias recebidas do Rio. De qualquer modo, a imprensa governista apressou-se para enquadrar o monumento sob uma visão positiva. Em 29 de março de 1955, aniversário de Curitiba, saía o primeiro número do novo jornal *Diário do Paraná* (um dos Diários Associados de Assis Chateaubriand). O

⁸¹ “Presente de natal para o macaco de pedra da Praça 19 de Dezembro”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 23 de dezembro de 1958.

⁸² Um dos acadêmicos que melhor percebeu a persistência e a evolução histórica do signo racial da “diferença” entre os intelectuais do Paraná foi Márcio de Oliveira (2007).

⁸³ Carta de Humberto Cozzo a Erbo Stenzel, 26 de outubro de 1953. *Fundação Cultural de Curitiba*, fundo Erbo Stenzel, pasta “A Praça 19 de Dezembro na obra de Erbo Stenzel”.

suplemento comemorativo estampava na capa uma das primeiras aparições do gigante, ao lado do obelisco e do painel de Stenzel, sugerindo que o conjunto já era a obra de arte mais impressionante da cidade. Nas páginas internas, uma foto, tirada ao nível do chão, destacava o aspecto monumental da estátua, já montada na praça. Numa interpretação afinada com a intenção original do governador, a estátua era considerada “símbolo de uma época”, expressão “hercúlea do Paraná atual, uma das grandes potências econômicas da nação brasileira”. Ao mesmo tempo, torná-la compreensível para setores menos ufanos exigia adotar enquadramento mais moderno e popular, descrevendo-a como a “estátua gigante de um trabalhador”.⁸⁴ A perspectiva, no entanto, não parece ter encontrado muito respaldo em Curitiba.

⁸⁴ “Perpetuada em bronze e granito a glória dos homens do passado”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 29 de março de 1955, Suplemento Comemorativo do Aniversário da Cidade, p. 3.

Figura 12 – Stenzel, a Estátua e Cozzo

Fonte: “Instalação na Praça Dezenove de Dezembro da estatua do ‘Homem Nu’, de autoria dos escultores Erbo Stenzel e Humberto Cozzo”. *Fundação Cultural de Curitiba*, fundo Erbo Stenzel, ref.: SN, 6808, 1 fotografia, p/b.

Prevaleceu a visão negativa dos jornais de oposição. Ao noticiar a entrega do “monumento da Praça 19 de Dezembro, que tanta curiosidade e comentários despertou”, *O Dia* elogiava o “mural em azulejo com desenhos de Poty e os baixo relevos em granito de Erbo Stenzel”, mas tripudiava sobre a “estátua monstruosa ali erigida e o ridículo obelisco”.⁸⁵ No mesmo número, algumas páginas adiante, o colunista de pseudônimo Ariel iniciava uma campanha contra a estátua:

⁸⁵ “O monumento da Praça 19 e sua entrega”, *O Dia*, Curitiba, 15 de junho de 1955, p. 3.

não existirá uma autoridade de coragem que mande retirar quanto antes aquele monstro de pedra enxundioso, reumático, indecente e horrível planejado por um escultor que já teve mais de um monumento seu PAGO MAS ERRADICADO DO LOCAL ONDE DEVIA FICAR!
Aqui precisamos urgentemente de providência idêntica.
Paguem-no. Mas o joguem no lixo, se for possível isso.
Lá é que não pode continuar para bem da estética e do próprio conjunto monumental construído.
O sr. Cozzo tem o senso artístico deformado pela sua tendência à elefantíase [...].⁸⁶

Estava claro para Ariel que o único responsável pelo gigante era o forasteiro Cozzo e que as obras dos artistas locais, ao contrário —“obras primas do talento paranaense”—, mereciam toda admiração, a ponto de o gigante ameaçar o conjunto. A separação entre artistas paranaenses e o forasteiro, ao gosto do paranismo tão criticado pelos modernos de Curitiba, seria constante ao longo da campanha de Ariel. Um dos aspectos desse modo de enxergar as divisões artísticas foi a confusão feita pelo colonista ao tomar Cozzo por Celso Antônio, quem de fato tivera “mais de um monumento seu pago, mas erradicado”. A confusão é interessante porque sinaliza que, ao aproximar-se da estética moderna — mesmo sem ser, propriamente, um artista moderno—, Cozzo atçou ao mesmo tempo a resistência paranista àquilo que vinha de fora e o reacionarismo anti-modernista. E como Ariel chegou a conhecer as desventuras de Celso Antônio no Rio? Ao que parece, Stenzel, ao contrário do que lhe recomendara Cozzo, sentiu o golpe das críticas e atuou pessoalmente para se eximir da responsabilidade sobre o gigante. Antes de Ariel lançar sua campanha, o escultor teria-lhe contado sobre os tais “monumentos erradicados”.⁸⁷ Assim, alguns dias depois, ao reconhecer ter-se confundido, Ariel escreveu: “[f]oi mesmo outro o escultor me citado por Stenzel”.⁸⁸

Aos poucos, Ariel lançou mão de todos os recursos capazes de angariar apoio entre parcelas da sociedade curitibana. No dia seguinte à inauguração, voltou à carga e chamou o gigante de “TARADÃO DE PEDRA”.⁸⁹ Mais um dia e apontou sua mira para as mulheres mais conservadoras. Reproduziu o relato de uma “senhora da alta sociedade e de nossas relações” que, “passando com netinhas pela praça 19 de Dezembro, uma delas lhe

⁸⁶ Ariel. “Tópicos da Cidade”, *O Dia*, Curitiba, 15 de junho de 1955, p. 8.

⁸⁷ Stenzel pode ter contado a Ariel a história do “homem brasileiro”, recusado por Capanema em 1937, ou a história do “Monumento ao Trabalhador Brasileiro”, destinado à sede do Ministério do Trabalho no Rio de Janeiro. Na inauguração desse último, em 1950, o presidente Eurico Gaspar Dutra teria soltado um “não gostei”. Segundo críticos na imprensa, Celso Antônio imaginara “o trabalhador brasileiro [como] um homem atarracado, barrigudo e mal ajeitado e com o peito pouco varonil. Ainda por cima vestiu-o com uma tanga e cruzou-lhe os braços”. A estátua foi retirada, mudou de lugar várias vezes e nos anos 70 acabou instalada em Niterói (Knauss, 2009).

⁸⁸ Ariel. “Tópicos da Cidade”, *O Dia*, Curitiba, 21 de junho de 1955, p. 8.

⁸⁹ Idem, 16 de junho de 1955, p. 8.

perguntou: —Vovó, por que aquele homem não se veste?”⁹⁰ Quando lembrou-se de uma escola em construção nas proximidades da praça, escreveu que “manda a decência que se evite aos olhares da infância a exibição daquele tarado [...], defendido como uma Interpretação do Homem do Paraná!”⁹¹

A revolta com a tal “interpretação” sugere que parte da “curiosidade e comentários” despertados pelo monumento até sua entrega oficial tinha a ver com a “cara” que o Paraná teria na estátua —isto é, esperava-se uma espécie de representação literal. Ao questionar suas feições, Ariel apelava para essa expectativa, atingindo mais um público em potencial. Qualquer interpretação, para ele, deveria se materializar numa figura inequivocamente branca. Assim, o “taradão” —no mínimo, racialmente ambíguo—, além de ofender a “moral pública”, seria também “um atentado à nossa etnologia”.⁹² Para “escândalo dos olhares de nossa gente”, escreveu Ariel, “ele não materializa uma interpretação de nosso homem que é esbelto e branco”.⁹³ Até mesmo a única opinião circunstanciada recolhida pela campanha de Ariel repisaria essa questão. O fotógrafo e cineasta João Baptista Groff, “partidário da liberdade do artista [...]”, embora condenando a criação como representativa do homem do Paraná, julgou que para outro fim ele a justificaria”.⁹⁴ Entre argumentos moralistas e racistas, uma parte influente da elite curitibana cerrou fileiras com Ariel.

Em duas semanas, o colunista podia ostentar seu apoio. Conquistara o editorial de *O Dia*, que expôs na capa, em letras grandes, “o monstro diante do júri popular”.⁹⁵ De popular, nas opiniões apresentadas, não havia nada, como reconheceria o colunista Fradique Mendes, mais um apoiador da campanha (“Folgo em constatar que pessoas do mais alto senso crítico condenaram aquela monstruosidade”⁹⁶). O editorial trazia o resultado de “um inquérito relâmpago entre elementos de nossas camadas sociais”, isto é, professores universitários, artistas, um ex-prefeito e o presidente do Clube Curitibano, o mais tradicional da cidade. Qualificavam o monumento de “obsceno” e “uma monstruosidade”, entre outros. Destaca-se a opinião de Fernando Corrêa de Azevedo. Em janeiro de 1949, o diretor da Escola de Música de Belas Artes do Paraná defendera o projeto de Rubens Meister para o teatro Guaíra. Seu artigo teria sido decisivo porque influenciou o

⁹⁰ Idem, 17 de junho de 1955, p. 8.

⁹¹ Idem, 22 de junho de 1955, p. 8.

⁹² Idem, 16 de junho de 1955, p. 8.

⁹³ Idem, 26 de junho de 1955, p. 8.

⁹⁴ “O monstro no Tribunal Popular!”, *O Dia*, Curitiba, 3 de julho de 1955, p. 3.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ Fradique Mendes. “Instantâneos”, *O Dia*, Curitiba, 7 de julho de 1955, p. 3.

governador Munhoz da Rocha a encampar a introdução da arquitetura moderna em Curitiba por meio do programa de obras estatais (Dudeque, 2001, p. 415). Agora, sob a campanha de Ariel, atacava o gigante sumariamente: “um horror!” Era um paranaense simpático ao modernismo que recuava diante da estátua trazida do Rio. A ironia do “tribunal popular” contra o gigante é encontrar Azevedo, defensor da arquitetura moderna, de braços dados com David Carneiro, o maior dos reacionários. A opinião de Carneiro, aquele que criticou acidamente os projetos modernos para o teatro e o centro administrativo, era a mais forte: “aquilo não representa coisa nenhuma. Não tem expressão. Não significa coisa alguma, e muito menos o adolescente, ou o homem deste Paraná dolococéfalo, loiro e belo. Um simples bloco de granito nos representaria melhor”.⁹⁷ A visão do Paraná diluindo-se num Brasil não-branco conseguiu reunir os dois pólos da elite.

À época do centenário, os paranaenses encontravam-se num impasse diante da incorporação de sua região periférica à modernidade nacional. Como ser moderno sem se diluir na modernidade brasileira do pós-guerra —sem deixar de ser branco? Num dos textos mais desenvolvidos da campanha, uma tirada de Ariel evidencia aguda consciência da interseção entre os aspectos regional e racial do problema: “[e]stava cego esse ARTIXTA (artixta com xiz, senhores linotipista e revisores). [...] Aquele tipo de Frankenstein não evoca o paranaense esbelto, com maior número de loiros que morenos”.⁹⁸ “ARTIXTA” obviamente associava Cozzo ao sotaque carioca. Pouco importava se Cozzo era, na verdade, paulista, porque, para Ariel e seus leitores, o oposto da periferia branca só podia ser a capital mestiça. Boa parte da elite era capaz de reconhecer a existência de uma geografia racializada e, a partir dela, perceber que seu senso de diferença regional conflitava com o discurso hegemônico sobre a nação. O que se mostrou inegociável para as duas frações da classe dominante que assumiram posições marcantes durante essa crise —os simpáticos ao modernismo em volta do governador Munhoz da Rocha e os reacionários próximos de Ariel e David Carneiro— foi a branquitude. O Paraná branco era um valor para ambos, independente de qualquer posicionamento a respeito do modernismo. Mas as reações capengas dos dois lados sugerem que não havia um modo de expressar, em termos convincentes, a diferença que eles a duras penas buscavam defender. Não havia lugar para uma periferia branca na visão de Brasil formulada pelos modernos. Mas as comemorações do centenário ensejaram o surgimento de novos agentes e discursos capazes de fundamentar a invenção de um lugar para o Paraná branco no Brasil do pós-guerra.

⁹⁷ “O monstro no Tribunal Popular!”, *O Dia*, Curitiba, 3 de julho de 1955, p. 3.

⁹⁸ Ariel. “Tópicos da Cidade”, *O Dia*, Curitiba, 21 de junho de 1955, p. 8.

3. EM NOME DAS COLÔNIAS: ESTADO E FORMAÇÃO ÉTNICA

Os conflitos trazidos à tona pela construção do monumento do Homem Nu mostram que os esforços para situar o Paraná no Brasil moderno do pós-guerra eram limitados pelo senso de branquitude da classe dominante. De um lado, tornaram-se explícitas definições abertamente racistas. Contra os traços não-brancos do Homem Nu, alegou-se que o paranaense deveria ter sido representado como “loiro”, “dolicocefalo” e “belo”, sem margem para o caráter popular ou mesmo mestiço que marcava as representações modernistas do povo brasileiro. Influenciada pela ideologia do branqueamento conforme a voga do início do século, essa posição reacionária era bem viva, ainda, entre as pessoas instruídas de Curitiba. Porém, tratava-se de posição já bastante antiquada no contexto do Brasil do pós-guerra. Nos círculos cultos, havia se consolidado um modo mais sociológico de pensar as identidades e a formação do povo, sob influência dos diversos modernismos e da obra inovadora de Gilberto Freyre. Essas novidades chegaram tarde em Curitiba e foram absorvidas *cum grano salis*, mas mesmo sua recepção parcial bastou para dividir as opiniões das pessoas mais influentes. Até a fração da intelectualidade local que as recebera com algum entusiasmo —uma nova geração de políticos, professores, jornalistas e escritores— resistia a adotar, tal e qual, a brasilidade modernista. O próprio monumento do Homem Nu fora concebido com a intenção de imprimir uma narrativa regional às principais obras do centenário e, desse modo, evitar a absorção completa do Paraná numa concepção de nação centrada no Rio de Janeiro. Ou seja, até quem pensava ser indispensável atualizar o Paraná para torná-lo contemporâneo do Brasil, no momento decisivo lutou para poder negociar os termos dessa atualização. Não obstante essa preocupação mais específica, decorrente da negociação com os arquitetos e artistas modernistas da capital federal, a fração mais moderna da classe dominante local compartilhava com seus pares de opiniões antiquadas a posição de que a especificidade do Paraná e dos paranaenses, cuja principal marca seria a brancura, era inegociável.

Os agentes mais influentes da classe dominante encontravam-se num impasse diante do problema de como se modernizar sem deixarem de ser brancos. As posições que eles defenderam, no desenrolar daqueles eventos significativos, não oferecem muitas pistas sobre como o problema seria resolvido. Nem dolicocefalos nem gigantes em marcha para o Oeste acabaram se firmando como símbolos do novo Paraná. Os elementos de uma solução para o impasse viriam de outro lugar. Apenas analisando a entrada em cena de um tipo de agente alheio aos círculos da intelectualidade local, os grupos imigrantes, podemos compreender a emergência, no debate público, de uma série de novas ideias que giravam em torno da etnicidade e suas relações complexas com a região e a nação. Essas ideias

“étnicas” mostrar-se-iam compatíveis, por um lado, com o senso racializado de diferença regional que a classe dominante mostrara ser inegociável. Por outro, seriam também compatíveis, ainda que não totalmente convergentes, com as tendências intelectuais mais atuais dos grandes centros brasileiros.

Mesmo estudos pioneiros sobre relações raciais que enfatizaram a ausência de barreiras raciais rígidas no Brasil, como os de Donald Pierson (1945) e Thales de Azevedo (1955), precisaram encontrar modos de articular essa relativa abertura com a evidente persistência de uma ideologia de branqueamento. Podemos dizer que aqueles trabalhos já sinalizavam (e de certo modo ajudaram a construir, com seus argumentos) a acomodação, num mesmo complexo ideológico, entre democracia racial e branqueamento. Convivência com hierarquia. A relação entre democracia racial e etnicidade, por outro lado, é menos óbvia. Concebida, no pós-guerra, como atributo da cultura nacional, a democracia racial englobava e articulava de modo bem brasileiro as diferenças de “cor”. Mas como poderia regular as relações entre brasileiros e quem não era exatamente —ou quem não era apenas — brasileiro?

Jeffrey Lesser sugere ser apenas um paradoxo aparente que, naquele período, a democracia racial tenha se compatibilizado e mesmo absorvido o discurso sobre a multiethnicidade (Lesser, 2015, p. 23). Porque, em geral, os interesses da elite luso-brasileira e dos imigrantes convergiam para o compartilhamento da brancura. E a etnicidade pôde funcionar muitas vezes como senha para a cor. Longe de significar a “homogeneização da identidade social e cultural” (Lesser, 2001, p. 23), portanto, essa compatibilização teria permitido a incorporação de diferenças à ideia de brasilidade, levando à “criação de uma multiplicidade de brasileiros hifenizados” (idem, p. 22), que se encaixavam, de uma forma ou de outra, em categorias raciais. Essa perspectiva tem o mérito de destacar, por meio da ideia de “negociação”, o aspecto político das trocas entre imigrantes e elites nacionais, que tinham tanto divergências quanto interesses comuns. Ela assume, ainda, que naquele momento as diferenças, ou fronteiras sociais, entre esses grupos —entre luso-brasileiros “nacionais” e os diversos grupos imigrantes— eram salientes e, via de regra, bastante significativas para os próprios agentes.

Do lado oposto, tratando dos italianos e seus descendentes no interior de São Paulo, Oswaldo Truzzi defende que, já no pós-guerra, teria ocorrido a passos largos um processo de “des-etnização” (Truzzi, 2016, p. 126). Para os indivíduos, o pertencimento e as relações étnicas teriam perdido importância nas principais dimensões da vida social, como o mercado de trabalho e a política, levando a sua assimilação como brasileiros. Restou apenas uma “eticidade simbólica”, conceito de Herbert Gans (1979), capaz de proporcionar, em determinadas ocasiões, o sentir-se italiano. Insignificante, todavia, para a

mobilização política ou a obtenção de oportunidades de vida (Truzzi, 2016, p. 126). Essa perspectiva tem o mérito de enfatizar a formação de uma sociedade aberta regulada, cada vez mais, por relações de mercado e, menos, por obrigações ou preferências comunitárias. O enfraquecimento da comunidade étnica nessa direção parece, de fato, ter marcado as trajetórias dos grupos originados da grande imigração de europeus e asiáticos entre o final do século XIX e o início do XX; e a democratização de 1945, combinada com o fim das campanhas de “nacionalização”, pode ser um bom marco histórico. Mas e aquilo que restou? Qual o papel da etnicidade simbólica na reprodução e recriação das “raças”? Parece insuficiente confinar a dinâmica de raça e etnicidade ao passado longínquo, quando os italianos “descobriram-se brancos no Brasil” (idem, p. 39), isto é, ao chegar; ou quando marcaram suas posições sociais em conflito com os trabalhadores negros, como no oeste paulista próximo à virada do século XX (Monsma, 2016). Além disso, talvez em São Paulo os efeitos niveladores do mercado tenham sido, de fato, determinantes no pós guerra, como já assumira Fernandes (2008); mas, no Paraná, por muitos anos ainda seria possível mobilizar a ideia de “colônia” para produzir efeitos tão práticos quanto eleger deputados “poloneses” ou “ucranianos”.

O risco de escolher entre multietnicidade e assimilação é acabar por se ater ao momento “étnico” da criação de diferenças. Aqui, proponho outro foco. Numa sociedade escravista tardia em que a raça, passado pouco mais de meio século da Abolição, permanecia uma dimensão fundamental das desigualdades sociais, é essencial questionar como a etnicidade foi construída ou desconstruída —em diferentes momentos e por diferentes agentes— em função da exigência inescapável de demarcar fronteiras raciais. Mesmo quando essa conexão entre etnia e raça não se mostrava clara no horizonte de certos agentes, outros, por seu turno, podiam percebê-la. Para além da brasilidade hifenizada ou da assimilação mais ou menos completa, minha intenção é, de outra perspectiva, questionar os usos da etnicidade, por imigrantes e não-imigrantes, para construir diferenças raciais.

No Paraná, as manifestações étnicas dos imigrantes acabariam por ser incorporadas por parte da classe dominante inclinada ao modernismo, que as usaria para construir uma imagem eficaz da região, capaz de seduzir segmentos da população até então indiferentes às fórmulas identitárias antigas, tais como o paranismo surgido no final dos anos 1920. Tratou-se de uma espécie de aliança entre imigrantes e paranaenses brancos, nivelando-os por meio da “cor”. Essa afinidade só seria produtiva, no período em que a democracia racial significava um grande pacto de integração social (Guimarães, 2002), porque, por meio dela, imigrantes em ascensão para as camadas médias e que já constituíam pequenas elites exitosas em termos econômicos e políticos podiam “integrar-se

na comunidade de cor” (Schwartzman, 2018). Enquanto, do lado dos imigrantes, a “etnia” surgia como sua retórica particular de integração social, do lado dos intelectuais da classe dominante emergia uma leitura especificamente sulista do modernismo, calcada na ideia de *melting pot* branco, para a qual a existência de um povo “étnico” seria providencial. Esse argumento será desenvolvido ao longo dos próximos capítulos.

Aqui, analisaremos a constituição dos imigrantes em agentes desse processo. Ao invés de assumir que cada grupo de imigrantes delimitado por determinada nacionalidade formava uma “comunidade”, naturalmente existente ou mobilizável —um agente—, a nacionalidade e a condição imigrante serão tomadas como categorias, entre outras, capazes de mobilizar grupos. De um lado, sigo a posição clássica de Weber, para quem as “relações comunitárias étnicas” são essencialmente um princípio de ação coletiva baseado na reivindicação de origens comuns. Assim, para compreender a ação comunitária nesses moldes, o caminho apropriado é examinar como a reivindicação de comunidade —é verdade que ancorada em sentimentos existentes ou potenciais— produz a comunidade concreta, por meio das ações dos indivíduos (Weber, 2004, p. 267-277).⁹⁹ De outro lado, a análise é informada pela ideia de que, ao reconhecer semelhanças e diferenças; elaborar experiências coletivas; reivindicar princípios de ação; e organizar-se politicamente, os grupos —sejam classes, raças ou etnias— passam a existir, ou passam a existir de um novo modo, por intermédio de processos de formação. Os imigrantes radicados no Paraná desenvolveram, a partir de suas experiências concretas (o que Weber chamou “comunhão étnica”), uma diversidade de instituições, chegando eventualmente a formar comunidades — ou, pelo menos, a agir com base no princípio comunitário. Mas isso não significa que houvesse instituições ou lideranças capazes de responder por cada um dos grupos e mobilizá-los para a ação sob a mesma bandeira. Não quer dizer que cada grupo fosse uma comunidade simplesmente, a não ser na retórica de seus membros, líderes e interlocutores.

Às vésperas do centenário, os imigrantes foram convocados pelo governo estadual a tomar parte nas comemorações. As autoridades responsáveis pela intermediação pertenciam à classe dominante luso-brasileira e tinham consciência de sua posição, de paranaenses “raiz”, frente a imigrantes ansiosos por participar da celebração cívica. O convite do Estado às etnias imigrantes reconhecia certo estado de coisas, referendava experiências e formas de organização, mas também instituía uma ontologia social em cujo

⁹⁹ “A comunhão étnica (no sentido que damos) não constitui, em si mesma, uma comunidade, mas apenas um elemento que facilita relações comunitárias” (Weber, 2004, p. 270). Nessa direção, a experiência imigrante de que trataremos tendeu a produzir uma comunhão étnica, mas não necessariamente comunidades. Estas seriam fruto de processos subsidiários (e contínuos) de mobilização. Ou seja, a comunidade étnica decorre da ação de sentido étnico, e não do simples compartilhamento de situações ou características, que apenas facilitam seu surgimento.

molde os imigrantes e seus descendentes, ao interagir com o Estado, deveriam atuar como grupos étnicos. Interpelados como etnias estrangeiras do Paraná, esses grupos teriam, cada um, que realizar um intrincado trabalho de organização para transformar “comunhão étnica” em capacidade de ação num formato adequado para aquele momento. A convocação do Estado, portanto, reconheceu as “etnias” como agentes legítimos, delimitou suas formas de interação com as autoridades e deu impulso a sua formação como grupos organizados.

Do lado dos imigrantes, o trabalho político de organização apoiou-se na ideia de “colônia”. Falar e agir em nome da “colônia” estrangeira significava reivindicar uma unidade quase sempre inexistente na prática; ou ao menos cuja liderança era disputada entre diferentes instituições e indivíduos. Acima das divisões concretas nascidas das múltiplas experiências imigrantes, a “colônia” juntava estrangeiros e descendentes, trazia ressonâncias da experiência rural e desbravadora de muitas de suas famílias —mas sem excluir profissionais, trabalhadores e estudantes urbanos—, e evocava imediatamente a referência a nações estrangeiras e à recriação de suas culturas no seio da sociedade brasileira. Era uma coletividade imaginária acima das divisões, cuja enunciação ajudava a criar a unidade que a ideia supunha.

As autoridades estatais não trataram os indígenas e os negros com a mesma boa vontade. Não foram feitos esforços equivalentes para os envolver nas comemorações. Pelo contrário, sua participação foi bloqueada por uma concepção que, de partida, estabelecia como interlocutores as “etnias do Paraná” e, assim, privilegiava os estrangeiros. Os indígenas apareceram apenas na forma de objetos pertencentes ao passado distante ou como símbolos desse passado. Foram retratados, em diversas ocasiões, como ancestrais extintos; nunca como indivíduos e grupos realmente existentes ou, menos ainda, como membros da sociedade paranaense contemporânea —até porque, na mesma época, eram alvos de campanhas territoriais expansionistas na porção noroeste do estado. Os negros, por sua vez, tinham uma rica história de organização e ativismo em Curitiba e, por volta do centenário, havia instituições e líderes reconhecidos como seus representantes. Ainda assim, foram excluídos das preparações e não conseguiram reivindicar um lugar, como negros, nos eventos. O racismo incorporado na visão da classe dominante e certos aspectos do pacto de integração sintetizado pela ideia de democracia racial determinaram uma nova assimetria no tratamento de imigrantes e negros. Somava-se que os representantes e entidades dos negros eram próximos do trabalhismo, enquanto os principais líderes dos imigrantes pertenciam, todos, a partidos conservadores, mais próximos das autoridades no poder. Enquanto a Comissão de Comemorações estimulou a organização de uns, excluiu os outros de qualquer possibilidade de se fazer representar na celebração do novo Paraná.

3.1. A Comissão de Comemorações

Os dois principais instrumentos criados pelo governo estadual para realizar as comemorações foram a Comissão Especial de Obras do Centenário (CEOC), de que tratamos no capítulo anterior, e a Comissão de Comemorações do Centenário do Paraná (CCCP). Instituída em maio de 1951, a CCCP dividia-se em Comissão Central, Comissão Executiva e um conjunto de Comissões Especiais. Ao todo, as Comissões Especiais somavam 15 e sua distribuição refletia a concepção inicial sobre quais seriam os aspectos fundamentais dos eventos, na visão das autoridades: (1) Comissão de Educação e Cultura, (2) de Comércio e Indústria, (3) de Recreação e Desportos, (4) de História, Geografia e Folclore, (5) de Imprensa e Propaganda, (6) de Agropecuária, (7) de Música e Belas-Artes, (8) de Obras e Viação, (9) de Recepção e Hospedagem, (10) de Coordenação das Atividades Municipais, (11) de Comemorações Religiosas, (12) de Comemorações Militares, (13) Comissão Universitária, (14) Comissão do Rio de Janeiro, (15) Comissão de São Paulo.¹⁰⁰ A presidência da maioria delas caberia aos chefes de secretarias ou instituições afeitas, como o presidente da Associação Comercial do Paraná, no caso da Comissão de Comércio e Indústria, o reitor da Universidade Federal do Paraná, para a Comissão Universitária, e um representante do comando da 5ª Região Militar, para a Comissão de Comemorações Militares. Portanto, além de cobrir todas essas áreas consideradas essenciais, havia também a intenção de envolver efetivamente setores destacados de toda a sociedade local, por meio de representantes institucionais.

Os cargos mais importantes da CCCP eram o de presidente e o de secretário-geral da Comissão Central. O secretário-geral serviria também, automaticamente, como presidente da Comissão Executiva. A presidência da CCCP caberia ao titular da pasta de Educação e Cultura do estado e o cargo de secretário-geral, curiosamente, ao diretor da Seção de Antropologia do Museu Paranaense, o que sugere ter sido o arranjo estabelecido tendo-se seu ocupante já em mente. Assim, os dois homens de confiança escolhidos pelo governador para organizar as comemorações foram o secretário de Educação e Cultura Newton Carneiro e Brasil Pinheiro Machado. Este, na condição de diretor da Divisão de História do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, acumularia, além dos cargos de secretário-geral da Comissão Central e de presidente da Comissão Executiva, também o de presidente da Comissão Especial de História, Geografia e Folclore (Marchette,

¹⁰⁰ Paraná. Decreto nº 1.084, de 11 de maio de 1951. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 11 de maio de 1951, ano XXXIX, nº 56, p. 1.

2013, p. 82-83). A CCCP funcionaria, efetivamente, nas dependências da Secretaria de Educação e Cultura.

Newton Carneiro (1914-1987) nasceu em Curitiba, formou-se em Direito pela Universidade do Paraná (1936), trabalhou logo depois de formado no escritório comercial do Brasil em Nova York (1936-1938) e dirigiu instituições como a Associação Comercial do Paraná, o Rotary Club e, já em 1945, a UDN local, partido pelo qual seria eleito, em 1954, deputado federal (Abreu, 2001, p. 1142). Era irmão mais novo do historiador David da Silva Carneiro, o mesmo que havia criticado os projetos do novo teatro e do Centro Cívico por preferir “fórmulas mais conservadoras”.¹⁰¹ Assim como o irmão, Newton dedicava-se à história regional. Na década de 1950, destacou-se com a publicação de *Iconografia Paranaense* (1950), uma coletânea comentada das primeiras representações visuais do estado feitas por viajantes e artistas, e em janeiro de 1953, em meio aos preparativos para o centenário, apresentou uma conferência sobre *As Artes e o Artesanato no Paraná* (1955), que seria publicada em panfleto, com esse mesmo título, dois anos depois. Reunia à experiência política e administrativa, o interesse pela história e pela cultura. O secretário geral da Comissão de Comemorações, assistente direto de Carneiro, era Brasil Pinheiro Machado (1907-1997). Fora prefeito interino de sua cidade natal, Ponta Grossa (1932), deputado estadual (1934), deputado federal (1945), interventor estadual por alguns meses (1946) e professor de história do Brasil na Universidade do Paraná. Era diretor de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras desde 1939 (Marchette, 2013, p. 11-13) quando, em 1951, renunciou e assumiu os cargos na CCCP.

Sob vários aspectos, os perfis de Carneiro e Pinheiro Machado eram muito semelhantes ao perfil do próprio governador. Os três pertenciam a famílias luso-brasileiras ricas e estabelecidas havia várias gerações na classe dominante paranaense e nasceram em cidades antigas do “Paraná tradicional”. Apesar de relativamente jovens, haviam alcançado grandes êxitos na política, eram cultos e gozavam de reconhecimento entre os mais respeitados intelectuais do Paraná. Não é portanto um exagero falar em “homens de confiança”: os dois levavam para a organização do centenário experiências e uma visão de mundo que, assim como a do governador Munhoz da Rocha, era o que havia de mais bem-sucedido e refinado na classe dominante.¹⁰² É certo que essa posição aristocrática garantia-

¹⁰¹ Carneiro, David. “O conjunto arquitetônico do Centro Cívico”, *O Dia*, Curitiba, 1º de maio de 1952, p. 3.

¹⁰² Maria Julieta Weber Cordova analisou os contrastes e convergências marcantes nas ideias dos três membros mais destacados dessas famílias —apenas substituindo Newton Carneiro por seu irmão mais velho, David. Um dos resultados da investigação foi caracterizá-los como produtores de distintas modalidades de um discurso regional legitimado por suas posições sociais e familiares (Cordova, 2009).

lhes trânsito em todas as esferas da vida social paranaense. Uma abertura necessária para cumprir a incumbência da Comissão, estabelecida no decreto que a criou, de envolver nas festas do centenário uma infinidade de instituições e grupos. Mas também lhes dava legitimidade para demarcar, para além do que estava escrito, quem era quem em “sua” sociedade, isto é, o poder sobre a visão e a divisão legítimas do mundo social. Combinavam-se, na chefia da Comissão, a autoridade legal do mandato do Estado com a autoridade tradicional de herdeiros e chefes reconhecidos; e reconhecidos não apenas pelo poder material senão também pelo poder espiritual de intelectuais e, sobretudo, conhecedores da história regional. Foi no espaço para decisões arbitrárias situado entre essas duas formas de autoridade que os imigrantes conseguiram assegurar um lugar nas comemorações do centenário.

Nenhuma das 15 comissões especiais criadas pelo decreto de maio de 1951 previa envolver qualquer representante de grupos imigrantes, como tais. O mais próximo disso era a previsão, para compor a Comissão Especial de Recreação e Desportos, de representantes de dois clubes fundados por imigrantes alemães —Thalia e Concórdia—, que figurariam, no comitê, ao lado dos representantes dos dois principais clubes da classe dominante tradicional —Curitibano e Graciosa. No desenho oficial, não entrariam propriamente como imigrantes, mas como membros da alta sociedade. Contudo, mesmo sem ter sido incumbido em caráter oficial, Newton Carneiro assumiu pessoalmente a tarefa de contactar representantes dos grupos imigrantes. Se, de uma parte, por “desejos já espontaneamente expressos”, estes parecem ter se colocado à disposição das autoridades desde bem cedo,¹⁰³ de outra, Carneiro entusiasmou-se e resolveu assumir ele próprio a interlocução, mesmo tendo uma infinidade de outras tarefas sob sua responsabilidade em decorrência da função de presidente. Assim, não parece que tenha cedido a pressões de líderes imigrantes, mas, ao contrário, viu na disposição mostrada por eles boa oportunidade para incluí-los e procurou estabelecer contatos pelo menos desde o início de 1952, quase dois anos antes dos principais eventos.¹⁰⁴ Um e outro lado tinham interesses convergentes em relação ao centenário. Embora a convergência não tenha se efetivado desde o princípio, ou talvez sequer tenha sido percebida —conforme mostra a ausência de qualquer menção aos imigrantes ou “etnias” como grupos no decreto que criou a CCCP—, não demorou para que um acordo começasse a se materializar.

¹⁰³ Carta de Newton Carneiro a Yasushi Yamasaki, Zinta Hagihara e Toshio Kohatsu, 11 de outubro de 1952. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*.

¹⁰⁴ Carta de Kozo Kassai a Newton Carneiro, 12 de abril de 1952. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*.

À primeira vista, é mais fácil compreender porque os imigrantes teriam interesse em participar das comemorações do que compreender os motivos pelos quais os membros da classe dominante despenderiam esforços para criar um lugar para eles. Por isso mesmo, é necessário termos alguma ideia a respeito de qual o significado dessa convergência de interesses para agentes como Carneiro e Pinheiro Machado. É certo que a intensidade inesperada do envolvimento dos imigrantes transformou, ao longo das negociações, as concepções desses membros da classe dominante luso-brasileira. Mas também é importante especularmos sobre sua visão acerca da relação entre seu grupo e os imigrantes naquele momento, isto é, antes das negociações, bem como sobre qual lugar atribuíam aos imigrantes na história paranaense.

Mais ou menos ao mesmo tempo em que assumia a secretaria-geral da Comissão Central, em meados de 1951, Pinheiro Machado concluiu um texto intitulado “Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná”. Era sua contribuição concreta ao projeto, assumido pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná (IHGEP) em homenagem ao centenário, de editar uma nova História do Paraná, escrita a várias mãos (Marchette, 2013, p. 42). Pinheiro Machado fez o roteiro cujos tópicos seriam desenvolvidos pelos demais membros do Instituto. A proposta continha 22 capítulos. Somente o décimo-nono era dedicado à imigração, enquadrada essencialmente como processo de “reorganização do trabalho livre sob o influxo da imigração estrangeira” (Pinheiro Machado, 1987, p. 204). A distribuição dos capítulos oferece uma rara imagem quantitativa da grande importância atribuída pelo autor aos processos e eventos formativos da sociedade luso-brasileira até o final do século XIX, em comparação com o peso menor da imigração e de dinâmicas mais recentes de colonização, incluindo o explosivo (mas também muito recente) ciclo do café.

Outro aspecto notável é que, ao escolher como prisma privilegiado a “reorganização do trabalho livre”, Pinheiro Machado adotava uma perspectiva explicitamente sociológica, próxima daquela desenvolvida, poucos anos mais tarde, por Florestan Fernandes e seus alunos da Universidade de São Paulo —que seria aplicada ao sul do país, inclusive Curitiba, numa série de estudos (Cardoso; Ianni, 1960; Cardoso, 1962; Ianni, 1962; Ianni, 1966). Contudo, a posição social de Pinheiro Machado e, sobretudo, a consciência a respeito de sua posição enquanto luso-brasileiro e membro da elite dirigente, afastavam-no do sentido crítico que Fernandes e seus alunos imprimiram ao problema. Para eles, a transformação histórica do trabalho e do trabalhador durante o fim do escravismo e a estruturação do regime de trabalho livre tinham sido incompletas, pois as hierarquias do escravismo acabaram por se recriar como hierarquias raciais (Fernandes, 1955). Pinheiro Machado, embora tenha compreendido o problema, a princípio, em termos semelhantes,

voltou a atenção não para a questão racial e suas implicações, mas para as condições e efeitos da integração da massa de imigrantes europeus à comunidade local e, especialmente, à fração dominante dos brancos. Para ele, o importante seria compreender a trajetória desde a “marginalidade inicial”, passando pelo “crescimento e assimilação” dos grupos imigrantes, chegando ao dimensionamento de “sua influência sobre a velha sociedade luso-brasileira que ao seu contato se modificou”. Como que a recobrir a tensão de uma relação desigual, mas potencialmente proveitosa para ambos, Pinheiro Machado concluía sugerindo que o capítulo deveria tratar ainda das “grandes famílias” surgidas da imigração, bem como da “conquista da igualdade social entre luso-brasileiros e os descendentes dos antigos imigrantes” (Pinheiro Machado, 1987, p. 204).

Percebe-se a consciência de luso-brasileiro, em contraste com imigrantes (ou, talvez melhor, “antigos imigrantes”) e, relacionada a ela, a elevada saliência das fronteiras sociais entre os grupos considerados brancos. Embora essas diferenças encerrassem hierarquias —quando menos, de precedência e antiguidade de ocupação ou conquista da terra—, também havia boa vontade da parte do grupo dominante em reconhecer a possibilidade de um futuro e progressivo nivelamento entre os brancos. A relação sugerida entre a formação de “grandes famílias” e a “conquista da igualdade” aponta para um baixo nível de vigilância das barreiras sexuais e matrimoniais. Essa vigilância é mecanismo básico de isolamento geográfico e social dos grupos, e, conforme já notaram autores clássicos como Max Weber (2004, p. 267-277) e Oliver Cox (1959, p. 389),¹⁰⁵ essencial para o surgimento e manutenção de grupos definidos como raciais. O afrouxamento de tais barreiras não implica, por si, em apagamento das fronteiras entre grupos, porque a “mistura racial” pode ensejar o surgimento de outros tipos de diferenciação —um gradiente de “cor”, por exemplo, ou maior ênfase em linhagens que podem ter bases “étnicas”. Neste caso específico, contudo, esse afrouxamento parece apontar para uma menor rigidez das barreiras entre os grupos brancos. Por um lado, a alta saliência das fronteiras sociais, mesmo entre brancos —tendo a distinção luso-brasileiro *versus* imigrante como principal critério—, aponta para uma situação de grupos bem diferenciados, com aguda consciência de si e dos outros. Por outro, em sentido oposto, a boa vontade do grupo dominante, em termos sociais, políticos e econômicos, diante da perspectiva de “abrir-se” para os subordinados (desde que) brancos, sugere um processo de recriação das fronteiras a separar esses grupos. As tratativas estabelecidas pela Comissão de Comemorações com os

¹⁰⁵ “Nas relações raciais, o zelo pela pureza de sangue foi sempre um meio, não um fim. O ‘sangue puro’ só tem algum valor se preservá-lo significar a manutenção de alguma distância social” (Cox, 1959, p. 389).

líderes dos imigrantes deram forma concreta às afinidades de interesses contidas nesse processo.

3.2. A Construção Política das “Etnias Formadoras”

A Comissão de Comemorações começou a atuar de fato no final de 1951. Em novembro, o governador liberou por decreto 400 mil cruzeiros em nome da Secretaria de Educação e Cultura para atender aos seus gastos iniciais.¹⁰⁶ Carneiro procurou aproximar-se de representantes dos imigrantes a partir dos primeiros meses de 1952, estabelecendo com eles, a princípio, “entendimentos verbais”.¹⁰⁷ Esses primeiros contatos foram marcados por incertezas quanto à definição de quais, exatamente, seriam os interlocutores imigrantes das autoridades. Se, de um lado, era claro quem representava o Estado, do lado dos imigrantes nada era tão simples. A questão da liderança passava, em cada um dos grupos, por idiossincrasias relacionadas à política, à dispersão geográfica e ao maior ou menor êxito alcançado por suas elites no interior das instituições “nacionais”, incluindo os negócios e a política eleitoral. Algumas vezes, Carneiro não encontrou organizações com a pretensão ou a legitimidade para representar todas as pessoas de determinada nacionalidade; ou, então, não encontrou instituições ou líderes reconhecidos pela maioria.

As dificuldades decorreram, também, do caráter excepcional da situação, tanto quanto das condições internas de organização dos grupos. Ao procurar estabelecer canais de interlocução, Carneiro, em nome do Estado, passou a interpelar como sujeitos coletivos “as etnias formadoras do Paraná”,¹⁰⁸ uma situação que em muitos sentidos poderia ser inédita para os imigrantes e descendentes. A convocação criava uma situação única que os nivelava frente ao Estado e impunha a cada grupo a necessidade de estabelecer uma estrutura específica de representação, organização e mobilização, distinta daquelas por intermédio das quais tinham se constituído e se organizado até então. Em termos práticos, o desafio dos líderes imigrantes era o de formar suas próprias comissões para tratar com a Comissão de Comemorações do estado, ou seja, precisavam forjar um tipo específico de unidade política. Seu ponto de partida, contudo, eram as instituições e estruturas sociais engendradas ao longo de suas experiências migratórias; instituições e estruturas de tipo diverso que tinham correspondido, até então, a outras realidades e outros propósitos. Afinal,

¹⁰⁶ Paraná. Decreto nº 3.596 de 29 de novembro de 1951. *Arquivo Público do Paraná*, fundo Comissão de Comemorações do Centenário do Estado do Paraná, caixa 24/01/22/14.

¹⁰⁷ Carta de Kozo Kassai a Newton Carneiro, 12 de abril de 1952. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*.

¹⁰⁸ Carta de Newton Carneiro a Yasushi Yamasaki, Zinta Hagihara e Toshio Kohatsu, 11 de outubro de 1952. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*.

mesmo que a história de cada grupo tenha dado origem a clubes, escolas, jornais e congregações religiosas, em geral não havia órgãos centrais de deliberação e execução abrangentes, nos moldes que seriam adotados pelas comissões.

Mas o desafio colocado para os imigrantes possuía, também, um aspecto mais abstrato, que não se limitava à construção de uma nova forma de unidade política a partir de estruturas pregressas. Ao interpelá-los como grupos, a Comissão invocava um tipo de coletividade que não se fundava nas divisões concretas segundo as quais os imigrantes estavam organizados, mas no princípio da unidade de acordo com a origem nacional. Representantes do Estado brasileiro exigiam que as “etnias formadoras do Paraná” se apresentassem como grupos de cidadãos brasileiros unidos pelos laços de suas respectivas origens nacionais, combinando o sentimento de origem comum e as exigências do novo pertencimento, ao mesmo tempo como brasileiros e paranaenses. Apenas nesses moldes era possível aproveitar a oportunidade de *ser* diante do Estado para, por meio das comemorações, *tornar-se* uma “etnia formadora do Paraná”.

Para os japoneses, ser do Paraná foi o primeiro problema. A maioria dos japoneses e descendentes vivia, à época, na porção norte do estado, em cidades ou áreas rurais do interior. Muitos haviam migrado recentemente de São Paulo, centro com o qual o norte paranaense comunicava-se mais facilmente, por via terrestre, do que com Curitiba. A comunidade de Curitiba ainda era pequena: um levantamento de 1955 apontou 252 famílias residentes, somando 1.638 pessoas (Kojima, 1991, p. 30) —pouco mais de 0,5% da população. Seria, de fato, entre 1950 e 1960 o período de maior chegada à cidade de pessoas nascidas no Japão (idem, p. 39). Outro levantamento, de 1956, apontou que entre um grupo de estudantes residentes em Curitiba, grande parte nascera em municípios do interior paulista.¹⁰⁹ O mais importante, no entanto, é que os japoneses tinham pouca visibilidade. Em 1957, “era raro encontrar o japonês”, segundo relato de um pai cujo filho fora estudar na capital (idem, p. 31). E Octavio Ianni, em seu *survey* sobre relações raciais e étnicas aplicado na cidade entre 1955 e 1958, sequer utilizou a categoria “japonês” ao lado de outras como “lusu-brasileiro”, “alemão”, “polonês”, “italiano”, “judeu” e “negro” (Ianni, 1966, p. 117-146). Esse dado é especialmente interessante tendo em vista que Ianni formara-se em São Paulo, onde o grupo japonês era significativo, e que a inclusão da categoria “judeu” em seu *survey* sugere a transposição de uma ontologia social que possivelmente fazia mais sentido em São Paulo que em Curitiba. A não-utilização da

¹⁰⁹ Conforme estudo sobre os membros da União dos Gakusseis de Curitiba realizado em 1956 por Sonoko Yoshiyazu, à página 3. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*. Agradeço a Ivan Araújo Lima por ter me chamado a atenção para esse estudo.

categoria “ucraniano”, da mesma forma, sugere que se tratava de outro grupo de visibilidade limitada em Curitiba.

Indícios apontam, também, que até aquele momento, o grupo japonês tinha poucas ligações com a classe dominante curitibana. Os primeiros japoneses contactados por Carneiro foram um grupo de estudantes da Universidade Federal do Paraná. Eram os japoneses com maior visibilidade na capital ou, então, os únicos que compartilhavam algum tipo de espaço social com pessoas como Carneiro. Esses jovens estavam organizados em torno à União dos Gakusseis (Estudantes) de Curitiba (UGC), fundada em 1949, uma espécie de federação de repúblicas estudantis sediada provisoriamente nas instalações de uma delas, no centro de Curitiba (Takaoka, 1999, p. 3). Foi com esses jovens que a Comissão iniciou conversações no início de 1952. A associação não tivera, até então, a pretensão de representar todos os japoneses do Paraná, tendo sido criada com outras finalidades, mas no contexto do centenário assumiria o protagonismo em nome da “colônia japonesa” (Lima, 2015, p. 29-30; p. 98). Eles, contudo, não carregariam sozinhos a responsabilidade da representação. Carneiro também se relacionava bem com Kiyossi Kanayama, um jovem advogado nascido em Santos, cuja família mudara-se para Paranaguá, no litoral paranaense, e lá abrira um comércio. Kanayama formou-se na Universidade do Paraná, nos anos 1940, participou da política estudantil na Faculdade de Direito (onde talvez tenha conhecido Carneiro), advogava em Curitiba e fora eleito suplente de deputado estadual, pela UDN (partido de Carneiro), em 1950 (Kanayama, 2017, p. 7-8).

Os membros da organização de estudantes assumiram, a princípio, o papel de “porta-voz[es] da Colônia Japonesa radicada no Paraná”.¹¹⁰ Auxiliados pelo advogado Kanayama, criaram uma comissão provisória, entraram em contato com líderes do norte do estado —agricultores e profissionais— e trabalharam, com eles, pela formação da Comissão Central da Etnia Japonesa, efetivada no final de 1952. Em missão pelo norte do estado, acompanharam a escolha, para presidente, de um líder reconhecido da localidade de Assaí, próximo à cidade de Londrina. Foi lá, pouco depois, que a Comissão recebeu Newton Carneiro e outras autoridades para um jantar e reunião. Carneiro estivera em Assaí alguns meses antes, em maio, para uma solenidade em homenagem à imigração japonesa, onde conheceu algumas das pessoas com quem mais tarde trataria sobre o centenário.¹¹¹ A mediação dos estudantes, contudo, continuava essencial. Não apenas para efetivar os

¹¹⁰ “Relatório de uma parte da ata da 29ª sessão da Diretoria da UGC referente à nomeação da Comissão do Centenário na UGC”, Relatórios e atas das reuniões e atividades para o movimento dos Festejos do Primeiro Centenário do Estado do Paraná, p. 3. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*.

¹¹¹ “Colonização japonesa – festas comemorações em Assaí”, *A Tarde*, Curitiba, 7 de maio de 1952, p. 3.

contatos e servir como representantes em Curitiba de grupos que se encontravam mais organizados no norte do estado e pouco presentes na capital, mas também para intermediar as negociações com uma geração mais velha. No jantar em Londrina, embora talvez falasse português, o presidente da comissão preferiu discursar em japonês.¹¹²

Mesmo entre os grupos de imigração anterior, fortemente identificados com o Paraná e de presença consolidada na capital, podia não haver consenso o bastante sobre como se fazer representar em unidade. Um problema, portanto, de outra ordem. O caso dos ucranianos ilustra-o bem. Organizavam-se em instituições originadas havia décadas na região central do estado, onde predominavam as colônias eslavas. Publicavam dois jornais semanais em idioma ucraniano e tinham acabado de eleger, em 1950, um deputado estadual (efetivo, à diferença do deputado japonês, que era suplente). Advogado nascido no Brasil, mas de família ucraniana, José Dilay formou-se em Curitiba e viveu na região de colonização ucraniana, tendo parte de sua clientela, como advogado, entre seus patrícios. Os ucranianos também aproveitavam a abertura da democracia do pós-guerra para mobilizar diversas estruturas de organização e, por diferentes meios, entre os quais o voto, consolidar sua presença na vida pública do estado. Apesar disso, em virtude de divergências políticas históricas relacionadas à influência da Igreja na vida comunitária e ao movimento nacionalista, que na virada do século havia transbordado da Europa para os contextos de emigração, as preparações para o Centenário do Paraná surpreenderam os ucranianos divididos em duas associações rivais, cada uma ligada a um jornal. Seria necessário travar delicadas negociações no intuito de instituir uma representação unificada para tratar com as autoridades do governo estadual e, mesmo assim, o arranjo mostrou-se frágil, desfazendo-se, tal qual se formara, pouco depois do centenário. Significativamente, foi o deputado Dilay, símbolo de uma forma de identificação e mobilização de sentido comunitário, mas voltada para o interior das instituições nacionais brasileiras —e, portanto, para a assimilação da elite do grupo nessas estruturas—, quem afiançou a colaboração entre as facções rivais. O Comitê Ucraniano-Brasileiro pró Festejos do Centenário do Paraná foi formado às vésperas de uma reunião com Newton Carneiro e os representantes dos demais grupos imigrantes.

A situação dos poloneses, de outro modo, parecia mais pacificada. Assim como entre os ucranianos, divisões políticas europeias e diaspóricas sustentavam, ainda no pós-guerra, pelo menos dois grupos rivais. Um mais conservador, ligado aos padres e ao governo polonês paralelo mantido em Londres após o fim da Segunda Guerra, e outro de

¹¹² “Tradução do discurso proferido pelo sr. Riiti Tatewaki, presidente da Comissão do Centenário da Etnia Japonesa, em resposta à oração do dr. Newton Carneiro, no jantar do dia 2/12/52”. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*.

inclinação mais leiga, próximo do socialismo e simpático ao governo polonês estabelecido. Cada um publicava, em Curitiba, seu próprio jornal em idioma polonês. Mas, como sugere o desaparecimento da maioria das edições do periódico progressista, esse grupo tinha menos influência entre os poloneses do que os progressistas ucranianos entre os seus.¹¹³ Os poloneses reuniram-se sob a liderança de dois deputados, um estadual, residente em Curitiba, e um federal, que morava no Rio, contando com o apoio dos padres católicos, entre os quais se destacavam os da Ordem de São Vicente. Muitos dos vicentinos eram poloneses ou brasileiros descendentes de colonos poloneses, e a congregação possuía seminário e gráfica no centro de Curitiba, publicando seu próprio jornal.

Não há indícios de que a liderança do deputado estadual Edvino Tempski, principal articulador da comissão dos poloneses, tenha sido seriamente contestada de dentro do grupo. Assim como no caso dos ucranianos, o deputado estadual —filho de um médico polonês e formado ele mesmo em medicina pela Universidade do Paraná¹¹⁴— era o elo natural entre os imigrantes e o governo, símbolo tanto de integração quanto do êxito da elite do grupo. Mas, à diferença do líder ucraniano, a transformação de Tempski de contato inicial de Newton Carneiro em presidente da Comissão Polono-Brasileira do Centenário do Paraná e da Emigração Polonesa (formada no final de 1952) foi menos conturbada. Ao invés de mediar a colaboração de entidades rivais, seu desafio foi reunir um conjunto de lideranças representativas das dimensões relevantes do grupo; dimensões relevantes em termos sociais —da Igreja, das senhoras etc.— e locais —dos municípios de Mallet, de Araucária e da colônia Santa Cândida nos arredores de Curitiba, para mencionar algumas localidades importantes.¹¹⁵

A importância do voto para os poloneses e os ucranianos merece algumas considerações. Primeiro, pela novidade encarnada na centralidade dos políticos. Líderes como Dilay, Tempski e também Bronislau Ostoj Roguski —o deputado federal de origem polonesa, que anos antes já havia sido deputado estadual— surgiram, naquele momento crítico, como lideranças leigas acima dos padres ou, pelo menos, ao lado deles. É conhecida a forte ascendência dos padres, por vezes quase despótica, sobre os habitantes das colônias do interior paranaense no início do século XX (Andreazza, 1999, p. 117). Entre

¹¹³ O padre Malczewski, historiador memorialista dos poloneses no Paraná, caracterizou o *Semeador* (1948-1959) como um jornal “de caráter popular, social e progressista”, acrescentando que era “editado pelos irmãos Wolanski, independente da colônia polonesa” (Malczewski, 2008, p. 221, nota X). Isso possivelmente quer dizer: independente dos padres que, naquele momento, associados a figuras políticas leigas, tinham total ascendência sobre a “colônia”.

¹¹⁴ “Nossos Deputados – Saporski - Falarz - Roguski - Tempski”, *Kalendarz Ludu 1950*, Curitiba, 1950, p. 3-4. *Arquivo dos Padres Vicentinos*, Curitiba.

¹¹⁵ Livro de Atas da Comissão Central dos Poloneses, p. 1-2. *Arquivo dos Padres Vicentinos*, Curitiba.

os ucranianos, nas primeiras décadas, a ascensão de um líder nacionalista leigo chegou a provocar conflitos violentos entre seus seguidores e os colonos fiéis aos padres (Guérios, 2011). No pós-guerra, padres e líderes leigos já se acomodavam melhor. Há indícios, na imprensa, de certa estratégia comunitária para formar elites imigrantes, que mereceria pesquisas mais aprofundadas. Tempski, por exemplo, era tratado, já em 1930, num artigo da imprensa polonesa de Curitiba, como membro da “futura inteligência polonesa”. Pretendia “estudar medicina na universidade local e, depois, provavelmente na Europa”, dizia o jornal, razão pela qual “uma série de periódicos brasileiros locais fizeram mui notáveis menções a ele, trazendo orgulho a nossa Colônia Polonesa”.¹¹⁶ A ideia de “colônia”, note-se, já estava presente, e servia para situar o jovem Tempski na vanguarda de todos os poloneses do Paraná.

A abertura democrática possibilitava tomar um atalho —o voto popular— na estrada que levava tanto ao poder quanto ao reconhecimento social do grupo pela sociedade abrangente. As implicações disso não se limitavam, é claro, à formação das comissões; tinham significado mais amplo para as relações e posições recíprocas dos grupos. Ucranianos e poloneses encontravam-se, como grupo, em processo de ascensão política. Diante das oportunidades dos novos tempos, Tempski e o mais experiente Roguski apareceram, no almanaque anual da gráfica dos padres vicentinos, associados aos próceres da imigração polonesa, num artigo que pedia votos para os “nossos deputados” na eleição de 1950. “A união faz a força”, dizia o artigo, completando: “Dr. Bronislau Roguski é nosso candidato ao Congresso Federal no Rio de Janeiro” e “Dr. Edwin Tempski é nosso candidato à Câmara Estadual em Curitiba”.¹¹⁷ Agora, com a democratização, a estratégia de cultivo de elites fortemente associadas ao grupo —que até então, sob as limitações do Estado Novo, não apontava necessariamente para a política institucional— dirigia-se para o voto. Indicações como essas sugerem certa consistência do voto “étnico”, ao contrário do que pode ter ocorrido em outras regiões de imigração, como o Oeste do estado de São Paulo. Referindo-se ao imediato pós-guerra naquela área, Truzzi afirmou que “[b]oa parte dos filhos de italianos eleitos pisará as câmaras municipais e prefeituras não como representantes de seu grupo étnico, mas apenas como indivíduos, 100% brasileiros, que desfrutaram de trajetórias de mobilidade social” (Truzzi, 2016, p. 118). A prevalência de italianos, entre os imigrantes, e mesmo seu grande número em relação à população total em muitas das cidades pode ter contribuído para desarmar o voto étnico no interior paulista. Ocorreu de

¹¹⁶ “A futura inteligência polonesa”, *Gazeta Polska w Brazylii*, Curitiba, 1º de janeiro de 1930. Agradeço a Luiz Henrique Budant, tradutor das fontes em polonês, por chamar minha atenção para essa menção.

¹¹⁷ “Nossos deputados – Saporski - Falarz - Roguski - Tempski”, *Kalendarz Ludu 1950*, Curitiba, 1950, p. 3-4. *Arquivo dos Padres Vicentinos*, Curitiba.

modo diverso em Curitiba, onde políticos como Tempski eram apresentados como candidatos da “colônia” estrangeira.

Duas grandes novidades da política eleitoral a partir de 1945 foram a “enorme incorporação de eleitores”, que no pleito de 1933 limitavam-se a 4% da população e no seguinte, de 1945, chegaram 16%; e o “estabelecimento de um espaço competitivo” e multipartidário (Singer, 2018, p. 135-136). As consequências da ampliação do eleitorado para as chances dos candidatos das “colônias” são evidentes. E a competição tornou-se especialmente convidativa devido ao fim das restrições à imprensa em língua estrangeira, que levou à reabertura de muitos jornais, nos quais podiam fazer propaganda dos candidatos no idioma dos colonos, isto é, vinculando-os fortemente à identidade imigrante. Os dados do censo de 1940, que discriminava as nacionalidades (mesmo dos indivíduos naturalizados brasileiros), não permitem conhecer se a proporção de pessoas alistáveis como eleitores era maior entre os imigrantes (naturalizados ou não) em comparação com os brasileiros natos.¹¹⁸ A proporção de potenciais eleitores, no Paraná, era maior nos municípios mais antigos, como os do litoral e de Ponta Grossa, além de Curitiba, talvez pela presença de instituições educacionais mais consolidadas e pela maior proporção de residentes urbanos em comparação com os rurais. Havia, portanto, mais eleitores, proporcionalmente, nos municípios populosos do Paraná tradicional, onde a participação de imigrantes no total de habitantes tendia a ser menor. O certo é que os números não eram os maiores nos municípios com muitos imigrantes.¹¹⁹ Isso afasta a hipótese de que a restrição do voto aos indivíduos alfabetizados teria beneficiado os imigrantes de algum modo. Não obstante, os grupos mais presentes na capital ou nos arredores podem ter recebido alguma vantagem.

Aparentemente, o sucesso de políticos como Tempski devia-se à combinação de pelo menos três fatores: o voto influenciado pela identificação como imigrante, numa transformação da estratégia de formação de lideranças entre os diferentes grupos; o uso da imprensa étnica e outras instituições nessa mesma direção; e a vinculação desses políticos a partidos conservadores, beneficiando-se do paternalismo da classe dominante tradicional. Os poloneses Tempski e Roguski, assim como o japonês Kanayama, foram eleitos pela

¹¹⁸ Alistáveis como eleitores, segundo a definição do censo, eram homens e mulheres com 18 anos ou mais que sabiam ler e escrever (IBGE, 1951, p. 60).

¹¹⁹ Os cinco municípios com maior proporção de alfabetizados (sobre o total da população) eram Curitiba (43%), Ponta Grossa (38%), Palmeira (34%), Araucária (31%) e Piraquara (31%), isto é, a capital, duas cidades antigas e dois municípios em volta da capital, hoje na região metropolitana. Dentre os seguintes, destacavam-se os do litoral. Dos dez municípios paranaenses com maior proporção de não-nascidos no Brasil (estrangeiros mais naturalizados), apenas Curitiba (em nono lugar) encontrava-se também entre aqueles com mais pessoas alfabetizadas. Calculado a partir dos dados do censo de 1940 (IBGE, 1951, p. 54; p. 60).

União Democrática Nacional (UDN) e o ucraniano Dilay, pelo pequeno Partido Republicano (PR), cujo principal nome no Paraná era o governador Munhoz da Rocha (aliado à UDN na eleição de 1950, na qual ele saiu vitorioso). Também na esfera eleitoral os interesses dos principais líderes imigrantes convergiam com os interesses da classe dominante tradicional. Uma implicação importante desse alinhamento é que, no Paraná, os líderes imigrantes mais representativos, com maior poder de mobilização, reuniam-se com a classe dominante tradicional no pólo conservador da política nacional; isto é, no pólo anti-varguista e anti-nacional-popular.

Se a dinâmica da formação dos comitês dos japoneses, ucranianos e poloneses aponta para a crescente aglutinação sob a política da classe dominante tradicional, embora em diferentes estágios, a constituição do comitê dos alemães, por outro lado, sugere outra configuração. É como se, no lugar de se agregarem como adendos, eles já tivessem se tornado elemento constitutivo da classe dominante de Curitiba. Ao notar, na Curitiba dos anos 1950, um contexto complexo de relações marcado pela “discriminação múltipla e entrecruzada” (Ianni, 1966, p. 138), Octavio Ianni sugeriu uma associação entre a hierarquia social, em cujo topo, segundo ele, encontravam-se luso-brasileiros, italianos e alemães, e as formas históricas de integração econômica desses grupos na sociedade local. Na hipótese de Ianni, os poloneses, por terem ingressado com atraso na estrutura ocupacional urbana em razão de seu longo isolamento em colônias rurais, desfrutavam de posição inferior e, assim, acabaram ocupando posições marginais em Curitiba, embora fossem o grupo imigrante mais numeroso no estado (idem, p. 145). À parte a hipótese, o fato era que nas preparações do centenário — Ianni realizaria sua pesquisa de campo entre 1955 e 1960 —, a estratégia dos alemães para formalizar seu comitê passava por figuras de posição social bem mais consolidada e, de fato, mais próximas de uma integração socioeconômica vantajosa à classe dominante luso-brasileira.

A série *Famílias brasileiras de origem germânica*, publicada a partir de 1962 pelo Instituto Genealógico Brasileiro e o Instituto Hans Staden, de São Paulo —a pesquisa contou com a colaboração voluntária de centenas de indivíduos que enviaram informações sobre suas famílias—, indica a intenção, por parte de uma das principais instituições brasileiras ligadas à Alemanha, de demonstrar um profundo enraizamento na sociedade nacional. Mesmo sem fazer qualquer exame sistemático, é possível apontar que várias das famílias presentes na publicação radicadas em Curitiba —a coleta de informações para o primeiro volume pode, de fato, ter recaído primeiro sobre as famílias mais destacadas, o que seria um viés— tem membros casados, já no século XIX ou princípio do século XX, com membros de famílias luso-brasileiras de relevância econômica ou política (Moya; Fouquet, 1962).

O panfleto da Comissão Brasileira Representativa do Grupo Étnico Germânico, entidade cujo nome buscava não deixar dúvidas quanto a seu caráter primordialmente “brasileiro”, iniciava celebrando essa integração: “A história do Brasil, dizia, consigna inumeráveis brasileiros de origem germânica que se distinguiram nas ciências, letras e artes, na indústria e no comércio, na política, na administração e na lavoura”.¹²⁰ Conforme veremos em maior profundidade no próximo capítulo, as outras comissões buscaram mostrar em termos semelhantes suas diversas contribuições para a sociedade paranaense. O presidente da comissão dos poloneses, por exemplo, escreveu para um dos álbuns oficiais patrocinados pelo governo um texto intitulado “Os poloneses e o Paraná”, centrado em personalidades destacadas e nas atividades desenvolvidas pelos colonos.¹²¹ Do mesmo modo, um dos eventos organizados pelos ucranianos paralelamente à programação oficial, o “Dia da Colônia Ucraniana”, seria marcado por discursos que enfatizavam suas próprias contribuições,¹²² em especial para a agricultura e a cultura brasileiras —como “escolas, igrejas, sociedades e imprensa”—, resumidas, noutras ocasiões, por um de seus jornais.¹²³

Sem dúvida, foram os alemães que conseguiram mobilizar o argumento das contribuições com maior sucesso. Um dos principais feitos da comissão foi a publicação do livro *O Paraná e os alemães*, escrito especialmente para o centenário, no qual buscava-se “focalizar, pela primeira vez, a colaboração germânica à prosperidade e ao desenvolvimento do estado do Paraná, apreciada sob o ponto de vista científico, sociológico” (Aulich, 1953, s/p.). Quando se falava em “colaboração” tratava-se, entre outras coisas, de ressaltar a posição social alcançada por líderes como os que compunham a própria comissão dos alemães, a exemplo de seu presidente, Oscar Schrappe Sobrinho, herdeiro de uma importante indústria gráfica de Curitiba; e dos presidentes de honra, o tenente-coronel João Meister Sobrinho, da Polícia Militar do Paraná (idem, s/p.); e o médico Erasto Gaertner,

¹²⁰ “O grupo étnico germânico e o centenário do Paraná”, *Emancipação política do Paraná – Festividades* (panfleto da Comissão Brasileira Representativa do Grupo Étnico Germânico). *Arquivo dos Padres Vicentinos*, Curitiba, acervo de Edvino Tempski, pasta I Centenário de Emancipação Política do Paraná.

¹²¹ Tempski, Edvino. “Os poloneses e o Paraná”, *Ilustração Brasileira – Edição comemorativa do centenário do Paraná*, Curitiba, n. 224, dezembro de 1953, p. 158-159.

¹²² “Os ucranianos no Brasil”, *Boletim Informativo da Sociedade dos Amigos da Cultura Ucraniana*, Curitiba, s/d., p. 15. *Arquivo do Museu Ucraniano de Curitiba*, Sociedade Ucraniana do Brasil (SUBRAS).

¹²³ “Reunião festiva para homenagem ao centenário do Paraná”, *O Lavrador (Хлібороб, Hliborob)*, Curitiba, 15 de novembro de 1953.

então prefeito de Curitiba (1951-1953).¹²⁴ A capacidade de publicar de fato o livro e o rol de personalidades destacadas que eles podiam reivindicar contrastam com as iniciativas semelhantes de poloneses e ucranianos, cujas publicações, ao que tudo indica, permaneceram no plano das intenções. Em setembro de 1953, faltando menos de três meses para as festas, tem-se notícia de que o próprio deputado Tempski estaria preparando “um livro ilustrado sobre a participação da colônia polonesa no desenvolvimento do Paraná”.¹²⁵ E o comitê dos ucranianos, no início de 1953, recolhia informações entre os seus para um álbum ilustrado chamado “Os Ucranianos no Brasil”.¹²⁶ Nenhum dos dois parece ter sido concluído. A reivindicação dos alemães beneficiava-se também do apoio de instituições como o instituto Hans Staden, de São Paulo, que pode ter intermediado a contratação de Werner Aulich para escrever *O Paraná e os alemães*. Aulich era um intelectual atualizado e bem conectado, que dialogava com a teoria social de sua época e tinha interlocutores como o renomado geólogo Reinhard Maack, professor da Universidade Federal do Paraná, e Egon Schaden, da Universidade de São Paulo, ambos também alemães (idem, p. 9).

3.3. Em Nome de Toda a Colônia

Vale a pena examinar mais de perto a política de um grupo que enfrentou situação particularmente desafiadora. Antigas divisões internas, de cunho político e religioso, ressurgiram quando os ucranianos foram convocados a formar o comitê. O problema era: como transformar instituições nascidas de suas experiências concretas, eivadas de conflitos decorrentes dos processos migratórios, em um tipo específico de organização, capaz de convocar, falar e agir em nome de todo o grupo? Nas tentativas de construir unidade acima das divisões, destacou-se o chamado à “colônia”. Não se tratava do significado mais usual com que a palavra era utilizada no Sul, isto é, o de comunidade rural formada pela aglutinação de pequenas propriedades, frequentemente —embora nem sempre—

¹²⁴ “O grupo étnico germânico e o centenário do Paraná”, *Emancipação política do Paraná – Festividades* (panfleto da Comissão Brasileira Representativa do Grupo Étnico Germânico). *Arquivo dos Padres Vicentinos*, Curitiba, acervo de Edvino Tempski, pasta I Centenário de Emancipação Política do Paraná.

¹²⁵ “Trabalhos do Comitê do Centenário do Paraná”, *O Povo (Lud)*, Curitiba, 23 de setembro de 1953.

¹²⁶ Carta do Comitê Ucraniano-Brasileiro pró-Festejos do Centenário do Paraná ao engenheiro Serafim Voloschen, Curitiba, 6 de fevereiro de 1953, tradução de Mirna Voloschen. *Acervo da família Voloschen*.

pertencentes a imigrantes estrangeiros e seus descendentes.¹²⁷ Havia, é verdade, alguma ressonância desse significado mais usual. Mas convocar a “colônia” significava, sobretudo, reivindicar a unidade dos descendentes de determinada pátria residentes num território estrangeiro. Relacionava-se, assim, com a necessidade de se fazer representar como grupo particular, unido por laços de origem nacional, diferenciando-se de outros grupos: de outras colônias, mas também, principalmente, dos nacionais. Quando as autoridades estatais convocaram as “etnias formadoras do Paraná”, a “colônia” foi o princípio político básico sobre o qual os imigrantes puseram-se a organizar suas diversas instituições para formar uma representação unificada.

Em 15 de novembro de 1952, o deputado estadual José Dilay escreveu ao padre Nicolau Ivaniw solicitando que marcasse com urgência uma reunião do Secretariado do Congresso Ucrâniano. O Secretariado do Congresso era uma espécie de comissão permanente que congregava as organizações ucranianas do Paraná e tinha a legitimidade necessária para reuni-las, apesar de suas diferenças. Herdara esse papel das reuniões gerais e congressos realizados pelos ucranianos, o primeiro em 1910 e o mais recente em 1947, convocados com o objetivo de debater e decidir sobre aspectos centrais da vida daqueles imigrantes no Brasil.¹²⁸ A primeira reunião geral, de 1910, já havia sido organizada com o objetivo claro de “centralizar as solicitações feitas pelos colonos ao governo estadual” (Guérios, 2007, p. 200). Na carta, Dilay, vice-presidente do Secretariado, dirigia-se angustiado ao padre Ivaniw, presidente, porque a comissão de festejos do governo convocara para dali a poucos dias uma reunião com os representantes dos diversos grupos imigrantes do Paraná, e os ucranianos encontravam-se ainda em situação indefinida sobre como se fariam representar. Suas duas principais associações não haviam chegado a bons termos nem decidido como iriam cooperar para construir a participação dos ucranianos nas comemorações.¹²⁹

O problema viera à tona alguns dias antes, quando Newton Carneiro teve uma consulta privada com líderes destacados do grupo. Estavam presentes o próprio deputado Dilay, autor da carta, e um padre chamado Melécio Kaminskyi, pertencente à mesma congregação de Ivaniw, podendo haver outras pessoas. Os convidados, contudo,

¹²⁷ “Já a palavra *colonização*, no mesmo período, foi usada para caracterizar a imigração destinada à formação de núcleos de povoamento e produção agrícola, razão porque, nos três estados do sul do Brasil, *colono* significa pequeno proprietário, ou seja, um lavrador independente, ao passo que *colônia* significa agrupamento dessas comunidades agrícolas” (Balhana, 1996 [1969], p. 39-40).

¹²⁸ Paulo Guérios reconstituiu a história desses eventos em *Memória, identidade e religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no Paraná* (Guérios, 2007, p. 189-226).

¹²⁹ Boa parte dos indícios utilizados na reconstrução que segue baseia-se na carta escrita por José Dilay ao padre Nicolau Ivaniw em 15 de novembro de 1952. *Acervo da Metrópoli Católica Ucraniana São João Batista*, Curitiba.

representavam apenas um dos lados de uma profunda divisão interna entre os ucranianos do Paraná, surgida, nas primeiras décadas do século XX, da disputa entre religiosos e nacionalistas leigos pela liderança dos colonos (Guérios, 2011). Ao colocar novamente em primeiro plano o problema da liderança, a reunião com Carneiro tornava iminente a reabertura daquela disputa. Sobretudo porque, entre os representantes que compareceram à reunião, alguns estavam pouco dispostos a ceder ao lado rival a iniciativa de falar em nome do grupo.

A religião estivera no centro da questão no início do século e permanecia central no pós-guerra. Os padres Kaminskyi e Ivaniw pertenciam à Ordem de São Basílio Magno, que começara a atuar no interior do Paraná no final do século XIX, pouco depois da chegada dos colonos, enviando missionários da região da Galícia (no leste europeu), de onde boa parte deles procedia (Guérios, 2007, p. 142). Ao cultivar, no Brasil, a religião e a língua, os padres tinham sido essenciais para a manutenção de uma “ucraniedade” (idem, p. 215) e se tornaram verdadeiro eixo da vida comunitária no interior. Muitos imigrantes, quando se instalaram no Paraná, ainda não se consideravam “ucranianos”, preferindo denominar-se “rutenos” —um dos grupos étnicos predominantes na Galícia. Nesse contexto, o movimento nacionalista, que começara a enviar seus próprios agentes da Galícia para o Brasil já em 1907, foi o catalizador da transformação de rutenos em ucranianos, mas não apenas.¹³⁰ Enquanto buscava promover a identificação nacional, criou novas instituições de grande capilaridade nas colônias, que acabaram por assumir posições anticlericais. Após se entender com os padres nos primeiros anos, o líder dos nacionalistas rompeu com eles e a disputa escalou para episódios de violência em meados dos anos 20 (idem, p. 210-211), inaugurando uma cisão duradoura entre as instituições ligadas aos religiosos e aquelas originadas das associações nacionalistas, as *Prosvita* (“Esclarecimento”).

Nos anos 20 o desfecho fora mais favorável aos padres, que mantiveram a lealdade da maior parte dos imigrantes. No início dos anos 50, eles continuavam em vantagem. Os basilianos mantinham no município de Prudentópolis um seminário, um convento e uma gráfica, na qual publicavam, desde 1912, o jornal semanal *Trabalho* (Праця, Prátsia) (Prátsia, 1993, p. 180). Fechado durante o Estado Novo, o jornal voltou a circular

¹³⁰ A primeira tentativa de criar uma representação centralizada ocorreu durante a Primeira Reunião Geral dos *Rutenos* no Brasil, em 1910; a segunda, em 1922 com a participação do líder nacionalista Petro Karmanskyi, durante Segunda Reunião Geral dos *Ucranianos* no Brasil (Guérios, 2011). Tratava-se do mesmo grupo, mas sua existência era reivindicada com base em princípios diferentes. Primeiro, refletindo o contexto de migração, a situação política europeia e o relativo desprezo dos padres no Brasil pelo nacionalismo independentista, reivindicavam o status de minoria subordinada aos impérios austro-húngaro e russo; depois, com a consolidação do nacionalismo ucraniano e a declaração de independência em consequência da Grande Guerra, afirmavam-se como grupo nacional.

oficialmente em 1946, período de renovada mobilização dos imigrantes acompanhando a redemocratização. Em 1947, durante o Congresso Pan-Ucraniano realizado em Curitiba, os padres apoiaram a fundação da Sociedade dos Amigos da Cultura Ucraniana (conhecida pela sigla TPUK). Contando com 50 adesões e funcionando provisoriamente nas instalações de uma paróquia próxima ao centro de Curitiba, os dois primeiros presidentes da Sociedade foram justamente os padres Ivaniw e Kaminskyi (Portal Ucraniano, s/d). Por meio dela, os basilianos estendiam sua influência para além das colônias rurais e alcançavam um novo grupo de imigrantes, mais qualificado e urbano, que chegara ao Brasil logo após o fim da guerra.¹³¹ A influência dos padres era tamanha que José Dilay, presidente do Secretariado do Congresso, acabaria por se filiar à TPUK no ano de 1950, apenas alguns meses antes da eleição de que sairia deputado. Em 1953, o principal líder político dos ucranianos estava estreitamente vinculado aos padres.

A outra grande associação dos ucranianos era a União Agrícola Instrutiva. Também foi fundada numa reunião geral dos ucranianos, porém mais de duas décadas antes da TPUK, em 1922, na localidade de Dorizon, município de Mallet, coração da área de colonização do interior paranaense (Kerechuk, 1993, p. 490). Surgida com o nome de União Ucraniana, tinha o objetivo de unificar as diversas associações político-educacionais ligadas ao movimento nacionalista *Prosvita*. A primeira dessas associações no Brasil surgiu em 1902 em Curitiba, e elas logo começaram a atuar também no interior, conforme se estabeleciam mais imigrantes pertencentes a camadas intelectualizadas (Kravtsiv *et al.*, 1993, p. 252). Muitos dos que migraram na virada do século faziam parte de uma “*intelligentsia* nacionalista”,¹³² diferenciando-se daqueles menos instruídos, fundamentalmente rurais, que caracterizaram as primeiras levas. À época da Primeira Guerra, já havia “32 organizações ucranianas no Brasil” (Boruszenko, 1993, p. 293), muitas delas nos moldes das *Prosvita*, e o primeiro jornal em ucraniano do país, surgido em 1907, era vinculado a elas (Guérios, 2007, p. 198). Surgida dessa base, a União Agrícola Instrutiva chegou a ser “a maior associação ucraniana, no Brasil, com filiais espalhadas por todo o estado do Paraná” (Boruszenko, 1967, p. 433). Seu jornal, *O Lavrador* (Хлібороб, Hliborob), começou a ser impresso na cidade de União da Vitória em 1924 e transferiu-se para Curitiba

¹³¹ Cerca de 9.000 ucranianos migraram para o Brasil depois de 1945, mas uma boa porção logo remigrou para a América do Norte. Dos que ficaram, muitos se instalaram no Paraná, sobretudo na capital, ou em São Paulo (Boruszenko, 1967; Guérios, 2007, p. 216).

¹³² No entreguerras, surgiu um novo tipo de emigrante ucraniano. Muitos deles se instalaram no Paraná: “urbanos, com consciência nacional, instruídos e bem informados politicamente, esses emigrantes foram lançados na diáspora porque tinham tomado parte nas várias tentativas de independência nacional [...] entre 1917 e 1920. Esse novo segmento da diáspora, que chegou perto de 100.000 pessoas, compunha-se de soldados, oficiais, funcionários do governo e membros nacionalistas da *intelligentsia*, com suas famílias” (Satzewitch, 2002, p. 50).

em 1934. Também fechado durante o Estado Novo, voltara a ser impresso em Curitiba em 1947. Apesar de ser mais antiga, no entanto, a influência política da União Agrícola Instrutiva estava em baixa por aqueles anos.

A Sociedade dos Amigos da Cultura Ucraniana tomou para si o papel de representar os ucranianos no centenário. Na reunião de Dilay e Kaminskyi com Newton Carneiro, por volta de outubro ou novembro de 1952, debateram-se as linhas gerais da participação do grupo. Depois da reunião, segundo o relato de Dilay, foi feito um convite à União Agrícola Instrutiva, para que se juntasse aos preparativos. A União teria aceitado. Mas o semanário *Trabalho*, dos basilianos, atropelou o acerto. Logo em seguida publicou um informe sobre a reunião no qual colocava a Sociedade dos Amigos da Cultura Ucraniana como representante de “toda a comunidade ucraniana” nas tratativas com as autoridades brasileiras.¹³³

Ucranianos da União Agrícola Instrutiva, que se opunham à prevalência da Sociedade, procuraram José Dilay para manifestar sua indignação com o informe do *Trabalho*. A posição de responsabilidade política de Dilay à frente do grupo, como político de expressão, assim como seu cargo de vice-presidente do Secretariado do Congresso, órgão que buscava posicionar-se acima das diferenças políticas internas, sugerem que os descontentes sentiram-se mais confortáveis para recorrer a ele como mediador do que para confrontar diretamente os padres. Dilay, então, convocou uma nova reunião para colocar frente a frente as direções da Sociedade e da União. Além do mediador, encontraram-se no salão paroquial dos basilianos Rafael Kulisky, João Possackyi e o padre Melécio Kaminskyi, da Sociedade; mais Estevão Kobylanskyi e Elias Horatchuk, da União. Na carta que escreveu em seguida ao padre Nicolau Ivaniw, o deputado Dilay incluiu o seguinte relato:

[...] Após um curto esboço dos planos acerca da participação da colônia ucraniana nos citados festejos, realizado pelo padre Melécio, tomou a palavra o Sr. Kobylanskyi e severamente se posicionou contra a participação unilateral do TPUK [Sociedade dos Amigos da Cultura Ucraniana] representando “toda” a comunidade ucraniana do Paraná, conforme informação publicada e declaração acima, o que causou grande indignação nos lados da UAI.¹³⁴

Os membros da União, buscando consenso, argumentaram que o Secretariado do Congresso, “como órgão coordenador das organizações ucranianas”, é que deveria representar a colônia, no que parece terem sido apoiados por Dilay, vice-presidente do

¹³³ Carta de José Dilay ao padre Nicolau Ivaniw, 15 de novembro de 1952. *Acervo da Metrópolia Católica Ucraniana São João Batista*, Curitiba.

¹³⁴ Ibidem.

Secretariado. Exigiram ainda, que, nesse caso, o *Trabalho* publicasse uma retificação do comunicado anterior e que o Secretariado a endossasse e divulgasse. Mas o padre Kaminskyi, “justificando a iniciativa do TPUK e defendendo sua posição”,¹³⁵ foi irredutível: não queria cooperar com a União Agrícola Instrutiva. Vendo a participação dos ucranianos em risco, o deputado Dilay escreveu ao padre Ivaniw, superior de Kaminskyi: que convocasse um encontro das partes em nome do Secretariado, órgão máximo dos ucranianos no Paraná, e lançasse mão de sua autoridade para resolver a questão. Para sua sorte, a reunião com o Comitê Central chefiado por Newton Carneiro fora adiada, de 15 de dezembro —data da carta— para 1º de janeiro. Ainda assim, não havia tempo a perder.

Foi provavelmente na reunião emergencial convocada por Ivaniw que se formou o Comitê Ucraniano-Brasileiro pró-Festejos do Centenário do Paraná. O próprio Ivaniw foi escolhido presidente, sendo os cargos honorários oferecidos aos patronos das Igrejas Católica Ucraniana e Ortodoxa Ucraniana, as mais representativas entre os imigrantes. Cada função (vice-presidência, secretariado e tesouraria) coube a duas pessoas: uma da União, outra da Sociedade. As quatro outras vagas do Comitê também foram distribuídas simetricamente. No entanto, conforme sugerem algumas das cartas enviadas pelo Comitê, isso não significou a superação das incompatibilidades pessoais e políticas: o padre Kaminskyi, vice-presidente, assinava junto com o secretário que era também membro da Sociedade dos Amigos da Cultura Ucraniana, Nicolau Hec, e não com Estefano Mikilita, membro da União Agrícola Instrutiva.¹³⁶ A representação da colônia assentava sobre um acordo delicado, que mantinha o equilíbrio entre os dois principais grupos.

Em janeiro de 1953, o padre Kaminskyi havia cedido. Depois da reunião com a Comissão Central, o *Trabalho* publicou uma convocação do Comitê Ucraniano-Brasileiro, destacando que ele fora formado especificamente para as comemorações e, portanto, não deveria ser confundido com qualquer das associações existentes. Era algo novo e incluía “representantes de todas as nossas sociedades e organizações”, completava. A convocação iniciava conclamando os “Paranaenses de descendência ucraniana! Ucranianos e ucranianas do Paraná!” e encerrava, após especificar as ações acordadas entre o Comitê e a Comissão Central, solicitando apoio para fazer “a glória do Paraná e sua colônia

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ Carta do Comitê Ucraniano-Brasileiro pró-Festejos do Centenário do Paraná ao engenheiro Serafim Voloschen, Curitiba, 6 de fevereiro de 1953, tradução de Mirna Voloschen. *Acervo da família Voloschen*. O padre Ivaniw, por outro lado, figura aparentemente mais conciliadora, assinava com Estefano Mikilita, secretário do Comitê e membro da União (Convite do Comitê Ucraniano-Brasileiro pró-Festejos do Centenário do Paraná ao deputado Edvino Tempski. *Arquivo dos Padres Vicentinos, Curitiba*).

ucraniana”.¹³⁷ O principal veículo dos ucranianos dos Estados Unidos, o jornal *Liberdade* (Свобода, Svoboda), noticiou no início de 1954 a criação do Comitê, dedicado à “coordenação de todas as instituições ucranianas no Brasil”.¹³⁸ Quem enviou as informações ao *Liberdade* foi possivelmente um dos padres, aproveitando-se de uma rede internacional de religiosos, pois a matéria não deixou de mencionar nominalmente o monsenhor Clemente Preima, também basiliano e superior de Ivaniw e Kaminskyi.

3.4. Invisibilizando os Negros e os Indígenas

Newton Carneiro alcançou representantes dos alemães, poloneses, japoneses, italianos, ucranianos, sírio-libaneses, franceses, holandeses, portugueses e britânicos —os grupos que, afinal, envolveram-se de algum modo com os eventos.¹³⁹ O princípio que animou essa configuração, como vimos, tinha fortes conotações nacional e imigrantista, sintetizadas, tanto para as autoridades quanto para vários dos grupos envolvidos nas comemorações, pela ideia de “colônia”. A presença dos portugueses complicava um pouco o esquema, pois sua posição era ambígua entre, de um lado, colônia estrangeira (referenciada a outro Estado-nação), e, de outro, grupo formador da sociedade brasileira e, portanto, não estrangeiro. Apesar da ambiguidade, é certo que os portugueses participaram num dos principais eventos das comemorações, o “desfile das etnias”, como colônia étnica, e não como grupo formador da nação. No desfile, lado a lado com os diversos imigrantes, apresentaram-se em trajes folclóricos embalados por danças tradicionais como o “Vira”.¹⁴⁰ Conformaram-se, portanto, aos moldes folclóricos adotados pelos outros grupos. Não foi possível encontrar evidências das negociações de vários deles, incluindo os portugueses, com a comissão estadual, mas o caráter *folk* de sua apresentação indica que quem quer que a tenha organizado pouco tinha a ver com a elite luso-brasileira a cargo do governo estadual. Já vimos que autoridades como o governador e os dois principais responsáveis pela comissão de comemorações imaginavam-se como os verdadeiros brasileiros e, com ainda mais ênfase, os verdadeiros paranaenses, distantes de qualquer recriação de

¹³⁷ “Convocação – Comitê Ucraniano-Brasileiro para os Festejos do Centenário”, *Trabalho* (Праця, Прátsia), Prudentópolis, 21 de janeiro de 1953.

¹³⁸ “Ukrainians in Brazil celebrate centenary of the state of Paraná”, *Svoboda*, Свобода – *The Ukrainian Weekly Section*, Jersey City, NJ, Estados Unidos, 9 de janeiro de 1954, p. 1.

¹³⁹ A lista se constitui dos grupos que participaram com uma delegação do “desfile étnico e de escolares”, ápice e evento de maior audiência da programação. Comissão de Comemoração do Centenário. “Programa Geral dos Festejos e Comemorações”, 1953 (panfleto). *Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná*.

¹⁴⁰ “Comemorações do primeiro centenário do Paraná”, *Álbum do natal do centenário do Paraná da Revista A Divulgação*, Curitiba, p. 39.

costumes populares do interior de Portugal. Ser um português folclórico —uma minoria no Paraná— e ser um paranaense luso-brasileiro —dono da terra— eram posições absolutamente incompatíveis àquela altura.

O problema relaciona-se com a exclusão sumária dos negros e dos indígenas. Do mesmo modo que os luso-brasileiros, enquanto grupo nacional, não tinham lugar no desfile étnico e nas demais atividades —transmutando-se os portugueses em *folk*, para participarem— tampouco havia um lugar simbólico para os negros e os indígenas, pois eram imaginados igualmente como grupos formadores da nacionalidade, e não como minorias, fossem etnias ou colônias. A diferença, claro, é que enquanto os luso-brasileiros compunham o grupo branco dominante no espectro de cor dos nacionais (dominante social, política e economicamente), os negros e os indígenas eram nacionais “de cor”, “naturalmente” subordinados. Sua total exclusão de um evento que se mostraria capaz de, surpreendentemente, conciliar os ideais de convivência e mistura encerrados na fórmula da democracia racial com a emergência das etnicidades imigrantes escancara os limites impostos pela democracia racial à mobilização e luta política dos grupos racializados. Sobretudo no caso dos negros, que, ao contrário dos indígenas, não podiam reivindicar diferenças étnicas. Veremos no próximo capítulo como o trabalho de construção de uma performance da diferença por meio da linguagem étnica contribuiu para a formação dos grupos imigrantes e para consolidar seu reconhecimento como parte —na verdade, mais do que isso— da sociedade paranaense. A raça, por outro lado, era proscria como princípio de mobilização política pelo próprio “pacto” da democracia racial. E aí estava seu caráter conservador: proibia, em nome da promessa de integração como classe social, o único princípio capaz de mobilizar o grupo racialmente discriminado. Na ação da comissão estadual de comemorações, o convite aos imigrantes combinado à exclusão dos indígenas e dos negros efetivava-se numa forma específica de racismo. A ontologia social validada pelo Estado não apenas destacava os imigrantes ao mesmo tempo em que invisibilizava os nacionais racialmente subordinados; ela estimulava a formação dos imigrantes enquanto desarmava qualquer possibilidade de mobilização dos negros e dos indígenas.

Não há indícios de que as autoridades tenham procurado contactar ou instituir representantes dos negros ou de qualquer grupo indígena, em moldes semelhantes aos contatos que se esforçaram por estabelecer com os representantes imigrantes. No caso dos indígenas, contudo, isso não quer dizer que tenham sido completamente ignorados. Não foram encarados como sujeitos, mas apareceram em diversas situações, retratados de modo objetificado ou como símbolos de uma natureza original, arcaica. Sua presença limitava-se, em geral, à condição de ancestrais já desaparecidos, fontes de lendas e anedotas sobre o início da ocupação colonial. Tratava-se, afinal, de um modo difundido de

representá-los nesse tipo de ocasião: no aniversário da cidade de São Paulo, em 1954, os indígenas seriam relegados a “uma era particular, na qual desempenhavam uma função específica, apenas para recuarem para as margens da sociedade paulista quando essa era tinha acabado” (Weinstein, 2015, p. 293).

No Paraná, um dos álbuns oficiais do centenário continha alguns textos recheados de palavras e toponímias indígenas. Um deles contava uma lenda que, por ser entremeada de palavras em tupi, dava a impressão de ser traduzida ao se ler, através da constante consulta ao glossário na mesma página.¹⁴¹ Outro discutia “a verdade sobre Guairacá”, chefe mítico dos Guarani que, para uns, teria sido símbolo da defesa de seu povo e, para outros, aliado dos castelhanos na disputa pelo território sulino e, portanto, inimigo do “branco de origem lusa”.¹⁴² Em outro, ainda, discutia-se a etimologia do nome de Curitiba, se “tupi ou guarani”, citando-se historiadores como Romário Martins, principal figura do movimento paranista.¹⁴³ Em toda a revista, todavia, nenhum texto retratava indígenas vivos, participando do tempo presente. Os paranistas, deve-se reconhecer, tinham investigado as raízes indígenas do Paraná e dos paranaenses nas primeiras décadas do século XX, ainda que os retratassem como parte de uma natureza originária, como ocupantes selvagens de planaltos de araucárias e, portanto, como ancestrais míticos, mais do que como grupos concretos que, à época, resistiam em difíceis condições à colonização progressiva do território por empresas, imigrantes estrangeiros e migrantes de outras regiões do Brasil. Mas o modo de representar os indígenas no centenário parece ter se beneficiado muito pouco do olhar mais atento dos paranistas.

O painel de pedra em que Erbo Stenzel esculpiu sua narrativa sobre a história econômica do estado¹⁴⁴ reservava aos indígenas o mesmo papel de ancestrais em que eles apareciam nas publicações. Trata-se do painel situado detrás do Homem Nu e que o complementava no monumento do centenário. Stenzel não o concebeu sozinho. Esculpiu-o a partir de orientações de membros do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, em especial o antropólogo e professor da Universidade Federal do Paraná José Loureiro Fernandes. Suas sugestões teriam levado Stenzel a adaptar o modelo inicial do

¹⁴¹ Abreu, Aluizio. “O ‘gigante adormecido’”, *Ilustração Brasileira – Edição comemorativa do centenário do Paraná*, n. 224, dez 1953, p. 180.

¹⁴² “A verdade sobre Guairacá”, *Ilustração Brasileira – Edição comemorativa do centenário do Paraná*, n. 224, dez 1953, p. 184.

¹⁴³ Rodrigues, Arion Dall’Igna. “Curitiba: tupi ou guarani?”, *Ilustração Brasileira – Edição comemorativa do centenário do Paraná*, n. 224, dez 1953, p. 4.

¹⁴⁴ Ver capítulo 2.

painel, mas não se sabe em qual sentido.¹⁴⁵ A primeira figura humana na obra, lida da esquerda para a direita, é um homem indígena, mais forte que as demais figuras, que olha ativo para a direita do painel, isto é, para o futuro. A seus pés, duas mulheres indígenas cortam mandioca num balaio e, atrás, a terceira segura uma criança. Avançando à direita, vêem-se uma anta, um pé de milho e uma carroça, e logo três homens, um deles armado, que representam bandeirantes. Mesmo relegando a comunidade indígena ao início do painel — limitada pela chegada dos bandeirantes —, Stenzel destacou a robustez do homem índio e dotou-o de um olhar que, ao contrário das demais figuras, transcende a época em que se situa, não se limitando aos próprios afazeres. Enquanto os demais personagens encontram-se compenetrados — e os bandeirantes olham reto para fora do painel —, o índio observa os demais do alto e vê longe. É um efeito interessante que, se não chega a desafiar o lugar de mero ancestral transmitido pela sequência das figuras, ao menos matiza a invisibilização dos indígenas. Finalmente, cabe mencionar um livro curioso publicado em 1953, em homenagem ao centenário e ao II Congresso Brasileiro de Folclore, realizado naquele ano em Curitiba. *Goiobang: poema alusivo às origens e à formação do Paraná* era um épico ilustrado pelo conhecido artista Guido Viaro e destacava, desde o título (“água grande”, “nome dado pelos índios ao Rio Paraná”), a presença indígena em determinados momentos da história do estado (Martins, 1953, p. 71). Mas a referência não era muito mais do que sentimental, pois o autor falhava igualmente em reconhecer aos indígenas lugar diferente daquele de ancestrais.

À época, pesquisadores ligados a instituições como o Museu Paranaense e a própria Universidade Federal do Paraná realizavam expedições científicas e publicavam pesquisas antropológicas sobre os indígenas que viviam na região Sul, ampliando os contatos com os grupos e aprofundando o conhecimento sobre eles.¹⁴⁶ Mas nem mesmo sua atuação pôde impedir uma coincidência dramática. Os indígenas Xetá lutavam desde os anos 1940 contra a tomada de suas terras no noroeste do estado, na região conhecida como Serra dos Dourados. Segundo indícios, grupos Xetá viviam próximos a locais colonizados ainda em meados do século XIX, e recuaram progressivamente para a Serra dos Dourados. Após anos evitando contatos e tentando expulsar os colonos, em dezembro de 1954 um grupo resolveu aproximar-se dos moradores de uma fazenda. Em 1955 e 1956, expedições localizaram outros núcleos e documentaram em filme seu modo de vida (Silva,

¹⁴⁵ A correspondência entre os escultores indica ao menos uma conversa havida entre Stenzel e o professor Loureiro Fernandes com essa finalidade (Carta de Humberto Cozzo a Erbo Stenzel, 28 de março de 1953. *Fundação Cultural de Curitiba*, fundo Erbo Stenzel, pasta “A Praça 19 de Dezembro na obra de Erbo Stenzel”).

¹⁴⁶ Algumas dessas pesquisas foram publicadas na revista *Arquivos do Museu Paranaense*, editada a partir de 1941.

1999; Mota, 2017). Além de funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), participaram dessas expedições o professor Loureiro Fernandes, que havia aconselhado Stenzel na concepção do painel de pedra, e o fotógrafo e cinegrafista Vladimir Kozák. Os Xetá quase foram extintos pelas frentes de colonização exatamente nos anos em que se comemorava o centenário.

Os negros foram invisibilizados de outro modo. Ao contrário dos indígenas, não tinham lugar nas representações sobre a história paranaense difundidas durante o centenário, nem sequer como escravos. No painel de Stenzel, apenas para ilustrar, não há qualquer referência ao trabalho de escravizados nos principais “ciclos” da economia estadual. As figuras seguintes aos bandeirantes são um tropeiro, uma dupla de garimpeiros e, logo, dois homens de traços embranquecidos que colhem erva-mate. Depois, uma família de imigrantes. O apagamento da escravidão é parte da reiterada recusa em reconhecer a presença dos negros no Paraná (Mendonça, 2016). Mas também se relaciona, como sugerem os fartos cabelos lisos dos ervateiros do painel, com certo mito a respeito da sociedade e da economia da erva-mate, principal produto paranaense desde a metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Se o caráter industrial e exportador de sua produção estimulou a generalização precoce das “relações socioeconômicas de livre-mercado” (Pereira, 1996, p. 10), não decorre que a sociedade paranaense tenha se formado “sem escravidão, sem negro” (Martins, 1989, p. 446), conforme uma fórmula publicada em 1955 e que ficou bastante notória. Mais propriamente, “a economia do mate criou um mercado de trabalho essencialmente livre “no qual eram ‘aproveitados’ escravos e ex-escravos” (Pereira, 1996, p. 12), juntamente com trabalhadores brancos. Retratar os ervateiros como ostensivamente brancos reforçava a ideia falsa de que nunca houve negros no Paraná ou, então, que foram suplantados por trabalhadores brancos e, em seguida, imigrantes europeus.

É razoável assumir que esse viés de invisibilização influenciou as ações da Comissão chefiada por Newton Carneiro. Não há qualquer indício de que líderes negros reconhecidos tenham sido convidados a formar uma comissão, nem sinal de atividades relacionadas aos festejos organizadas pelos negros —como grupo— ou que tenham contado com sua participação. O mais perto que se chegou disso pode ter sido uma determinação legal que passou ao largo dos negros organizados ou, então, permaneceu letra morta. A composição prevista para a Comissão Especial de Recreação e Desportos, da CCCP, incluía um representante das Sociedades Benéficas de Operários. A redação sugere tratar-se de apenas um representante para todas elas, ao passo, por exemplo, que os dois clubes de elite de Curitiba, além de dois clubes cuja origem vinculava-se aos

imigrantes alemães, teriam, cada um, seu próprio representante.¹⁴⁷ A instituição mais amplamente reconhecida como representativa dos negros em Curitiba era, sem dúvida, a Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio, que poderia ter participado, a princípio, na condição de sociedade operária, mesmo que apenas ajudando a escolher um representante em conjunto com suas congêneres.

A 13 de Maio foi fundada pouco depois da Abolição, em 1888, por um grupo de “homens negros letrados e bem-relacionados tanto politicamente, quanto socialmente” (Fabris; Hoshino, 2018, p. 56), liderados por João Baptista Gomes de Sá, conhecido como “João da Fausta” (idem, p. 52). Dedicava-se, como outras sociedades beneficentes do final do século XIX e início do XX, à assistência mútua de seus membros, mas também oferecia oportunidades de instrução, organizava atividades cívicas, como passeatas em celebração à Lei do Ventre Livre, e promovia o convívio social por meio de bailes e comemorações (idem, p. 57-59). Relacionava-se, ademais, com diversas associações operárias de Curitiba, as quais desempenhavam funções semelhantes e tinham muitos negros entre seus membros (idem, p. 56). O quadro de sócios da 13 de Maio não era exclusivamente negro. Já em seus primeiros anos, participaram, também, diversos abolicionistas brancos (idem, p. 57), mas se manteve sua finalidade de auxiliar e promover os interesses dos negros. Um de seus estatutos, de 1896, determinava que a Sociedade guiava-se pelo objetivo de “realizar a união dos descendentes da raça Africana, residentes nesta capital, e relacioná-los com seus companheiros residentes em outras localidades do Estado” (idem, p. 60).

As principais características da 13 de Maio tinham sido preservadas até a década de 1950. Suas atividades sociais combinavam-se com as de inúmeras sociedades operárias do Paraná, com as quais a 13 mantinha relações e trocava mensagens e convites oficiais.¹⁴⁸ No quadro de associados havia pessoas de outras origens, inclusive eleitas para cargos diretivos.¹⁴⁹ E eventos significativos para os negros de Curitiba, como a Abolição, continuavam a ser comemorados em suas dependências. Em 1948, era noticiado que “Brilhantemente, pois, o Treze de Maio foi comemorado nesta Capital”, na sede da

¹⁴⁷ Paraná. Decreto nº 1.084, de 11 de maio de 1951. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 11 de maio de 1951, ano XXXIX, nº 56, p. 1.

¹⁴⁸ “Ata da reunião do Conselho Pleno, realizada em 9 de maio de 1954”. Livro de Ata – Soc. Op. Benf. 13 de Maio (aberto em 8 de setembro de 1940). *Arquivo da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio*, Curitiba.

¹⁴⁹ Como atesta a eleição de Felix Tankowski, claramente de origem polonesa, para membro do Conselho Fiscal, em abril de 1953. “Ata da reunião da Assembléia Geral Ordinária, realizada em 12 de abril de 1953”. Livro de Ata – Soc. Op. Benf. 13 de Maio (aberto em 8 de setembro de 1940). *Arquivo da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio*, Curitiba.

Sociedade.¹⁵⁰ A essas características já tradicionais somavam-se, no pós-guerra, novas redes de indivíduos negros bem-sucedidos, espalhados por diversas cidades do estado, que reconheciam a Sociedade como um espaço social e político importante, identificado com o ativismo negro ou das pessoas “de cor”.

Uma das figuras mais destacadas era Milton de Oliveira Condessa. Nascido na cidade litorânea de Paranaguá, filho de um oficial da Marinha, Condessa formou-se em Direito na Universidade do Paraná possivelmente no final dos anos 1930. Fez carreira no antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e era ativo na imprensa de Curitiba.¹⁵¹ Em janeiro de 1948, era redator do jornal em polonês impresso em Curitiba *O Semeador* (*Siewca*), de caráter “social, progressista e popular” (Pitón, 1971, p. 98).¹⁵² Ao mesmo tempo, era presidente da seção paranaense da União dos Homens de Cor, associação fundada no Rio Grande do Sul em 1943 (Silva, 2003, p. 224) cuja ação dirigia-se “contra o preconceito de cor e pelo alevantamento material, moral e cultural do negro, por via, principalmente, da assistência social” (Costa Pinto, 1952, p. 301). Condessa reunira, em torno à UGC, figuras como o Coronel João Gomes da Silva, fazendeiro e vereador na cidade paranaense de Rio Branco do Sul,¹⁵³ Antenor Pamphilo dos Santos, vereador de Curitiba eleito pelo PSD em 1947,¹⁵⁴ e Justiniano Clímaco da Silva, médico baiano, eleito deputado estadual em 1947 e radicado em Londrina, onde ficou conhecido como “Doutor Preto” (Silva, 2010, p. 11).¹⁵⁵ Foi em nome dessa rede de pessoas que Milton Condessa discursou na Sociedade 13 de Maio, no evento em homenagem ao aniversário da Abolição, em 1948.

Uma das presenças ilustres naquele 13 de maio de 1948 foi a de um deputado estadual trabalhista.¹⁵⁶ Observando mais de perto os convites para outro evento, o jantar de aniversário da Sociedade em 1954, encontramos como convidados outro deputado estadual trabalhista — Júlio Rocha Xavier, um dos líderes do PTB no Paraná (Batistella, 2016, p. 263) — e Moysés Lupion, grande empresário, ex-governador pelo PSD, visto como herdeiro

¹⁵⁰ “O 13 de Maio em Curitiba”, *União*, Curitiba, 15 de maio de 1948, p. 3.

¹⁵¹ Câmara Municipal de Curitiba. “Milton de Oliveira Condessa”, perfil anexo à Lei Ordinária nº 7.779 de 20 de novembro de 1991.

¹⁵² Na capa do segundo número de *O Semeador*, publicou um artigo, acompanhado de sua foto, em que apresentava razões para que se apoiasse o governo polonês pró-soviético que emergiu do fim da Segunda Guerra. Condessa, Milton. “A Polônia esquecida”, *O Semeador* (*Siewca*), Curitiba, 11 de janeiro de 1948, p. 1.

¹⁵³ “Cel. João Gomes da Silva”, *União*, Curitiba, 15 de maio de 1948, p. 3.

¹⁵⁴ “Dr. Antenor Pânfilo dos Santos”, *União*, Curitiba, 27 de março de 1948, p. 5.

¹⁵⁵ “Dr. Justiniano Clímaco dos Santos”, Curitiba, *União*, 27 de março de 1948, p. 4.

¹⁵⁶ José Daru foi eleito pelo PTB mas, devido a uma cisão, trocou-o ainda em 1948 pelo PSD, cuja ala trabalhista ajudou a fundar (Batistella, 2016, p. 263).

político do interventor varguista, mas derrotado, em 1950, ao tentar reeleger-se.¹⁵⁷ A 13 de Maio, portanto, era próxima dos trabalhistas e tinha consideração pelo maior adversário do atual governador. No ano do centenário, os principais aliados da Sociedade encontravam-se na oposição, ao passo que, como vimos, todos os principais políticos ligados às colônias imigrantes tinham sido eleitos pela UDN, mais próxima de Munhoz da Rocha, ou pelo próprio partido do governador, o PR.¹⁵⁸ Ao lado de outras associações, a 13 de Maio fora uma das precursoras do movimento operário que, só a partir de 1930, conseguiria se tornar um agente com certa influência na política institucional, crescendo mais tarde com o surgimento de sindicatos de ferroviários e portuários, e com a adesão de trabalhadores do setor público, de parte da pequena burguesia e das classes médias assalariadas (Magalhães Filho, 2011, p. 121). Ainda assim, essa classe operária permaneceria “pequena e geograficamente concentrada nos portos, nas cidades onde havia oficinas das estradas de ferro e, principalmente, em Curitiba” (ibidem). Vinculada, no pós-guerra, ao trabalhismo —ou pelo menos ao grande campo varguista, dado as complexidades da política nacional e, em especial, paranaense naquele período—, a 13 de Maio estabelecia uma continuidade entre as lutas populares dos negros no final do século XIX e a grande coalizão nacional e popular forjada por Vargas. Inscrevia-se, portanto, num projeto político contraposto ao projeto da fração da classe dominante no poder, ao qual se associavam os principais líderes imigrantes do Paraná. O caráter operário da 13 de Maio e suas ligações com figuras da oposição, naquele momento, podem ter se somado a outros fatores e, afinal, influenciado as autoridades a excluir a Sociedade —excluindo, por conseguinte, os negros, como grupo— das comemorações.

O centenário surgiu como assunto numa assembléia geral da Sociedade em 1953. Foi mencionado duas vezes, de passagem, em ata. Tratava-se de uma assembléia para escolher a nova diretoria “que deverá reger os destinos desta Sociedade no ano do Centenário”. Ao final, comemorou-se a “consagradora eleição [...] gravada nos anais desta Sociedade por ser o ano do Centenário”.¹⁵⁹ Os associados reconheciam a importância da ocasião, que sugeriram ser-lhes cara. Mas não deixaram nenhuma pista sobre suas intenções: se esperavam participar de algum modo, se tinham planos, se tomariam parte

¹⁵⁷ “Ata da reunião do Conselho Pleno, realizada em 9 de maio de 1954”. Livro de Ata – Soc. Op. Benf. 13 de Maio (aberto em 8 de setembro de 1940). *Arquivo da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio*, Curitiba.

¹⁵⁸ Embora o jogo de alianças e oposições entre líderes e partidos fosse muito mais complexo, em especial devido às ramificações do grande grupo empresarial de Lupion na economia e na administração estaduais (Salles, 2004, p. 97-106) .

¹⁵⁹ “Ata da reunião da Assembléia Geral Ordinária, realizada em 12 de abril de 1953”. Livro de Ata – Soc. Op. Benf. 13 de Maio (aberto em 8 de setembro de 1940). *Arquivo da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio*, Curitiba.

nos festejos individualmente. Não foram convidados e é certo que, como Sociedade ou, de modo mais amplo, como grupo, não entraram na programação oficial.

Havia um viés racista em convocar os imigrantes e excluir os negros, e pode-se vê-lo de duas perspectivas. Primeiro, como escolha das autoridades à frente da comissão estadual. A escolha relacionava-se, sem dúvida, com a visão da classe dominante paranaense sobre sua história e sua sociedade. Assim como os indígenas acabaram retratados predominantemente como ancestrais extintos —apesar de naquele mesmo momento estarem sendo exterminados nas fronteiras de colonização do estado— era bastante difundida a ideia de que a escravidão e, portanto, o negro, tivera influência praticamente nula na formação da sociedade paranaense. Essa forma de apagar o negro tinha alguma dose de cinismo, pois disfarçava de história o que era, ao mesmo tempo, uma justificativa muito conveniente para relegar os negros, quando muito, às margens da sociedade, e embranquecer a história e a sociedade locais. Sobretudo porque a importância limitada do escravismo não implicava a suposta ausência de negros ou mesmo de “homens de cor”, inclusive em posições de destaque, em cidades de todo o estado. Segundo, se é certo que o viés racista manifestava-se num conjunto de escolhas, deve-se reconhecer, também, que o consenso da democracia racial como “pacto” de integração dos negros à nação, se tinha o caráter progressista de “afirmar o direito a algo que não havia ainda se materializado” —e os grupos negros de Curitiba pareciam mover-se exatamente nesse terreno—, tinha também um lado conservador. Isto é, a democracia racial, ao propalar uma igualdade nunca “consubstanciada em termos de oportunidades de vida, ficava como promessa cujo fado se cumpre ao prometer” (Guimarães, 2002, p. 147). Se o Brasil era uma democracia racial e os negros, elemento essencial da definição da nação, poderia fazer pouco sentido que se envolvessem nas comemorações em meio a grupos que se apresentavam a partir de um princípio de diferença: a colônia estrangeira ou a etnia. O caráter desmobilizador da democracia racial, nesta situação em especial, poderia funcionar para os dois lados: tanto desincentivar as autoridades a enquadrar os negros ao lado dos grupos étnicos, quanto fazer as preocupações dos líderes negros passarem longe de preparar desfiles lado a lado com imigrantes fantasiados. De que os negros se fantasiariam? Não havia equivalência conceitual possível entre esses “outros” folclóricos e os negros, que se consideravam e eram considerados membros integrais da sociedade brasileira, ainda que discriminados pela “cor”.

É claro que as instituições e os líderes negros poderiam ter sido convocados pelo Estado, assim como foram os imigrantes, e, a partir daí, desenvolveriam suas próprias propostas, adequadas a seus interesses, condições e linguagem política. Como o caminho para sua afirmação não passava pelo exotismo étnico, a saída possível para os negros

podia ser a mobilização em outros termos. Mas aqui ressurgiu o filtro racista: a Comissão concebeu, desde o princípio, seus contatos como destinados exclusivamente aos imigrantes, às “etnias” do Paraná.¹⁶⁰ Algo semelhante ocorreria em São Paulo no ano seguinte, mas com desfecho distinto. Durante as preparações para a comemoração dos quatrocentos anos da cidade de São Paulo, em 1954, as autoridades também se puseram a negociar com representantes dos imigrantes sua participação. Líderes de organizações negras que planejavam, desde os anos 20, a construção de um monumento à Mãe Preta, buscaram aproveitar o ensejo das comemorações, mas se sentiram marginalizados pela comissão oficial. Ela teria dado “baixa prioridade” à estátua, bem como às demais atividades propostas no programa desenvolvido pelas entidades negras — peças teatrais, conferências acadêmicas e apresentações musicais. As atividades dos negros foram incluídas na programação oficial, mas a comissão paulistana relutou em oferecer qualquer apoio financeiro (Weinstein, 2015, p. 292-293). Em meio às negociações, percebendo tratamento diferente do dispensado aos imigrantes, um líder negro escreveu ao chefe da comissão: “todos os elementos humanos que contribuíram para a grandeza da cidade que é hoje motivo de orgulho nacional estão sendo representados nas comemorações em curso, com exceção dos negros” (idem, p. 292). Apesar das resistências, os negros de São Paulo conseguiram reagir à marginalização e ao descaso com que suas propostas foram tratadas. A intensidade da mobilização negra em São Paulo, ao longo de toda a primeira metade do século XX,¹⁶¹ levou a um acúmulo político que os permitiu forçar o reconhecimento pela comissão de comemorações, mesmo que num patamar abaixo do desejado por seus principais líderes. Em Curitiba, as condições para reagir à marginalização, devido à combinação dos fatores já analisados, eram certamente mais precárias. A marginalização dos negros resultou em seu apagamento e substituição pelos imigrantes, predominantemente brancos, na narrativa emergente sobre a constituição da sociedade local.

Por meio da ação da Comissão Central de Comemorações, o Estado produziu a invisibilização dos negros e o branqueamento da história e da narrativa sobre a formação da sociedade paranaense. Estimulou e acolheu a formação dos imigrantes ao mesmo tempo em que excluiu os negros organizados das comemorações. A ideologia da democracia racial, de um lado, permitia que em suas brechas os imigrantes fossem pensados e pensassem a si próprios como “colônias”. Combinada com o ideal do embranquecimento, que sobrevivera à deslegitimação das raças biológicas e se reinventara sob o regime da

¹⁶⁰ É um dos assuntos do capítulo 4.

¹⁶¹ O segundo volume de *A integração do negro na sociedade de classes* (Fernandes, 2008) ainda pode ser considerado uma referência fundamental.

“cor”, ela abriu as portas, os cofres públicos e —como veremos no capítulo seguinte— as avenidas da capital para esses estrangeiros brancos que queriam ser reconhecidos como um tipo específico de brasileiros. Não ofereceu abertura semelhante, porém, aos líderes e às entidades dos negros. Somado às desigualdades e ao racismo, esse desequilíbrio político adicional produzido pelas autoridades estatais logo mais se mostraria determinante para o projeto de construção de uma região branca.

4. CENTENÁRIO DAS ETNIAS

Há longo tempo em Curitiba espalhou-se uma agitação para os preparativos do evento de festejos do Centenário do Estado do Paraná. Uma excepcional “agitação” em relação a isto é demonstrada por diversos grupos étnicos da população local, os quais contribuíram muito valorosamente no desenvolvimento geral do Estado. Hoje os grupos étnicos, ou colônias, avaliam suas conquistas, seu trabalho sistemático semeado nas propriedades rurais, empresas, comércio e em muitas outras esferas da vida. Nos dias do Centenário, tudo isto será mostrado nas exposições correspondentes.

“O primeiro dia dos festejos do Centenário do Paraná”, *O Lavrador (Хлібороб, Hliborob)*, Curitiba, 11 de setembro de 1953.

Um relato do jornal ucraniano *O Lavrador (Хлібороб, Hliborob)* sobre o clima predominante entre os imigrantes às vésperas do centenário lançava mão indistintamente dos termos “colônia” e “etnia”, como se fossem sinônimos. Havia, de fato, grande fluidez entre as duas noções no contexto dos preparativos. Para os agentes envolvidos, talvez não fizesse sentido distinguir entre colônia e etnia, pois em muitos casos os dois termos descreviam exatamente o mesmo grupo: a colônia ucraniana do Paraná era a etnia ucraniana agora reconhecida pela Comissão de Comemorações como “formadora” da sociedade local. Mas, do ponto de vista analítico, é interessante estabelecer uma distinção. Se a ideia de colônia oferecera um princípio de unidade política efetivo para mobilizar os grupos imigrantes sob a convocação estatal, a etnia seria a linguagem da diferença empregada por eles no processo de construir-se como grupos para o centenário. Dessa perspectiva, colônia e etnia aparecem como dois momentos complementares no processo de formação dos imigrantes.

Embora a Comissão de Comemorações tenha demonstrado desde cedo a intenção de celebrar a influência estrangeira na formação social paranaense, voltando atenções especiais aos imigrantes, seus primeiros contatos com os representantes das colônias sugerem expectativas bem limitadas. De partida, o presidente da comissão negociou contribuições que em nada indicavam a singularização dos diferentes grupos como etnias. O denominador comum dos primeiros contatos foi a doação de livros para a biblioteca pública —o que refletia a centralidade da biblioteca nos primeiros planos para o centenário—, somando-se logo, no caso de um dos grupos, negociações sobre a construção de uma creche e a doação de um terreno, por exemplo. Isto é, de lado a lado, benefícios bem materiais. Segundo os indícios, foi do interior das colônias que começaram a emergir iniciativas norteadas pela intenção de singularizar suas contribuições. Apresentações musicais, exposições de artes e artesanato, trajes folclóricos e filmes mostrando cenas da

vida colonial, tais como casamento e colheita, foram alguns dos recursos organizados pelas comissões com essa finalidade. Pouco a pouco, iniciativas como essas constituíram uma performance étnica que marcaria profundamente as comemorações do centenário. De um lado, alguns grupos como os poloneses e os alemães chegaram ao ponto de preparar programações paralelas, divulgadas em idioma estrangeiro por meio de panfletos e materiais específicos. Por outro, a própria programação oficial terminou recheada por eventos organizados pelas colônias. A capa do principal panfleto oficial ilustra bem a influência que elas conquistaram. Dizia: “Organizado pela Direção de Festas com a cooperação das entidades, etnias e Sociedades do Estado”.¹⁶²

Além de embasar uma exitosa performance da diferença, a linguagem étnica comportou símbolos capazes de construir, a partir da especificidade cultural e de “origem” reivindicada pelos imigrantes, um lugar social racializado no Brasil do pós-guerra —um lugar marcado pela “cor”. Nos eventos relacionados ao centenário, o trigo emergiu como um desses símbolos, pois permitia mobilizar significados raciais sem que fosse necessário falar explicitamente em raças. Foi associado de modo complexo a ideias como trabalho duro, o clima frio do sul e os cabelos loiros das colonas —que evocavam o dourado das espigas— para construir a ideia de uma pequena Europa no interior paranaense. Somavam-se, nesse sentido, imagens fotográficas, relatos de visitantes de outras partes do país, encenações de colheitas e narrativas heróicas produzidas pelos próprios imigrantes. A repercussão desses símbolos podia ir bem além do Paraná, contribuindo para moldar a imaginação dos demais brasileiros e mesmo das comunidades diaspóricas internacionais com as quais alguns grupos mantinham vínculos. Demonstrada em performances e sugerida por símbolos e associações de ideias e imagens, a etnicidade construída para o centenário tornou palpáveis as diferenças entre imigrantes e brasileiros, sem deixar de, ao mesmo tempo, forjar um lugar para os imigrantes como um tipo singular de brasileiros.

4.1. Cooperação Material e Espiritual

A expectativa inicial das autoridades quanto à participação dos imigrantes era, ao mesmo tempo, modesta e bem delimitada. Ao que tudo indica, Newton Carneiro e seus colegas da Comissão de Comemorações não esperavam mais do que contribuições pontuais a alguns projetos oficiais do governo. A moldura estabelecida pela Comissão, a princípio, era limitada por certa visão da elite luso-brasileira a respeito do lugar dos imigrantes na sociedade paranaense. Mas a convocação estatal que desembocou na

¹⁶² Comissão de Comemoração do Centenário. “Programa Geral dos Festejos e Comemorações”, 1953, s/p. (panfleto). *Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná*.

organização dos comitês, como já vimos, desbloqueou uma nova forma de conceber esse lugar. Assim que tiveram abertura para negociar, os comitês das colônias passaram a forçar o alargamento daquela moldura limitada, buscando superar o papel exclusivamente complementar que lhes fora reservado.

É possível ter uma ideia de como foram as primeiras tratativas entre Carneiro e os comitês imigrantes ao se examinar alguns registros deixados pelos estudantes japoneses. Em 1951, já no primeiro ano do governo Munhoz da Rocha, o presidente da União dos “Gakusseis” de Curitiba (UGC) —a liga de repúblicas de estudantes japoneses na cidade— chegou a tratar “verbalmente dos assuntos referentes às comemorações [...] com o dr. Newton Carneiro, então secretário de Educação do Paraná, sem contudo chegar a qualquer decisão positiva”.¹⁶³ As conversas ficaram em suspenso por algum tempo até que, em abril de 1952, o novo presidente da UGC, Kozo Kassai, escreveu ao chefe da Comissão de Comemorações, em nome da “operosa colônia Japonesa radicada no Estado”, para comunicar que os “colonos nipônicos e seus descendentes brasileiros” concordavam em “promover as medidas tendentes a tornar efetiva [sua] colaboração material e moral” para os festejos, tendo em vista “os diversos entendimentos verbais mantidos através dos últimos meses”.¹⁶⁴ A carta dos estudantes, contudo, não obteve resposta de Carneiro.

Como sugere a carta, os japoneses começavam a impacientar-se com a demora em estabelecer um plano para participar das comemorações. Alguns meses mais tarde, o senhor Ayabe, que residia em Curitiba e nada tinha a ver com a UGC —mas “preocupado pelo silêncio por parte da colônia japonesa em referência aos movimentos do centenário”—, ignorou a liderança dos estudantes e solicitou uma reunião com o próprio governador, reivindicando falar em nome da “colônia local”. Este Ayabe era provavelmente Ginroku Ayabe, fruticultor, um dos primeiros japoneses a se estabelecer em Curitiba, em 1922 (Kojima, 1991, p. 20). Parece, portanto, ter encabeçado a representação dos japoneses da capital, os quais, contudo, acabariam tendo protagonismo reduzido nos preparativos. Corriam os primeiros dias de outubro. A iniciativa parece ter causado desconforto entre os membros da UGC e Ayabe logo teve que se explicar. Dizia um documento da UGC que, “segundo informações obtidas posteriormente, [Ayabe] desejava apresentar-se à audiência junto a uma comissão constituída pelos elementos representativos da colônia local, sendo

¹⁶³ União dos “Gakusseis” de Curitiba – Relatórios e atas das reuniões e atividades para o movimento dos Festejos do Primeiro Centenário do Estado do Paraná, p. 1. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*.

¹⁶⁴ Carta de Kozo Kassai a Newton Carneiro, 12 de abril de 1952. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*.

um dos integrantes [sic] alguns elementos ‘gakusseis’”.¹⁶⁵ Para pacificar a situação, foi convocada uma reunião com Ayabe na sede da UGC, mas, assim como o encontro com o governador, a reunião possivelmente nunca ocorreu.

O episódio, que ameaçou fugir ao controle dos envolvidos —chegando ao próprio governador—, pode ter servido para despertar a atenção do presidente da Comissão de Comemorações. A partir de outubro, as movimentações de Newton Carneiro tornaram-se bem mais intensas (Lima, 2015, p. 98). Quase imediatamente após o caso do sr. Ayabe, no dia 10 de outubro, Carneiro convocou os líderes dos diversos grupos imigrantes para um encontro. Em suas próprias palavras, ficou muito satisfeito com a “ótima receptividade” à iniciativa, cujo objetivo era “coordenar os desejos já espontaneamente expressos pelos integrantes das várias etnias formadoras do Paraná”.¹⁶⁶ Se algum tempo antes o Estado começara a estimular a mobilização (Carneiro destacava ainda o “entusiasmo” de seus interlocutores), agora que a vontade de participar fora liberada e muitos começavam a impacientar-se, a comissão não poderia deixar de direcionar os esforços. Em carta enviada no dia seguinte aos representantes da UGC, Carneiro utilizava-se de sua autoridade para “credenciar” a associação “junto aos elementos da etnia japonesa, para levarem [...], através de suas entidades sociais em todo o estado, [...] os objetivos expostos durante [o] encontro”.¹⁶⁷ Por meio desse gesto, entregava-se aos comitês o aval oficial, que os estudantes japoneses já cobravam desde abril, para agirem perante suas colônias e em nome delas.

Naquele momento, contudo, cerca de um ano antes dos festejos, ainda não havia ideia muito clara de como seria a participação dos imigrantes. O chefe da Comissão Central falava em “objetivos” que deveriam ser “levados” pelos representantes às colônias, bem como em “recolher sugestões que porventura ocorram”. Dali a um mês, no dia 15 de novembro, teria lugar novo encontro com a meta de “traçar um programa definitivo”.¹⁶⁸ Essa nova reunião foi adiada uma série de vezes, tendo-se realizado possivelmente apenas no dia 1º de janeiro de 1953.

O atraso relaciona-se aos desafios para chegar a um consenso sobre a questão da liderança, como aqueles enfrentados pelos ucranianos;¹⁶⁹ mas também à dificuldade de

¹⁶⁵ União dos “Gakusseis” de Curitiba – Relatórios e atas das reuniões e atividades para o movimento dos Festejos do Primeiro Centenário do Estado do Paraná, p. 1-2. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*.

¹⁶⁶ Carta de Newton Carneiro a Yasushi Yamasaki, Zinta Hagihara e Toshio Kohatsu, 11 de outubro de 1952. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*.

¹⁶⁷ Ibidem.

¹⁶⁸ Ibidem.

¹⁶⁹ Analisadas no capítulo anterior.

“levar” a mensagem da Comissão Central às colônias e “trazer” de volta as sugestões. No caso dos japoneses, as distâncias importavam muito, porque grande parte da colônia encontrava-se no Norte do estado, radicada em diversas localidades. Ainda no final de outubro, alguns japoneses que não pertenciam à UGC percorreram essas áreas em nome da “colônia japonesa de Curitiba”, e relataram aos estudantes, em reunião no dia 13 de novembro, que a impressão no Norte havia sido boa.¹⁷⁰ Na ata, todavia, não foram anotadas maiores especificações. Desse modo, a expedição da “colônia de Curitiba” parece ter servido mais para sondar os interessados no Norte e preparar uma reunião geral a se realizar em Londrina no dia 23 de novembro. A UGC já trocara, também, algumas cartas com a “colônia japonesa do Norte”¹⁷¹ e com jornais em japonês de Londrina e São Paulo, solicitando a publicação de informes sobre os preparativos.¹⁷² Assim como a “colônia de Curitiba”, a UGC, porta voz reconhecido pelo governo, enviaria sua própria delegação com quatro membros para acompanhar os trabalhos em Londrina.¹⁷³ Está claro que, da parte dos japoneses, não haveria como traçar um programa definitivo antes do fim de novembro.

Nesse ritmo, o ano de 1952 terminou sem que as sugestões reunidas nas colônias fossem postas na mesa. Quais propostas tinham animado até ali as negociações entre a Comissão de Comemorações e os comitês dos imigrantes? Nesse quesito, a situação evoluíra pouco desde abril, quando o ímpeto dos estudantes da UGC fora frustrado pela falta de resposta de Carneiro. Na carta enviada naquela ocasião, o então presidente Kozo Kassai buscava “ratificar a proposta” de “participação e cooperação” acertada em conversas informais. Os projetos resumiam-se a “financiamento da construção de um posto de puericultura e [...] aquisição das obras necessárias ao guarnecimento de uma das salas da futura biblioteca pública”.¹⁷⁴ Apenas isso. Eram sintetizados de modo muito significativo como “cooperação material da Colônia Japonesa”.¹⁷⁵ Tratava-se de coisas tão concretas que Kassai, na mesma carta, sentia-se totalmente à vontade para cobrar do governo uma contrapartida igualmente concreta: a doação de um terreno —prometido pelo governador

¹⁷⁰ União dos “Gakusseis” de Curitiba – Relatórios e atas das reuniões e atividades para o movimento dos Festejos do Primeiro Centenário do Estado do Paraná, p. 3-4. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*.

¹⁷¹ Idem, p. 3.

¹⁷² Carta de Kohatsu Toshio e Roberto Sato aos diretores dos jornais Diário Nippak, O Pacificador, Jornal Paulista, Brasil Chu-gai, Shimbun, São Paulo Shimbun, Notícias do Brasil Nambéi Ji-Ji e Paraná Shimbun, 18 de novembro de 1952. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*.

¹⁷³ União dos “Gakusseis” de Curitiba – Relatórios e atas das reuniões e atividades para o movimento dos Festejos do Primeiro Centenário do Estado do Paraná, p. 3-4. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*.

¹⁷⁴ Carta de Kozo Kassai a Newton Carneiro, 12 de abril de 1952. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*.

¹⁷⁵ Ibidem.

aos japoneses durante a cerimônia de sua posse, no início de 1951 —, no qual pretendiam construir, por meio de uma campanha de doações levada a cabo no interior da colônia, um pensionato para estudantes em Curitiba.

Até o final de 1952, a contribuição das colônias parece ter sido debatida predominantemente nesses termos. Isto é, sem qualquer menção definitiva a apresentações, exposições ou mesmo ao desfile que, mais tarde, seria considerado o grande marco da participação dos imigrantes no centenário. É difícil imaginar que a creche, embora sem dúvidas fosse um empreendimento custoso, pudesse ser reconhecida amplamente como uma contribuição especificamente “japonesa”. A obra parece ter sido de fato entregue (Lima, 2015, p. 102), mas só poderia acabar diluída no compromisso assumido pelo governador, no começo daquele ano, de construir 100 novas creches em todo o estado.¹⁷⁶ Os livros, por sua vez, eram um presente de visibilidade limitada: de um lado, se apenas cerca de metade da população do estado podia ler, em 1950, quem dirá frequentar a biblioteca ou interessar-se por livros em japonês;¹⁷⁷ de outro, os livros estrangeiros pareciam encaixar-se como uma pequena peça, um acréscimo fortuito, no projeto maior da nova biblioteca pública, acalentado havia tempo pela fração da elite luso-brasileira a cargo do governo. Para ilustrar, não há qualquer sinal das doações ou das coleções “étnicas” nas primeiras menções oficiais à construção da biblioteca.¹⁷⁸

É verdade que o advogado Kiyossi Kanayama, porta voz da colônia japonesa ao lado dos estudantes da UGC, sinalizou em comunicado interno à colônia, já no final de novembro de 1952, que as autoridades “concitavam” os comitês a “cooperar material e espiritualmente” para as comemorações.¹⁷⁹ A palavra “espiritualmente” talvez indicasse haver abertura para uma participação menos restrita, ainda que Kanayama, amigo de Carneiro, possa ter tomado a liberdade de forçar um pouco o entendimento de acordo com

¹⁷⁶ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da 2ª sessão ordinária da segunda legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná. Curitiba, Paraná, 1952.

¹⁷⁷ Segundo os dados do censo de 1950 (IBGE, 1953, p. 7).

¹⁷⁸ No início de 1951, os setores planejados foram descritos pormenorizadamente, mas não havia nem sinal das coleções das “colônias”: “Como o plano de organização da biblioteca deva prever, forçosamente, todos os aspectos que a moderna técnica e nossas condições peculiares exigem, isto é, divulgação cultural no interior por intercâmbio bibliotecário com coleções ambulantes, biblioteca infantil de conformidade com as atuais tendências psico-pedagógicas, biblioteca especializada que satisfaça nosso meio universitário, biblioteca popular que contribua para levantar os índices de instrução geral, mais as seções complementares de arquivo, filmoteca, discoteca etc. [...]”. (Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná. Curitiba, Paraná, 1951, p. 115).

¹⁷⁹ Documento sem título atribuído pelo autor a Kiyossi Kanayama, destinado a leitura na reunião geral da colônia japonesa realizada em Londrina em 23 de novembro de 1952. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*.

suas próprias intenções, tendo em vista influenciar os ânimos dos demais representantes da colônia (o comunicado dirigia-se aos participantes da reunião geral de Londrina, na qual seriam eleitos os membros do comitê definitivo dos japoneses). A interpretação mais generosa do advogado poderia, alternativamente, constituir opinião reservada, que Carneiro ou a Comissão Central ainda não tinham traduzido em ações efetivas. Feita essa ressalva, os indícios mais sólidos apontam que até aquele momento a expectativa da elite luso-brasileira quanto à participação dos imigrantes era bastante limitada, resumindo-se fundamentalmente a aportes práticos; contribuições tão concretas que os imigrantes, por vezes, chegavam a encarar como uma espécie de troca.

Esse quadro começou a mudar depois que os comitês se consolidaram como interlocutores. As diretrizes da Comissão Central perderam terreno para as reuniões e negociações mais multilaterais, tendo como marco a reunião geral do começo de 1953, dedicada a fechar um programa oficial que incorporasse as contribuições das colônias. Os comitês passaram a forçar a moldura de Carneiro com propostas que transcendiam a mera "cooperação material". Em 21 de janeiro, após a reunião, o comitê dos ucranianos anunciou em sua imprensa que tinha apresentado às autoridades um plano de trabalho, contendo, entre outros, as seguintes metas:

Dar para a futura Biblioteca Pública algumas centenas das melhores obras de autores ucranianos ou publicações em línguas estrangeiras com temática ucraniana e alguns retratos dos mais famosos ucranianos;
Editar um livro informativo ou um álbum de memórias;
Organizar um concerto representativo de canções ucranianas e mostra de danças populares ucranianas;
Organizar uma exposição de arte popular ucraniana e outros itens por ocasião do lançamento da "Semana das Nacionalidades", quando do aniversário de jubileu.¹⁸⁰

Cerca de um mês mais tarde, o comitê polonês dava notícias de sua atuação na mesma direção, mencionando a preparação de "eventos artísticos, biblioteca especial e exposição agrícola".¹⁸¹ Tratavam-se, ainda, mais de ideias recolhidas no interior das colônias do que de compromissos efetivos com a Comissão de Comemorações, de modo que, apesar dos avanços, o programa ainda estava em construção. Na mesma página, o jornal falava de uma reunião para dali a duas semanas entre a comissão e Newton Carneiro,

¹⁸⁰ "Convocação – Comitê Ucraniano-Brasileiro para os Festejos do Centenário", *Trabalho (Праця, Прátsia)*, Prudentópolis, 21 de janeiro de 1953.

¹⁸¹ "Cartas de coleta da comissão", *O Povo (Lud)*, Curitiba, 25 de fevereiro de 1953.

visando “informá-lo das atuais atividades da comissão polono-brasileira” e dos “projetos e planos que a Colônia Polonesa pretende organizar para o Centenário do Paraná”.¹⁸²

Segundo indícios como esses, tão logo incorporaram-se as contribuições das colônias, a ideia de “cooperação material” passou a ser, se não suplantada, pelo menos complementada por um novo princípio. Tratava-se da contribuição cultural —ou “espiritual”—, enquadrada pelos imigrantes em termos nacionais, com referência a suas nações de origem. Vimos, no capítulo anterior, como a ideia de “colônia” funcionava como princípio de mobilização política situado acima das diferenças concretas dos imigrantes. O pós-guerra acenava com certa abertura que tornava possível afirmar de modo mais incisivo as influências estrangeiras sobre o modo de ser brasileiro. Os imigrantes sinalizaram que pagariam o preço da “cooperação”, mas com a condição de mostrarem que a brasilidade específica do Sul já se tornara um pouco estrangeira. Para além da incorporação de novas propostas ao programa, a inflexão para o aspecto cultural da contribuição imigrante também passou a se manifestar no discurso da elite luso-brasileira. Talvez como um reconhecimento de que os comitês tinham conseguido, de fato, alterar o foco dos preparativos. Na reunião marcada pelo comitê polonês para expor seus “projetos e planos”, ainda nos primeiros meses de 1953, Carneiro discursou como alguém que tinha compreendido e acolhido perfeitamente as iniciativas. Após reconhecer a contribuição do grupo para o “maravilhoso desenvolvimento” de diversos setores econômicos no estado, fez uma emenda ainda mais enfática. Destacou que, para além do “desenvolvimento material”,

também é muito importante o desenvolvimento espiritual: os costumes, tradições, trajes e o modo de vida trazidos do antigo país aclimataram-se no Paraná como o próprio emigrante, tornaram-se paranaenses, enriquecendo nosso tesouro espiritual coletivo. Assim, nas festividades do Centenário do Paraná, cada grupo étnico é responsável por, da maneira mais ampla, mostrar seus costumes, tradições, trajes e celebrações.¹⁸³

Surgiam, na fala oficial, os elementos trazidos à tona pelas sugestões recolhidas nas colônias: a música, a arte, o folclore. O sinal foi muito bem recebido pelos poloneses, começando pelo título escolhido para a matéria do jornal *O Povo* (Lud), que continha a transcrição do discurso: “[h]omenagem aos préstimos da emigração no desenvolvimento de nosso estado —eis o objetivo das festividades deste ano— afirma o presidente do comitê do Centenário do Paraná, dr. Newton Carneiro”. No principal jornal de sua colônia, os poloneses já interpretavam o todo das comemorações em função da agenda dos comitês,

¹⁸² Ibidem.

¹⁸³ “Homenagem aos préstimos da emigração no desenvolvimento de nosso estado —eis o objetivo das festividades deste ano— afirma o presidente do comitê do Centenário do Paraná, dr. Newton Carneiro”, *O Povo* (Lud), Curitiba, 18 de março de 1953.

apontando uma clara mudança. Em seu comentário ao discurso, o redator celebrava a “excelente visão das esferas governamentais quanto à comemoração”, que teria causado entre os membros do comitê “profunda alegria” e estimulado “declarações de prontidão a uma participação ainda mais ativa na organização da grande comemoração [...]”.¹⁸⁴

4.2. Performance Étnica

A referência a “etnias” vinha sendo empregada com frequência, de lado a lado, nas preparações. Como sugere a matéria do jornal ucraniano *O Lavrador* (Хлібороб, *Hliborob*), que em setembro de 1953 buscava dar uma ideia do clima de “excepcional agitação” em relação aos preparativos, não era muito importante para os agentes distinguir “os grupos étnicos, ou colônias”, conforme colocava, sendo perfeitamente natural utilizá-los como sinônimos.¹⁸⁵ Assim, à parte qualquer debate conceitual, “etnia” já era uma ideia útil para expressar aquilo que eles estavam realizando; já se tornara um conceito nativo de uso corrente, tanto entre luso-brasileiros quanto entre os imigrantes. Na prática, contudo, assim como ocorrera com a ideia de “colônia”, “etnia” tinha a capacidade de realizar uma função particular. Proporcionava uma linguagem específica para expressar a diferença, habilitando formas de imaginar e encenar as heranças culturais estrangeiras, sem, no entanto, colocar em dúvida a brasilidade daqueles imigrantes. Nesse sentido, a ideia de “etnia” foi se tornando mais importante conforme os comitês tornavam-se mais influentes sobre o programa dos festejos.

A trajetória de constituição dos comitês representativos das colônias e a adoção gradual da ideia de “etnia” contribuíram para tornar as fronteiras sociais entre determinados grupos cada vez mais salientes, isto é, melhor delimitadas e mais facilmente reconhecíveis.¹⁸⁶ Era, à primeira vista, o jogo dos imigrantes: para eles, a linguagem étnica destacava suas diferenças recíprocas. Mas havia uma distinção que precedia as diferenças entre eles: aquela entre imigrantes e brasileiros, não-imigrantes. Havia sido essa a distinção fundamental empregada pelas autoridades da Comissão de Comemorações para determinar

¹⁸⁴ Ibidem.

¹⁸⁵ “O primeiro dia dos festejos do Centenário do Paraná”, *O Lavrador* (Хлібороб, *Hliborob*), Curitiba, 11 de setembro de 1953.

¹⁸⁶ Não é simples determinar quais fatores explicam a maior ou menor relevância de determinadas fronteiras sociais (como classes, raças ou etnias) em diferentes contextos. No caso das fronteiras raciais ou étnicas, há um longo debate em que se atribui a saliência ora a fatores culturais, ora a fatores econômicos ou conjunturais. A presente reconstrução de processos históricos dá mais ênfase aos fatos políticos ou ao aspecto político dos fatos. Menos controversos, contudo, são o interesse em atentar para a maior ou menor saliência das fronteiras e buscar compreender as mudanças que as levam a ganhar ou perder importância em certas situações ou ao longo de determinados processos (Wimmer, 2013, p. 81-83).

quem seria convidado na condição de “etnia formadora do Paraná” e quem seria ignorado. O jogo de diferenciações recíprocas dos imigrantes, portanto, transcorria do lado “étnico” da fronteira que os separava dos brasileiros e tinha como efeito indireto reforçar essa distinção mais abrangente. Ela coincidia com a fronteira a dividir a branquitude de origem estrangeira (imigrante) e o espectro de cor “brasileiro” (não-imigrante). Por isso, para os imigrantes “brancos”, a descoberta da etnicidade não deixou de ser, também, a descoberta de um modo vantajoso de ingressar na “comunidade de cor” (Schwartzman, 2018), isto é, de se situar no sistema de classificação racial por “cor” tipicamente brasileiro. “Etnia” ou origem estrangeira, logo ficaria claro, serviriam como *tropos* alternativos —e muito efetivos, naquele momento— para afirmar um tipo especial de branquitude.¹⁸⁷ Ao se envolverem no jogo das distinções étnicas —“entendendo-se entre brancos”, conforme o ditado—, as colônias organizadas dariam sua contribuição para reforçar a distinção de cor entre brancos e não-brancos.¹⁸⁸ Como ilustração, basta notar que para o público brasileiro, essas distinções de cor faziam mais sentido do que as diferenças no detalhe entre alemães, poloneses e ucranianos. Diferenças que, diante de apresentações folclóricas como as encenadas no centenário, talvez poucas pessoas fossem capazes de reconhecer. Ou seja, era no olhar dos brasileiros não-étnicos que se completava a transformação dos imigrantes em brasileiros brancos; que se traduzia a etnicidade nos termos mais familiares da “cor”.

O que não significa, é claro, que o preconceito e o racismo, propriamente dito, não tenham sido relevantes. Não há dúvidas de que mecanismos de conflito, competição e diferenciação como os descritos por George Reid Andrews (1991) e Karl Monsma (2016) são essenciais para compreender o surgimento e a transformação das desigualdade raciais, bem como das próprias categorias raciais. Acredito, contudo, que a análise aqui empreendida revela uma face complementar e não menos importante do problema: a criação e recriação de grupos compreendidos como raciais —isto é, de raças— em contextos nos quais pouco se fala de raça abertamente; nos quais raças são realidades sociológicas sempre presentes, mas operadas por categorias aparentemente não-raciais. Essa face do problema parece ainda mais importante por se tratar de período como o pós-guerra e sob a hegemonia do pacto de integração social sintetizado na ideologia da democracia racial, que proscreveu o racismo explícito da arena pública. Nesse contexto, o racismo passou a operar de modo menos explícito e mais por intermédio de *tropos* alternativos.

¹⁸⁷ “[O] não-racialismo não é garantia para o anti-racismo, podendo mesmo cultivá-lo se, para tanto, utilizar um bom tropo para ‘raça.’ [...] ‘Raça,’ nesse contexto, é uma ferramenta analítica que permite ao sociólogo inferir a permanência da ideia de ‘raça’ disfarçada em algum tropo” (Guimarães, 2002, p. 53-54).

¹⁸⁸

Seria exagerado falar em processos de “etnogênese” (Roosens, 1989) diante do modo como os imigrantes mobilizaram a ideia de “etnia”, sobretudo porque as nações a que faziam referência (mesmo aquelas que haviam passado por processos recentes de formação nacional) já ofereciam um conjunto de recursos simbólicos prontos para serem mobilizados. Havia, portanto, pontos de apoio mais ou menos sólidos para que imaginassem a si mesmos como étnicos, a começar por Estados-nação estrangeiros, mas também histórias nacionais, arte, literatura, trajes típicos e folclore. Todos esses aspectos de suas vinculações nacionais eram, além disso, imediatamente reconhecidos como legítimos pela elite e pelo público paranaenses. Suas experiências migratórias prévias sugerem a operação, havia muito tempo, de características e mecanismos tipicamente étnicos em solo brasileiro, que contribuíram para a formação das colônias naquele sentido particularmente sulino, de comunidades rurais mais ou menos isoladas formadas por pequenos proprietários imigrantes. Refiro-me, só para ter certeza, a fatores como religião, idioma e mecanismos de solidariedade baseados nessa forma de identificação. Aspectos que constituem a base de um conceito mais “realista” de grupos étnicos. Contudo, não se trata aqui de debater se os imigrantes do Paraná constituíam realmente etnias —ou se estavam em processo de constituí-las—, de acordo com tal ou qual definição. O ponto, ao focalizar o uso da ideia de “etnia” no centenário, é examinar quais os sentidos e os efeitos da adoção dessa ideia como conceito nativo, naquele contexto, por parte dos imigrantes organizados.

Boa parte do trabalho dos comitês visando as comemorações do centenário destinou-se a produzir eventos e apresentações que deveriam ser tomadas pelo público como étnicas —como manifestações de autênticos “povos” com suas culturas únicas. Portanto, em virtude da própria natureza do evento, havia um componente performático. E as vantagens de produzir uma performance étnica foram amplamente percebidas.

Nenhum dos acontecimentos do centenário oferecia oportunidade melhor para mostrar uma performance étnica do que o “Grande desfile étnico, escolar e de escoteiros”.¹⁸⁹ O desfile deveria ocorrer na sexta-feira, véspera da principal data do centenário, mas, mal começou a apresentação, uma chuva torrencial tornou-a inviável.¹⁹⁰ Na agenda do presidente Vargas, que chegara do Rio no final da manhã de sexta e que permaneceria em Curitiba até a segunda-feira, o evento tomaria toda a tarde de seu primeiro

¹⁸⁹ Comissão de Comemoração do Centenário. “Programa Geral dos Festejos e Comemorações”, 1953, s/p. (panfleto). *Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná*.

¹⁹⁰ “Centenário da emancipação do Paraná”, *O Povo (Lud)*, Curitiba, 23 de dezembro de 1953.

dia na cidade.¹⁹¹ Não foi pouca chuva, portanto, que obrigou a rever um bom pedaço da agenda do presidente. Os preparativos dos imigrantes também foram comprometidos, pois as delegações incluíam pessoas, trajes, objetos e máquinas agrícolas trazidos de longe, por vezes em condições precárias, e certamente difíceis de alojar e manter mobilizados por mais um dia.

O adiamento, contudo, acabou se mostrando vantajoso para eles. Transferido o desfile para o sábado, os imigrantes marchariam na principal data do centenário (não na véspera), para um público maior e em meio a um clima extraordinário. À meia-noite de sexta para sábado, houve fogos de artifício e soaram as sirenes das fábricas; às seis da manhã, a banda da Polícia Militar anunciou a Alvorada do Centenário de cima do edifício mais alto da cidade,¹⁹² situado numa das esquinas da praça da Catedral.¹⁹³ Nesse cenário cuidadosamente preparado, os imigrantes tomariam as avenidas da cidade a partir das 13 horas, logo após o desfile militar, e seriam prestigiados pelo presidente Vargas, o vice Café Filho, o ministro João Goulart, oito governadores e outras autoridades.¹⁹⁴ Por puro acaso, o espetáculo das “etnias” acabou promovido para o momento culminante das comemorações.

O desfile foi o maior dos eventos de rua dos festejos. Segundo um relato, compareceram cerca de 100 mil pessoas “vindas de todos os recantos do Paraná e de outros estados da União”.¹⁹⁵ Só para ter uma ideia, Curitiba, em 1950, tinha cerca de 180 mil habitantes. Mesmo descontados os exageros, a multidão era digna dos maiores eventos já ocorridos na cidade. Foram três horas, ainda de acordo com o jornal, “durante as quais a grande assistência teve a sua atenção presa pelo impressionante espetáculo”¹⁹⁶ oferecido pelas delegações das colônias “germânica, polonesa, japonesa, italiana, ucraniana, sírio-libanesa, francesa, holandesa, [...] portuguesa e britânica”.¹⁹⁷ O desfile rendeu, de fato, imagens que rechearam algumas das páginas mais vistosas dos jornais e dos materiais oficiais. Assim como a chuva e o consequente adiamento contribuíram para engrandecer as apresentações, também contribuíram para que o desfile fosse registrado em fotografias. Um

¹⁹¹ Documentos sobre a visita de Getúlio Vargas ao Paraná por ocasião do Centenário do Estado. *Programa da visita presidencial a Curitiba*, CPDOC/FGV, dezembro de 1953, série c. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/arquivo-pessoal/GV/textual/documentos-sobre-a-visita-de-getulio-vargas-ao-parana-por-ocasio-do-centenario-do-estado-contem-programa-da-visita-presidencial-a-curitiba-e-disc>>. Acesso em 27 de abril de 2019.

¹⁹² “Eduardo VII não abdica do trono”, *Gazeta do Povo*, Curitiba, 8 de dezembro de 2012.

¹⁹³ Comissão de Comemoração do Centenário. “Programa Geral dos Festejos e Comemorações”, 1953, s/p. (panfleto). *Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná*.

¹⁹⁴ “Centenário da emancipação do Paraná”, *O Povo (Lud)*, Curitiba, 23 de dezembro de 1953.

¹⁹⁵ “Desfile das etnias”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 22 de dezembro de 1953, p. 3.

¹⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁹⁷ *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 224, dezembro 1953, p. 198.

álbum dedicado a retratar os eventos daquele sábado acabou por incluir o desfile, ao que tudo indica, por acaso —e dedicou-lhe considerável número de páginas. Entre fotos protocolares de inaugurações, encontros de autoridades e de uma missa campal, as imagens do desfile de rua, com os imigrantes em trajes folclóricos, carroças de produtos agrícolas e seus carros alegóricos são sem dúvida as mais interessantes.¹⁹⁸ Ao quebrar o caráter oficialismo dos principais atos, a chuva e os imigrantes transformaram uma parada cívica tradicional, composta por militares e alunos uniformizados, numa celebração mais colorida e espontânea.

Formou-se uma interessante composição simbólica. As paradas cívicas são um tipo de ritual recorrente dos modernos Estado-nação. Entre os elementos básicos desses rituais, as forças armadas e a juventude representam, na figura de corpos disciplinados e saudáveis, a proteção e o futuro da comunidade política, demonstrando, além disso, o emprego racional, dirigido, das energias do povo. Além de se tratar de uma encenação da boa condução da comunidade política, há certos traços de pensamento organicista por trás dessas ocasiões: os pelotões que desfilam (militares ou civis) mostram-se como partes funcionais bem integradas ao todo social. A polícia militar, estadual, e os estudantes das escolas de diferentes municípios paranaenses, portando faixas a identificá-los, acrescentavam ao desfile um toque local. Mas naquele sábado os imigrantes somaram-se àqueles representantes tradicionais da comunidade nas paradas cívicas. Deixando de lado, por um instante, os símbolos explicitamente “construídos”, que se manifestavam nos uniformes e trajes, consideremos o significado dos corpos: à fortaleza e ao vigor da juventude somou-se a brancura da maior parte dos imigrantes. Essa brancura, construída socialmente e naturalizada como “cor”, acrescentava ao desfile um novo sentido, racial.

Ao contrário de desfiles similares encenados por Estados que reivindicavam homogeneidade étnica ou racial, as figuras dos militares e estudantes paranaenses não sugeriam necessariamente uma interpretação com viés racial, muito menos com ênfase na brancura. O álbum que retratava o dia do desfile tinha por capa uma montagem feita sobre a foto de um fuzileiro naval negro, em traje de gala, soando um instrumento de sopro. Fotografado aparentemente de madrugada, sugeria o toque da alvorada do centenário como introdução aos registros visuais daquele dia especial.¹⁹⁹ O militar negro deve fazer-nos

¹⁹⁸ Scheier, Peter. *Centenário do Paraná – Curitiba, 19 de dezembro de 1953*. São Paulo: s/i. *Acervo do Museu Paranaense*, coleção Família Munhoz da Rocha.

¹⁹⁹ Tratava-se, talvez, de mais um despeitado modernismo imposto de fora —a exemplo da estátua do Homem Nu, abordada no capítulo 3—, desta vez pelo fotógrafo Peter Scheier, judeu alemão que se radicou em São Paulo em 1937 e produziu dois álbuns para o centenário paranaense. O negro soara a alvorada do segundo século paranaense —mas não estivera também presente ao longo do primeiro? Assim, a capa introduzia um ruído precioso à narrativa oficialista montada pelo programa dos festejos e reproduzida nas páginas internas do álbum (Ibidem).

lembrar que os batalhões de soldados e escolares não eram particularmente “claros”. Para não falar na tropa, recrutada entre os mais pobres e possivelmente mais “escura” do que a população da capital, o oficialato do exército era recrutado e circulava entre as diversas regiões do país; sua “cor”, assim, distribuía-se mais ou menos pelo espectro branco luso-brasileiro. Tratava-se, ainda, de uma elite cuja seleção não deixava de ter inclinação racial, mas se afastava da tez aloirada de boa parte dos imigrantes. Os escolares, do mesmo modo, tendiam a refletir um amplo espectro de “cores” e a significativa presença de não-brancos na capital e em boa parte das localidades do interior.²⁰⁰ Embora os negros, como grupo, tenham sido invisibilizados pelas autoridades no planejamento dos festejos, estavam presentes no “corpo” da comunidade representado no desfile, em meio aos pelotões militares e escolares —a exemplo do menino que segurava a faixa das Escolas de Trabalhadores Rurais do Paraná numa das imagens do desfile (Figura 13).

Figura 13 – Menino Negro Segurando uma Faixa no Desfile do Dia 19 de Dezembro

Fonte: *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 224, dezembro 1953, p. 199.

Ainda que esses pelotões não evocassem imediatamente, para os presentes, qualquer sentido racial (e se evocavam, era o de um contingente mais escuro que a população da capital), seu contraste com as delegações imigrantes era compreendido precisamente em termos raciais. A agenda oficial do presidente Vargas (presume-se que

²⁰⁰ As três escolas que desfilaram tinham viés assistencial: um abrigo para filhos de portadores de hanseníase, situado em Curitiba, uma escola rural de Piraquara, nos arredores da capital, e uma escola de pescadores do litoral. “Desfile das etnias”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 22 de dezembro de 1953, p. 3.

elaborada por sua assessoria no Rio a partir de informações recebidas de Curitiba), mencionava o “desfile das raças e de escolares”,²⁰¹ sugerindo que agentes de fora, não envolvidos diretamente com a preparação dos eventos, compreendiam nesses termos as escolhas feitas pelos organizadores. Essa não era necessariamente a percepção popular no dia do evento. Mas o olhar fotográfico e as montagens realizadas pelos editores dos álbuns, ao destacar a centralidade dos imigrantes em relação aos outros grupos que participaram do desfile, reproduziam, ainda que de modo menos explicitamente racial, uma diferença entre estrangeiros e nacionais.²⁰² A percepção da diferença e a predileção pelos imigrantes, tanto em atos concretos das autoridades quanto na produção de imagens e narrativas, são indícios adicionais de que, longe de superada, a ideologia do embranquecimento sobrevivera e tratava de assumir novas formas.

Do lado dos imigrantes, envolvidos em seu próprio jogo de distinções, a cor era uma questão menos saliente, ao menos à primeira vista. As diferenças expressavam-se, sobretudo, por intermédio da linguagem “étnica”, fundada nas especificidades nacionais. O desfile colocou à mostra o amplo repertório dessa linguagem, tendo como um de seus principais efeitos criar e reforçar fronteiras sociais: ao se diferenciar dos demais, cada grupo imigrante ao mesmo tempo definia com mais nitidez os próprios contornos. Mas também contribuía para definir os contornos comuns da categoria de “imigrante” ou, o que era o mesmo no contexto de preparação das performances étnicas, de uma ideia emergente de “brasileiros étnicos”. O principal recurso utilizado no desfile —aquele que mais chamou atenção de fotógrafos e articulistas— foi o dos trajes típicos. Boa parte parece ter sido confeccionada especialmente para os festejos. Os dos poloneses tinham sido costurados por grupos de senhoras, utilizando-se das dependências e máquinas pertencentes a irmãs católicas (possivelmente congregações de polonesas e descendentes) e a Janina Nagrodzka, proprietária de uma oficina de costura.²⁰³ A sofisticação dos trajes poloneses parece ter chamado a atenção, em comparação com os demais,²⁰⁴ mas há boas razões para crer que os outros grupos também se apoiaram em semelhantes mutirões de senhoras para vestir suas delegações. As ucranianas, por exemplo, dedicaram-se a produzir e

²⁰¹ Documentos sobre a visita de Getúlio Vargas ao Paraná por ocasião do Centenário do Estado. *Programa da visita presidencial a Curitiba*, CPDOC/FGV, dezembro de 1953, série c. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/arquivo-pessoal/GV/textual/documentos-sobre-a-visita-de-getulio-vargas-ao-parana-por-ocasio-do-centenario-do-estado-contem-programa-da-visita-presidencial-a-curitiba-e-disc>>. Acesso em 27 de abril de 2019.

²⁰² *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 224, dezembro 1953, p. 198-199.

²⁰³ “Participação da colônia polonesa no centenário do Paraná”, *O Povo (Lud)*, Curitiba, 20 de janeiro de 1954.

²⁰⁴ “Inadequações”, *O Povo (Lud)*, Curitiba, 13 de janeiro de 1954.

apresentar uma exposição de artesanato típico, sugerindo que também podem ter trabalhado em termos semelhantes para criar os trajes de sua delegação.²⁰⁵

Por um lado, a preparação dos trajes consumiu esforços significativos. Quase quinze anos depois das comemorações, as roupas permaneciam objeto de disputa entre, de um lado, o ex-chefe e o grupo de senhoras do comitê polonês do centenário e, de outro, o Grupo Folclórico Polonês do Paraná e o Clube Juventus, tradicional entidade polonesa de Curitiba. As senhoras, em nome do comitê do centenário, reivindicavam a devolução dos trajes, que se encontravam guardados nas dependências do clube, e afirmavam nunca tê-los doado, pertencendo os trajes, portanto, ao comitê.²⁰⁶ Por outro lado, o fato de os trajes pertencerem antes ao comitê que ao grupo folclórico põe em evidência que o centenário ofereceu forte estímulo à produção da etnicidade, em sentido bem concreto. Os trajes típicos, afinal, eram naquela situação um dos principais modos encontrados pelos comitês para expressar a ideia de “etnia”.

Mas havia grupos folclóricos em atividade desde bem antes dos preparativos do centenário e sua experiência foi aproveitada pelos comitês.²⁰⁷ No caso dos grupos folclóricos polonês e ucraniano, a época em que se formaram —final dos anos 20, início dos 30— sugere terem sido produto da migração de indivíduos mais intelectualizados, ligados ao ressurgimento e aos conflitos nacionalistas de entre-guerras na Europa do Leste. Apesar de existirem havia décadas, no centenário esses grupos folclóricos não tinham as dimensões necessárias para prover as delegações do desfile com trajes, que tiveram que ser confeccionados especialmente para a ocasião. Os poloneses, por exemplo, desfilaram com cerca de 200 pessoas²⁰⁸ e os alemães podem ter desfilado com “três vezes mais gente”, segundo o relato de um polonês crítico ao desempenho de seus compatriotas.²⁰⁹ Entende-se, pelo tamanho das delegações, a necessidade de formar forças-tarefa para confeccionar trajes em larga escala. Para além das roupas, os grupos folclóricos parecem ter contribuído com a música e as danças que já cultivavam. Era indispensável possuir as partituras e ser capaz de tocar e dançar as peças típicas, e isso só foi possível porque havia nas colônias

²⁰⁵ “O pavilhão ucraniano de exposição”, *Trabalho (Праця, Prátsia)*, Prudentópolis, 1º de janeiro de 1954.

²⁰⁶ Carta da Comissão de Senhoras do Comitê Central da Etnia Polonesa Pró-Festejos do 1º Centenário do Paraná a Edvino Tempski. Curitiba, 3 de julho de 1967. *Arquivo dos Padres Vicentinos, Curitiba*, pasta I Centenário de Emancipação Política do Paraná.

²⁰⁷ Tadeu Morozowicz, principal responsável pelas apresentações dos poloneses nos centenário, possuía um grupo folclórico pelo menos desde o final dos anos 20. O grupo ucraniano Barvinok, por sua vez, tinha sido criado em 1930 (Kerechuk, 1993, p. 490).

²⁰⁸ “Participação da colônia polonesa no centenário do Paraná”, *O Povo (Lud)*, Curitiba, 20 de janeiro de 1954.

²⁰⁹ “Inadequações”, *O Povo (Lud)*, Curitiba, 13 de janeiro de 1954.

cultores da música entendida como tradicional. Nesse particular, os poloneses parecem ter se destacado, como mostra a apresentação, no dia 20 de dezembro de 1953, do balé “Coppélia”, cuja trama se desenrola numa aldeia polonesa e lança mão de elementos da música popular daquele país.²¹⁰ O espetáculo foi apresentado seis vezes ao longo de 1953, arrancando elogios de autoridades. O governador teria pedido ao diretor do espetáculo que o encenasse novamente para os convidados internacionais que, em janeiro, compareceriam ao Congresso Mundial do Café, em Curitiba.²¹¹

A música contribuiu em diversas situações para a criação de performances étnicas, a começar pelo próprio desfile, em cujas imagens vêem-se instrumentos de corda e sanfonas. Mas também foi muito importante nas atividades que antecederam a data principal. Nos dias precedentes, realizou-se na praça da catedral, num palco montado especialmente para a ocasião, uma semana inteira de apresentações de música e dança concebidas sob o prisma étnico. Embora a chuva não tenha dado trégua ao longo daquela semana, “todas as noites apresentaram-se grupos artísticos de diferentes grupos étnicos”. Certa noite —prossequia um relato do jornal ucraniano *O Lavrador*—, houve “mostra das artes de diferentes povos: holandeses, alemães, ucranianos, polacos e japoneses”. Além de ter sido um sucesso de público, o festival também foi transmitido pelo rádio.²¹²

4.3. Loiros Trigais

Um dos modos de enfatizar o sentido racial da afirmação étnica era mobilizar símbolos que pudessem ser reconhecidos amplamente e traduzidos, por associação, em termos mais aceitáveis. Um desses símbolos foi o trigo. Diversos agentes, de distintas perspectivas, utilizaram-no para relacionar, a seu modo, a imigração, a linguagem étnica dos imigrantes e o contexto racial especificamente brasileiro. O trigo era um símbolo que conectava o que não podia ser dito: a “cor” dos imigrantes em relação aos brasileiros, bem como sua contribuição, agora como “etnias”, para revigorar ao mesmo tempo a economia nacional e o antigo projeto de branqueamento do povo.

Os jornais imigrantes passaram as semanas que se seguiram aos festejos fazendo o balanço da participação das colônias. Num relato detalhado sobre o desfile, o jornal polonês *O Povo (Lud)* deu destaque à seguinte cena:

²¹⁰ “Resumo do ballet Copélia – contribuição da etnia polonesa aos festejos do Centenário”, *O Dia*, Curitiba, 18 de dezembro de 1953, p. 11.

²¹¹ “Apresentação de Balé do professor Morozowicz”, *O Povo (Lud)*, Curitiba, 20 de janeiro de 1954.

²¹² “Novas conquistas dos ucranianos”, *O Lavrador (Хлібороб, Hliborob)*, Curitiba, 20 de dezembro de 1953.

Enfim a ala frontal do grupo polonês se aproxima da tribuna oficial, onde os mais altos dignitários do país recebem o desfile... O cortejo pára. As silesianas aproximam-se da tribuna e entregam uma belíssima coroa de trigo ao Presidente da República. O Presidente Vargas desce da tribuna e recebe a coroa. [...] Depois do desfile, o Presidente convidou o chefe do Comitê Polonês do Centenário —o deputado estadual Edwin Tempski— e em suas mãos entregou congratulações ao grupo polonês, reconhecendo-o como o mais belo e mais cuidadosamente preparado. Após isso, o Presidente Vargas anunciou que levará a coroa para o Rio, como lembrança do Paraná —sim, esse alegre dia paranaense foi um dia de verdadeiro triunfo da Colônia Polonesa.²¹³

É possível enxergar o episódio como signo de importantes mudanças, sobretudo na relação entre o Estado e os imigrantes. A relação amistosa do secretário estadual Newton Carneiro com os comitês já apontava nessa direção, embasando ações concretas que os colocavam no centro do centenário. Mas nada superaria em simbolismo a cena em que Vargas recebia das mãos das colonas a oferenda de trigo. Durante a Segunda Guerra, a ditadura Vargas significara, para muitos imigrantes (e não apenas para os povos de “nações inimigas”), a imposição da infame campanha de nacionalização. O próprio jornal *O Povo (Lud)*, que agora descrevia a cena com entusiasmo, fora, meros dez anos antes, um dos focos de resistência às iniciativas estatais de censura e nacionalização no Paraná. No início dos anos 40, os padres vicentinos, encarregados do jornal, haviam negociado com as autoridades brasileiras na tentativa de defender a prática usual de realizar as celebrações religiosas em idioma polonês. Intermediaram, por exemplo, as relações entre as autoridades e padres recalcitrantes e recorreram ao apoio de representantes diplomáticos poloneses.²¹⁴ Seus esforços, contudo, não puderam evitar o fechamento do jornal entre 1940 e 1946. Em dezembro de 1953, não parece ter restado qualquer rancor em relação ao presidente, agora, eleito. O clima no desfile, ou ao menos assim foi celebrado nas páginas do jornal, era de conagração e mostras mútuas de apreço.

A oferenda também sugere a ocorrência de transformações mais sutis, embora de forma alguma menos importantes. Ao se esforçar para expor os produtos do seu trabalho, os imigrantes evocavam e conectavam significados arraigados na consciência dos brasileiros. O trigo era um símbolo especialmente poderoso, pois trazia imediatamente à luz conexões de sentido entre imigração europeia, o clima frio típico do Sul, as técnicas específicas

²¹³ “Participação da colônia polonesa no centenário do Paraná”, *O Povo (Lud)*, Curitiba, 20 de janeiro de 1954.

²¹⁴ Há evidências dessas negociações no arquivo dos padres vicentinos. Eles preservaram cartas, telegramas, circulares das autoridades, recortes de jornais e outros documentos que testemunham o crescente cerco à imprensa, às escolas e à prática da prédica religiosa em idioma estrangeiro. (*Arquivo dos Padres Vicentinos*, Curitiba, pasta “Nacionalização”).

necessárias a sua produção, trabalho duro e progresso econômico.²¹⁵ Isto é, o trigo sugeria uma verdadeira narrativa com agentes, lugar, meios e resultados. Mostrar que produziam, e muito, era essencial para os imigrantes do Paraná. Já vimos que seu aporte inicial às comemorações fora inicialmente pensado pela elite estadual precisamente em termos de “contribuições” materiais. Além disso, o tema foi recorrente nos discursos dos líderes das diferentes colônias, como numa sessão solene com a presença do governador, em outubro de 1953, na qual o presidente do comitê dos ucranianos, José Dilay, destacou que seu “grupo étnico, gente de lavoura que é, já forneceu valiosa contribuição para o desenvolvimento econômico de nosso estado”, procedendo à listagem das culturas praticadas: “o trigo, o centeio, o linho, a batatinha” e a “apicultura, como várias outras culturas específicas europeias”.²¹⁶ Na mesma direção, um programa de rádio em polonês transmitido para o interior do estado destacava, no final de 1953, “que o emigrante trouxe a esta terra, do país de seus pais, uma grande experiência, progresso e técnicas, tanto na agricultura quanto na indústria”, reiterando em seguida que, embora “pobre materialmente”, era “rico em valores espirituais [e] trouxe ao novo país algo grande e de imensurável valor —a própria cultura, progresso e tradições nacionais [...]”.²¹⁷ Na cabeça de quem formulava visões como essas, era claro que, se os colonos eram produtivos, só poderiam ter trazido de longe seu amor pelo trabalho. Como veremos, o trigo se prestava especialmente bem para transmitir essa ideia.

Outro relato sobre o desfile, publicado em *O Povo (Lud)*, ilustra o senso de urgência (e de competição) por trás do imperativo de demonstrar produtividade. Um exigente leitor do jornal polonês sentira

desilusão ainda maior e mais dolorosa [...] quando o grupo alemão, que ia atrás do nosso, conseguiu espertamente aproveitar este trunfo. Seus trajes eram, de uma maneira geral, feios e desinteressantes, mas conseguiram esconder sua pobreza com um desfile três vezes maior e, o que é mais importante, mostrar a toda Curitiba e às altas personalidades brasileiras, que eles produzem e, por isso mesmo, são importantes, necessários, insubstituíveis e que se deve contar com eles a cada passo.

Sem querer ofender ninguém, preciso afirmar que nos apresentamos apenas parcialmente e apenas parcial foi o nosso efeito. E não foi muito o que faltou para que estivéssemos imediatamente sob outra luz, para que tivessem sobre nós uma ideia muito de longe melhor, como verdadeiros construtores deste Estado. Por que motivo, por exemplo, logo após os trajes

²¹⁵ Ver o artigo de Glen Goodman sobre o “café colonial” do Rio Grande do Sul e o modo como se tornou símbolo de uma europeidade regionalizada (Goodman, 2017).

²¹⁶ “Os ucranianos no Brasil”, Boletim Informativo da Sociedade dos Amigos da Cultura Ucraniana, Curitiba, sem data, p. 15. *Arquivo do Museu Ucraniano de Curitiba*, Sociedade Ucraniana do Brasil (SUBRAS).

²¹⁷ “Participação da colônia polonesa no centenário do Paraná”, *O Povo (Lud)*, Curitiba, 20 de janeiro de 1954.

folclóricos, não desfilou um grupo dos mais velhos emigrantes? Bastariam cem camponeses para formar uma coluna com transporte correspondente, e dar às mãos de cada um uma gadanha, uma foice, um machado, um mangual ou uma enxada. Pessoas como se, por um momento, houvessem sido retiradas de seu trabalho, ou seja, sem nenhum traje festivo, só os comuns que nosso agricultor usa no trabalho do dia-a-dia. Estou certo de que aquelas cabeças grisalhas, aquelas faces queimadas de sol, aquelas pessoas encurvadas pela idade, mas ainda possuidoras de ferramentas de trabalho, despertariam nos espectadores impolutas e profundas impressões. [...]

Por que motivo essas colônias não fizeram parte do desfile e não apresentaram o que produzem? Hoje em dia só se fala e se escreve sobre produção. Nós já nos esquecemos de que apenas de acordo com o trabalho e a produção se mede o valor do homem, e não de acordo com belos trajes? Nós recebemos elogios, é verdade, mas os alemães e os holandeses – como já se tem ouvido – receberão elevadas quantias em dinheiro como aqueles “únicos” alimentadores do povo paranaense...²¹⁸

A coroa de trigo não bastara, em sua opinião. Os poloneses deveriam ter mostrado caminhões e carroças “cheias de queijos, manteigas, morangos e framboesas coloniais”, bem como “a batata, o milho, a gordura de porco, o mel —produtos que alimentam e enriquecem o Paraná”.²¹⁹ Apesar da ausência de boa parte dos frutos do trabalho dos colonos poloneses, o trigo, como símbolo maior do caráter especial de seu trabalho, eles levaram. A comitiva dos ucranianos, por sua vez, embora não tenha tido a ousadia de presentear o presidente, também destacava o trigo. Seu abre-alas era “uma carroça com sementes, na qual estava sentada, em trajes típicos, uma senhora com crianças segurando um feixe de trigo e, atrás [...], crianças e jovens, vestidos em diferentes trajes ucranianos, com flores nas mãos”.²²⁰ Tanto poloneses quanto ucranianos, senão outros grupos cujos relatos sobre o desfile ainda estão por descobrir, escolheram como cartão de visitas esse poderoso símbolo de sua contribuição, seu trabalho e suas origens europeias.

O trigo, por um lado, era muito presente no debate público por aqueles anos, pois, enquanto a demanda por pão era alta, a produção nacional permanecia limitada devido a fatores que incluíam tanto o clima quanto as técnicas e disposições dos agricultores. O produto pesava muito na instável balança comercial do país no pós-guerra. Apenas saído de uma grave crise de importações, durante o governo Eurico Gaspar Dutra, o Brasil comprava grandes quantidades de trigo da Argentina, de modo que, em 1949, o produto encontrava-se apenas atrás dos automóveis em termos de custo total para o país em moeda estrangeira. Isso significa que boa parte das divisas obtidas com exportações —sobretudo de café— era

²¹⁸ “Inadequações”, *O Povo (Lud)*, Curitiba, 13 de janeiro de 1954.

²¹⁹ *Ibidem*.

²²⁰ “Festejos do Centenário do Paraná – Presidente Getúlio Vargas em Curitiba”, *O Lavrador (Хлібороб, Hliborob)*, Curitiba, 1º de janeiro de 1954.

gasta para importar trigo.²²¹ A situação da mercadoria pouco se alteraria ao longo dos primeiros anos da década de 1950,²²² embora a produção de trigo no Paraná tivesse quintuplicado entre 1945 e 1949 (Kretzen, 1951, p. XVIII). Os municípios que mais produziam trigo eram justamente aqueles com maior presença de imigrantes eslavos, como Irati, Mallet e Prudentópolis (Ibidem). Se o Paraná já se destacava pela produção de café, os imigrantes tratavam de tornar familiar essa outra mercadoria essencial. Ofertar trigo ao presidente, que em troca prometeu carregá-lo consigo para o Rio de Janeiro, significava claramente que os esforçados colonos entregavam o fruto de seu trabalho —um fruto especial que os brasileiros mal conseguiam produzir— para ajudar a sustentar o Brasil.

Essa retórica era efetiva porque ia bem além do aspecto material. Como notou Glen Goodman, “no Brasil o pão de trigo foi um produto historicamente escasso e associado a culturas europeias supostamente ‘superiores’”, do mesmo modo que a triticultura manteve laços simbólicos com uma europeidade geralmente situada na região Sul (Goodman, 2017, p. 5). A cena das “silesianas” com Vargas fora apenas um desfecho, pois os próprios imigrantes, sobretudo os poloneses, investiram nessa associação em diversas ocasiões durante o centenário. O *Almanaque d’O Povo (Kalendarz Ludu)* —publicação anual da gráfica que imprimia o jornal homônimo—, em sua edição de 1954, trazia na capa uma montagem sugestiva: um casal em trajes folclóricos segurando uma coroa de ramos de trigo e de café, dentro da qual se destacava o ano “1954” (Figura 14). Acima, simbolizando as comemorações recentes do centenário do Paraná e as vindouras do quadricentenário da cidade de São Paulo, viam-se os brasões dos dois estados. O do Paraná, detrás da mulher e dos ramos de trigo; o da cidade de São Paulo, detrás do homem e dos ramos de café. A composição era muito eloquente. Usava a hierarquia de gênero para trazer ao primeiro plano a hierarquia regional, que, por sua vez, confirmava-se por intermédio dos brasões: no brasão paranaense, atrás da mulher, figurava um agricultor colhendo os frutos da terra fértil; no brasão paulistano, atrás do homem, o braço segurando uma bandeira sugeria o mote “não sou conduzido, conduzo”. No contexto especificamente paranaense, no qual o café não era associado fortemente aos imigrantes europeus, a composição insinuava ainda a posição inferior dos imigrantes —bem como do Sul— diante do brasão e do produto “bandeirantes”.²²³

²²¹ Curiosamente, a histórica entrevista em que Vargas quebrou o silêncio do exílio auto-imposto em São Borja, em 1949, e afirmou “Eu voltarei” nasceu de uma viagem do jornalista Samuel Wainer ao Rio Grande do Sul para escrever sobre a cultura do trigo. Na versão de Wainer, o trigo, por acaso, levou-o a Vargas (Wainer, 1988, p. 19-26).

²²² “Principais mercadorias importadas”, *O Observador Econômico Financeiro*, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 166, novembro de 1949, p. 115-116; “Trigo, devorador de divisas”, *O Observador Econômico Financeiro*, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 218, abril de 1954, p. 75-92.

²²³ *Kalendarz Ludu*, 1954. *Arquivo dos padres Vicentinos*, Curitiba.

Figura 14 – Capa do *Calendário d'O Povo*, 1954

Fonte: Kalendarz “Ludu”, Curitiba, 1954. Arquivo dos padres Vicentinos, Curitiba.

Havia associações mais diretas. No texto “Os poloneses e o Paraná”, publicado num álbum comemorativo oficial, Edvino Tempski, articulador do comitê daquele grupo, maravilhava-se, em sua imaginação, “ao percorrer as outrora abandonadas e despovoadas planícies e matas” —uma visão imersa no discurso colonial sobre a ocupação primitiva e moderna do território paranaense, calcada na ideia de “vazio demográfico”— e deparar-se com “as imponentes imagens dos terrenos cultivados, [...] numa sucessão interminável de vastos canteiros, ora verdejantes, ora dourados”.²²⁴ Os responsáveis pela transformação eram, claro, os imigrantes poloneses. Acompanhavam o texto diversas imagens extraídas de “um filme documentário sobre a vida nas colônias polonesas no Paraná”, com a legenda: “a cultura aí focalizada é a do trigo”.²²⁵ Várias das fotos mostravam agricultoras mulheres.

²²⁴ Tempski, Edwino. “Os poloneses e o Paraná”, *Ilustração Brasileira – Edição comemorativa do centenário do Paraná*, n. 224, dez 1953, p. 159.

²²⁵ Ibidem.

Significativamente, enquanto colhiam e capinavam, muitas delas não usavam as roupas simples típicas das colonas (no caso das polonesas, acrescidas do lenço na cabeça), e sim sofisticados trajes folclóricos, coloridos e complementados por fitas e babados. O filme fora planejado como parte das atividades do comitê dos poloneses para as comemorações do centenário.²²⁶ Tratava-se de uma colheita encenada. Para ter certeza de que a associação entre colonos folclorizados e trigo não era casual, nas duas páginas seguintes do álbum discorria-se, em tom sério, sobre “O trigo no Paraná”, logo abaixo de uma chamada que dizia: “‘Pão do Paraná para o Brasil!’ é um ‘slogan’ sugerido pela clarividência administrativa do governador Munhoz da Rocha Neto”. Nas ilustrações, mais colonos em trajes folclóricos e às voltas com carroções cobertos da colheita.²²⁷

Os poloneses do Paraná também conseguiram projetar no exterior, em outros centros de emigração, uma imagem de sua contribuição ao Brasil em forma de trigo. Durante os preparativos para o centenário, que intensificaram as trocas transnacionais entre esses centros,²²⁸ *O Povo (Lud)* republicou uma carta recebida de Londres a respeito da impressão positiva que o *Almanaque d'O Povo* tinha causado por lá. O autor era um conhecido escritor e ativista polonês exilado. Após ponderar que o almanaque informa, “sob certa perspectiva, sobre a vida polonesa no Paraná e, de uma maneira geral, no Sul do Brasil”, o exilado oferece sua própria versão idílica da narrativa projetada para fora pelo *Almanaque*:

Foram principalmente os poloneses que construíram a agricultura paranaense, transformaram o Paraná em uma terra salpicada de vilarejos de estilo europeu onde o trigo murmura ao vento, diferindo impressionantemente das paisagens do resto do Brasil. Eles deixaram de maneira clara sua marca na vida do sul do Brasil. Têm seu deputado no parlamento federal. Compõem parte significativa da elite da administração paranaense, do judiciário etc. Cumprem – graças a numerosas vocações – um papel especialmente grande na vida da Igreja sul-brasileira.²²⁹

²²⁶ Em carta a Edvino Tempski, Anton Gauk, artista radicado no interior do estado, detalhava seu plano para o filme, que seria financiado pelo comitê. Diversas sequências seriam gravadas nas colônias polonesas do Paraná, incluindo uma típica festa de casamento. Gauk queria apresentar o plano “apenas diante do comitê principal, pois não gostaria que [sua] ideia fosse pega por alguém e posteriormente transformada em realidade”. Parece que Gauk tinha razão em preocupar-se, pois a legenda das fotos em “Os poloneses e o Paraná” creditava o filme ao “conhecido cinegrafista Hermes Gonçalves” (Carta de Anton Gauk a Edvino Tempski, 1º de novembro de 1952. *Arquivo dos Padres Vicentinos*, Curitiba, pasta I Centenário de Emancipação política do Paraná).

²²⁷ Tempski, Edwino. “Os poloneses e o Paraná”, *Ilustração Brasileira – Edição comemorativa do centenário do Paraná*, n. 224, dez 1953, p. 160-161.

²²⁸ Conforme veremos a seguir, na campanha de arrecadação de livros para a biblioteca pública realizada pelas “colônias”.

²²⁹ O autor é Jędrzej Giertych. “Almanaque do jubileu paranaense”, *O Povo (Lud)*, Curitiba, 29 de julho de 1953.

O relato é particularmente interessante pois mostra a que ponto podia chegar a opinião de alguém que, conhecendo pouco sobre o Brasil, fosse influenciado pela narrativa produzida pela colônia polonesa. É como se o país fosse um verdadeiro deserto e o sul, por ação dos imigrantes europeus, houvesse se transformado em oásis.

Observadores vindos de outras partes do país também ficaram intrigados. Baseados no Rio de Janeiro ou em São Paulo, em geral parecem ter sido mais sensíveis às implicações raciais da associação entre trigo e imigrantes, empregando, diversas vezes, imagens baseadas na “cor”. Incumbido de retratar as facetas do Paraná centenário, o fotógrafo Peter Scheier incluiu em seu álbum intitulado *Paraná, Brasil* (1953) duas páginas muito interessantes. Abertas, retratavam, de um lado, um pinheiral e, escorado em seu machado, um “sertanejo [que] medita antes de derrubá-lo”; de outro, numa composição análoga, um trigal e um colono com sua gadanha, sobre a legenda: “em manhãs de primavera, os loiros trigais ondulam ao vento, prestes a ser ceifados” (Figura 15). A expressão “loiros trigais” não era gratuita, pois associava-se correntemente o trigo à brancura dos imigrantes.

Figura 15 – O Sertanejo e o Colono no Álbum *Paraná, Brasil*

Fonte: Scheier, Peter. *Paraná, Brasil*. 1953, s/p.

Por volta do início de 1952, os jornalistas Rubem Braga e Arnaldo Pedroso d’Horta, que trabalhavam no Rio e em São Paulo, respectivamente, percorreram o estado a convite do governador Munhoz da Rocha. Eles encarnavam bem, no campo do jornalismo, a

inclinação modernista de parte dos intelectuais locais, fazendo crônica ágil sobre situações e problemas concretos. Basta notar que os críticos literários modernistas próximos a Munhoz da Rocha, Temístocles Linhares e Wilson Martins, foram certa vez ridicularizados por um escritor de Curitiba por imitarem o estilo de Rubem Braga.²³⁰ Braga e D’Horta registraram suas impressões num livro publicado pela imprensa oficial em 1953. Os dois conheceram a colônia de Entre Rios, na região central do Paraná, uma povoação nova criada em 1951 sob condições muito particulares.²³¹ Comovido, d’Horta ligou diretamente pão, produção e organização aos imigrantes europeus:

A impressão com que se sai dessa colônia é a de um milagre feito à vista do público, a de uma demonstração das possibilidades práticas de os milagres serem planejados e executados. Quem pensaria em junho de 1951, que seis meses depois, nos campos a vinte quilômetros de Guarapuava, comer-se-ia o pão nesse intervalo saído da terra, de sementes nela lançadas por alemães foragidos da Iugoslávia e que então se encontravam na Áustria? (Braga; d’Horta, 2001, p. 75)

Já Rubem Braga, em seu texto, passava rapidamente de uma imagem poética para o contraste racializado entre esse “milagre” paranaense e a realidade da capital federal. Na crônica, notava que “este ano [os colonos] plantaram o trigo mais cedo, e os trigais hão de madurar louros como as tranças de suas mulheres” (idem, p. 78). E desejava

[q]ue eles sejam felizes, esses homens que procuram paz. Mas que haja também no Brasil quem possa organizar 500 famílias brasileiras em cinco aldeias brancas — 500 famílias de gente da roça que nossa imprevidência e nosso desprezo deixam formar não essas aldeias brancas que se enxergam de longe, na imensidão dos campos, e sim mais uma súbita, sórdida e negra favela na perambeira de qualquer morro do Rio de Janeiro (ibidem).

Os imigrantes não precisavam afirmar-se brancos; não era preciso sequer insinuar qualquer diferença racial. Outros símbolos podiam ser extremamente efetivos. E esses os imigrantes sabiam mobilizar muito bem. Bastava falar em imigração, contribuição ao Brasil, trabalho duro ou, ainda, trigo que os brasileiros atentos compreenderiam do que se tratava. Se não fazia mais sentido o plano antigo de branquear o Brasil importando imigrantes, ainda era possível assistir ao branqueamento de toda uma região formada por “aldeias brancas” e produtivas.

²³⁰ Carlos Coelho Junior. “Antropofagia sociológica (parte V)”. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 15 de junho de 1955, p. 4.

²³¹ A colônia de Entre Rios foi fundada em 1951 com as chamadas “*displaced persons*”, ou “deslocados de guerra”. No caso, germânicos que viviam em territórios do Império Austro-Húngaro e ficariam conhecidos como “suábios do Danúbio” (Frotscher; Stein; Olinto, 2014). Uma imigração, portanto, distinta daquela, mais antiga, que formara o que no centenário denominava-se comumente a “colônia alemã” do Paraná.

4.4. Colonizando a Biblioteca Pública

A biblioteca pública foi o primeiro projeto apresentado pelo governo eleito em 1950 para comemorar o centenário.²³² Também foi um dos mais exitosos. As obras do Centro Cívico arrastavam-se, passavam por adaptações e acabariam se estendendo por uma década; a praça do Homem Nu ensejava polêmicas acirradas; e o Teatro Guaíra seria concluído, de fato, apenas nos anos 1970. Enquanto isso, a biblioteca encontrava-se em fase avançada de construção em dezembro 1953 e seria entregue em dezembro de 1954. Tratava-se de um projeto particularmente cuidadoso, que consistia não apenas no edifício imponente pensado de acordo com o moderno conceito de acesso direto do leitor às estantes, mas incluía também um conjunto de ações coordenadas para criar uma instituição de referência. Em parceria com a Universidade do Paraná, organizou-se um curso de biblioteconomia para suprir a biblioteca com quadros qualificados e buscou-se estabelecer, ao que tudo indica com certo sucesso, um sistema de contatos e permutas com importantes instituições ao redor do mundo.²³³ Para coordenar essas iniciativas, foi contratada no Rio de Janeiro uma das precursoras do campo biblioteconomia e ciência da informação no Brasil, Lydia de Queiroz Sambaquy.

A biblioteca também foi central nos primeiros contatos que o secretário Newton Carneiro estabeleceu com as “colônias”. Entre as propostas que iniciaram as negociações, estava sempre a doação de uma coleção de livros à nova biblioteca. Da parte de Carneiro, talvez houvesse um impulso semelhante ao que o levou a pensar as contribuições das colônias, inicialmente, em termos bem concretos: economizar dinheiro e facilitar a formação da coleção da biblioteca. Mas, por se tratarem de coleções temáticas, sobre os países de cada uma das colônias paranaenses, a ideia implicava, desde o princípio, formar um acervo público marcado pela diversidade imigrante presente na população do estado. Era uma abertura política. E os imigrantes a tomaram como grande oportunidade para conquistar uma nova posição simbólica na sociedade local. Por meio dos livros e de outras iniciativas mais ousadas, as colônias fariam o possível para colonizar — não mais as franjas da cidade de Curitiba ou do território do Paraná, e sim — uma das principais instituições culturais do estado. Suas redes internacionais, de caráter diaspórico, eram recursos com os quais,

²³² Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná. Curitiba, Paraná, 1951, p. 115.

²³³ *Ofícios recebidos – 1954 a 1956. Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná.*

dentre os grupos atuantes no centenário, só as “colônias” estrangeiras podiam contar; e foram essenciais nessa nova campanha de colonização.

As colônias aderiram com entusiasmo e adotaram diferentes estratégias, de acordo com as suas possibilidades. A estratégia mais comum foi solicitar doações de livros aos membros da colônia na capital e no interior. No extremo oeste do estado, em Foz do Iguaçu, o engenheiro Serafim Voloschen recebeu do comitê dos ucranianos, sediado em Curitiba, a notícia de que se preparava “uma seção ucraniana junto à Biblioteca Pública em Curitiba”, para a qual o comitê esperava reunir “cerca de 500 exemplares das melhores obras, assim como [...] livros sobre a Ucrânia em outras línguas”. Anexada à carta, Voloschen recebia uma lista com as obras que já haviam sido doadas.²³⁴ Nesse caso, tratava-se de contatar membros bem-sucedidos da colônia, muitos deles profissionais liberais, que residissem no interior. Em maio de 1953, quatro ou cinco meses depois de lançada a campanha, o semanário ucraniano publicado na capital noticiava a marca de 250 doações. Aquelas obtidas no Brasil vinham de dois padres, uma congregação religiosa, quatro professores, um “doutor”, dois engenheiros e mais oito indivíduos de profissão não especificada.²³⁵ Foi o caso, também, quando o chefe do comitê polonês escreveu ao dentista Slavonier Werpachowski, residente na cidade catarinense de Joaçaba. Em sua resposta, o dentista, cujo pai era pintor formado na Europa, dispunha-se a emprestar alguns volumes, mas não a doá-los, e propunha emprestar algumas das pinturas do pai para uma exposição, na condição de “obras pintadas por artista polonês”.²³⁶ Há vários exemplos dessa forma de mobilização na correspondência dos comitês.

Os ucranianos mobilizaram também uma vasta rede internacional, formada sobretudo por instituições que poderíamos chamar diaspóricas. Na carta ao engenheiro Voloschen, o presidente do comitê ucraniano avisava já ter iniciado “a arrecadação de livros entre os membros da comunidade e sociedades no Brasil, assim como também no exterior”.²³⁷ A mesma matéria da imprensa ucraniana mencionada acima assinalava terem sido recebidas doações: de uma editora e da Universidade Livre Ucraniana, ambas na Alemanha, do Instituto de Ensino Shevchenko e do Instituto de Ensino à Distância, na

²³⁴ Carta do Comitê Ucraniano-Brasileiro pró-Festejos do Centenário do Paraná ao engenheiro Serafim Voloschen, Curitiba, 6 de fevereiro de 1953, tradução de Mirna Voloschen. *Acervo da família Voloschen*.

²³⁵ “Acerca do Centenário do Paraná”, *O Lavrador (Хлібороб, Hliborob)*, Curitiba, 7 de maio de 1953.

²³⁶ Carta de Slavonier Felix Werpachowski ao padre João Palka, presidente do Comitê pró-Festejos do 1º Centenário do Paraná e Centenário do 1º Imigrante Polonês no Brasil, Joaçaba, 26 de abril de 1953, tradução de Luiz Henrique Budant. *Arquivo dos Padres Vicentinos*, pasta I Centenário de Emancipação Política do Paraná.

²³⁷ Carta do Comitê Ucraniano-Brasileiro pró-Festejos do Centenário do Paraná ao engenheiro Serafim Voloschen, Curitiba, 6 de fevereiro de 1953, tradução de Mirna Voloschen. *Acervo da família Voloschen*.

França, de duas editoras e do Instituto Ucrâniano de Edições Informativas, na Argentina, do Comitê dos Ucrânianos no Canadá, de uma editora e de um professor daquele mesmo país, e da Conferência Ucrâniana Panamericana e mais uma editora nos Estados Unidos. O Comitê teria ainda comprado 10 volumes no Canadá e estaria aguardando remessas “de diversas editoras e entidades do Canadá, assim como de algumas editoras da Europa”.²³⁸ O Canadá aparecia como uma das principais fontes de solidariedade com o comitê, tendo-se engajado, a exemplo dos Estados Unidos, por meio de uma organização que representava a comunidade ucrâniana daquele país.²³⁹ Encabeçado por três padres, contudo, o comitê dos ucrânianos do Paraná possivelmente estabelecia vários de seus contatos internacionais por meio de instituições religiosas.

Em busca de apoio internacional, o chefe da comissão dos poloneses, o deputado estadual Edwino Tempski, também acionou uma rede de contatos da diáspora polonesa na América que ia da Argentina aos Estados Unidos e o Canadá. A articulação, por vezes, passava pelos padres, como quando um religioso levou aos poloneses de Nova York o pedido de ajuda de Tempski.²⁴⁰ Mas também passava pelo contato com instituições como a Liga Mundial dos Poloneses no Estrangeiro (*World League of Poles Abroad – Swiatpol*), e a Associação dos Ex-Combatentes Poloneses (*Polish Ex-Combatants Association*).²⁴¹ Tempski também escreveu para o governo polonês no exílio, sediado em Londres e mantido paralelamente ao governo soviético na Polônia. De lá, contudo, pouco conseguiu. Apenas dois livros e um par de promessas: “algumas cartas de caráter formal com os votos e congratulações ao Estado do Paraná e à *Polonia* Paranaense” e uma possível visita, para as comemorações, do representante do governo de Londres no Rio de Janeiro, visita que não se concretizou.²⁴² Tempski obteve mais apoio das organizações de poloneses no continente americano —na forma de doações de livros— que do governo exilado, mas chegou a receber uma carta de August Zalewski, na qual o presidente da República da Polônia no

²³⁸ “Acerca do Centenário do Paraná”, *O Lavrador* (Хлібороб, Hliborob), Curitiba, 7 de maio de 1953.

²³⁹ Numa geografia da diáspora ucrâniana, o Paraná ligava-se ao Canadá como dois dos maiores destinos de emigração nas Américas. Ao evocar a unidade de sentimento do povo ucrâniano, por exemplo, um dos principais órgãos de sua imprensa étnica nos Estados Unidos mencionava “[...] a selva brasileira do Paraná e de Curitiba, as minas de carvão da Pensilvânia, as pradarias canadenses [...]”, isto é, “onde quer que bata um coração ucrâniano”. (“A tribute to metropolitan Sheptytsky”, *The Ukrainian Weekly*, 30 de dezembro de 1944). O *Weekly* era o suplemento em inglês do diário *Liberdade* (Свобода, Svoboda), publicado nos Estados Unidos. Tinha alcance internacional e chegou a ser assinado por brasileiros, alguns deles provavelmente paranaenses (Petryshyn; Dzubak, 1985, p. 87).

²⁴⁰ Carta do Bispo Ignacy Krause a Edwino Tempski, 4 de maio de 1954. *Arquivo dos Padres Vicentinos*, pasta I Centenário de Emancipação Política do Paraná.

²⁴¹ Cartas diversas. *Arquivo dos Padres Vicentinos*, pasta I Centenário de Emancipação Política do Paraná.

²⁴² Carta do Ministro dos Assuntos Exteriores a Edwino Tempski, Londres, 9 de dezembro de 1953. *Arquivo dos Padres Vicentinos*, pasta I Centenário de Emancipação Política do Paraná.

exílio agradecia pela lealdade dos poloneses no Brasil a sua “antiga Pátria”, embora trabalhassem “fielmente na terra que os recebeu de braços abertos”.²⁴³

Como sugere a reação do dentista Werpachowski, que não se dispunha a doar seus livros, mas poderia emprestá-los, somava-se à campanha de doação uma outra, com o objetivo de montar uma exposição das etnias. Seria a Exposição Especial de Livros e Obras de Arte, “em homenagem ao estado do Paraná por ocasião de seu centenário de emancipação política”. O caráter étnico da exposição, àquela altura, já era algo tão natural que, embora sequer constasse qualquer referência às etnias no título, todo seu panfleto era organizado em função das “etnias” germânica, italiana, japonesa, polonesa, sírio-libanesa, ucraniana, francesa e inglesa. Após uma apresentação da biblioteca, à qual se destinava um terço da parte interna do panfleto, os dois terços restantes dedicavam-se a apresentar esses grupos e suas contribuições, começando assim:

[p]ara esse tesouro cultural depositado na Biblioteca Pública do Paraná, quiseram também trazer a sua parcela os diversos grupos étnicos que aqui se estabeleceram; contribuindo, pelo seu trabalho probo e continuado, para a prosperidade e vigor materiais do nosso estado, enriqueceram-no também com a participação nas tradições de cultura e civilização das pátrias de seus ancestrais. Vêm agora tornar objetiva essa comunhão cultural em excelentes e expressivas ofertas de livros a nossa biblioteca pública.²⁴⁴

Os alemães teriam doado, segundo o panfleto, cerca de 4.000 livros, os poloneses, 1.500 (2.000, segundo a imprensa polonesa²⁴⁵), os ucranianos, “uma centena ou mais”, e os demais grupos, quantidades não especificadas.²⁴⁶ Os japoneses expuseram cerca de 2.600 “volumes de livros e arte gráfica japonesa”,²⁴⁷ dentre os quais uma parte compunha a oferta da colônia à biblioteca, junto com o busto do cientista Hideyo Noguchi (Lima, 2015, p. 102). Um breve relato dos líderes japoneses ilustra como muitos imigrantes buscavam enquadrar essas doações. Por um lado, como “livros e arte gráfica que servirão certamente para intensificar o intercâmbio cultural entre o Brasil e o Japão”. Por outro, como subsídios para o “engrandecimento do conhecimento geral, da instrução e para o elevamento [sic] do nível cultural e quiçá [...] para o progresso geral do Paraná, do Brasil”.²⁴⁸ É perceptível a cautela

²⁴³ “Centenário da emancipação do Paraná”, *O Povo (Lud)*, Curitiba, 23 de dezembro de 1953.

²⁴⁴ Exposição Especial de Livros e Obras de Arte. *Arquivo dos Padres Vicentinos*, pasta I Centenário de Emancipação Política do Paraná.

²⁴⁵ “Participação da colônia polonesa no centenário do Paraná”, *O Povo (Lud)*, Curitiba, 20 de janeiro de 1954.

²⁴⁶ Exposição Especial de Livros e Obras de Arte. *Arquivo dos Padres Vicentinos*, pasta I Centenário de Emancipação Política do Paraná.

²⁴⁷ “Cumprimentos”. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*.

²⁴⁸ *Idem*.

em enfatizar, sempre, o benefício geral, e não apenas para a própria comunidade, prometido pelas doações. O mesmo tinha ocorrido na carta em que Kozo Kassai, um dos articuladores do contato da colônia japonesa com o secretário Carneiro, cobrava do governo, no início de 1952, a doação de um terreno no qual os japoneses pretendiam construir um pensionato para “abrigar, indistintamente, alunos de qualquer origem”.²⁴⁹ Eles não queriam deixar margem para interpretações tacanhas de suas boas intenções. Outra marca, complementar, do modo como enquadravam doações ancorava-se na retórica da contribuição —que vimos há pouco, na seção sobre o uso do trigo como símbolo de aporte dos imigrantes ao Brasil. Tratava-se, como buscavam fazer os demais grupos, de apresentar-se como importantes para o progresso do país.

A exposição não se resumia a livros. Os poloneses apresentaram o conjunto de livros que doariam à biblioteca e uma mostra de “Arte Gráfica Polonesa”,²⁵⁰ baseada, sem dúvida, nas publicações da imprensa polonesa no Paraná, cuja história remonta ao final do século XIX (Malczewski, 2008, p. 217-223). Já os ucranianos montaram, em duas salas, um museu em miniatura, no qual os livros acabaram tendo papel secundário. Seu “pavilhão” contava com dezenas de pinturas e gravuras de artistas ucranianos radicados no Brasil, além de uma mostra cuidadosa de artesanato popular: bordados, artefatos de madeira e palha, colchas e calçados típicos. “Colônia” de menor proporção, os ucranianos valeram-se com desenvoltura do trabalho voluntário de seus membros: “[nas] difíceis e importantes tarefas, de forma exemplar, todas as senhoras se empenharam”, dizia um relato.²⁵¹

Os poloneses encontraram outro modo de deixar sua marca na biblioteca aproveitando os talentos da colônia. Mesmo com o edifício em obras, realizaram em suas instalações uma cerimônia de “entrega simbólica” dos livros e descerramento de uma placa de bronze esculpida com os perfis de quatro personagens poloneses das artes e ciências. A placa foi feita pelo polonês João Zaco Paraná, que trabalhava no Rio de Janeiro e lá gozava de reconhecimento como escultor. Zaco relutou em falar sobre seus honorários e pode ter cobrado uma quantia modesta para realizar a obra, num gesto de apoio ao projeto da colônia.²⁵² Como a cerimônia de entrega ocorreu no dia 20 de dezembro, o dia seguinte às principais comemorações, os poloneses foram prestigiados pela presença do vice-

²⁴⁹ Carta de Kozo Kassai a Newton Carneiro, 12 de abril de 1952. *Arquivo da União dos Gakusseis de Curitiba*.

²⁵⁰ Programa Geral dos Festejos do Centenário do Paraná – Contribuição da Etnia Polonesa. *Arquivo dos Padres Vicentinos*, pasta I Centenário de Emancipação Política do Paraná.

²⁵¹ “O pavilhão ucraniano de exposição”, *O Lavrador (Хлібороб, Hliborob)*, Curitiba, 1º de janeiro de 1954.

²⁵² Carta de Ostoj Roguski a Edwino Tempski, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1953. *Arquivo dos Padres Vicentinos*, pasta I Centenário de Emancipação Política do Paraná.

presidente Café Filho, que ainda se encontrava em Curitiba, bem como do governador Munhoz da Rocha e o deputado federal Ostoj Roguski, mais alto representante político da colônia.

A placa foi um lance ousado da comissão dos poloneses. Um de seus jornais comemorou que “a festividade de descerramento da placa comemorativa na biblioteca foi uma ideia muito feliz e, acrescentemos, a única de todos os grupos étnicos”, tanto que “deixará nos participantes profunda impressão quanto à inventividade polonesa”.²⁵³ O comentário sugere um clima de competição entre os grupos que pode ter levado os poloneses a quase passar dos limites. No final de 1952, o deputado estadual e chefe da comissão dos poloneses Edvino Tempski enviou a Newton Carneiro uma lista de propostas, elaborada pela colônia, que incluía “c) Bronzes – 1º) representando Chopin, Mme. Curie, Copérnico e Sienkiewicz [...]; 2º) representando Paderewski e outro, uma estatua de uma camponesa [...]”.²⁵⁴ O primeiro item, encomendado a Zaco Paraná, foi feito como placa e o segundo, encarregado a August Zamoiski —outro conhecido escultor polonês—, como escultura. Mas, com a placa quase pronta, Tempski solicitou ao deputado Roguski, residente no Rio, que mandasse Zaco Paraná alterar algo no projeto. Após visitar o escultor, Roguski respondeu-lhe que não poderia pedi-lo, em virtude “da fase já adiantada [...], dos gastos já realizados e da grande boa vontade do nosso artista”, e que, por isso, seria necessário consultar “Newton e os demais membros da Comissão” se “não seria possível reconsiderar a decisão tomada, abrindo exceção para esse trabalho, que sem dúvida alguma, constituirá expressiva contribuição de nossa etnia”.²⁵⁵ Parece que o comitê central concluiu tratar-se de uma concessão exagerada aos poloneses o privilégio de ser o único grupo a fixar uma grande placa com seus heróis nacionais na Biblioteca Pública do Paraná. Apesar disso, a placa, afinal, foi confeccionada. Newton Carneiro, que em algum momento se opôs a sua instalação, não compareceu à cerimônia.²⁵⁶

À campanha de arrecadação de livros, que fora proposta pela Comissão Central do governo, os próprios imigrantes começaram a acrescentar suas ideias sobre como comemorar o centenário do Paraná. Eles entenderam que o convite para “colonizar” a biblioteca significava uma abertura política inédita e trataram de transformar o centenário numa celebração das contribuições das colônias imigrantes. Em busca de convencê-lo a doar livros, o padre presidente do comitê ucraniano lembrou em sua carta ao engenheiro

²⁵³ “Centenário da emancipação do Paraná”, *O Povo (Lud)*, Curitiba, 23 de dezembro de 1953.

²⁵⁴ Carta de Edvino Tempski a Newton Carneiro, Curitiba, s/d. *Arquivo dos Padres Vicentinos*, pasta I Centenário de Emancipação Política do Paraná.

²⁵⁵ Carta de Ostoj Roguski a Edvino Tempski, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1953. *Arquivo dos Padres Vicentinos*, pasta I Centenário de Emancipação Política do Paraná.

²⁵⁶ “Na biblioteca estadual”, *O Povo (Lud)*, Curitiba, 20 de janeiro de 1954.

Voloschen, residente a quinhentos quilômetros de Curitiba, que “[será] uma grande conquista cultural quando junto à Biblioteca Pública funcionar a seção ucraniana”.²⁵⁷ As seções étnicas da biblioteca eram vistas como símbolo duradouro da conquista das colônias. “As obras de nossos grandes mestres”, dizia um relato dos poloneses, “dirão, das estantes da biblioteca, sobre nosso grande passado, cultura e tradições”.²⁵⁸ Ao mesmo tempo, eram apenas parte de um programa bem mais amplo, construído progressivamente e pela interação de diversos atores, que logrou recolonizar o Paraná, desta vez no plano das representações. A visão de uma região imigrante, construída sob o prisma “étnico”, em breve transbordaria dos planos dos imigrantes e capturaria a imaginação da elite. Se a etnicidade, no contexto brasileiro, funcionava como senha para a “cor”, a performance étnica preparada pelas etnias do Paraná oferecia a prova de que o Paraná poderia ser uma região branca.

²⁵⁷ Carta do Comitê Ucraniano-Brasileiro pró-Festejos do Centenário do Paraná ao engenheiro Serafim Voloschen, Curitiba, 6 de fevereiro de 1953, tradução de Mirna Voloschen. *Acervo da família Voloschen*.

²⁵⁸ “Apresentação de desenhos e livros”, *O Povo (Lud)*, Curitiba, 20 de janeiro de 1954.

5. UM BRASIL BRANCO

*Há um Paraná vivo à procura de sentido.
Temístocles Linhares, Paraná Vivo*

A linguagem étnica desenvolvida pelos imigrantes organizados e a performance por meio da qual eles a impuseram às comemorações desafiaram as principais visões, encarnadas em diferentes frações da classe dominante, sobre como celebrar o Paraná no centenário. A crise ideológica exposta durante os preparativos e exacerbada em torno da construção da estátua do Homem Nu devia-se às indefinições acerca de qual o lugar do Paraná, região periférica que passava por excepcionais transformações, no Brasil moderno que emergiu da Revolução de 1930 e da Segunda Guerra Mundial. Entre resistir à modernidade brasileira, posição de uma fração reacionária, e importá-la pela metade, posição preferida pelo grupo no poder, chegou-se a um impasse. Em comum, contudo, as diferentes frações da classe dominante tinham por inegociáveis o regionalismo e a branquitude. Ambos seriam imprescindíveis em qualquer formulação de um novo lugar para o Paraná no Brasil moderno. Interpelados pelo Estado para se engajarem nas comemorações —e escolhidos como interlocutores privilegiados, em parte, por racismo—, os imigrantes responderam de modo surpreendente, tanto em intensidade quanto no que diz respeito à forma de expressão. Sua performance étnica encenou, no coração de Curitiba, a existência de um povo trabalhador, branco e, ainda que formado por culturas diversas, ansioso por ser paranaense. Um povo pouco conhecido, pois espalhado por uma infinidade de colônias e localidades no interior, que assim mesmo, de modo silencioso, daria diariamente sua contribuição para a riqueza do Paraná.

A ideia de um povo branco formado essencialmente por imigrantes e seus descendentes deixou forte impressão. E se tornou a principal marca das tentativas de superar a crise ideológica e resolver o impasse da classe dominante diante do modernismo. A linguagem étnica por meio da qual os imigrantes ocuparam o espaço público podia combinar-se bem com aqueles elementos que se haviam mostrado inegociáveis. Mas havia modos diferentes de conciliar a imagem de um povo imigrante com a branquitude e o regionalismo. Este capítulo é dedicado a analisar as disputas pela redefinição de branquitude e região em face do desafio colocado pela emergência, de certo modo súbita, dos imigrantes na esfera pública. Quem passou a propor e disputar novas narrativas regionais, todavia, não foram os próprios imigrantes. Foram intelectuais de origem luso-brasileira vinculados, alguns de forma mais circunstancial, outros profunda e organicamente, à classe dominante. Não há, aqui, o propósito de examinar as tomadas de posição desses intelectuais como representativas de suas posições sociais ou, então, em função de suas relações recíprocas de poder num campo de produção simbólica. Ainda assim, algumas correspondências nessa direção são bastante óbvias e ficarão claras ao longo da análise. O objetivo, ao examinar as diferentes perspectivas e conceitos, bem como as proposições,

críticas e reinterpretações elaboradas pelos agentes em disputa, é divisar o surgimento de um novo consenso sobre as fronteiras sociais e as relações entre os grupos. Consenso mínimo que não teve forma definitiva numa narrativa ou num conjunto de proposições, mas que se delineará conforme examinemos o choque de perspectivas concorrentes. Espera-se evidenciar, ao longo da análise, a natureza e as implicações eminentemente políticas dessa disputa.

Do Paraná para fora, a ideia de povo branco tinha potencial para reorganizar, de modo vantajoso, suas relações com as demais regiões e com a própria nação. Apelava para o ideal de embranquecimento da população disseminado na elite brasileira desde o século XIX (Skidmore, 2012), e acenava com a possibilidade de atualizá-lo em plena fase de hegemonia da democracia racial —não mais em moldes explicitamente raciais, mas por uma combinação de cultura e “cor”, mais adequada aos novos tempos. Naquele momento, portanto, seu significado potencial insinuava-se pela fissura da democracia racial: embora, após Gilberto Freyre e os modernismos, não fosse mais concebível um Brasil exitoso em seu antigo desejo de branquear-se, as diferenças no interior da nação tornavam-se aptas a representar distintos graus de branquitude e modernidade.²⁵⁹ Daí emergia a imagem de uma região particularmente branca, cuja formação social fora determinada pelo desenvolvimento limitado da economia escravista e, complementarmente, pela colonização europeia, a partir, sobretudo, da segunda metade do século XIX.

Mas internamente, do ponto de vista das relações entre os grupos, a ideia de povo branco causava deslocamentos importantes nas fronteiras sociais, desorganizando as relações estabelecidas. Um livro publicado logo após o centenário propunha uma narrativa particularmente explosiva. *Um Brasil Diferente* reinterpretava a história do Paraná como um processo de aculturação e amálgama entre grupos imigrantes, ocorrendo “sem português, sem negro e sem índio”, num território em que nunca se desenvolvera uma sociedade luso-brasileira relevante (Martins, 1953). Essa ideia, de um pedaço de Brasil refundado, do zero, como uma comunidade exclusivamente branca, chamou atenção e começou a circular em Curitiba e, até mesmo, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Representantes da classe dominante paranaense comprometidos com esse passado suprimido reagiram imediatamente. Contestaram o livro e apresentaram suas próprias versões da história, em que retomavam a primazia dos luso-brasileiros e buscavam recolocar os imigrantes, em geral, em posição subordinada.

Entretanto, apesar dos reparos, a ideia de que o povo paranaense formara-se pela fusão de povos europeus num cadinho —um *melting pot*— exclusivamente branco, foi

²⁵⁹ Em abstrato, essa operação mostra a reprodução da raça por meio de outros *tropos*, como cultura ou região (Guimarães, 2002, p. 54). E naquele momento, em particular, quando “brasileiros no governo e na imprensa anunciavam seu país orgulhosamente como uma democracia racial, e censuravam de modo mais consistente expressões abertas de racismo, a diferença ‘regional’ se tornou uma categoria ainda mais útil para naturalizar e explicar as desigualdades que definiam tantos aspectos da sociedade brasileira” (Weinstein, 2015, p. 230).

preservada. Embasava, em novos termos, o anseio da classe dominante luso-brasileira por forjar para si uma região branca. Os novos termos eram internamente desestabilizadores, é verdade, mas também continham a possibilidade de uma aliança racial entre luso-brasileiros e imigrantes. O novo consenso sobre as fronteiras sociais que pouco a pouco emergiu dos eventos relacionados ao centenário sugere que a aliança foi selada para formar, no Sul, um novo tipo social: o brasileiro branco. À diferença do branco brasileiro do norte, amorenado pela mestiçagem, o brasileiro branco do Sul, o “de origem”, como até hoje se diz, poderia sempre reivindicá-la —a origem estrangeira—, ainda que distante ou imaginária, como um atestado de brancura. Tratou-se de um pacto político porque, se os imigrantes cediam parte de sua branquidade, em troca recebiam a efetiva cidadania brasileira. Mas não de um Brasil qualquer. Deste Brasil diferente que contribuíram, decisivamente, para inventar.

5.1. “O Negro do Paraná é o Polaco”

No mesmo ano em que a estátua do Homem Nu revoltou parte da elite curitibana,²⁶⁰ Octavio Ianni, então mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), desembarcou na cidade com o objetivo de iniciar a pesquisa para sua tese de doutorado, que resultaria no livro *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravidão no Brasil meridional* (Ianni, 1962). Sob orientação de Florestan Fernandes, Ianni e um colega, Fernando Henrique Cardoso, tinham assumido a tarefa de realizar estudos pioneiros sobre a abolição da escravidão e suas consequências para as relações raciais no sul do Brasil. Após concluírem em parceria um trabalho sobre Florianópolis (Cardoso; Ianni, 1960), defendido como dissertação de mestrado na USP, Ianni rumou para a capital paranaense e Cardoso, para o Rio Grande do Sul.²⁶¹ No início da jornada, em Curitiba, os dois foram convidados à casa de um conhecido intelectual local, de quem ouviram uma colocação que os chocou. Colocação cujos possíveis sentidos —e as respostas que Ianni lhes procurou contrapor— são uma excelente introdução às ideias que ganhavam força em Curitiba logo após as comemorações do centenário. A elite local estava prestes a superar o impasse escancarado pelas obras do centenário e, em especial, pela construção do Homem Nu, conseguindo finalmente inventar para si um lugar no Brasil moderno do pós-guerra. Os discípulos de Fernandes, Ianni em especial, testemunharam desconfiados o surgimento dessa solução.

À frente da chamada “escola paulista de sociologia”, Florestan Fernandes colocava-se, então, como representante de um novo “padrão de trabalho científico”, baseado no emprego de teoria e métodos rigorosos. Contrapunha-se ao “ensaísmo” que marcara os pioneiros da sociologia no Brasil, Gilberto Freyre à frente (Fernandes, 1977, p. 63), mas

²⁶⁰ Ver capítulo 2.

²⁶¹ Onde faria a pesquisa para sua tese, que resultou em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (Cardoso, 1962).

também à sociologia essencialmente engajada de contemporâneos como Alberto Guerreiro Ramos, um dos fundadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB, criado em 1955), no Rio de Janeiro.²⁶² Fernandes encabeçava uma posição que definia como radicalmente científica, acadêmica e profissional num debate sobre a natureza e a prática da sociologia no Brasil. No Paraná, onde esse debate pouco repercutira, era o “ensaísmo” de Freyre que tinha acabado de se consolidar —a reboque do grupo de intelectuais receptivos ao modernismo— como modelo para os praticantes da sociologia. Na ausência de sociólogos “profissionais” (nos termos de Fernandes), certa leitura —limitada— de Gilberto Freyre demarcava, para os paranaenses, a sociologia legítima. Desse ângulo, Ianni só podia ser uma figura exótica em Curitiba e seu trabalho na cidade, entre os anos de 1955 e 1960, deve ser compreendido em função desse contexto (Meucci, 2007, p. 3-4).

Ele e Cardoso, cuja presença na capital paranaense deve ter deixado curiosos os intelectuais mais atentos ao que ocorria no Rio e em São Paulo, foram convidados à casa de Wilson Martins. Poucos anos mais velho, Martins nascera em São Paulo, mas se mudara cedo para Curitiba. Formou-se em Direito pela Universidade do Paraná, trabalhou na imprensa e no rádio, foi assessor do interventor varguista Manoel Ribas e, depois, trocou de lado, engajando-se na campanha oposicionista ao governo do estado. Em 1947 e em 1950, apoiou Bento Munhoz da Rocha Neto, que era seu amigo e professor da Universidade do Paraná (Martins, 1987). Martins também era professor, de literatura, da Universidade e conhecido nacionalmente como crítico literário. Em 1946, publicara pela editora de José Olympio a coletânea *Interpretações*, com seus artigos de imprensa, e fazia parte do grupo que, no mesmo ano, fundou em Curitiba a revista modernista *Joaquim*. Em 1954, assumiu a coluna de crítica d'*O Estado de São Paulo*, até então assinada por Sérgio Milliet (Oricchio, 2010). Em 1955, Martins era possivelmente o intelectual local mais reconhecido fora de Curitiba. Talvez precisamente por isso, uma colocação sua, ao receber os sociólogos uspianos em casa, deixou Ianni profundamente impressionado:

[a]o iniciar a investigação acerca da situação social do negro em Curitiba, um informante nos prestou um esclarecimento que, de início, pareceu-nos gracejo de mau gosto, tão inesperado foi. “Aqui”, afirmou, “não há negros. O negro do Paraná é o polaco”. Ficamos pasmados com a declaração e, mais ainda, porque ele a fazia seriamente (Ianni, 1966, p. 131).

A proposição era indelicada, mas, sobretudo, chocava-se com os pressupostos teóricos e empíricos que motivavam as pesquisas de Cardoso e Ianni. Com a colocação, além de negar a evidente presença dos negros no Paraná, Martins, ao substituí-los pelos “polacos”, naturalizava a subordinação dos dois grupos (o polaco no Paraná e o negro no resto do Brasil) como se vivessem situações análogas, independente de processos e

²⁶² As diferenças entre Guerreiro Ramos e Fernandes ficaram bem expressas em livros de certo modo antagônicos publicados no final dos anos 1950: *A Redução Sociológica* (Guerreiro Ramos, 1958) e *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (Fernandes, 1959).

mecanismos sociohistóricos, cuja análise os sociólogos uspianos consideravam imprescindíveis em qualquer explicação sociológica. Essa naturalização, produto da ideologia própria de cada sociedade e modulada pela posição dos agentes na estrutura social, era precisamente o que uma sociologia científica deveria desafiar, na perspectiva de Fernandes e seus discípulos. Ianni, de fato, interpretou o que lhe disse Martins do mesmo modo como interpretaria outras de suas proposições sobre a situação dos negros, dos poloneses e de outros grupos em Curitiba: não “como observações objetivas sobre as condições de integração” desses grupos, mas “como expressões de uma das ideologias raciais correntes” na cidade (Ianni, 1966, p. 129).

Enquanto permaneceu em Curitiba, Ianni produziu duas respostas distintas às ideias sintetizadas por Martins naquela ocasião. A primeira resposta foi contestar a proposição “aqui não há negros”. Para isso, bastou manter-se na trilha original da pesquisa de doutorado, porque seu esquema teórico o levava a analisar o apogeu e a crise do escravismo como etapas determinantes para a estruturação do sistema de relações raciais. Era natural, portanto, evidenciar a presença dos escravizados e dos negros no Paraná comarca (até 1853) e província (1853-1889), bem como suas relações com os brancos. O esquema tinha sido desenvolvido por Fernandes no início dos anos 1950²⁶³ e estabelecia, em síntese, que as transformações culminantes na Abolição “não foram suficientemente profundas para desorganizar o sistema de relações raciais” produto da “escravidão e da dominação senhorial” (Bastide; Fernandes, 1955, p. 117). Assim, permaneceram intactas “a posição recíproca de negros, mestiços e brancos na estrutura social” (idem, p. 102), de um lado, e, de outro, as “representações e estereótipos associados à cor e às diferenças raciais” (idem, p. 110) —isto é, as próprias raças, em sentido sociológico.

A perspectiva de Fernandes desafiava os principais estudos sobre as relações raciais no Brasil realizados até o início da década de 1950. Ao demonstrar a continuidade do sistema de relações raciais escravista, enfatizava a assimetria e a dominação —portanto, o conflito latente entre os grupos sociais vistos como raças—, ao invés de ressaltar a acomodação. Contrapunha-se tanto a Gilberto Freyre, cujas teses que justificavam as relações de dominação entre as raças já tinham se tornado extremamente influentes, quanto a Donald Pierson (1945), com seu conceito de “sociedade multirracial de classes”, e Thales de Azevedo que, em *As elites de cor* (1955 [1953]), referendara a concepção de “relações raciais harmoniosas” (Guimarães, 1996, p. 67). Eram ideias que gravitavam em torno da célebre noção de “democracia racial” (Guimarães, 2002, p. 137), porque enfatizavam a acomodação ao invés do conflito. Mas o contraponto de Fernandes sofria da deficiência de

²⁶³ Florestan Fernandes desenvolveu essa perspectiva no interior do Projeto UNESCO, que consistiu numa série de estudos sobre as relações raciais em diferentes localidades do país, encomendados no início dos anos 1950 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Os professores da USP Florestan Fernandes e Roger Bastide coordenaram a pesquisa em São Paulo e publicaram os resultados em *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, cuja primeira edição incluía relatórios de pesquisas realizadas por outros autores (Bastide; Fernandes, 1955).

se basear inteiramente em dados referentes a São Paulo, cuja história era mais exceção do que regra. Diferenciava-se do “norte”, incluindo a Bahia (onde foram realizados os estudos de Pierson e Azevedo), devido à imigração europeia, e dos três estados ao sul pela importância econômica da grande lavoura escravista, neles reduzida. Singularizava-se, ainda, pelo acentuado desenvolvimento industrial. Nesse contexto, fazia sentido olhar para o Sul. Se o sistema de relações raciais tipicamente escravista tivesse sido capaz de se reproduzir mesmo numa região em que o escravismo enquanto sistema econômico permaneceu pouco desenvolvido, convivendo com outros modos de ocupação territorial e exploração econômica, então suas principais características deveriam ter sido mais ou menos universais. Seria possível, assim, afastar a eventual crítica de que o caráter conflituoso das relações raciais em São Paulo decorria de suas condições excepcionais.

Era esse o fundamento da primeira resposta de Ianni a Wilson Martins. Conforme veremos em mais detalhes adiante, com “aqui não há negros”, Martins queria dizer que o escravismo tinha sido um sistema incipiente no passado paranaense e que, portanto, não deixara qualquer marca na sociedade local, nem mesmo presença considerável de pessoas negras. Essa opinião era mais ou menos difundida e, embora inverídica, baseava-se na percepção razoável de que o Sul sofrera processos peculiares de formação social. Conforme Fernandes, na apresentação ao estudo sobre Florianópolis, tais peculiaridades poderiam ser sintetizadas em três pontos: a economia do Sul permaneceu pouco desenvolvida ao longo do período colonial; as proporções do escravismo foram menores; e a imigração europeia, concomitante ao processo de abolição da escravidão, levou ao desenvolvimento de outros “padrões de convivência racial” (Fernandes, 1960, p. XXVI). A questão não era, portanto, se o Sul tinha particularidades ou não, mas quais os efeitos dessas particularidades para a caracterização das relações raciais. Em Florianópolis, Ianni e Cardoso tinham concluído não haver diferenças decisivas, em termos do sistema estruturado de relações raciais, em comparação com o resto do país (Cardoso; Ianni, 1960, p. 235). Alguns anos depois, na introdução ao estudo sobre Curitiba, Ianni reconheceria que “o sistema escravocrata foi instituído com intensidade variada pelas comunidades do território brasileiro” (Ianni, 1962, p. 8), sendo Curitiba uma daquelas em que conheceu “reduzido desenvolvimento” (idem, p. 9). Mas logo, batendo de frente com a proposição de Martins, arrematava: “esta complexidade menos acentuada [...] em algumas zonas do sul do país não deve ser compreendida como se nelas o regime escravo não tivesse assumido a mesma importância básica que em outras áreas” (ibidem). Importância básica para o surgimento de um sistema de relações raciais polarizado entre brancos e negros.

A segunda resposta, elaborada num par de textos publicados na primeira edição, de 1966, de *Raças e classes sociais no Brasil*, dirigia-se à afirmação complementar de Martins:

“o negro do Paraná é o polaco”.²⁶⁴ Embora Fernandes já tivesse notado, como vimos há pouco, que a imigração promovera no Sul o surgimento de outros “padrões de convivência racial” (Fernandes, 1960, p. XXVI) —os quais caberia investigar—, Ianni, em *As metamorfoses do escravo*, não explorou mais a fundo essa possibilidade, limitando-se a assinalar que a “metamorfose social do trabalho”, de cativo em livre, transformou finalmente os trabalhadores, dividindo-os em “negros, mulatos, italianos, poloneses, alemães etc., a despeito de muitas vezes trabalharem lado a lado” (Ianni, 1962, p. 14). Isto é, apesar das consequências niveladoras do regime de trabalho livre, os trabalhadores permaneceram divididos em raças e etnias. Embora tenha notado a divisão interna dos brancos, sugerindo a relevância dessa divisão no sistema de relações raciais que emergiu em Curitiba, Ianni limitou-se a considerar apenas superficialmente os efeitos da imigração de colonos no Paraná, cujo auge coincidiu com a crise do regime escravista e a reorganização, tão crítica para ele, do sistema de relações raciais. Em sua análise, a imigração teria, fundamentalmente, contribuído para atenuar a desvalorização do trabalho manual, pois contribuiu para o aumento da proporção de trabalhadores livres (e brancos) sobre o total da população (um efeito de caráter ideológico); e suavizado os efeitos desorganizadores da Abolição, por tornar a economia, como um todo, menos dependente do trabalho escravizado (um efeito econômico) (Ianni, 1962, p. 189-190).

Segundo o relato de Ianni, após a visita a Martins “pouco a pouco sucederam-se evidências que revelavam a situação peculiar em que se encontravam os poloneses e seus descendentes em Curitiba” (Ianni, 1966, p. 131-132). Enquanto fazia o doutorado, preparou um projeto de pesquisa sobre o assunto (idem, p. 147-167) e aplicou um survey, entre estudantes, perguntando sobre suas opiniões e atitudes diante dos diversos grupos raciais e étnicos da cidade. Parte dos resultados e uma análise preliminar apareceram no texto “Do polonês ao polaco” (Ianni, 1966, p. 117-146). A pesquisa com os estudantes apontou na mesma direção que as impressões colhidas de modo assistemático em Curitiba. Primeiro, em meados dos anos 1950, a etnia era uma categoria muito saliente, usada para separar os brancos em subgrupos de status social diferenciado —“os grupos polonês, italiano, alemão e luso-brasileiro ainda possuem uma elevada consciência de nós, enquanto grupos raciais distintos” (idem, p. 142); e, ademais, os poloneses situavam-se, nessa escala, abaixo dos demais brancos, sobretudo alemães, italianos e luso-brasileiros. Teria ficado claro que “o

²⁶⁴ Os textos, publicados em *Raças e Classes Sociais no Brasil*, eram “Do polonês ao polaco” e “A situação social do polonês (projeto de estudo)”. Sobre Curitiba, complementava-os “O sistema econômico-social e a situação racial em Curitiba” (Ianni, 1966), que, no entanto, resumia a tese sobre o escravismo e pouco tocava na questão dos poloneses, ou sequer da imigração. Um breve histórico desses trabalhos pode ser encontrado no artigo “A inesperada descoberta de Otávio Ianni sobre preconceito contra descendentes de imigrantes poloneses em Curitiba”, de Márcio de Oliveira (2015, p. 801-802). É preciso ter atenção com *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Saiu em 1987 uma 3ª edição revista e ampliada com muitas modificações, incluindo a supressão do projeto de pesquisa sobre os poloneses e do resumo da tese de doutorado. Dos três textos sobre Curitiba, portanto, na nova edição foi mantido apenas um, que foi renomeado. “Do polonês ao polaco” recebeu, então, o título de “A situação social do polonês”.

modelo 'brancos e negros em processo de miscigenação' não cobria todas as situações de conflito entre os grupos, deixando de lado, em particular, os conflitos entre os próprios grupos de imigrantes" (Oliveira, 2015, p. 806). Nos termos de Ianni, revelou-se um sistema de "discriminação múltipla e entrecruzada" no qual "[c]ada grupo sofre [...] alguma forma de discriminação da parte dos outros, em bloco ou individualmente", havendo, contudo, "sempre uma certa concordância entre todos os grupos, acerca de alguns atributos negativos e positivos dos membros de um deles" (Ianni, 1966, p. 138).

Sendo tal a situação no presente, Ianni questionou, do ponto de vista histórico-estrutural, como teria surgido o preconceito contra os poloneses. O polonês, sugeria, teria sido discriminado porque, tendo permanecido radicado por décadas em comunidades e pequenas cidades no interior do Paraná, desempenhando ocupações rurais, integrara-se tardiamente e, portanto, em condições desvantajosas, à economia urbana de Curitiba (idem, p. 143-146). A hipótese, é preciso reconhecer, não deixava de ecoar, ainda que de forma mais sociológica, proposições que o próprio Ianni havia descartado como simplesmente ideológicas, como a de que "o extrato primitivo dos colonos poloneses, e escravos em geral, [...] sempre foi mais baixo que o de outras nacionalidades" (idem, p. 129). Por outro lado, exprime um esforço de submeter a interpretação da situação dos poloneses ao mesmo crivo da explicação contida em *As metamorfoses do escravo*: as ideologias raciais seriam cristalizações de situações de exploração reproduzindo-se —e efetivando-se na forma de discriminação— mesmo após o fim da situação que lhes deu origem. Há um paralelismo interessante, desse ângulo. Assim como o escravo, coisificado no regime escravista, teria se metamorfoseado em cidadão "negro" discriminado no regime de trabalho livre — preservando-se as posições relativas dos agentes sociais—, o imigrante polonês, um colono rural, ao ingressar na economia urbana como trabalhador, teria se metamorfoseado em "polaco" discriminado —preservando-se, também, sua inferioridade original. Assim, em Curitiba, o "negro" e o "polaco" seriam equivalentes como produtos ideológicos de processos estruturais. Ianni indica que, para resolver o problema, seria necessário explicar, a partir de causas estruturais, o surgimento e a persistência de uma ideologia que naturalizava a inferioridade tanto dos negros quanto dos descendentes de poloneses.

As metamorfoses do escravo e os estudos incluídos em *Raças e classes sociais no Brasil* ofereciam boas respostas às proposições de Martins. Naquele mesmo ano, essas proposições apareceriam desdobradas em *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná* (Martins, 1955). O livro de Martins, aliás, saiu pela editora Anhembi —com cuja revista homônima ele contribuía, por aqueles anos—, a mesma que também em 1955 publicou o manifesto da escola paulista, *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, de Bastide e Fernandes. O contraponto entre os trabalhos de Ianni e Martins sobre o Paraná já foi interpretado, diversas vezes, exatamente nos termos propostos pela "escola paulista", ou seja, como o embate entre a sociologia científica e um sociólogo de ocasião que teria feito pouco mais que traduzir ora preconceitos, ora a identidade branca

que muitos curitibanos e paranaenses desejavam construir para si naquele momento (Moraes; Souza, 1999, p. 10-12; Oliveira, 2009, p. 25; Swako, 2009, p. 45). Neste segundo caso, os críticos mais recentes de Martins apontam aquilo que Ianni, na época, não tinha como perceber: ao fazer os negros desaparecerem, Martins encontrou uma fórmula que, respondendo a profundos anseios de branquitude, se desdobraria, em anos subsequentes, numa poderosa narrativa sobre o Paraná e, de certo modo, sobre o Sul moderno. Uma narrativa imediatamente inteligível, pois consistia na perfeita imagem invertida da democracia racial, bem conhecida de todos os brasileiros. É interessante que, mesmo lhe escapando o sentido de longo prazo, Ianni tenha se esforçado para refutar suas premissas, a exemplo do que Fernandes, ao mesmo tempo, buscava fazer diante da democracia racial de matiz freyreano. Contudo, se a crítica de Fernandes à democracia racial —que culminou com *A integração do negro na sociedade de classes* (2008)— indicava o envelhecimento daquela fórmula para logo, a partir de 1964, degenerar em ideologia conservadora (Guimarães, 2002), o “Brasil diferente” de Wilson Martins, por outro lado, acabava de emergir vigoroso. Na sequência das comemorações do centenário, tal imagem projetava-se apoiada nas ações do Estado, na performance étnica dos imigrantes e nas formulações dos principais intelectuais paranaenses.²⁶⁵

5.2. Um Cadinho de Brancos

Entre as comemorações de 1953 e a chegada de Ianni em 1955, foram publicados dois livros capazes de organizar muitas das ideias novas que, apesar de não se encaixarem mais em moldes antiquados como os do paranismo, ainda não haviam conhecido articulação e expressão coerente em novos termos. Os livros ligavam-se às comemorações do centenário tanto quanto seus autores ligavam-se ao grupo no poder. Ao construir um peculiar enquadramento sociológico para as “contribuições” que os imigrantes organizados tanto tinham se esforçado para demonstrar durante as comemorações, os dois livros lançavam as bases de uma narrativa sobre a história paranaense capaz de mediar os interesses dos imigrantes e da classe dominante luso-brasileira. Por isso, constituíram um discurso potente sobre a identidade local.

²⁶⁵ Desse ponto de vista, é como se o Paraná acolhesse seu mito a exemplo de como o Brasil, duas décadas antes, começara a acolher a democracia racial. Renato Ortiz sintetiza a perspectiva antropológica do problema: “Gilberto Freyre transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. [...] O mito das três raças torna-se então plausível e pode se atualizar como ritual. A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambiguidades das teorias racistas, ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional” (Ortiz, 1994, p. 41). A ideia de “Brasil diferente” faria algo semelhante ao tornar paranaense o que, até então, fora estrangeiro ou imigrante —tornando o Paraná, ao mesmo tempo, um Brasil um pouco estrangeiro e imigrante.

Seus autores eram precisamente os dois críticos literários próximos ao núcleo da revista *Joaquim*, que entre 1946 e 1948 combateu o “provincianismo” dos paranistas e defendeu a adesão dos intelectuais e artistas locais ao modernismo dos centros brasileiros. Ao oferecer um discurso sobre a história paranaense em linguagem atual, de acordo com a sensibilidade moldada pelo modernismo, foram criadores de uma “paranidade” modernista, de uma narrativa identitária em condições tanto de ser aceita pelos paranaenses mais cosmopolitas quanto de ser compreendida pelos brasileiros que pouco sabiam sobre o Paraná. *Paraná vivo: um retrato sem retoques*, de Temístocles Linhares (1953), foi encomendado pelo governo estadual (Oliveira, 2009, p. 27-28) e publicado pela coleção Documentos Brasileiros da editora carioca José Olympio. Saiu em dezembro de 1953, em cima da hora para as comemorações. Linhares tinha a mesma idade do governador Bento Munhoz da Rocha Neto e havia sido seu companheiro de boemia em Curitiba (Romanovski, 2014, p. 107). Dos intelectuais modernistas, era possivelmente o mais próximo do governador (os demais colaboradores de *Joaquim* eram consideravelmente mais jovens). O outro livro, *Um Brasil diferente* (Martins, 1955), foi impresso pela editora Anhembi, de São Paulo, em 1955, mas há indicações de que fora concluído bem antes, cerca de outubro de 1953, quando “já se encontrava em mãos da datilógrafa” (Martins, 1989, p. 141).²⁶⁶ Dedicado ao governador, “a quem nenhuma oferta será tão agradável como a de um livro sobre o Paraná” (dizia a dedicatória), é provável que a ideia fosse, também, tê-lo impresso a tempo para o centenário. Os dois livros, portanto, estavam intimamente ligados às comemorações e ao grupo no poder, sugerindo certo caráter oficial para a narrativa que transmitiam. E o fato de não terem sido publicados pelo governo do Paraná, mas por editoras de prestígio do Rio e de São Paulo, contribuía para amplificar sua legitimidade.

Havia grande descompasso entre a relevância das duas obras em âmbito local e nacional. Em Curitiba, como veremos mais à frente, os dois livros chegaram a acender debates, mobilizando a princípio opositores e curiosos. E em pouco tempo, suas teses — sobretudo de *Um Brasil diferente*, cujas formulações eram mais assertivas — tornaram-se incontornáveis, chegando a adquirir ares de consenso. Na província, além de moderno, Martins se transformou em bom sociólogo. A nível nacional, contudo, apesar de a linguagem moderna ter contribuído para tornar o Paraná minimamente inteligível, a sociologia de Linhares e Martins era bem menos convincente. Desse ponto de vista mais abrangente, os avatares da modernização da província acabaram, ironicamente, produzindo uma sociologia defasada.

Esse descompasso já deve ter ficado claro, pouco acima, no confronto entre as preocupações de Wilson Martins e de Octavio Ianni. Mas cabe retomá-lo rapidamente, aqui, para sugerir que Martins nunca percebeu essa defasagem e que, portanto, seu descompasso com a sociologia “científica”, que emergia então como legítima, não era acidental. Representava aceitação sincera de uma concepção distinta acerca dos

²⁶⁶ A indicação consta também na primeira edição (Martins, 1955), à página 151.

fundamentos e objetivos desse tipo de conhecimento. Martins nunca compreendeu bem o diálogo que travou em sua casa com Ianni e Cardoso. Como vimos, eles interpretaram suas proposições como “ideologia” e o enquadraram como mero “informante”. Ele, contudo, imaginou-se como interlocutor. Em 1993, numa entrevista, foi questionado sobre a ideia, já célebre, de que “o negro do Paraná é o polaco”, e gabou-se: “[e]sta frase, modéstia à parte, saiu da minha casa. Nessa conversa com o Fernando Henrique Cardoso e Otaviani [sic] quando faziam a tese” (Martins *apud* Romanovski, 2014, p. 45). Os dois “[a]bordaram este tema comigo”, disse Martins, “e chegamos à conclusão que o polaco, o polonês, foi o negro do Paraná. Porque toda sociedade tem o bode expiatório, tem uma etnia perseguida, oprimida. Aqui no Paraná, foram os polacos [...]” (ibidem). Enquanto Ianni e Cardoso ficaram “pasmados” com o que ele dissera, Martins pensava terem chegado juntos a uma conclusão razoável. Ele certamente se cria investido da autoridade de sociólogo —que suas visitas formadas em sociologia não reconheciam— em virtude de *Um Brasil diferente*, publicado em abril daquele ano. Não é possível saber se o livro saiu antes ou depois da visita, mas o certo é que, durante sua pesquisa, Ianni o leu e formou, a respeito, o mesmo juízo que formara sobre a fala de Martins (Ianni, 2004, p. 178). Apesar da linguagem moderna, que representava uma atualização, o desnível entre os campos de produção intelectual, que incluía o alheamento total do Paraná em relação ao debate específico sobre a institucionalização da sociologia naquele momento, dificultava o entendimento.²⁶⁷

Os autores de *Paraná Vivo* e *Um Brasil Diferente* orientavam-se por uma concepção superada de sociologia e era a partir dela que desejavam estabelecer a “sociologia do Paraná”. Embora cada livro tivesse seu próprio objeto e método, ambos encampavam, sob o nome de “sociologia”, um programa semelhante: *Paraná Vivo* era um ensaio que buscava, pela análise dos ciclos econômicos históricos e dos potenciais de desenvolvimento do estado, chegar às características culturais e psicológicas capazes de definir o “homem paranaense;” enquanto *Um Brasil Diferente* explorava fontes históricas para caracterizá-lo de acordo com dimensões culturais como a alimentação, a arquitetura, e as técnicas. Para nenhum deles, estabelecer uma “sociologia do Paraná” significava fundar uma disciplina científica —com seus problemas, teorias, métodos, escolas e profissionais— feita no Paraná ou dedicada às questões paranaenses. O próprio Martins, numa entrevista a propósito do lançamento do livro, reconheceu não ser “sociólogo de profissão, mas apenas um homem para quem a sociologia tem o interesse de um tema de cultura”.²⁶⁸ Suas preocupações aproximavam-se do problema mais antigo de desvendar (e construir) a identidade em função do popular, ou seja, fundamentar uma ideia de povo sobre o conjunto de suas características distintivas; sob influência direta de Gilberto Freyre, essas

²⁶⁷ Segundo Romanovski (2017), Martins se ressentia da fraca recepção de *Um Brasil diferente*. Mas aponta, também, que apesar de parecer ter sido pouco debatido nos centros brasileiros, recebeu bastante atenção no Paraná.

²⁶⁸ “Próximo de Livro de Wilson Martins”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 3 de abril de 1955, p. 4.

características só poderiam ser culturais.²⁶⁹ Martins introduzia *Um Brasil diferente* lançando mão precisamente dessa ideia: “sonhei escrever um livro que fixasse o mais fielmente possível o grau e a extensão da influência de elementos culturais estrangeiros na sociologia meridional do Brasil” (Martins, 1989, p. 1). Aqui, a “sociologia meridional” é nada mais que a cultura típica do típico homem do Sul. Seu programa empírico só poderia ser investigar os traços dessa cultura típica, interpretando-os como manifestações das diversas influências que a conformaram. Como por exemplo na arquitetura, onde, segundo Martins, seria possível observar “[u]ma das manifestações mais interessantes da influência estrangeira em nossa sociologia” (idem, p. 2). Ao mesmo tempo, algumas influências, como a dos japoneses, embora presentes no Paraná, ainda não teriam sido “integradas em nossa sociologia por nenhum sinal específico” (idem, p. 157). Vê-se bem, nesses trechos, como a ideia de “nossa sociologia” subordinava-se ao propósito de catalogar uma cultura típica, formada por distintas influências, mas única em sua composição de traços característicos.

Para Linhares, longe de estar pronta, a “vasta experiência social e econômica” (Linhares, 1985, p. 4) pela qual o Paraná estaria passando apontaria para uma “nova cultura em formação” (idem, p. 5). Fazendo do estado, naquele momento, “teatro do mais espetacular embate cultural que a história brasileira registra [...] não só [entre] brasileiros cem por cento e alemães ou anglo-saxônicos, mas ainda italianos, poloneses, ucranianos, sírios, japoneses etc”. (ibidem). Essa experiência agonística sugeriria, na visão de Linhares, haver “um Paraná vivo à procura de sentido. E este só quem pode dá-lo são os homens paranaenses com a continuação da obra que já iniciaram” (idem, p. 17), ou seja, alistando-se continuamente naquele “espetacular embate cultural”. Na página anterior à conclusão sobre o “Paraná vivo”, vê-se a fotografia de um grupo de colonas, de cabelos muito claros, “descascando batata” (idem, p. 16).²⁷⁰ Seria para alimentar um faminto exército cultural? Martins concordaria plenamente com esses termos, exceto que já via bem mais definido o resultado do processo de formação cultural. À diferença do ensaio mais impressionista de Linhares, o estudo de Martins ancorava-se fartamente em fontes históricas como jornais, documentos oficiais, memórias, estudos demográficos e relatos de viajantes. A maior profundidade de referências permitiu-lhe aquilatar, desde o surgimento do Paraná independente de São Paulo, em 1853, os sinais da progressiva incorporação de “elementos culturais estrangeiros” na vida dos paranaenses, diferenciando-se, pouco a pouco, de sua origem luso-brasileira. Daí, para ele, que as feições da “sociologia meridional” já estivessem bem definidas à época do centenário.

Posicionando-se, de partida, como apologistas da nova cultura renovada pelas influências estrangeiras, cabia a ambos afastar o temor da formação de “quistos” raciais e

²⁶⁹ O projeto desse tipo de sociologia era, explicitamente, construir a identidade nacional através de “uma reinterpretação do popular pelos grupos sociais”, o que, por sua vez, ligava-se à “construção do Estado” (Ortiz, 1994, p. 8).

²⁷⁰ Na primeira edição (Linhares, 1953), a imagem, “fora do texto” encontra-se entre as páginas 32 e 33.

culturais. Afinal, grupos isolados, fechados em si mesmos, não poderiam contribuir para a formação de uma nova cultura. No passado, o temor fora bem expresso no panfleto de Sílvio Romero, de 1906, em que alertava para o “alemanismo no sul do Brasil” (Romero, 1910). Para Romero, o risco era que, motivadas sobretudo pelo pangermanismo, áreas inteiras ocupadas por imigrantes não assimilados perfilassem com suas nações imperialistas contra a cultura e o poder central brasileiros. O fantasma permanecera, ainda que transformado, à época do nazismo (Magalhães, 1998, p. 158) e contribuíra para a campanha de nacionalização deflagrada durante a Segunda Guerra. Em 1953, mal fora exorcizado. Remetendo-se a ele, Linhares (1985, p. 99) sentia a necessidade de considerar superado qualquer risco desse tipo, enquanto Martins (1989, p. 124), engajando-se um pouco mais no debate, contrapôs a Romero a resposta que lhe ofereceu, em panfleto de maio de 1907, o paranaense Alcides Munhoz, defensor das contribuições dos alemães para seu estado e testemunha do sucesso da assimilação pela sociedade local (Munhoz, 1907).²⁷¹ Todavia, Martins, que era profundo conhecedor de livros, ignorou a resposta — também em 1907 — de outro paranaense, Arthur Guimarães, a Alcides Munhoz. Guimarães rebatia as críticas, alinhando-se a Romero em diversos pontos, diante das ameaças do pangermanismo no Sul (Guimarães, 1907). O problema dos “quistos”, assim, mobilizou desde cedo a elite paranaense, e a levou assumir diferentes posições, ao contrário do que sugeriu Martins, que preferiu ver apenas como o problema tinha sido imediatamente rechaçado. É que, para além do debate sobre a assimilação efetiva, Linhares e ele tinham bons motivos para afastar a ideia de quistos inassimiláveis.

Como deve ter ficado claro na ressalva de Martins em relação aos japoneses, acima, só poderiam entrar na composição da “sociologia meridional” os grupos que fossem capazes tanto de absorver traços culturais do meio abrangente quanto de transmitir aos demais seus próprios traços, engajando-se, assim, num processo transformativo de mão dupla. Longe de formar quistos, os alemães de Martins e Linhares não opunham “resistências à miscigenação com o elemento nativo”, mas tampouco se deixavam absorver completamente. Ao mesmo tempo, transmitiam, “de pais a filhos”, “[a]s virtudes magníficas do germano, como a constância, a tenacidade, a continência, o senso de responsabilidade, a independência” (Linhares, 1985, p. 11). E “[e]stimulado por semelhante cultura, como por outras com as quais tem estado em contato, vai o paranaense assim incorporando à sua vida muitas imposições novas, muitas influências” (ibidem). Por meio desse processo, estrangeiros tornavam-se mais brasileiros e brasileiros tornavam-se mais estrangeiros. Um tipo de mistura que lembra muito a mestiçagem ao mesmo tempo cultural e racial, trazida “na alma e no corpo” (Freyre, 2003, p. 367), descrita por Gilberto Freyre no clássico *Casa Grande & Senzala*. Martins inclusive se apropriou da “plasticidade” do português — invocada por Freyre no sentido cultural, mas também como fundamento de sua disposição para a mestiçagem —, atribuindo-a aos imigrantes, “homens norte-europeus [...] [que a]

²⁷¹ Alcides Munhoz era primo-tio do governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

demonstraram no clima temperado do Paraná” (Martins, 1989, p. 6). Linhares também retoma o assunto, negando que “a mestiçagem inerente a todas as colonizações portuguesas tenha sido varrida de vez do solo paranaense”, tendo ali simplesmente “obedecido a outros processos menos estreitos, sem incidir nos erros cometidos” (Linhares, 1985, p. 6). Tratava-se, sem dúvida, de mestiçagem entre brancos, de modo que, para Martins (1989, p. 325), a “família paranaense se constitui sobretudo pelo casamento entre ‘nacionais’ e ‘estrangeiros’, [...] [formando o] que Francisco Negrão [um conhecido genealogista] chamaria de fusão racial paranaense” (idem, p. 325). Teria sido “sobretudo através da constituição da família que o estrangeiro se integrou definitivamente no meio, como é ainda através dela que pôde introduzir [...] a maior parte dos seus próprios hábitos e costumes” (ibidem). Formou-se, assim, em termos culturais, mas também raciais, um “‘tipo paranaense’, que se é fisicamente diferente do de brasileiros de outras regiões, não deixa de sê-lo, igualmente, dos próprios estrangeiros de que é originário” (ibidem).

A tensão entre brasileiro e estrangeiro era essencial nas duas obras. Porque o argumento de ambas partia da recusa de que o Paraná fosse simplesmente “brasileiro”, conforme certa ideia dominante frequentemente remetida a Freyre. Em abril de 1954, numa resenha da tradução francesa de *Casa Grande & Senzala* (de 1952, por Roger Bastide), Martins adianta essa crítica: “a sua parte histórica e a sua parte interpretativa não podem ser aplicadas, sem risco de inexatidão, a regiões outras que o Nordeste brasileiro” (Martins, 1954, p. 339). Na introdução de *Um Brasil Diferente*, também foi bastante explícito: polemizou com Freyre, cuja lição, dizia, aprendera “bem demais”, a ponto de decidir-se a expor “certos pormenores que escaparam à argúcia e à erudição desse renovador da sociologia brasileira” (Martins, 1989, p. 5). Quais pormenores? “[A] presença do imigrante, em primeiro lugar, e depois, a ausência do português e a inexistência da escravidão, de tal forma que os dois últimos não chegaram a atuar como forças sociologicamente ponderáveis” (ibidem). O Paraná brasileiro, de origem colonial, teria sido uma formação social irrelevante, desenvolvendo-se propriamente uma civilização em seu território apenas a partir da colonização, por estrangeiros, de seus planaltos, e da chegada de imigrantes a Curitiba. Na política de imigração, assim, estaria em embrião “toda a história do Paraná” (Martins, 1989, p. 66), e apenas devido a ela teria a região assumido “sua fisionomia típica” (idem, p. 74). Linhares seguia lógica semelhante. Reconhecia a colonização “brasileira” do Paraná, por “reinóis portugueses e castelhanos, índios guaranis administrados, negros africanos escravizados e [...] descendentes e mestiços dessas três raças formadoras” (Linhares, 1985, p. 12), para em seguida afirmar que somente a partir da “segunda fase do povoamento”, por imigrantes, iniciada após a emancipação da província, “é que emergem e se explicam todas as situações sociais hoje de caráter peculiar e distintivo ao povo paranaense” (idem, p. 13). Martins arrematava essa ideia com uma imagem significativa, a do polígono imigrante em lugar do triângulo das três raças:

[e] se em certas regiões brasileiras o esquema da população pode ser o “triângulo retângulo” a que se referia o sr. Afonso Arinos de Melo Franco — tendo por hipotenusa o elemento português, o índio como lado mais curto e como lado mais longo o africano— aqui a figura geométrica seria, na mais simplificadora das hipóteses, um polígono irregular de sete lados, cujas faces, em extensão decrescente e de tamanho variável, representariam os elementos polonês, ucraniano, alemão, italiano, os “pequenos grupos”, o índio e o negro, estes últimos em proporção praticamente insignificante. Representação válida, sobretudo, é bom esclarecer, do ponto de vista cultural, mais do que do ponto de vista biológico [...] (Martins, 1989, p. 108).

É preciso voltar um pouco para ressaltar o papel do escravismo nessa versão da história. Neste ponto, podemos compreender o argumento que estava por trás do “Aqui não há negros” que chocou Ianni. Segundo Martins, “[a]o lado da imigração, é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras” (idem, p. 126). Se a diferença em relação ao complexo colonial freyreano, da economia açucareira, é evidente, a ausência de “grande escravatura” não deixa de diferenciar o Paraná, também, de outras regiões que apesar de terem recebido muitos imigrantes conheceram uma economia escravista desenvolvida, como São Paulo e o Rio Grande do Sul. Nesse particular, a mestiçagem ao avesso de Martins descreveria bem apenas as áreas do Sul que, no período colonial, permaneceram menos desenvolvidas, ou seja, Paraná e Santa Catarina. As únicas nas quais, “[q]uando se fala em mestiço [...], é difícil supor o mulato ou o mameluco, que existem em proporções mínimas, mas deve-se entender o misturado de elementos diversos de raça branca” (idem, p. 3). Apagar o escravismo da história local servia, no argumento de Martins, a duas finalidades. Aquela que agora ficou mais evidente era garantir a pureza dos brancos paranaenses. Nem os luso-brasileiros haviam se misturados com negros, no Paraná, nem muito menos os imigrantes. Em geral, “a insignificância numérica da escravidão [...] e sua conseqüente falta de importância social [...] impediram, praticamente, a entrada do sangue negro na família paranaense”, levando à “manutenção da branquidade, quando não o seu aumento” (idem, p. 330). Só assim seria possível afirmar que a sua “definição humana” realizara-se “sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio” (idem, p. 446). Além disso, apagar o escravismo servia, também, nessa narrativa, para reduzir a classe dominante tradicional a uma posição desprezível. Fora medíocre e não conseguira, afinal, construir nada de relevante no Paraná até que os imigrantes colonizassem seu território e colocassem em movimento a economia e a sociedade. Analisaremos adiante o significado desse desprezo que Martins e Linhares demonstravam pela classe dominante local. Em resumo, é possível concluir que os dois modos de negar o escravismo convergiam para sustentar a ideia de que o Paraná teria sido formado pela sobreposição de imigrantes brancos e suas influências a uma sociedade colonial tão antiga quanto incipiente.

Definido em oposição a certa ideia de Brasil, o Paraná, todavia, não deixaria de ser brasileiro. A tensão entre nacional e estrangeiro era mediada pela região. Para Martins, quem procurasse “índices de assimilação a esse tipo ‘brasileiro’, esperando encontrar no Paraná homens e mulheres semelhantes a pernambucanos ou a baianos, só poderá concluir pela inexistência total de assimilação” (idem, p. 172), porque “a assimilação se fez e somente se poderia fazer ao ‘homem paranaense’, à ‘cultura paranaense’, e não ao ‘homem brasileiro’ ou à ‘cultura brasileira’” (idem, p. 173). O próprio processo particular de assimilação dos imigrantes já teria constituído, de partida, uma combinação diferenciada daquela tipicamente brasileira. Mas que era, ao mesmo tempo, brasileira de um tipo particular, um “exemplar característico de brasileiro” (idem, p. 276). Assim, teria o Paraná acrescentado ao Brasil “uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras” (idem, p. 446). Sua mistura única de povos, na visão de Linhares, desfaria “o preconceito [...] segundo o qual o brasileiro que conta, o brasileiro que é brasileiro, só pode ser descendente de português, embora misturado de sangue aborígine ou negro” (Linhares, 1985, p. 248). O Paraná seria uma “ilha” ou “região diferente, dentro do arquipélago brasileiro [...]. Talvez seja ele o mais europeizado de todos os estados brasileiros, mas nem por isso menos brasileiro” (idem, p. 249).

Reivindicava-se o direito a uma brasilidade específica. Postura ambígua, ao mesmo tempo de adesão e afastamento, a exemplo de como Martins havia invocado Freyre, primeiro para reivindicar sua sociologia e logo para emendar sua geografia da brasilidade, acrescentando-lhe um Sul mestiço de brancos. A postura lembra também a do governador Munhoz da Rocha diante do modernismo brasileiro: desejava “importá-lo” como signo do progresso, mas temia subsumir o Paraná no sentido profundamente nacional do modernismo.²⁷² Eram problemas ligados à estranha situação do Paraná, periferia que, eufórica com seu rápido progresso, tornava-se cada vez mais consciente do desajustamento entre sua condição periférica e certo senso de superioridade racial. Senso justificado pela ambiguidade do próprio pacto da democracia racial, que, mesmo no auge de sua hegemonia, não suplantara o ideal complementar do branqueamento. A especificidade que Linhares e Martins reivindicavam era a de uma região que tinha realizado, com sucesso, o branqueamento por meio da imigração. É claro que a ideologia de branqueamento que complementava a da democracia racial, nos anos 1950, não era a mesma que, de modo explicitamente racista, influenciara os debates sobre imigração na virada do século XIX para o XX. Mas a narrativa do “Brasil diferente” estabelecia uma perfeita continuidade. O jeito paranaense de ser um certo Brasil, no pós-guerra, era ser um Brasil que deu certo porque, em cem anos de existência, conseguiu se tornar branco.

O resultado dessa narrativa é a imagem do Paraná à época do centenário como um cadinho de brancos. Assim como na ideia norte-americana clássica do *melting pot*, embora fossem conhecidos os elementos fundidos, seria difícil divisar o novo tipo formado, pois o

²⁷² Ver capítulo 2.

fenômeno visível era o “amalgama progressivo de povos” (idem, p. 108) e não, ainda, seu resultado, que apenas poderia ficar claro quando o caldeirão esfriasse. Uma das poucas certezas, naquele momento, seria a marca da diferença regional, em virtude da assimilação “não a um tipo teórico de brasileiro —ou de brasileiro típico de outras regiões— mas ao brasileiro tal como ele é, atualmente, no estado do Paraná” (Martins, 1989, p. 276). A outra certeza era a brancura: o “brasileiro, hoje, no sul do Brasil em geral, e no Paraná, em particular, é o mestiço euro-brasileiro de segunda ou terceira geração [...], quase sempre levando no sangue mais de duas etnias diferentes” (idem, p. 124). Não apenas branco de pele, mas portador de “todo o conjunto de traços físicos europeus, que se substituíram aos da definição clássica do ‘brasileiro’” (idem, p. 135).

A imagem do cadinho de brancos colocava Martins e Linhares em colisão com as ideias de Freyre. Porque uma das características do cadinho paranaense era não haver uma matriz cultural ou biológica dominante. Havia, quando muito, um princípio organizador, o “humilde e produtivo heroísmo do trabalho cotidiano” (idem, p. 466), ou o “heroísmo telúrico” do homem simplório apegado à terra (Linhares, 1985, p. 17), isto é, as virtudes do realismo e da praticidade que puderam “impor o predomínio de uma ideia nacional a tantas culturas antagônicas” (Martins, 1989, p. 466). Não havia, contudo, clara predominância de um grupo ou uma cultura, ainda que a germanofilia de ambos autores os tenha levado a destacar desproporcionalmente a influência do alemães, em detrimento de outros grupos, tais como os poloneses, mais numerosos. No esquema de Freyre, por outro lado, sempre houvera um tronco firme.²⁷³ A cultura católica portuguesa, para ele, funcionava como matriz, como *mainstream*, à qual as minorias seriam progressivamente assimiladas, embora, é verdade, pudessem enriquecê-la com suas contribuições. A matriz, contudo, permanecia como referência, demarcando até mesmo os limites da original nacionalidade brasileira. Entende-se, por aí, a rebelião de Linhares, na abertura de seu livro, contra “a chamada cultura luso-brasileira, que se procura entre nós defender a todo transe” (Linhares, 1985, p. 4).

Esse ângulo evidencia um contraste significativo entre o *mainstream* luso-brasileiro de Freyre e o *melting pot* branco de Martins e Linhares. O primeiro modelo conservava a ordem ao longo de um processo de assimilação à cultura católica portuguesa e de submissão aos grupos dominantes de origem colonial. O segundo, preconizava uma revolução capaz de prometer a igualdade entre os brancos, mas sob a condição de expulsar todos os outros. A própria classe dominante luso-brasileira teria, aqui, lugar incerto: nenhum privilégio por descender de conquistadores portugueses; e brancura no mínimo precária frente aos novos imigrantes. Os modelos sugerem uma alegoria política que não deixou de se insinuar nos debates estimulados pela publicação de *Um Brasil Diferente*: diante de um

²⁷³ Como colocou Freyre na famosa conferência de 1940 sobre “uma cultura ameaçada”: “ao Brasil inteiro, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, do litoral ao Mato Grosso, bastam as tradições portuguesas e os valores portugueses de cultura, como tradições e valores fundamentais e gerais — embora de modo nenhum exclusivos — necessários ao seu amplo desenvolvimento, não só como nação, como em democracia social [...]” (Freyre, 1942, p. 65).

império decadente, mas (apenas) racialmente democrático, emergia do centenário uma república racista que eliminou os negros e os índios para que os brancos pudessem ser (quase) iguais entre si.

5.3. Passado Morto

O cadinho de brancos resolvia dois problemas. Oferecia uma resposta ao impasse ideológico estabelecido pela introdução do modernismo na periferia branca, pois constituía uma narrativa regional de linguagem e pressupostos modernos sem sacrificar a brancura ao modernismo brasileiro mestiço; na verdade, recriava a branquitude em moldes modernos. Simultaneamente, incorporava os elementos simbólicos aportados pelos imigrantes emergentes, grupos com poder já considerável de organização e representação e, por isso, donos de votos, negócios, cargos e de um capital “étnico” — como haviam acabado de demonstrar— capaz de efetivamente branquear a região aos olhos do resto do país. Contudo, o cadinho era uma narrativa radical que solapava as bases simbólicas da dominação da elite luso-brasileira. Ela era expulsa, junto com os negros e os índios, do núcleo do “Paraná vivo” (ou “Brasil diferente”), passando a pertencer, quando muito, a um passado superado. As reações de seus representantes mostram quais os pontos críticos desse radicalismo e o que os membros da classe dominante exigiam negociar para finalmente consentir com a nova configuração das fronteiras sociais no Paraná do pós-guerra.

A publicação de *Um Brasil Diferente* despertou atenção no meio intelectual curitibano. As reações imediatas sugerem certo assombro diante daquela obra de 500 páginas e da autoridade “sociológica” de que se revestia. Numa entrevista sobre o livro, por exemplo, Martins sentiu-se à vontade para afirmar ter sido o primeiro, no Paraná, a pesquisar “os jornais velhos, os almanaques, os documentos particulares, os anúncios de particulares e de casas comerciais” etc., demonstrando ter, de fato, aprendido bem as lições de Gilberto Freyre.²⁷⁴ Não deixava de ser uma provocação que, junto com as teses do livro, causaram desconforto em várias pessoas influentes. Mas, depois de sustentar alguma polêmica, seus opositores parecem ter finalmente se resignado, incapazes de produzir qualquer coisa à altura. Ao contrário do que se sugeriu algumas vezes, *Um Brasil Diferente*, quando foi lançado, não era uma obra representativa do pensamento da classe dominante paranaense. Pelo contrário, a resistência que lhe foi oposta indica que a obra foi interpretada, em certos círculos, como uma espécie de manifesto contra a elite intelectual, social e política tradicionais. Suas teses radicalmente imigrantistas subvertiam o antigo acordo a respeito das fronteiras sociais em que se baseavam a posição dominante e a branquitude dos descendentes dos colonizadores luso-brasileiros. Mesmo quem mais tarde

²⁷⁴ “Próximo de Livro de Wilson Martins”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 3 de abril de 1955, p. 4.

endossou, em última instância, as principais teses de *Um Brasil Diferente*, como o amigo de Martins e ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto, achou por bem lhes fazer reparos em aspectos essenciais, suavizando-as, buscando conciliar aquelas teses com uma visão mais tradicional acerca das relações de poder estabelecidas entre os grupos.

Um Brasil Diferente era polêmico desde a concepção, tanto por seu modo peculiar de reivindicar e ao mesmo tempo refutar Freyre, quanto pelo desafio dirigido a uma classe dominante luso-brasileira pela qual Martins demonstrava desprezo.²⁷⁵ Mas algumas provocações tinham endereço preciso. Ao se colocar como pioneiro, no Paraná, de certo tipo de pesquisa histórica, dirigia-se aos historiadores locais apresentando-se como simples diletante que, no entanto, fora capaz de, após um pouco de trabalho sério, renovar os estudos sobre o Paraná de acordo com concepções mais modernas. Reiterava, além disso, que havia lançado os argumentos de *Um Brasil Diferente* dez anos antes, num artigo para *O Estado de São Paulo* (o artigo foi reproduzido como introdução à primeira edição), com a esperança de que "qualquer especialista tomasse a si a tarefa de escrever essa 'definição do Paraná' que estava faltando". "Ao que parece", concluía, "ninguém se entusiasmou pela ideia".²⁷⁶ Na mesma entrevista, talvez a primeira aparição de *Um Brasil Diferente* na imprensa curitibana, Martins apurou ainda mais a mira quando foi questionado sobre as "conclusões principais do livro". Após resumir a tese principal, afirmou que

não há, propriamente, 'conclusões' no meu livro: trata-se, antes, de uma vasta pesquisa de pura observação, porque os métodos modernos de sociologia aconselham ao investigador que se atenha ao domínio objetivo dos fatos, deixando deduções eventuais ou possíveis a cargo de outros especialistas. Nessas condições, em nada me preocupa saber se é um bem ou um mal que o Paraná se tenha constituído nas circunstâncias indicadas; esse tipo de exercício mental me parece inteiramente gratuito e não conduz a nada.²⁷⁷

O alvo, tudo indica, era um dos historiadores mais prolíficos de Curitiba, David Carneiro, irmão mais velho de Newton —o responsável pela comissão de comemorações do

²⁷⁵ O seguinte artigo, de abril de 1957, demonstra o nível de animosidade, devidamente correspondida por certos paranaenses: "OS UNICOS VARÕES SOBRE A NOSSA TERRA – Um leitor que leu nesta coluna uma piadinha dum nosso amigo acerca de um crítico paranaense me dirigiu este bilhete: 'Sr. Saci [Sacipererê era o autor da coluna], li umas linhas de um seu leitor sobre o escritor Linhares em que dizia o missivista que havia o perigo de na sua reportagem sobre o Paraná provar que este não existe. É puro boato geográfico. Discordo do correspondente. E discordo por isto: existe ele, professor Temístocles, e mais uma dupla ilustríssima: o crítico Wilson Martins e o literato Dalton Trevisan. Pode V., seu Saci, crer nisto: eles existem. E existem num torrão que foi ou é Paraná. Aliás são os primeiros ou os últimos varões desta nossa pobre província. Não há perigo algum de que o repórter da MANCHETE proclamar [sic] que nossa terra não há. Ela há. E nela vive aquela trilogia insigne. Só que eles asseveram à boca cheia e em letra de forma que antes deles, era o deserto. E pela descrença quanto aos nossos valores humanos, depois deles, o dilúvio. Cordialmente, João Pedro —O Jaburu". ("Centelhas", *O Dia*, Curitiba, 28 de abril de 1957, p. 3).

²⁷⁶ "Próximo de Livro de Wilson Martins", *Diário do Paraná*, Curitiba, 3 de abril de 1955, p. 4.

²⁷⁷ Ibidem.

centenário. David, herdeiro de uma fortuna do ciclo do mate e positivista militante, era figura destacada da classe dominante luso-brasileira e, nos debates sobre as obras do centenário, encabeçara o grupo dos anti-modernistas, defendendo a construção dos edifícios em estilos tradicionais. Havia publicado, pouco antes, *A história da história do Paraná* (1952), livro em que refletia sobre a história, em geral, buscando desde uma perspectiva positivista estabelecer princípios gerais para a prática de historiador e, a partir desses princípios, avaliava alguns acontecimentos da história do Paraná, incluindo um dos mais traumáticos para a elite local: a Revolução Federalista de 1894. A revolução deflagrou conflitos intestinos, levando a uma sangrenta batalha na cidade paranaense da Lapa e ao assassinato de um dos notáveis do Paraná, o Barão do Serro Azul. David Carneiro encerrava a parte sobre esses eventos com um rol de conclusões em forma de tópicos, numa demonstração do tipo de história ufanista e normativa contra o qual Martins parece ter lançado a provocação. Concluía que “1.º – É possível julgar, segundo princípios gerais tirados de acontecimentos universalmente conhecidos e de unânime consagração, fatos históricos mais recentes”, decorrendo, no caso dos eventos no Paraná, por exemplo, que “3.º – Devemos consagrar definitivamente os consolidadores da República. 4.º – Em consequência, glorificar uma das colunas mestras desse esforço, o General Gomes Carneiro”, que havia morrido no cerco da Lapa (Carneiro, 1952, p. 285).

As últimas frases de *Um Brasil Diferente* parecem dialogar diretamente com essas conclusões: “Assim é o Paraná. Terra que substituiu o sempre estéril heroísmo dos guerreiros pelo humilde e produtivo heroísmo do trabalho quotidiano e que agora, entre perturbada e feliz, se descobre a si mesma e começa, enfim, a se compreender” (Martins, 1989, p. 446). A rusga entre os dois vinha de longe. Em 1943, Carneiro chegou a ser indiciado por três artigos de jornal em que acusava a “falta de valor intelectual e, sobretudo, moral”, de “adventícios”, (Carneiro *apud* Cordova, 2009, p. 231) ou seja, pessoas nascidas em outros estados que, não obstante, ocupavam cargos no governo. Referia-se a Martins, então assessor do interventor varguista Manoel Ribas. No processo, Carneiro, que foi afinal absolvido, alegou ter escrito as acusações “sob forte impressão que lhe causara um artigo de Wilson Martins, em que o mesmo nega formalmente a existência de atividades culturais no Paraná” (idem, p. 232).

A imprensa não parece ter registrado, nos dias posteriores à entrevista, nenhum evento de lançamento em Curitiba, mas o livro começou a chamar atenção. Em 15 de abril, uma sexta-feira, Martins o apresentou no centro de São Paulo, na livraria Jaraguá, pertencente ao grupo do jornal *O Estado de São Paulo*, onde “teve que autografar grande número de volumes”.²⁷⁸ A notícia chegou a Curitiba só na terça-feira, mas, depois da

²⁷⁸ “Escada Rolante”, *Folha da Manhã*, São Paulo, 17 de abril de 1955, p. 2. O caderno literário da *Folha da Manhã* daria mais destaque ao lançamento três semanas depois, num texto com ênfase nas qualidades do autor e acompanhado por uma fotografia sua. Não é possível saber se, no intervalo, Martins retornou a São Paulo para outro evento ou se o texto referia-se ao mesmo lançamento. (“Binário”, *Folha da Manhã*, São Paulo, 8 de maio de 1955, p. 2).

chancela paulista, fez-se acompanhar de entusiasmada promoção. Vale a pena transcrevê-la, pois mostra como o livro estava angariando prestígio rapidamente:

[n]essa obra, que foi caprichosamente publicada pela editora Anhembi, o conhecido ensaísta estuda, baseado em rico material colhido através de anos de paciente pesquisa, todos os aspectos da formação demológica e política do estado do Paraná.

Adotando métodos de investigação rigorosamente científicos, o autor de 'Um Brasil Diferente' chegou, após cuidadosas observações e comparações, a conclusões deveras originais sobre os fenômenos de aculturação verificados naquele estado. O homem, a paisagem, as tradições, a técnica, os meios de comunicação, a roupa, a moradia, a alimentação, o convívio familiar etc. —todas as facetas da vida da população da progressista unidade da Federação foram exaustivamente estudadas por Wilson Martins, o que faz de 'Um Brasil Diferente' obra sem a qual nenhuma 'brasileira' estará completa.²⁷⁹

Outra nota sugeria correr na cidade a ideia de organizar-se na Biblioteca Pública do Paraná um debate “em torno do recente livro do escritor paranaense Wilson Martins”.²⁸⁰ Nessa nota simpática, Martins, nascido em São Paulo, era simplesmente considerado paranaense. O rumor concretizou-se no fim do mês, quando apareceu no jornal o convite para uma mesa-redonda, a ser realizada dia 21 de junho.²⁸¹ O interesse deve ter sido grande, porque, mais tarde, o evento foi anunciado como sessão inaugural do “Centro de Debates” da nova Biblioteca.²⁸² Esse primeiro anúncio já notava que, “[p]ublicado há apenas vinte dias”, o livro vinha “provocando vivos debates e discussões não só em nossos meios culturais como também na grande imprensa do país, em particular no Rio e São Paulo”.²⁸³ O objetivo da Biblioteca, assim, seria “trazer à baila para o grande público as teses que o autor de 'Um Brasil Diferente' com tanta argúcia estudou”.²⁸⁴ Um dos indícios de seu sucesso em São Paulo foi a carta enviada a Martins por Fernando Azevedo, professor de Sociologia e ex-diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.²⁸⁵ O *Diário do Paraná*, cuja editoria era bastante favorável a Martins, publicou a carta, enquadrando-a como apenas uma das “primeiras manifestações da crítica e dos mestres da sociologia brasileira” sobre o

²⁷⁹ “Um Brasil Diferente”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 19 de abril de 1955, p. 7.

²⁸⁰ “Debate”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 8 de maio de 1955, p. 2.

²⁸¹ “Programação cultural da Biblioteca”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 29 de maio de 1955, p. 8.

²⁸² “Sessão inaugural do Centro de Debates da Biblioteca Pública – Mesa Redonda sobre o último livro de Wilson Martins”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 21 de junho de 1955, p. 5.

²⁸³ “Programação cultural da Biblioteca”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 29 de maio de 1955, p. 8.

²⁸⁴ *Ibidem*.

²⁸⁵ Como lembrou Thomas Skidmore (2012, p. 286), Azevedo escreveu uma introdução ao recenseamento de 1940, publicada em 1943 como primeiro tomo do primeiro volume, intitulada “A cultura brasileira”. No texto, manifestava uma renovada “esperança de branqueamento” e “confiança em sua inevitabilidade”, o que, se não explica, ao menos ajuda a compreender sua simpatia pelo livro de Martins.

livro.²⁸⁶ Outras certamente viriam. Na mensagem, o influente intelectual²⁸⁷ ressaltava ter dito recentemente em uma de suas conferências haver “muitos Brasis diferentes num só Brasil” e, portanto, não ser “possível estender ao conjunto o que seja característico de cada uma de suas partes”. Martins, ao escolher pesquisar um desses “Brasis diferentes”, teria acertado no rumo de sua “excelente investigação”, tornando-se “um exemplo digno de ser imitado”.²⁸⁸ O teor do elogio sugere que a autoridade de Gilberto Freyre se desgastava e as peculiaridades do Sul constituíam um dos focos de contestação. Azevedo, contudo, ao contrário de seus colegas uspianos Fernandes, Ianni e Cardoso, contestava Freyre para alinhar-se com Martins. Sentia-se desconfortável não com o conservadorismo da sociologia de Freyre (e, nesse particular, por extensão, com o conservadorismo da sociologia de Martins), mas com seu caráter homogeneizante, que *Um Brasil Diferente* desafiava. Nesse sentido, a recepção do livro de Martins também se beneficiou do desgaste da autoridade de Freyre.

Um Brasil Diferente vinha em carreira ascendente nas semanas após a publicação, obtendo certo reconhecimento em São Paulo. Porém, os mais “vivos debates e discussões” decorreriam de um artigo publicado no Rio. Foi uma espécie de auto-elógio: Temístocles Linhares escreveu para a primeira página do suplemento literário do *Diário de Notícias* uma apreciação camarada intitulada “Um Brasil e um Wilson Martins Diferentes”.²⁸⁹ A Martins, dizia, não lhe haviam “ficado mal as vestes de sociólogo”, tendo conseguido “fixar, nas redes de uma construção cerrada, [...] toda a estrutura orgânica do mapa civil e econômico da região brasileira que hoje mais promete”. Com essas palavras, apresentava à Capital Federal o amigo como o melhor dos guias para mostrar aos brasileiros essa curiosa região. A exemplo do que fizera em *Paraná Vivo: um retrato sem retoques*, onde se encontram as formulações mais incisivas contra os colonizadores luso-brasileiros do Paraná, Linhares descreveu em traços fortes as teses de Martins. No Paraná, a “ação de presença” do português “sempre permaneceu nula e apática”, tendo realizado “nenhum sacrifício ou abnegação [...] para a estruturação definitiva e perfeita de seu grupo cultural”. Todos os esforços teriam cabido aos imigrantes, chegados ao Paraná “quando a civilização aqui era mais natureza do que outra coisa”, e que deixaram “de ser o que eram, não obstante lhes fosse talvez mais fácil cair naquele mundo flutuante e vago do português”.²⁹⁰ Devido a essa

²⁸⁶ “Como vem sendo recebido ‘Um Brasil diferente’”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 15 de maio de 1955, p. 11.

²⁸⁷ Maria Isaura Pereira de Queiroz escreveu um perfil de Azevedo (Queiroz, 1994).

²⁸⁸ “Como vem sendo recebido ‘Um Brasil diferente’”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 15 de maio de 1955, p. 11.

²⁸⁹ “Um Brasil e um Wilson Martins diferentes”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1955, Suplemento Literário, p. 1; p. 4.

²⁹⁰ É possível entender, aqui, uma referência ao movimento simbolista, associado ao paranismo e combatido, junto com ele, pelos modernistas. Sobre o movimento simbolista e sua relevância no Paraná, ver *Letras e política no Paraná*, de Maria Tarcisa da Silva Bega (2013).

combinação de apatia de uns e atividade de outros, “não ter[ia] havido escravatura de grande lavoura no Paraná” e os imigrantes puderam suplantiar os colonizadores primitivos para criar “todo um espetáculo de complexidade e diversidade de influências estrangeiras” —“o encontro e a fusão das mais diversas culturas no Brasil”— capaz até mesmo, pelo acréscimo dos “traços físicos europeus”, de “afetar a definição clássica do ‘brasileiro’”.²⁹¹

Linhares expôs mais do que as teses polêmicas de Martins. Ao fazê-las acompanhar, no jornal carioca, pelas provocações mais explícitas até o momento —claramente dirigidas à elite intelectual local—, ele expôs aos brasileiros de todo o país a disputa pela narrativa regional, até então mais ou menos localizada. Ao marcar posições, tratou de humilhar seus adversários, faltando somente nomeá-los. Martins, de modo “prodigioso”, teria seguido

caminhos pouco frequentados por outros historiadores e intérpretes, que não viam ou não queriam ver a realidade paranaense e antes se empenhavam em proteger contra qualquer ameaça a contemplação beata de uma civilização duvidosa, toda ela assente em valores emprestados a outras regiões brasileiras e graças aos quais se constituíram, prosperaram ou se mantiveram outras culturas tradicionais do país. [...]

A abundante documentação reunida nas compactas 500 páginas deste livro haverá de estarrecer muitas pessoas respeitáveis.²⁹²

Estarreceu. A resposta veio um mês depois e partiu do grupo que, praticamente ao mesmo tempo, atacava a estátua do Homem Nu. Entre 9 e 16 de junho de 1955, saiu no jornal *O Estado do Paraná* uma série em seis partes intitulada “Antropofagia Sociológica”. Carlos Coelho Junior, seu autor, insurgia-se contra Martins e Linhares, cuja “negação da preponderância aculturadora do português no Paraná” seria uma tentativa de “separar por frágeis aparências, falso método dedutivo, em base livresca fora da realidade etnográfica, o Paraná do resto do Brasil”.²⁹³ Coelho Junior era —conforme descrição de um amigo— “o escritor da terra brasileira virgem e do mundo solitário do sertão” (Balão Junior, 1940, p. 23), um autor sertanista conhecido por dois livros de crônicas sobre as expedições de que participou abrindo picadas na mata do interior do Paraná.²⁹⁴ Seus textos exaltavam as aventuras, belezas e perigos de um interior esparsamente povoado e documentavam a precariedade das comunicações, ainda nos anos 1930 e 1940, entre as cidades da boca do sertão, como Tibagi e Guarapuava, e localidades isoladas a oeste, como Foz do Iguaçu e

²⁹¹ “Um Brasil e um Wilson Martins diferentes”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1955, Suplemento Literário, p. 1; p. 4.

²⁹² Ibidem.

²⁹³ Coelho Junior, Carlos. “Antropofagia Sociológica (I)”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 9 de junho de 1955, p. 4.

²⁹⁴ Os livros eram *Perfis e panoramas (o que vi e ouvi nos sertões do Paraná)*, de 1940; e *Pelas selvas e rios do Paraná*, de 1946 —ambos publicados por editoras locais, respectivamente a Empresa Gráfica Paranaense e a Guaíra.

Campo Mourão. Era esse tipo de conhecimento prático que ele podia reivindicar contra o conhecimento “livresco” de Martins.

A reação de Coelho Junior deveu-se à resenha de Linhares no jornal do Rio, mas, ao que tudo indica, ele conhecia também *Paraná Vivo*. Embora tenha prometido, ao longo dos seis textos, uma leitura de *Um Brasil Diferente*, terminou a série sem tê-lo lido. Condenou-o, sumariamente, a partir de trechos transcritos na resenha e por concluir ser “a tese desse estranho livro [...] a mesma, infundada e inconsequente, do autor da crítica, o ilustre prof. Temístocles Linhares”. Mesmo sem ler, soube marcar posição contraposta aos principais argumentos de Martins. A reação mostra como havia um grupo bem delineado avançando as teses radicalmente imigrantistas, e outro grupo que, diante de *Um Brasil Diferente*, aglutinou-se para fazer oposição. A “igrejinha antropofágica”, dizia Coelho Junior, “presume-se ser grande e conta, pelo menos, com a turma da ‘Joaquim’, a que veio, com gagueira, imitando o estilo de Rubem Braga [...], ‘criar’ a literatura do Paraná”.²⁹⁵ Teriam conseguido proeminência devido a “uma bem montada ‘igrejinha de elogio mútuo’”.²⁹⁶ Do outro lado, encontravam-se “todos os sociólogos e historiadores responsáveis —Rocha Pombo, Oliveira Viana, David Carneiro, Romário Martins”.²⁹⁷ Três deles eram paranaenses e haviam sido jantados pelos antropófagos —“que procuram devorar seus semelhantes”²⁹⁸—, quando criaram sua versão da história sem português. Coelho Junior invocou também, em seu apoio, o curitibano José Cândido de Andrade Muricy, radicado no Rio de Janeiro e conhecido crítico de música na imprensa da capital. Em uma conversa, Andrade Muricy teria chamado *Paraná Vivo* de “historicida”.²⁹⁹

No cardápio antropofágico, o prato mais indigesto para Coelho Junior era o bacalhau. O Paraná, disse, “começou há quatro séculos [...] —com escravidão, com negro, com português e com índio. Portanto —essencialmente brasileira a sua definição”.³⁰⁰ Refutava a alegada insignificância da sociedade luso-brasileira em geral, recolhendo indícios longínquos da presença de portugueses no Paraná nos primeiros séculos da colonização, entre escravizados e “selvagens”, bem como indícios da criação de fazendas e da fundação de povoações no litoral e no planalto. Testemunhava, assim, a favor do

²⁹⁵ Coelho Junior, Carlos. “Antropofagia Sociológica (V)”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 15 de junho de 1955, p. 4.

²⁹⁶ Coelho Junior, Carlos. “Antropofagia Sociológica (I)”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 9 de junho de 1955, p. 4.

²⁹⁷ Coelho Junior, Carlos. “Antropofagia Sociológica (V)”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 15 de junho de 1955, p. 4.

²⁹⁸ Coelho Junior, Carlos. “Antropofagia Sociológica (I)”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 9 de junho de 1955, p. 4.

²⁹⁹ Coelho Junior, Carlos. “Antropofagia Sociológica (V)”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 15 de junho de 1955, p. 4.

³⁰⁰ Coelho Junior, Carlos. “Antropofagia Sociológica (VI)”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 16 de junho de 1955, p. 4.

desempenho do “português, na sua dupla missão de colonizador exemplar e civilizador cristo-cêntrico”.³⁰¹ Mas, apesar de lhe ser caro todo o empreendimento colonial, o golpe que mais sentiu foi a deglutição do português: nesse caso, “a antropofagia [...] é mais radical”.³⁰² É claro, porque atingia o grupo dominante e seus ancestrais. Nesse sentido, ele levou a questão para o lado pessoal: a versão de Martins e Linhares solapava a posição dos distintos sobrenomes listados por Coelho Junior —eram vários— enquanto “[...] donos da terra, por direito de conquista e de afirmação cultural genuinamente portuguesa”.³⁰³

O núcleo do problema é a reinversão de posições efetuada por Coelho Junior para devolver as coisas (os grupos) cada uma em seu devido lugar. Concedia que “às etnias estrangeiras, jamais podemos desconhecer a valiosa colaboração como integrantes da nossa pátria”.³⁰⁴ Eram, afinal, “gente boa, mas simples, de ínfimo nível social,”³⁰⁵ gente que, quando chegou ao Paraná, encontrou “o substrato nacional luso-brasileiro bem definido e melhor fixado e cujo tipo prevalece”.³⁰⁶ Nem sequer na cor do paranaense os imigrantes teriam influenciado muito, “porque os portugueses já trouxeram da península, pelas invasões dos godos, bastante percentagem de sangue germânico. É o celtíbero dólico do Minho e do Alto Douro”.³⁰⁷ Bem estabelecido havia séculos o Paraná luso-brasileiro, os imigrantes não o teriam colonizado. Suas sucessivas levas teriam, isso sim, começado “a ser colonizadas já no 2º Império, pelo eminente Bragança D. Pedro II”,³⁰⁸ sendo em seguida “por nós colonizados” —pelos paranaenses luso-brasileiros—, de modo que “aqui se radicaram e abrasileiraram, adotando a nossa língua, usos e costumes, sem se insurgirem contra nossas leis”.³⁰⁹ Fica clara, nessa operação, a retomada de uma posição dominante que Coelho Junior sentiu usurpada: [r]ecuso-lhes [...] o direito de suplantar-nos, o que seria diminuir-nos ou desprezar-nos”.³¹⁰ Ou mesmo matar, simbolicamente. Afinal, Linhares

³⁰¹ Coelho Junior, Carlos. “Antropofagia Sociológica (I)”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 9 de junho de 1955, p. 4.

³⁰² Ibidem.

³⁰³ Coelho Junior, Carlos. “Antropofagia Sociológica (III)”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 12 de junho de 1955, p. 4.

³⁰⁴ Coelho Junior, Carlos. “Antropofagia Sociológica (II)”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 11 de junho de 1955, p. 4.

³⁰⁵ Coelho Junior, Carlos. “Antropofagia Sociológica (V)”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 15 de junho de 1955, p. 4.

³⁰⁶ Coelho Junior, Carlos. “Antropofagia Sociológica (IV)”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 14 de junho de 1955, p. 4.

³⁰⁷ Ibidem.

³⁰⁸ Coelho Junior, Carlos. “Antropofagia Sociológica (V)”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 15 de junho de 1955, p. 4.

³⁰⁹ Coelho Junior, Carlos. “Antropofagia Sociológica (II)”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 11 de junho de 1955, p. 4.

³¹⁰ Ibidem.

chegara a questionar, a certa altura de *Paraná Vivo*, o “que [...] competiria conservar ou resguardar desse passado morto no qual não podemos mais ir buscar nenhum estímulo de vida?” (Linhares, 1985, p. 249).

Partindo das teses para os ataques pessoais, devolvia a agressão aos historiadores locais, alegando ser Linhares quem “não vê, ou vê mal ou não quer ver” a “formação indubitavelmente portuguesa” da sociedade paranaense.³¹¹ E concluía que, com a resenha publicada no Rio, o “obstinado e rancoroso lusóforo”³¹² “aproveitou a ocasião para, mais uma vez, exteriorizar o menosprezo que a sua vaidade de crioulo vota ao português”.³¹³ O sentido hispânico de *criollo* —descendente de ibéricos nascido na América— não era muito corrente no Brasil. Nem no “Brasil diferente”. O provável insulto racial, ainda que ambíguo, lembra os termos usados pelos amigos de Coelho Junior para atacar o Homem Nu, exatamente pelos dias em que ele escrevia sua série. Pressionada, sua turma não hesitava em apelar para a raça.

O debate voltou a reverberar umas três semanas depois, quando aparecem indícios da articulação dos aliados de Coelho Junior. No jornal *O Dia*, o colunista Ariel noticiou um telegrama recebido pelo autor de “Antropofagia Sociológica”. Se Martins recebia telegramas de apoio da Universidade de São Paulo, Coelho os recebia da Universidade Federal do Paraná. Quem lhe escreveu foi Homero de Barros, intelectual católico, diretor da Faculdade de Filosofia e Letras e professor da Faculdade de Direito. Era um “entusiástico telegrama de congratulações pela sua série de artigos, SOCIOLOGIA PARANAENSE, de réplica ao livro do sr. Wilson Martins, UM BRASIL DIFERENTE”. Vale notar de passagem que, ao confundir o título da série, trocando-o por “sociologia paranaense”, Ariel colocava-se naquele mesmo campo de compreensão da “sociologia” como verdade sobre o Paraná e seu povo —longe, portanto, de seu significado ascendente como ciência do social. Intervinha no terreno comum, provinciano, em que Wilson Martins e Coelho Junior disputavam. Dizia Ariel que o telegrama de Homero de Barros “realça o valor da refutação acerca das assertivas do crítico paulista”.³¹⁴ Ariel, aqui, lança mão de um de seus insultos favoritos: o de forasteiro. O mesmo que, algumas semanas antes, havia dirigido ao escultor considerado responsável pelos traços mestiços da estátua do Homem Nu: um “ARTIXTA” cego ou, ao menos, ignorante sobre a aparência do paranaense, homem “esbelto, com maior número de loiros que morenos”, na visão de Ariel.³¹⁵ Além dessa espécie de xenofobia paranista, Ariel identificava-se com Coelho Junior pelo uso de expressões típicas do “racismo científico” de fins do século XIX, como “dolicocefalo”, que usara em outra ocasião para caracterizar o

³¹¹ Ibidem.

³¹² Ibidem.

³¹³ Coelho Junior, Carlos. “Antropofagia Sociológica (III)”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 12 de junho de 1955, p. 4.

³¹⁴ Ariel. “Tópicos da Cidade”, *O Dia*, Curitiba, 5 de julho de 1955, p. 8.

³¹⁵ Ariel. “Tópicos da Cidade”, *O Dia*, Curitiba, 21 de junho de 1955, p. 8.

paranaense em contraste com o que viu na estátua do Homem Nu. O historiador David Carneiro usou o mesmo termo, ao criticar a obra. Coelho Junior, conforme ressaltado acima, chegou a alegar certa dose de “sangue germânico” entre luso-brasileiros de tipo “celtíbero dólico do Minho e do Alto Douro”.³¹⁶ Referências comuns cada vez mais ultrapassadas, que somente a custo era possível conciliar com a voga culturalista. Mas que dão indicações sobre o conjunto comum de referências dos reacionários.

A nota mencionava também que um deputado estadual, Julio Rocha Xavier, havia apresentado na Assembleia Legislativa projeto “concedendo um auxílio de 60.000 cruzeiros para a editoração da obra do sr. Coelho Junior”.³¹⁷ A iniciativa, endossada por Ariel, foi confirmada dois dias depois, no mesmo jornal, por Fradique Mendes, outro colunista envolvido na campanha contra o Homem Nu. Mendes esclarecia que a obra seria intitulada “Pioneiros” e que os artigos da série “Antropofagia Sociológica” seriam já alguns seus capítulos.³¹⁸ O título evocava uma das acusações que Coelho Junior dirigiu a Martins e Linhares: “eles não levam em conta os valores da época pioneira”.³¹⁹ Ao que tudo indica, portanto, Coelho não tinha uma “obra”, apenas alguns textos breves. Talvez, se a subvenção saísse, ele se pusesse a escrevê-la. Seria interessante presenciar os debates numa Assembléia Legislativa povoada por aguerridos representantes das “colônias” imigrantes e saber o que pensavam sobre *Um Brasil Diferente* e sobre *Pioneiros*. Parece que nem o dinheiro nem o livro apareceram. Mas a simples mobilização em favor do incentivo mostra que, de fato, as 500 páginas de Martins estarreceram “muitas pessoas respeitáveis”. Até as que não as leram. Mobilizaram-se o sertanista Coelho Junior, jornalistas, certos setores da Universidade e políticos. Quem parece ter preferido não se manifestar foi o alvo de algumas das provocações mais certeiras de Martins: David Carneiro. Isto é, se é que Carneiro não escrevia para o *O Dia* sob o pseudônimo de Ariel, já que ambos gostavam da palavra “dolicocefalo” e de acusar seus adversários de forasteiros. Tratava-se, enfim, de um grupo arregimentado em reação ao jacobinismo imigrantista: não poderiam tolerar uma narrativa que, para nivelar os brancos, expulsava do Paraná, junto com os negros e os índios, também os “pioneiros” portugueses —seus ancestrais reais ou imaginados.

Além de se apoiar em ideias defasadas, esses paranaenses não conseguiram produzir à época uma obra ou uma narrativa capaz de rivalizar com a do “Brasil diferente”. E tinham influência limitada nas principais esferas de consagração. O diretor católico da Faculdade de Filosofia e Letras, Homero de Barros, parece ter ficado isolado na Universidade, em sua atitude de apoio a Coelho Junior. A mesa-redonda na Biblioteca

³¹⁶ Coelho Junior, Carlos. “Antropofagia Sociológica (IV)”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 14 de junho de 1955, p. 4.

³¹⁷ Ibidem.

³¹⁸ Mendes, Fradique. “Instantâneos”, *O Dia*, Curitiba, 7 de julho de 1955, p. 3.

³¹⁹ Coelho Junior, Carlos. “Antropofagia Sociológica (IV)”, *O Estado do Paraná*, Curitiba, 14 de junho de 1955, p. 4.

Pública, realizada poucos dias depois de Coelho publicar seu último texto, reuniu os membros mais distintos da instituição. Anunciada como uma “sessão importante dentro do cenário cultural paranaense”,³²⁰ a mesa reuniu, além do autor, os professores Reinhard Maack,³²¹ Temístocles Linhares, José Loureiro Fernandes, Fernando Altenfelder da Silva e Brasil Pinheiro Machado –o geógrafo, o crítico, os dois antropólogos e o historiador mais reconhecidos de Curitiba–, além de “numeroso público”.³²²

5.4. Mãe Loira

A ideia de *Um Brasil Diferente* tornou-se, em pouco tempo, incontornável. Em janeiro de 1956, seis meses depois do debate na biblioteca, Samuel Guimarães da Costa, um dos jornalistas mais importantes do estado, escreveu a série “Paraná por dentro e por fora”, em quatro partes, publicada aos domingos no *Diário do Paraná*. Os textos tratavam, cada um, de aspecto distinto do estado, do ponto de vista da formação social, cultural e econômica. O primeiro versava sobre o Rio Iguaçu e sua importância para o desbravamento, desde a época colonial, da região sul do estado, em direção ao oeste;³²³ o segundo, sobre o litoral de “sabor histórico”;³²⁴ o terceiro, sobre o norte cafeeiro³²⁵ e o quarto e último, sobre “a influência da imigração estrangeira”.³²⁶ Não era novidade, nem necessariamente efeito do livro de Martins, assumir com certa naturalidade que a imigração havia constituído um dos aspectos do estado do Paraná, se é que não havia presidido a conformação de áreas inteiras, e que, portanto, retratá-lo “por dentro e por fora” implicasse abordar a imigração, de algum modo. O interessante é que, aqui, a ideia de “Brasil diferente” já é referência obrigatória sobre o assunto. E trata-se propriamente de uma ideia —mais do que do livro, seu autor ou suas teses. Um “Brasil diferente” é, no artigo de Costa,

³²⁰ “Sessão inaugural do Centro de Debates da Biblioteca Pública” — mesa redonda sobre o último livro de Wilson Martins”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 21 de junho de 1955, Segundo Caderno, p. 5.

³²¹ Anos antes, Maack envolvera-se numa polêmica com Gilberto Freyre devido ao artigo “The Germans of south Brazil: a German view”, publicado nos Estados Unidos em 1939 (Maack, 1939). Na ocasião, o geógrafo alemão já vivia no Paraná havia vários anos. Freyre viu no artigo uma apologia anti-brasileira ao nazismo e respondeu n’*O Estado de São Paulo*, em 3 de abril de 1940, com o artigo “Questão de Culturas” (Freyre, 1942, p. 83-89).

³²² “Mesa-redonda sobre ‘Um Brasil Diferente’”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 23 de junho de 1955, Segundo Caderno, p. 7.

³²³ Costa, Samuel Guimarães da. “Vida, paixão e morte de um rio”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 8 de janeiro de 1956, p. 3.

³²⁴ Costa, Samuel Guimarães da. “Está desaparecendo no litoral um Brasil com sabor histórico”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 15 de janeiro de 1956, p. 2.

³²⁵ Costa, Samuel Guimarães da. “Amplia-se no setentrão do Paraná a linha pioneira de colonização”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 22 de janeiro de 1956, p. 2.

³²⁶ Costa, Samuel Guimarães da. “Está desaparecendo no Paraná de hoje a influência da imigração estrangeira”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 29 de janeiro de 1956, p. 2.

simplesmente a impressão, já consolidada, de que a imigração moldou o Paraná. A proposição já estava tão estabelecida que o jornalista não a evocou para endossá-la, mas para questioná-la como um fato que, apesar de verdadeiro, encontrava-se em processo de transformação: “a impressão de que somos um Brasil diferente está se tornando cada dia uma impressão mais aparente que real”, uma vez que “[f]atores novos estão modificando a estrutura da sociedade paranaense [...]”. Até recentemente, devido à falta de “densidade humana para oferecer resistência às correntes homogêneas e compactas de imigrantes”, o Paraná não as conseguira assimilar. Mas, entre os fatores novos, a migração de “brasileiros de todos os quadrantes” em busca das terras férteis do norte e do oeste teriam começado a adensar a ocupação, diluindo “o que havia de estranho do ponto de vista luso-brasileiro”.³²⁷ Cerca de um ano depois, Samuel Guimarães da Costa voltou a usar a ideia de “Brasil diferente” como baliza para chegar a uma definição equilibrada da formação social do Paraná, entre as imagens exageradas de um “Brasil profundo” de raízes coloniais e um Brasil “europeizado, anti-luso”.³²⁸

Esses usos evidenciam a difusão e a naturalização da ideia no debate público. Numa referência esparsa, também no *Diário do Paraná*, de novembro de 1956, o advogado, jornalista e crítico Eduardo Rocha Virmond dizia que o estado, “como já o sr. Wilson Martins intitulou a sua preciosa monografia, é um Brasil diferente [...]”.³²⁹ Virmond era primo do historiador Brasil Pinheiro Machado, sobrinho do ex-senador (até 1952) Flavio Carvalho Guimarães —que em 1935 publicara o opúsculo *Etnia Brasileira (fragmento de um estudo sociológico)*, discutindo no Paraná as ideias do recente *Casa Grande & Senzala*—,³³⁰ e tinha boas relações com Temístocles Linhares e com Samuel Guimarães da Costa, seus colegas de jornalismo (Virmond, 2016). “Brasil diferente” já saía com naturalidade da máquina de escrever de intelectuais bem enraizados na classe dominante tradicional.

A expressão também foi usada por representantes dos imigrantes, nos anos seguintes. Em 1959, Henrique Zimmermann, em nome do Instituto Cultural Brasileiro-Germânico de Curitiba, visitou os imigrantes alemães radicados, a partir da segunda metade dos anos 1930, em Rolândia, no norte do Paraná. Relatou a visita no artigo intitulado “Um Brasil Diferente” —em referência explícita à “notável obra literária do ilustre professor Wilson Martins”—, no qual exaltava a modernidade das fazendas, o conforto das casas e como

³²⁷ Ibidem.

³²⁸ Costa, Samuel Guimarães da. “Notas à vida paranaense”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 3 de março de 1957, Terceiro Caderno, p. 1.

³²⁹ “Se julgado por pessoas sem habilitação, o concurso irá premiar os empistolados”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 16 de novembro de 1956, p. 8.

³³⁰ Em uma “tradução” precoce de Freyre para o contexto paranaense, Flavio Carvalho Guimarães afirmou que o “Paraná sofreu diminutamente as consequências tremendas das taras que a escravidão cravou no organismo nacional”. O texto de *Etnia Brasileira* livro foi, a princípio, lido por ele numa homenagem que recebeu de amigos no tradicional Clube Curitibano, em 1935 (Guimarães, 1935, p. 15).

seus compatriotas se sentiam felizes no Brasil, onde se podia “viver bem, livre e independente”.³³¹ O sentido do artigo, ao apontar a ação daqueles alemães sobre a paisagem, sem prejuízo de sua assimilação a certo tipo de brasilidade, afinava-se bem com as teses de Martins. O “Brasil diferente”, no Paraná, transformava-se, de foco de debates de sociologia e história, em lugar-comum para pensar a especificidade regional. Um marco na trajetória da ideia talvez tenha sido o filme promocional sobre as belezas do estado feito em 1978 pelo conhecido cineasta catarinense, radicado em Curitiba, Sylvio Back, a pedido da Embratur. O curta-metragem, que representaria o Paraná no catálogo da estatal, recebeu o título de “Um Brasil Diferente?”³³² —sugerindo que, mesmo sob debate ou sob dúvida, a ideia se tornara uma marca incontornável da região.

Em meio a esse processo de vulgarização, nos anos imediatamente posteriores às comemorações do centenário a ideia de “Brasil diferente” sofreria ainda uma importante modulação, vinda do influente paranaense a quem Martins dedicara a primeira edição de sua obra: o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto (a dedicatória foi suprimida na segunda edição, de 1989). Em alguns de seus textos, sobretudo naqueles reunidos no livro *Presença do Brasil* (1960), Munhoz da Rocha tratou de dialogar com as teses de *Um Brasil Diferente*, ainda que sem mencioná-lo, ajustando-as em dois pontos importantes. Com a ideia de “mancha loira”, reinterpretaria a “diferença” em termos de “cor” —de modo a situar o Paraná não em oposição ao Brasil ou à parte dele, mas no topo de uma escala regional de branquitude. E re-introduziria a hierarquia —contra o nivelamento imigrantista—, devolvendo à oligarquia luso-brasileira o controle sobre o processo civilizatório. Mas com o reparo de que, no Paraná, os subordinados seriam não mais os negros e os indígenas, e sim a ralé branca formada pelos menos bem-sucedidos entre os imigrantes. Munhoz da Rocha ofereceu, assim, uma leitura de compromisso, capaz de conciliar o interesse dos brancos imigrantes com o dos brancos brasileiros, selando aliança sólida em torno de uma “branquidade pacífica” delimitada regionalmente (Rocha Neto, 1960a, p.70).

Munhoz da Rocha, possivelmente “o maior representante político e o mais refinado intelectual orgânico de sua classe” (Oliveira, 2001, p. 10), dedicou diversas páginas, embora nenhum livro inteiro, à questão regional.³³³ Preocupou-o, em especial, o problema da singularidade do Sul e do Paraná diante de um Brasil que ele considerava tão bem definido por Gilberto Freyre, mas que não correspondia à imagem que tinha de sua própria região. Desde cedo, no debate emergente entre modernistas e paranistas, alinhou-se mais com os paranistas (Cordova, 2009, p. 46; Marchette, 2013, p. 75-77). É famoso um debate que travou na imprensa, em 1930 —quando ambos tinham pouco mais de 20 anos—, com Brasil

³³¹ Zimmermann, Henrique. “Um Brasil Diferente”, *Diário do Paraná*, Curitiba, 23 de julho de 1959, p. 2.

³³² *Um Brasil Diferente?* Direção, roteiro e produção: Sylvio Back. Brasil, 1978. Documentário, 17 min.

³³³ Ver um quadro de referência de sua obra na tese de Maria Julieta Weber Cordova (2009, p. 71-72).

Pinheiro Machado, outro dos principais intelectuais da classe dominante paranaense.³³⁴ Pinheiro Machado, que em 1928 já havia publicado uma série de poemas modernistas,³³⁵ escreveu para uma importante revista do Rio artigo em que afirmava ser o Paraná “um estado típico desses que não têm um traço que faça deles alguma coisa de notável, nem geograficamente [...] nem pitorescamente”, e nem mesmo em termos de “relevo humano” (Pinheiro Machado, 1930, p. 8-11). Munhoz da Rocha sentiu o golpe e publicou uma resposta na mesma revista, afirmando que, ao contrário de pertencer à “retaguarda característica de incaracterísticos” (Rocha Neto, 1995, p. 40), como dissera seu colega, o Paraná, mesmo que ainda em busca de expressão própria, estaria “na vanguarda dos que são por si, dos que vivem por si” (idem, p. 47). Compreende-se um pouco mais sua atitude ambígua, vinte anos mais tarde, quando decidiu patrocinar a importação do modernismo brasileiro para Curitiba. Aqui, contudo, interessa desse debate outra faceta. Em “Significação do Paraná”³³⁶, ele já demonstrava, além de profunda identificação com um “nós” luso-brasileiro, a disposição para a mesma re-acomodação conservadora que, mais tarde, marcaria seu diálogo com a ideia do “Brasil diferente”:

[e]stamos criando, em aspectos característicos, um pedaço da civilização brasileira. Não temos o tipo etnicamente definido paranaense — como não existe o tipo racial brasileiro. Mas vai aí uma grande diferença. Fundem-se no Paraná, subordinadas ao elemento disciplinador do nosso poder de adaptar, quase todas as raças européias. Como de São Paulo para o Sul. Como em várias regiões de Minas. Como no espírito Santo (idem, p. 42).

Sua primeira monografia, de 1948, lidava com a formação das culturas latino-americanas em oposição à das culturas anglo-americanas e tocava, portanto, em questões afeitas ao debate sobre a brasilidade. Mas, em busca de generalizações, deixava praticamente de lado o problema das diferenciações regionais (Rocha Neto, 1948). Que veio à tona, como era de se esperar, nos numerosos discursos proferidos durante o centenário, os quais mereceriam análise mais aprofundada. Num dos mais divulgados, à época, após retomar algumas ideias do livro de 1948 (“Temos a fé, temos aquele individualismo, o individualismo brasileiro, americano e latino, aquela exuberância latina, aquela indisciplina dos latinos. Mas temos aquele espírito de cooperação [...]”), passou um “recado do Paraná para o Brasil: [...] Temos manchas louras; gente loura de olhos azuis [...] brasileiros de sobrenomes muito complicados, mas que se honram desse nosso Brasil, como nós outros

³³⁴ Enquanto a família de Pinheiro Machado era da elite fazendeira dos campos do planalto — ele nascera na cidade de Ponta Grossa —, a de Munhoz da Rocha pertencia à elite ervateira do litoral e de Curitiba — ele era natural da cidade portuária de Paranaguá.

³³⁵ Ver Pinheiro Machado (2001).

³³⁶ O artigo foi publicado originalmente em 1930 na revista *A Ordem*, do Rio de Janeiro, (ano X, n. 6) e reimpresso numa coletânea de seus ensaios, em 1995.

que possuímos sobrenomes portugueses”.³³⁷ Já havia surgido, aí, a curiosa ideia de “mancha loira”.³³⁸ Ele a retomou num texto de 1962, ao discutir de passagem a assimilação dos imigrantes estrangeiros —problema superado porque “[o] Sul travou e venceu a batalha cultural” e “ficou sendo a **mancha loira** do Brasil [negrito no original]” (Rocha Neto, 1969, p. 35). Não cabe analisar todas as vezes em que usou a expressão. Somente mostrar que não se tratava de uma ideia casual, e sim de uma imagem recorrente para representar o Sul em contraste com o resto do país.

Munhoz da Rocha dedicou-se a consolidar essa imagem no livro *Presença do Brasil*. O ex-governador reconheceu, em linhas gerais, e sintetizou a proposição principal de Martins: “O Sul é branco”. Mas imediatamente a complementou com sua própria leitura: “É, mesmo, a mancha loira do Brasil” (Rocha Neto, 1960a, p. 70). Mancha que corresponde às áreas coloniais dos três estados do Sul, onde “ferve o caldeirão da amalgamação de raças brancas e a aculturação intensíssima no rápido caminho da aculturação luso-brasileira” (ibidem). O cadinho de brancos persistia como mecanismo de formação social (e os luso-brasileiros reapareciam em posição de comando), mas seu resultado deixava de ser simplesmente “branco” para ser, agora, “loiro”.

Dessa transformação sutil destacam-se duas consequências. A primeira, mais evidente, é disfarçar a conotação racial da principal marca de singularidade regional em favor de uma imagem mais aceitável de “cor”. É óbvio que “branco” é uma cor, mas, assim como “negro”, também era a palavra usada para denominar uma raça. “Loiro”, por outro lado, ao invés de evocar imediatamente uma diferença racial, passava a operar no sistema complexo de classificação por “cor”, onde cabelo loiro é, dentre todas as marcas físicas, talvez o sinal mais inequívoco de brancura, embora não necessariamente de “raça” branca. A diferença é tênue, mas relevante num contexto em que se combinavam a hegemonia da democracia racial com a ideologia do embranquecimento. “Mancha loira” situava a região Sul num gradiente de cor tipicamente brasileiro. De modo engenhoso, tornava mais consequente o apelo de Martins, para quem o Paraná teria acrescentado ao Brasil “uma nova dimensão”. O Sul “loiro” não seria mais apartado, incomensurável, até, em função da “diferença”; agora, apenas ocuparia um quadrante na extremidade mais clara do gradiente de cor brasileiro. Tornava-se mais crível a proposição de que o Sul não seria anti-brasileiro, mas somente brasileiro a seu próprio modo: a “mancha loira demonstra que pode ser honesta e sinceramente brasileira, sem precisar esconder ou negar influências de qualquer espécie, como as do ameríndio e principalmente do negro [...] porque não as possui, ou as possui em grau ínfimo” (idem, p. 71). Poderia, assim, ser parte integrante de um Brasil

³³⁷ “Das notas taquigráficas de discurso pronunciado na sessão de instalação de um dos Congressos comemorativos do Centenário”, *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 224, dezembro de 1953, p. 19.

³³⁸ José Szwako (2009) dedicou algumas páginas à análise dessa ideia.

moderno frequentemente imaginado como pós-racial —mais por causa da mistura que por causa da inexistência de “raças”.

A segunda consequência interessante é que a ideia de “loiro”, ao mesmo tempo em que colocava imigrantes e luso-brasileiros no plano comum de “cor”, não deixava de demarcar as diferenças entre os dois grupos. Munhoz da Rocha não precisava recorrer ao argumento, caro a Coelho Junior, David Carneiro e Ariel, de que a imigração pouco havia influenciado na aparência do paranaense, pois em sua composição racial já teriam entrado aloirados “celtíberos dólicos do Minho e do Alto Douro”. Não: a “mancha loira” devia-se, de fato, à presença dos imigrantes europeus recentes. Na leitura mais sofisticada de Munhoz da Rocha, portanto, não cabia mais reagir ao modernismo protegendo a brancura dos luso-brasileiros, nem tampouco reagir ao imigrantismo assegurando a persistência tardia de uma sociedade colonial inalterada. Mas tampouco cabia permitir, como em Martins, que “branco” e “paranaense” se tornassem sinônimos de imigrante. Assim, povoar o Paraná de “loiros”, ao invés de “brancos”, tornava possível o processo por meio do qual imigrantes (brancos-loiros) e luso-brasileiros (brancos-morenos) fundiam-se num novo tipo, ainda “loiro”. Pois se o luso-brasileiro talvez não fosse branco o bastante para deixar de macular, com sua mistura racial, a brancura do paranaense, ele era ao menos branco o suficiente para, misturando-se com os imigrantes, produzir paranaenses “loiros” ou aloirados. De todo modo, mais claros do que os brasileiros de qualquer outra parte. Um dos pontos que para ele era essencial negociar era a perspectiva de um amálgama branco que tanto incluísse os luso-brasileiros do Sul quanto pacificasse sua branquitude. E para isso era preciso participar da brancura dos imigrantes. Munhoz da Rocha sintetizava essa perspectiva com um exemplo:

[n]o meio de crianças de olhos claros e cabelos castanhos, é difícil, senão impossível, distinguir, entre os que têm duas ou três gerações de Brasil, os de ascendência lusa, italiana, alemã ou polonesa. É nítida a tendência para um tipo físico uniformizado, de branquidade pacífica (idem, p. 70).

A outra exigência, todavia, era não se nivelar totalmente com os imigrantes, preservando a preeminência dos luso-brasileiros como pioneiros e conquistadores da terra. Um ensaio muito interessante de Munhoz da Rocha mostra o teor de seu aristocratismo, evidado desse sentimento. No necrológio de 1944 dedicado ao pai —governador da Primeira República, sucedido no cargo pelo sogro, a seu turno derrubado pela Revolução de 1930—, Munhoz da Rocha descreve as agruras de quem, com a ruína política, teve que vender a luxuosa residência da família, onde viviam rodeados por amigos e empregados, para viver, freqüentemente em dificuldades financeiras, numa residência mais modesta.³³⁹ Sua

³³⁹ As famílias, tanto a dele quanto da esposa, eram tão identificadas com o regime da Primeira República, que a residência do casal e as residências dos pais de cada um deles, em Curitiba, foram saqueadas durante os eventos revolucionários em 1930 (Rebelo, 2005, p. 39). Wilson Martins, que foi seu amigo, disse que, nos anos 1950, ele guardava ainda “um pouco de ressentimento contra a revolução de 30, contra a derrubada de sua família e do sistema anterior” (Martins, 1987).

descrição de sentimentos como orgulho e nobreza, e sobretudo do universo da casa, uma grande vila urbana em que o pai atendia a todos —tanto os iguais quanto os inferiores— com cordialidade (Rocha Neto, 1960b), tem a marca do patriarcalismo da aristocracia de sobrados freyreana. Lembra também o chefe do clã dos Terra Cambará, no épico gaúcho *O Tempo e o Vento*, de Érico Veríssimo. O texto diz muito sobre como Munhoz da Rocha imaginava a posição de sua família na sociedade local e, de forma mais ampla, no Brasil, por analogia com outras aristocracias regionais. Seria com uma mistura de aristocratismo e paternalismo que ele conceberia as relações entre seu estrato de luso-brasileiros e os imigrantes.

A segunda modulação importante realizada por Munhoz da Rocha na ideia de “Brasil diferente” consistiu em re-introduzir a hierarquia, agora entre brancos que incluíam os luso-brasileiros. Wilson Martins já havia reservado aos poloneses, o grupo imigrante mais numeroso no Paraná, uma posição subordinada, como culturalmente atrasados. Tanto devido às condições sociais em seu país de origem, quanto ao fato de, no Paraná, terem se instalado, a princípio, em áreas predominantemente rurais. Em Martins, essa posição inferior contribuía para impor a imagem de um povo imigrante, formado por grupos superiores e inferiores, mas igualmente europeus e brancos. “O negro do Paraná é o polaco” estabelecia uma analogia de posições sociais, mas sem correspondência em termos de marcas raciais: o “polonês” não era distinguível do “alemão” ou do “italiano” por ser mais ou menos branco. No reparo de Munhoz da Rocha, por outro lado, a presença do luso-brasileiro transforma a massa dos brancos-loiros, os imigrantes, em ralé. Uma ralé racialmente marcada, mas de modo muito particular: no Sul, “o loiro é o que moureja de sol a sol; o que corre os riscos da agricultura e amealha duramente os seus pecúlios. Loiro é o operário, o criado, o subordinado, o pobre, o humilde” (Rocha Neto, 1960a, p. 62). Em certo orfanato de Curitiba, dizia o ex-governador, a “grande maioria era composta de meninos pretos e brancos-loiros, loiros-palha, loiros de cabelos brancos de tão loiros [...] filhos de imigrantes, que não conseguiram vencer ou não tiveram tempo de estabilizar-se economicamente” (ibidem).

Como que a selar sua versão acerca das posições recíprocas entre luso-brasileiros e imigrantes no Sul, Munhoz da Rocha, em um par de páginas muito significativo, chegou a propor a inversão de uma figura típica do outro Brasil: a Mãe Preta. No Sul, a Mãe Loira, “a de olhos claros em que se refletem distantes paisagens de neve”, é que “embala o filho dos padrões brancos, mas de cabelos e olhos pretos”. E “termina do mesmo modo que a preta, em pessoa da família. É ainda mais. É peça da família, pela sua acomodação e fidelidade imutáveis” (idem, p. 64). Os filhos de ambas, um preto, outro loiro-palha estariam, talvez, juntos naquele orfanato. De fato, não era incomum para famílias ricas de Curitiba ter, no final do século XIX e início do XX, empregadas estrangeiras ou “loiras”, muitas vezes de origem alemã ou polonesa, nascidas nas colônias (Bueno, 1996, p. 70). Mas a figura nostálgica de Munhoz da Rocha diz menos sobre esse fato, ou sobre os fatos, que sobre sua vontade de estabelecer uma equivalência entre a posição da aristocracia luso-brasileira nordestina em

relação a seus pretos e a posição de certa aristocracia luso-brasileira do Paraná em relação a seus loiros. A Mãe Loira era, na verdade, uma peça no esquema que revertia a combinação de exclusão e nivelamento produzido pelas teses de Martins para restituir a hierarquia nas relações entre os brancos.

Nesse modelo, os imigrantes nacionalizam-se somente abaixo dos “luso-brasileiros que comandam o seu processo de assimilação cultural” (Rocha Neto, 1960a, p. 71).³⁴⁰ E, se aceitam esse “comando”, é, em boa medida, por falta de opção. Em mais uma analogia interessante entre as situações dos negros e dos imigrantes, tem-se que o “loiro é o que se fixa e tem as suas aspirações e os seus ideais limitados à região, e perdeu suas ligações com outros continentes, onde o prendem, apenas, justas mas longínquas afinidades de ordem emocional” (idem, p. 62). Uma situação de desenraizamento, com relação à pátria antiga, e distância geográfica e cultural em relação à nova, o Brasil. A realidade próxima, que primeiro pode ser compreendida e primeiro inspira afinidades, é, assim, a região. Num ensaio tardio, do final dos anos 1960, em que analisa colônias de deslocados de guerra instaladas no interior do estado durante seu governo,³⁴¹ o autor sugere que “o regional deve servir de caminho para a integração nacional, pois os descendentes recentes de estrangeiros se sentem, numa primeira etapa, semelhantes aos seus vizinhos e companheiros paulistas, paranaenses, catarinenses e gaúchos”, antes de poderem se sentir brasileiros (Rocha Neto, 1969, p. 154).³⁴² Era um argumento que aplicava àquela situação mais recente as conclusões a que já havia chegado a respeito das imigrações antigas: “[n]as áreas para onde convergem populações de várias culturas, como o sul do Brasil, o regionalismo possui uma função altamente nacionalizante” (Rocha Neto, 1960a, p. 60). Porque ser “paulista, paranaense, catarinense ou gaúcho, sentir-se preso ao seu meio, onde se situa o centro de todos os seus interesses, preocupações e aspirações, é, para a gente de poucas gerações de Brasil, o verdadeiro caminho de inteira assimilação” (idem, p. 61). Soa um pouco como o argumento de Gilberto Freyre no *Manifesto Regionalista* de 1926: se o Brasil é feito, “sociologicamente”, de regiões (Freyre, 1996), é natural que a identificação com a região preceda a identificação com a nação; e que seja, ao mesmo tempo, o caminho para a nacionalização.

No caso do Paraná, essa “naturalidade” só poderia ser uma ilusão. Ou melhor, mais um argumento político destinado a reafirmar a hierarquia nas relações entre luso-

³⁴⁰ A ideia de “comando” aparece em outros trechos, como quando se refere ao “comando que a esses brasileiros tradicionais compete na assimilação cultural da região” (idem, p. 63).

³⁴¹ As mesmas colônias cujas “aldeias brancas” haviam sido louvadas por Rubem Braga e Arnaldo Pedroso D’Horta quando visitaram o Paraná a convite do governador, pouco antes do centenário.

³⁴² Em *Presença do Brasil*, observa o modo como “teuto-rio-grandenses e ítalo-rio-grandenses” exibem seus trajes típicos, superando em zelo “os próprios gaúchos tradicionais” (Rocha Neto, 1960a, p. 60). Um caminho efetivamente regional para a assimilação, como notou Ruben Oliven a respeito do entusiasmo com que alguns descendentes de imigrantes filiaram-se, na mesma época, ao tradicionalismo gaúcho (Oliven, 2006, p. 112-114).

brasileiros enraizados na região —logo, também na nação— e imigrantes desenraizados destinados a cumprir etapas em seu processo de assimilação. Mas, longe de serem assimilados a uma região supostamente bem definida e de sólidas tradições, os imigrantes foram essenciais no processo de invenção do Paraná moderno. E pelo menos de dois modos. Por um lado, estimulados pelo Estado, criaram performances étnicas capazes de simbolizar a diferença e a branquitude regional. Aderiram, desse modo, a um projeto racial que apontava para a segmentação da nação em regiões racializadas, na contramão do processo de formação nacional. Ou melhor, que apontava para um processo particular de formação nacional, essencialmente hierárquico, em que a hierarquia assumia a forma de distinções racializadas. Por outro lado, foram personagens centrais —ora heróicos, ora humildes— nos diferentes modelos elaborados, criticados e reformados pelos intelectuais da classe dominante em suas tentativas de construir uma narrativa regional. A performance étnica mostrou um repertório “popular” desconhecido —e, de certo modo, até então inexistente, tornando palpáveis novas soluções para o impasse, que assombrava a classe dominante, de como situar o Paraná no Brasil moderno do pós-guerra. A adesão dos imigrantes foi um movimento político que precipitou a reorganização das fronteiras sociais e forçou os intelectuais da classe dominante a interpretar sua própria região num momento de extraordinárias mudanças. O consenso mínimo que daí emergiu, entre o cadinho —*melting pot*— imigrante e a nacionalização supervisionada pelos paranaenses luso-brasileiros foi o de um povo branco, natural do Sul, distinto dos demais brasileiros pela “cor”. Na base desse consenso, a fronteira social da branquitude delineou-se de modo a incluir, indistintamente, loiros e morenos, desde que “de origem” estrangeira, o que daria, na imaginação dos sulistas —mas também na dos brasileiros de outras regiões—, quase no mesmo que ser do Sul. Esse brasileiro sempre meio étnico, nunca simplesmente brasileiro, seria um verdadeiro tipo social do Brasil moderno: o branco brasileiro do Sul.

A definição da fronteira social da branquitude teria correspondido, e isso não pode ser mais do que uma sugestão, ao deslocamento de sua fronteira física mais para o sul, circunscrevendo-se a área do branco brasileiro aos três estados sulinos. O lugar de São Paulo na geografia racializada das regiões era já bastante ambíguo para alguns dos principais formuladores das teses do “Brasil diferente”. Tanto Martins quanto Munhoz da Rocha ora juntavam São Paulo ao Sul, de acordo com determinado critério —digamos, o simples peso demográfico da imigração estrangeira—, ora separavam-no, de acordo com outro critério —como o tipo mais comum de lavoura, se a pequena propriedade de cultivos temperados, formando as “colônias”, ou a lavoura tropical (presente também no norte paranaense), que transformava imigrantes em trabalhadores ao invés de transformá-los colonos, conforme o conceito tipicamente sulista. Essa indefinição a respeito do lugar de São Paulo, à parte os aspectos objetivos que podiam ser invocados para justificar uma ou outra classificação, não deixava de sinalizar as mudanças que ocorriam, a partir do imediato pós-guerra, na sociedade paulista. Sobretudo na cidade de São Paulo, que se tornava cada

vez mais a metrópole industrial brasileira, deixando para trás aquelas características caras à definição do Sul branco. Ao comparar dois momentos de intensa produção simbólica sobre São Paulo, o conflito de 1932 e as comemorações dos quatrocentos anos da cidade, em 1954, Barbara Weinstein notou que, no segundo momento, foi necessário “reconceituar o povo paulista [...] para se adequar aos contornos mais irregulares da sociedade paulista do pós-guerra” (Weinstein, 2015, p. 222). Nesse sentido, um dos principais desafios foi conciliar a antiga imagem do paulista “branco, homem e de classe média” (idem, p. 112), uma das principais noções mobilizadas durante a crise de 1932, com uma população cada vez mais diversa. “O imaginário da gente do sul, acostumada a se pensar a partir do afluxo de novos imigrantes europeus, do progresso e do embranquecimento, era posto em causa” (Guimarães, 2002, p. 133), em São Paulo, principalmente devido à migração de nordestinos, induzida pela política varguista de industrialização e valorização do trabalhador nacional (idem). É nesse momento que a fronteira da branquitude parece recuar mais para o sul, demarcando uma forma de ser moderno distinta da brasileira e também da paulista, àquela altura já brasileira demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“República de Curitiba —aqui se cumpre a lei”. Até recentemente, esse bordão podia ser encontrado por toda a cidade, em adesivos de carros, painéis e camisetas. Vinha acompanhado, muitas vezes, da imagem de um juiz paranaense celebrado na imprensa como herói da luta contra a corrupção. Ele e alguns dos principais membros da “força-tarefa” com a qual trabalhava tinham sotaques característicos e sobrenomes estrangeiros. Para muitas pessoas, a associação entre essas figuras e a imagem consolidada de Curitiba como uma cidade organizada, limpa e bem-comportada reforçava a esperança de que o Brasil pudesse ser salvo de si mesmo por uma espécie de intervenção estrangeira. Brasileiros de outras regiões, muitos deles brancos e de classe média, mas não apenas, passaram a imaginar Curitiba como a capital simbólica do Brasil em que desejavam viver. Muitos curitibanos e paranaenses fizeram sua parte e assumiram com orgulho a identidade de cidadãos dessa República imaginária, nomeada em alusão aos acontecimentos que precipitaram a morte de Getúlio Vargas, em 1954.

A construção midiática de Curitiba como reduto de um grupo de funcionários públicos dedicados e incorruptíveis pode ser vista como reiteração do discurso da diferença, cuja origem muitas vezes é creditada ao livro de Wilson Martins. Curitiba já foi retratada, em diferentes épocas, como “cidade-modelo”, “capital ecológica” e “capital das etnias”. Em todos esses casos, aproveitou-se o efeito Brasil diferente, que projetava nela a imagem invertida dos problemas percebidos como brasileiros. De acordo com essa leitura, no momento presente a diferença teria sido novamente manipulada para fins políticos, mirando-se no problema brasileiro do momento: a corrupção. Neste trabalho, procurei ir além da interpretação do “Brasil diferente” como reiteração da lógica da diferença, atentando, alternativamente, para seu processo histórico de construção.

Defendi a tese de que o “Brasil diferente” se constituiu em forma discursiva do pacto racial selado, no período pós-guerra, entre brancos luso-brasileiros e brancos de origem imigrante, em detrimento dos não-brancos negros e indígenas. Esse pacto possibilitou a formação de uma maioria branca na região sul do país, que passou a ser seu povo característico, e determinou a consolidação de uma cidadania regional mais ou menos abrangente, pois inclusiva para a maioria branca. Procurei, assim, analisar alguns episódios decisivos do processo de construção social de uma maioria e de uma minoria definidas em termos raciais. Utilizei a ideia de “pacto” para enfatizar a natureza política dessa construção histórica. Além disso, o fato de ter sido um pacto racial aponta para a conexão intrínseca entre racialização, formação de grupos e poder.

Mais precisamente, mostrei que a perspectiva de fazer “sua” região convergir com a modernidade brasileira do pós-guerra atraía uma fração importante da classe dominante paranaense —em especial aquele grupo com mais profundas raízes familiares na economia da pecuária e da erva-mate, atividades que juntas conformaram o “Paraná tradicional” no

século XIX. Mas, apesar de terem promovido esse alinhamento usando como justificativa as comemorações do centenário, esses paranaenses tradicionais recuaram em dois pontos. Tentaram imprimir algum sentido regional à arquitetura moderna mais prestigiosa, trazida por profissionais que trabalhavam no Rio de Janeiro; e repudiaram que o tipo paranaense tenha sido representado numa figura humana de traços brasileiros demais, concebida mais ou menos de acordo com o cânone trabalhador e mestiço estabelecido pelos artistas modernos. Tomei essa atitude, examinada no segundo capítulo, como indício de que, para os paranaenses de elite, sua branquitude e a de seu povo, imaginadas como características regionais, eram inegociáveis.

No terceiro e no quarto capítulos, mostrei como os paranaenses luso-brasileiros de elite construíram um pacto político com os imigrantes, sobretudo europeus e japoneses. Nesse pacto, os negros e os indígenas foram marginalizados, relegados à invisibilidade e a uma existência, no melhor dos casos, confinada ao passado remoto. Interpretei esse pacto como o oposto daquele que havia sustentado a democracia racial. Se, na Capital Federal e em outros lugares, parte significativa dos luso-brasileiros brancos —encabeçada por artistas e intelectuais influentes— havia-se inclinado para o lado da maioria negra, formando um consenso pela incorporação (ainda que limitada) dos mestiços à nação, no Paraná os luso-brasileiros mais influentes agiram para formar uma região branca, a partir de sua aliança com os imigrantes. Aceitando o pacto, muitos imigrantes e descendentes de poloneses, ucranianos, alemães, japoneses e outros apresentaram no centenário uma performance étnica que seria, mais tarde, tomada como prova da não-brasilidade dos paranaenses. No quinto e último capítulo, examinei os debates que se seguiram ao centenário, procurando mostrar como era importante, para os principais intelectuais, o problema de demarcar a fronteira da branquitude. Na versão radical do “Brasil diferente”, os próprios luso-brasileiros foram marginalizados junto com negros e indígenas, negando-se de todo a vertente “brasileira” na formação do Paraná. Essa versão causou reações furiosas e cuidadosos reparos por parte de membros da elite luso-brasileira, que trataram de teorizar uma fronteira racial em cujo interior, guardadas as hierarquias entre eles, todos os brancos pudessem entender-se bem.

O pacto político entre luso-brasileiros e imigrantes limitava a abrangência do branco brasileiro, assim definido, às áreas de imigração, onde se formava uma maioria branca. E diferenciava o branco brasileiro do sul dos brasileiros brancos de outras regiões. Uma das questões que permanece em aberto diz respeito aos limites da geografia imaginada desse projeto. Inclui São Paulo, com seu poderio e toda a sua diversidade? E o Rio Grande do Sul, que possui um modo próprio de se imaginar como parte do Brasil —um modo que às vezes parece divergir do “Brasil diferente”, às vezes parece convergir com ele? Consciente desses problemas, concluo que o pacto da branquitude tal como se estabeleceu no Paraná do pós-guerra plantou no sul a semente de um projeto alternativo de nação, concebido e consolidado em oposição ao projeto da democracia racial. Nos últimos anos, o projeto

sulista prestou-se a articular de modo eficiente a reação anti-democrática ao processo republicano e nacional que promovia a integração (ainda que progressiva e limitada) da maioria negra às oportunidades desfrutadas pela minoria branca.

REFERÊNCIAS

- A PRAÇA Dezenove de Dezembro. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba, v. XV, n. 82, ago. 1988. 28 p.
- ABREU, Alzira Alves de (Org.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- ANDREAZZA, Maria Luiza. **O paraíso das delícias**: um estudo da imigração ucraniana, 1895-1995. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
- _____; NADALIN, Sérgio Odilon. O cenário da colonização no Brasil meridional e a família imigrante. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 11, n. 1, p.61-87, 1994. https://www.rebep.org.br/revista/article/view/482/pdf_457.
- ANDREWS, George Reid. **Blacks and whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988**. Madison, WI: University Of Wisconsin Press, 1991. 369 p.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Lines of Descent**: W. E. B. Du Bois and the emergence of identity. Cambridge, MA; Londres: Harvard University Press, 2014. 240 p.
- AULICH, Werner. **O Paraná e os alemães**: estudo caracterológico sobre os imigrantes germânicos. Curitiba: Edição da Comissão de Festas do Grupo Étnico Germânico do Paraná, 1953. 216 p.
- AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor**: um estudo de ascensão social. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955 [1953]. 203 p. (Brasiliense).
- BALÃO JUNIOR, Jaime. Prefácio. In: COELHO JUNIOR, Carlos. **Perfis e panoramas**: o que vi e ouvi nos sertões do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1940. p. 9-23.
- BALHANA, Altiva Pilatti. Política imigratória do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 87, p. 39-50, jan./abr. 1996 [1969].
- _____; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. 277 p.
- BARBOSA, Muryatan Santana. Guerreiro Ramos: o personalismo negro. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 217-228, nov. 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20702006000200011>.
- BARTH, Fredrik. Introduction. In: BARTH, Fredrik (Org.). **Ethnic groups and boundaries**: the social organization of cultural difference. Boston, MA: Little, Brown & Company, 1969. p. 9-38.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo. São Paulo: Anhembi, 1955. 554 p.

BATISTELLA, Alessandro. O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 32, p. 257-286, jun. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x0173213>.

_____. A campanha oposicionista ao governador paranaense Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) por meio da caricatura política. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 23, n. 1, p. 37-69, 2018. <http://dx.doi.org/10.5212/rev.hist.reg.v.23i1.0002>.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Letras e Política no Paraná**: simbolistas e anticlericais na República Velha. Curitiba: Editora UFPR, 2013. 542 p.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O Problema das "Frentes Pioneiras" no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 335-384, jul./set. 1953. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1953_v15_n3.pdf.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 427-456, out./dez. 1952.

BORUSZENKO, Oksana. A imigração ucraniana no Paraná. In: IV SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 4., 1967, Porto Alegre. **Anais...** . São Paulo: FFLCH-USP, 1969. p. 423-439.

_____. Brazil. In: KUBIJOVYC, Volodymyr (Ed.). **Encyclopedia of Ukraine**: volume I, A-F. Toronto: University Of Toronto Press, 1993. p. 291-294.

BRAGA, Rubem; D'HORTA, Arnaldo Pedroso. **Dois Repórteres no Paraná**. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. 84 p. (Coleção Brasil Diferente).

BUENO, Wilma de Lara. **Curitiba, uma cidade bem amanhecida**: vivência e trabalho das mulheres polonesas no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. 1996. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. Esculturas públicas em Curitiba e a estética autoritária. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 63-82, nov. 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782005000200007>.

_____. **Paranismo**: arte, ideologia e relações sociais no Paraná, 1853-1953. 2007. 213 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CAMPOS, Luiz Augusto. "O negro é povo no Brasil": afirmação da negritude e democracia racial em Alberto Guerreiro Ramos (1948-1955). **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p.91-110, abr. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792015000100007>.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. 339 p. (Corpo e Alma do Brasil, 8).

_____.; IANNI, Octavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade no Brasil Meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. 286 p. (Brasiliiana, 307).

CARNEIRO, David. **A história da história do Paraná**. Curitiba: Centro de Letras do Paraná, 1952. 283 p.

CARNEIRO, Newton. **Iconografia Paranaense**: anterior à fotografia. Curitiba: Impressora Paranaense, 1950. 39 p.

_____. **As artes e o artesanato no Paraná**. Curitiba: Papelaria Requião, 1955. 19 p.

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e Brasileiro**: A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 256 p.

CERCHIARO, Marina Mazze. **Esculpindo para o Ministério**: arte e política no Estado Novo. 2016. 269 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Brasileiros, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 313-333, dez. 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x004007004>.

COELHO JUNIOR, Carlos. **Perfis e panoramas**: o que vi e ouvi nos sertões do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1940. 132 p.

_____. **Pelas selvas e rios do Paraná**. Curitiba: Guaíra, 1946. 188 p.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tinguís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil**: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense. 2009. 296 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

COX, Oliver. Situations of race relations. In: COX, Oliver. **Caste, class and race**: a study in social dynamics. Nova York: Monthly Review Press, 1959. p. 353-391.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil (1917-1945). São Paulo: Editora Unesp, 2006. 400 p.

DECKKER, Zilah Quezado. **Brazil built:** the architecture of the modern movement in Brazil. Londres; Nova York: Spon Press, 2001. 253 p.

DUDEQUE, Irã José Taborda. **Espiraís de madeira:** uma história da arquitetura de Curitiba. São Paulo: Studio Nobel, 2001. 440 p.

FABRIS, Pamela Beltramin; HOSHINO, Thiago. Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio: mobilização negra e contestação política no pós-abolição. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Ueweton (Org.). **Paraná Insurgente:** história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018. p. 51-64.

FERNANDES, Florestan. Cor e estrutura social em mudança. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (Org.). **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo.** São Paulo: Anhembi, 1955. p. 67-122.

_____. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. 378 p. (Biblioteca Universitária, série 2 - Ciências Sociais, 1).

_____. Prefácio. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis:** aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. p. 11-23. (Brasiliense, 307).

_____. **A Sociologia no Brasil:** Contribuição Para o Estudo de sua Formação e Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977. 270 p.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes.** 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. 2 vols.

FISCHER, Brodwyn. **A Poverty of Rights:** Citizenship and inequality in twentieth-century Rio de Janeiro. Stanford, CA: Stanford University Press, 2008. 488 p.

FONTES, Paulo. **Migration and the making of industrial São Paulo.** Durham, NC: Duke University Press, 2016. 296 p.

FREYRE, Gilberto. **Uma cultura ameaçada:** a luso-brasileira. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942. 103 p.

_____. **Manifesto regionalista.** 7. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1996. 259 p. (Série Documentos, 44).

_____. **Casa grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003. 719 p.

FROTSCHER, Méri; STEIN, Marcos Nestor; OLINTO, Beatriz Anselmo. Memória, ressentimento e politização do trauma: narrativas da II Guerra Mundial (Suábios do Danúbio de Entre Rios, Guarapuava – PR). **Tempo**, Niterói, v. 20, n. 36, p. 1-26, 2014. <http://dx.doi.org/10.20509/tem-1980-542x2014v203620>.

FUKUSHIMA, Masanori. **Algumas características das migrações internas do paraná 1900-1984**. 1986. 460 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1986.

GALANI, Luan. Histórias da Biblioteca Pública que os livros não contam. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 4 ago. 2015. Haus. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/haus/estilo-cultura/com-ela-veio-a-liberdade-entre-livros/>>. Acesso em: 23 maio 2019.

GANS, Herbert. Symbolic ethnicity: the future of ethnic groups and cultures in America. **Ethnic And Racial Studies**, Londres, v. 2, n. 1, p. 1-20, jan. 1979. <http://dx.doi.org/10.1080/01419870.1979.9993248>.

GNOATO, Luís Salvador Petrucci. **Introdução do ideário modernista na arquitetura de Curitiba (1930-1965)**. 1997. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. **Racionalismo e rigor construtivo**. 2007. Revista Arquitetura e Urbanismo, Edição 160, julho. Disponível em: <<http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/160/rubens-meister-por-salvador-gnoato-55258-1.aspx>>. Acesso em: 7 mar. 2019.

GOMES, Iria Zanoni. **1957 A revolta dos posseiros**: organização e resistência no sudoeste do Paraná. 2. ed. Curitiba: Criar, 1987. 121 p.

GONÇALVES, Josilena Maria Zanello. **Integração das artes no Paraná (1950-1970): a conquista do espaço público**. 2006. 242 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GOODMAN, Glen Skiles. Consuming the café colonial: german ethnicity and tourist migrant marketplaces in southern Brazil. **Global Food History**, v. 4, n. 1-2, p. 40-58, 2017. <http://dx.doi.org/10.1080/20549547.2018.1398577>.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **Memória, identidade e religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no Paraná**. 2007. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

GUÉRIOS, Paulo Renato. The debate about identity between religious and lay leaders in the first years of Ukrainians immigra. In: HRYMYTCH, Marina et al. **Ukrainians in Brazil: Os Ucrânicos do Brasil**. Kiev: Duliby, 2011. p. 72-89.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. O problema do negro na sociologia brasileira. In: _____. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes Ltda., 1957a. p. 123-165.

_____. Patologia social do "branco" brasileiro. In: _____. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes Ltda., 1957b. p. 171-192.

_____. **A redução sociológica:** introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro: Editorial MEC/ISEB, 1958. 165 p. (Textos Brasileiros de Sociologia, 3).

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. As elites de cor e os estudos de relações raciais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 67-82, dez. 1996. <http://dx.doi.org/10.1590/ts.v8i2.86298>.

_____. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999. 238 p.

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002. 231 p.

_____. Notas sobre raça, cultura e identidade negra na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 29-30, p. 247-269, 2003. <http://dx.doi.org/10.9771/1981-1411afro-asia.v0i29-30.21059>.

_____. Intelectuais negros e formas de integração nacional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 271-284, abr. 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142004000100023>.

_____. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 20, n. 20, p. 265-271, 2011. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v20i20p265-271>.

_____. Cidadania e retóricas negras de inclusão social. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 85, p. 13-40, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64452012000100002>.

_____. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo Social**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 161-182, set. 2016. <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.109752>.

GUIMARÃES, Arthur. **O allemanismo no sul do Brasil:** réplica a uma crítica paranaense. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1907.

GUIMARÃES, Flavio. **Etnia brasileira:** fragmento de um estudo sociológico. Curitiba: Livraria Mundial, 1935.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo:** apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. 312 p. (Corpo e Alma do Brasil, 7).

_____. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 258 p. (Retratos do Brasil, 48).

_____. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 356 p.

IBGE. **Censo Demográfico 1940:** População e Habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1951. (Série Regional, Parte XVIII – Paraná).

IBGE. **Censo Demográfico 1950:** Estado do Paraná – seleção dos principais dados. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1953.

IBGE. **Dividir para reconhecer:** as diversas divisões regionais do Brasil. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19383-retratos-dividir-para-conhecer-as-diversas-divisoes-regionais-do-brasil>>. Acesso em: 22 maio 2019.

IPARDES. **O Paraná reinventado:** política e governo. Curitiba: IPARDES, 1989. 203 p. (Projeto História Política do Paraná).

KANAYAMA, Renato Alberto Nielsen. **Kanayama Advocacia:** 75 anos. Curitiba: Arte & Letra, 2017.

KERECHUK, Natalia. Union for Agricultural Education. In: STRUK, Danylo Husar (Ed.). **Encyclopedia of Ukraine:** volume IV, Ph-Sr. Toronto: University Of Toronto Pressy, 1993. p. 490.

KNAUSS, Paulo. Arte pública e direito à cidade: o encontro da arte com as favelas no Rio de Janeiro contemporâneo. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 17-29, jan./jun. 2009.

KOJIMA, Shigeru. **Um estudo sobre os japoneses e seus descendentes em Curitiba.** 1991. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1991.

KRAVTSIV, Bohdan et al. Prosvita Societies. In: STRUK, Danylo Husar (Ed.). **Encyclopedia of Ukraine:** volume IV, Ph-Sr. Toronto: University Of Toronto Press, 1993. p. 245-252.

KRETZEN, João. **As grandes potências econômicas no estado do Paraná:** o roteiro do café e sua revolução econômica no Paraná. Curitiba: Escritório Sul-brasil Econômico Ltda., 1951. 496 p.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional:** Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2001. 345 p.

_____. **A invenção da brasilidade:** Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: Editora Unesp, 2015. 206 p.

LIMA, Ivan Araújo. **Entre os crisântemos e as araucárias:** a união dos Gakusseis de Curitiba e a construção de uma identidade nipo-brasileira no Paraná (1949-1953). 2015. 126 f. Monografia (Graduação) - Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LINHARES, Temístocles. **Paraná vivo:** um retrato sem retoques. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. 360 p. (Coleção Documentos Brasileiros, 104).

_____. **Paraná vivo:** sua vida, sua gente, sua cultura. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. 270 p.

MAACK, Reinhard. The Germans of south Brazil: a German view. **Quarterly Journal Of Inter-american Relations**, Cambridge, v. 1, n. 3, p. 5-23, 1939.

MACHADO, Daiane Vaiz. **O percurso intelectual de uma personalidade curitibana: David Carneiro**. 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: Editora Unicamp; Fapesp, 1998. 258 p. (Momento).

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. **Da construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense**. Curitiba: Editora UFPR, 2011. 274 p.

MAIO, Marcos Chor. Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 127-162, 1997. <http://dx.doi.org/10.1590/s0011-52581997000100006>.

MALCZEWSKI, Zdzislaw. Slady polskie w Brazylii / Marcas da presença polonesa no Brasil. Varsóvia: Biblioteka Iberyjska, 2008. 320 p.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional do Paraná no território acadêmico, 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico**. 2013. 362 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MARQUES, Leandro. **Por aí e por muito longe: dívidas, migrações e os libertos de 1988**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. 139 p.

MARTINS, Alfredo Romário. **Quantos somos e quem somos: dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941. 214 p.

MARTINS, Oscar Gomes. **Goibang: poema alusivo às origens e à formação do Paraná**. Curitiba: Papelaria Requião, 1953.

MARTINS, Wilson. Casa-grande e Senzala em francês. **Revista Anhembi**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 338-340, abr. 1954.

_____. **Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de acumulação no Paraná**. São Paulo: Anhembi, 1955. 506 p.

_____. Wilson Martins: a história de um Brasil diferente. **Nicolau**, Curitiba, v. 1, n. 3, p. 6-7, jul. 1987. Entrevista concedida a Tato Taborda.

_____. **Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989. 470 p. (Coleção Coroa Vermelha, 16).

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná provincial. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 16, p. 204-226, dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2015v8n16p204>.

_____. Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: Identidade, memória e história pública. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 20, n. 1, p. 218-240, 2016.

MEUCCI, Simone. Octavio Ianni em Curitiba: os dilemas e nexos entre ciência social, ideais de modernidade e identidade regional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, XIII, 2007, Recife. **Anais...** . Recife, 2007. p. 1 - 15.

MONSMA, Karl. **A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914**. São Carlos: Editora Ufscar, 2016. 368 p.

MONTEIRO, Claudia. Ferroviários em greve: relações de dominação e resistência na RVPSC. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 9-24, 2007. <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2236/1719>.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de; SOUZA, Marcilene Garcia de. Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 13, p. 7-16, nov. 1999. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44781999000200001>.

MOTA, Lucio Tadeu. A construção do "vazio demográfico" e a retirada da presença indígena da história social do Paraná. **Pós-história**, Assis, v. 2, n. 1, p. 123-137, jan. 1994.

_____. A presença indígena no vale do Rio Tibagi/PR no início do século XX. **Antíteses**, Londrina, v. 7, n. 13, p. 358-391, jul. 2014. <http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2014v7n13p358>.

_____. A invasão dos territórios do povo Xetá na Serra dos Dourados/PR em meados do século XX. **Diálogos**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 4-25, 2017. <http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v21i3.39857>.

MOYA, Salvador de; FOUQUET, Carlos (Org.). **Subsídios genealógicos I: famílias brasileiras de origem germânica**. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro; Instituto Hans Staden, 1962.

MUELLER, Oscar. **Centro Cívico de Curitiba: um espaço identitário**. 2006. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MUNHOZ, Alcides. **O sr. Sylvio Romero e o allemanismo no sul do Brasil: o Paraná**. Curitiba: Oficina de Artes Gráficas de Adolpho Guimarães, 1907. 43 p.

MÜLLER, Nice Lecocq. Contribuição ao estudo do norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 22, p. 55-97, mar. 1956.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, jun. 2007 [1955]. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20702007000100015>.

OIKAWA, Marcelo. **Porecatu**: a guerrilha que os comunistas esqueceram. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 401 p.

OLIVEIRA, Luiz Claudio Soares de. **Joaquim contra o paranismo**. 2005. 227 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

OLIVEIRA, Márcio de. Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, maio 2007. <http://dx.doi.org/10.4000/nuevomundo.5287>.

_____. Por uma sociologia do Brasil Meridional. In: OLIVEIRA, Márcio de; SZWACO, José Eduardo Leon (Org.). **Ensaio de sociologia e história intelectual do Paraná**. Curitiba: Editora UFPR, 2009. p. 17-30.

_____. A inesperada descoberta de Otávio Ianni sobre preconceito contra descendentes de imigrantes poloneses em Curitiba. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 799-817, dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922015.00030010>.

OLIVEIRA, Nilton Marques; CRESTANI, Leandro Araújo; STRASSBURG, Udo. Ocupação territorial e as transformações econômicas no norte do Paraná. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, Marechal Cândido Rondon, v. 16, n. 30, p. 131-150, 2016.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001. 447 p.

_____. **Na teia do nepotismo**: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Editora Insight, 2012. 271 p.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-nação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 228 p. (Coleção Identidade Brasileira).

OMI, Michael; WINANT, Howard. **Racial formation in the United States**: from the 1960s to the 1990s. Nova York; Londres: Routledge & Kegan Paul, 1986. 201 p. (Critical Social Thought).

ORICCHIO, Luiz Zanin. Morre o crítico literário Wilson Martins. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 1 fev. 2010. Vida, p. 14-14.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 148 p. (Leituras Afins).

PACHECO, Paulo Cesar Braga. **A arquitetura do Grupo do Paraná 1957-1980**. 2010. 486 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

PADIS, Pedro Calil. O Paraná: uma visão de conjunto. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 35-50, mar. 1971. <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-75901971000100004>.

_____. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo; Curitiba: Hucitec; Secretaria da Cultura e Esporte do Governo do Paraná, 1981. 235 p.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889)**. Curitiba: Editora UFPR, 1996. 184 p.

PETRYSHYN, Jaroslav; DZUBAK, Luba. **Peasants in the promised land: Canada and the Ukrainians, 1891-1914**. Toronto: Lorimer, 1985. 265 p.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia: estudo de contacto racial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. 486 p. (Brasiliana, 241).

PINHEIRO MACHADO, Brasil. Instantâneos paranaenses. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 5, p. 8-11, fev. 1930.

_____. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v. 14-15, n. 1-2, p. 177-205, jul./dez. 1987.

_____. **Poemas: seguidos de dois ensaios**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. 103 p. (Coleção Brasil Diferente).

PINTO, Luís Aguiar da Costa. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1952. 355 p. (Brasiliana, 276).

PITÓN, João. Periódicos de língua polonesa no Brasil. In: DRANKA, Francisco (Org.). **Anais da comunidade Brasileiro-Polonesa**. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa Ao Paraná, 1971. p. 80-103.

PORTAL UCRANIANO. **TPUK – Sociedade dos Amigos da Cultura Ucraniana**. s/d. Disponível em: <<http://www.ucraniano.com.br/tpuk.html>>. Acesso em: 28 abril 2019.

PRATSIA. In: STRUK, Danylo Husar (Ed.). **Encyclopedia of Ukraine: volume IV, Ph-Sr**. Toronto: University Of Toronto Press, 1993. p. 180.

PREFEITURA Municipal de Curitiba. **Boletim PMC**, Curitiba, ano 2, n. 12, nov./dez. 1943. 106 p.

PRIORI, Angelo. Legislação e política fundiária no estado do Paraná (1889-1945). **Saeculum: Revista de História**, João Pessoa, v. 26, p. 133-147, jan./jun. 2012. <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/15040/8547>.

PRUTSCH, Ursula. Migrantes na periferia: indígenas, europeus e japoneses no Paraná durante as primeiras décadas do século XX. **História, Ciências, Saúde-manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 218-236, fev. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702014005000005>.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Fernando de Azevedo: o sociólogo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 37, p. 53-69, dez. 1994. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901x.v0i37p53-69>.

REBELO, Vanderlei. **Bento Munhoz da Rocha: o intelectual na correnteza política**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2005. 412 p. (Sesquicentenário).

ROCHA NETO, Bento Munhoz da. **Uma interpretação das Américas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948. 272 p.

_____. **Presença do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960a. 186 p. (Coleção Documentos Brasileiros, 104).

_____. **Perfis**. Curitiba: Edições Er, 1960b. 129 p.

_____. **Ensaio**s. Curitiba: Edições Er; Imprensa da UFPR, 1969. 207 p.

_____. A significação do Paraná. In: ROCHA NETO, Bento Munhoz da. **O Paraná, Ensaio**s. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995. p. 39-48.

ROMANOVSKI, Natalia. **Um grupo abstrato: cultura, geração e ambições modernas na revista Joaquim**. 2014. 239 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. A consagração na escrita da história: um olhar sociológico sobre a revista Joaquim. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 21, n. 40, p. 197-214, jan./jun. 2016.

_____. **O Ponto cego de Wilson Martins**. Curitiba, 2017. 20 p. Inédito, cópia da autora.

ROMERO, Silvio. O alamanismo no sul do Brasil. In: ROMERO, Silvio. **Provocações e debates: contribuição para o estudo do Brasil social**. Porto: Livraria Chardon, 1910. p. 115-169.

ROOSENS, Eugene. **Creating ethnicity: the process of ethnogenesis**. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1989. 168 p. (Frontiers).

SALLES, Jefferson de Oliveira. A relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950: o caso do Grupo Lupion.

In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004. p. 35-138.

SATZEWICH, Vic. **The Ukrainian Diaspora**. Londres; Nova York: Routledge & Kegan Paul, 2002. 271 p.

SCHEIER, Peter. **Paraná, Brasil**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1953. 156 p. (Edição Comemorativa do 1º Centenário do Estado do Paraná).

SCHWARTZMAN, Luisa Farah. The Integration of the White into the Community of Color, or How the Europeans Became Brazilian in the Twentieth Century. **Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, Merced, v. 8, n. 2, p. 33-54, 2018. <https://escholarship.org/uc/item/1071t043>.

SEGAWA, Hugo. **Architecture of Brazil 1900-1990**. Nova York: Springer, 2012. 266 p.

SILVA, Carmen Lucia da. Xetá. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil**. Brasília: ISA, 1999. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xetá>>. Acesso em: 28 maio 2019.

SILVA, Joselina da. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Estudos Afro-asiáticos**, Salvador, v. 25, n. 2, p. 215-235, 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-546x2003000200002>.

SILVA, Nilza Maria da. **O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva: a presença negra pioneira em Londrina**. Londrina: Editora UEL, 2010. 56 p.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006. 276 p.

SINGER, André. Três partidos brasileiros. In: SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeças do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 131-158.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 400 p.

SOUZA, Almir Antonio de. **Armas, pólvora e chumbo: a expansão luso-brasileira e os índios do planalto meridional**. Curitiba: Editora UFPR, 2015. 335 p.

SZWAKO, José Eduardo Leon. O Paraná das etnias: ensaio sobre racismo na produção intelectual de Bento Munhoz da Rocha Netto. In: OLIVEIRA, Márcio de; SZWAKO, José Eduardo Leon (Org.). **Ensaio de sociologia e história intelectual do Paraná**. Curitiba: Editora UFPR, 2009. p. 45-57.

TAKAOKA, Sérgio (Org.). **UGC – A força de um ideal**. Curitiba: Gráfica Mansão, 1999.

TEIXEIRA, Selma Suely. **Teatro em Curitiba na década de 1950: história e significação**. 1992. 247 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1992.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora Unesp, 2016. 137 p.

UM BRASIL Diferente? Documentário. Direção de Sylvio Back. Brasil: Sylvio Back, 1978. (17 min.).

VIRMOND, Eduardo Rocha. **Memórias Paraná: depoimento Eduardo Rocha Virmond**. 2016. Disponível em: <<http://memoriasparana.com.br/2016-eduardo-rocha-virmond/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 10. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010. 335 p.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver: memórias de um repórter**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1988. 282 p.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1999. p. 267-277. v. 1.

_____. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília; São Paulo: Editora da UnB; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 586 p. v. 1.

WEINSTEIN, Barbara. Racializando as diferenças regionais: São Paulo x Brasil, 1932. **Esboços**, Florianópolis, v. 13, n. 16, p. 281-303, 2006.

_____. **The color of modernity: São Paulo and the making of race and nation in Brazil**. Durham, NC; Londres: Duke University Press, 2015. 472 p.

WELCH, Cliff. **The seed was planted: the São Paulo roots of Brazil's rural labour movement, 1924-1964**. Liverpool: Liverpool University Press, 1999. 448 p.

WIMMER, Andreas. **Ethnic boundary making: institutions, power, networks**. Nova York: Oxford University Press, 2013. 302 p. (Oxford Studies in Culture and Politics).

FONTES

I. JORNAIS E REVISTAS

Diário do Paraná, Curitiba, 29 de março de 1955.

Diário do Paraná, Curitiba, 3 de abril de 1955.

Diário do Paraná, Curitiba, 19 de abril de 1955.

Diário do Paraná, Curitiba, 8 de maio de 1955.

Diário do Paraná, Curitiba, 29 de maio de 1955.

Diário do Paraná, Curitiba, 21 de junho de 1955.

Diário do Paraná, Curitiba, 23 de junho de 1955.

Diário do Paraná, Curitiba, 8 de janeiro de 1956.

Diário do Paraná, Curitiba, 15 de janeiro de 1956.

Diário do Paraná, Curitiba, 22 de janeiro de 1956.

Diário do Paraná, Curitiba, 29 de janeiro de 1956.

Diário do Paraná, Curitiba, 16 de novembro de 1956.

Diário do Paraná, Curitiba, 3 de março de 1957.

Diário do Paraná, Curitiba, 23 de dezembro de 1958.

Diário do Paraná, Curitiba, 23 de julho de 1959.

Diário do Paraná, Curitiba, 4 de setembro de 1972.

Diário do Paraná, Curitiba, 31 de agosto de 1972.

Gazeta do Povo, Curitiba, 16 de janeiro de 1949.

Gazeta do Povo, Curitiba, 8 de dezembro de 2012.

O Dia, Curitiba, 1º de maio de 1952.

O Dia, Curitiba, 18 de dezembro de 1953.

O Dia, Curitiba, 15 de junho de 1955.

O Dia, Curitiba, 16 de junho de 1955.

O Dia, Curitiba, 17 de junho de 1955.

O Dia, Curitiba, 21 de junho de 1955.

O Dia, Curitiba, 22 de junho de 1955.

O Dia, Curitiba, 26 de junho de 1955.

O Dia, Curitiba, 3 de julho de 1955.

O Dia, Curitiba, 5 de julho de 1955.

O Dia, Curitiba, 7 de julho de 1955.

O Dia, Curitiba, 28 de abril de 1957.

O Estado do Paraná, Curitiba, 19 de dezembro de 1953.

O Estado do Paraná, Curitiba, 22 de dezembro de 1953.

O Estado do Paraná, Curitiba, 9 de junho de 1955.

O Estado do Paraná, Curitiba, 11 de junho de 1955.

O Estado do Paraná, Curitiba, 12 de junho de 1955.

O Estado do Paraná, Curitiba, 14 de junho de 1955.

O Estado do Paraná, Curitiba, 15 de junho de 1955.

O Estado do Paraná, Curitiba, 16 de junho de 1955.

O Estado do Paraná, Curitiba, 25 de outubro de 1990.

A Tarde, Curitiba, 7 de maio de 1952.

União, Curitiba, 15 de maio de 1948.

União, Curitiba, 27 de março de 1948.

O Semeador (Siewca), Curitiba, 11 de janeiro de 1948.

O Povo (Lud), Curitiba, 25 de fevereiro de 1953.

O Povo (Lud), Curitiba, 18 de março de 1953.

O Povo (Lud), Curitiba, 29 de julho de 1953.

O Povo (Lud), Curitiba, 23 de setembro de 1953.

O Povo (Lud), Curitiba, 23 de dezembro de 1953.

O Povo (Lud), Curitiba, 13 de janeiro de 1954.

O Povo (Lud), Curitiba, 20 de janeiro de 1954.

Gazeta Polska w Brazylii, Curitiba, 1º de janeiro de 1930.

O Lavrador (Хлібороб, Hliborob), Curitiba, 7 de maio de 1953.

O Lavrador (Хлібороб, Hliborob), Curitiba, 11 de setembro de 1953.

O Lavrador (Хлібороб, Hliborob), Curitiba, 15 de novembro de 1953.

O Lavrador (Хлібороб, Hliborob), Curitiba, 1º de janeiro de 1954.

Trabalho (Праця, Prátsia), Prudentópolis, 1º de janeiro de 1954.

Trabalho (Праця, Prátsia), Prudentópolis, 21 de janeiro de 1953.

Folha da Manhã, São Paulo, 8 de maio de 1955.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1955.

The Ukrainian Weekly, Jersey City-NJ, Estados Unidos, 30 de dezembro de 1944.

The Ukrainian Weekly, Jersey City-NJ, Estados Unidos, 9 de janeiro de 1954.

O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 21 de junho de 1952.

O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1956.

O Observador Econômico Financeiro, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 166, novembro de 1949.

O Observador Econômico-Financeiro, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 217, março de 1954.

O Observador Econômico Financeiro, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 218, abril de 1954.

Ilustração Brasileira, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 224, dezembro de 1953.

Brasil Arquitetura Contemporânea, Rio de Janeiro, n. 1, ago./set., 1953.

L'Architecture d'Aujourd'hui, n. 42, 1952.

II. LEIS

- Paraná. Decreto nº 1.084 de 11 de maio de 1951. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 11 de maio de 1951, ano XXXIX, nº 56, p. 1.
- Paraná. Lei nº 674 de 29 de agosto de 1951. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 30 de agosto de 1951, ano XXXIX, nº 145, p. 1.
- Paraná. Decreto nº 3.596 de 29 de novembro de 1951. Arquivo Público do Paraná, fundo Comissão de Comemorações do Centenário do Estado do Paraná, caixa 24/01/22/14.

III. ARQUIVOS

A. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

Fundo Comissão de Comemorações do Centenário do Estado do Paraná

Caixa 23/40/01/03:

- Termo de contrato de locação de serviços entre o estado do Paraná e o engenheiro civil Elato Silva.

Caixa 23/41/08/08:

- Carta de Ivo Arzua Pereira, engenheiro-chefe da Comissão Especial de Obras do Centenário, ao governador Antonio Anibelli, 30 de abril de 1955.

Caixa 24/07/67/01:

- Ofícios de Elato Silva ao governador Bento Munhoz da Rocha Neto, 26 de dezembro de 1952 e 9 de março de 1953.
- Carta de Ivo Arzua Pereira, engenheiro-chefe da Comissão Especial de Obras do Centenário, ao governador Bento Munhoz da Rocha Neto, 13 de agosto de 1954.

Caixa 24/07/68/01:

- Carta de Ivo Arzua Pereira a Bento Munhoz da Rocha Neto, 20 de janeiro de 1955.

Caixa 24/07/68/11:

- Carta de Ivo Arzua Pereira a Bento Munhoz da Rocha Neto, 12 de maio de 1955.

Caixa 24/07/69/46:

- Proposta de Roberto Burle Marx a Elato Silva, chefe da Comissão Especial de Obras do Centenário. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1953.

B. FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA

a) Centro de Criatividade de Curitiba

Fundo Erbo Stenzel

Pasta "A Praça 19 de Dezembro na obra de Erbo Stenzel:

- Carta de Humberto Cozzo a Erbo Stenzel, 29 de maio de 1951.
- Carta de Humberto Cozzo a Erbo Stenzel, 6 de fevereiro de 1953.
- Carta de Humberto Cozzo a Erbo Stenzel, 28 de março de 1953.
- Carta de Humberto Cozzo a Erbo Stenzel, 30 de abril de 1953.
- Carta de Humberto Cozzo a Erbo Stenzel, 26 de outubro de 1953.
- Carta de Humberto Cozzo a Erbo Stenzel, 11 de janeiro de 1954.
- Fotografia da estátua do Homem Nu sem cabeça, com desenho a caneta.

b) Centro de Documentação e Pesquisa Guido Viaro

- Museu de Arte do Paraná, Exposição **Erbo Stenzel, 1911 - 1989: escultura, desenho, gravura. Exposição realizada por ocasião do décimo-quinto aniversário de falecimento do artista**, Curitiba, 6 de julho a 25 de agosto de 1995.

c) Casa da Memória

Fundo Erbo Stenzel

- Modelos em barro em escalas diferentes da estátua do "Homem Nu", obra dos escultores Erbo Stenzel e Humberto Cozzo. Ref.: FO, 6958 (SN, 6967). Fotografia, p/b.
- Instalação na Praça Dezenove de Dezembro da estatua do "Homem Nu", de autoria dos escultores Erbo Stenzel e Humberto Cozzo. Ref.: SN, 6808. Fotografia, p/b.

C. ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

- “Milton de Oliveira Condessa”, perfil anexo à Lei Ordinária nº 7.779 de 20 de novembro de 1991.

D. ARQUIVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

- Comissão de Comemoração do Centenário. “Programa Geral dos Festejos e Comemorações”, 1953 (panfleto).
- Ofícios recebidos – 1954 a 1956.

E. MUSEU PARANAENSE

- Scheier, Peter. **Álbum Fotográfico**: Centenário do Paraná (19/12/1953). Coleção Família Munhoz da Rocha. Disponível em: <<http://www.pergamum.cultura.pr.gov.br/pergamum-seec/vinculos/00008e/00008efa.pdf>> Acesso em: 29 maio 2019.

F. ARQUIVO DA UNIÃO DOS GAKUSSEIS DE CURITIBA

- Carta de Newton Carneiro a Yasushi Yamasaki, Zinta Hagihara e Toshio Kohatsu, 11 de outubro de 1952.
- Carta de Kozo Kassai a Newton Carneiro, 12 de abril de 1952.
- Carta de Kohatsu Toshio e Roberto Sato aos diretores dos jornais Diário Nippak, O Pacificador, Jornal Paulista, Brasil Chu-gai, Shimbun, São Paulo Shimbun, Notícias do Brasil Nambei Ji-Ji e Paraná Shimbun, 18 de novembro de 1952.
- Tradução do discurso proferido pelo sr. Riiti Tatewaki, presidente da Comissão do Centenário da Etnia Japonesa, em resposta à oração do dr. Newton Carneiro, no jantar do dia 2 de dezembro de 1952.
- Yoshiyazu, Sonoko. Estudo sobre os membros da União dos Gakusseis de Curitiba, 1956.
- Relatório de uma parte da ata da 29ª sessão da Diretoria da UGC referente à nomeação da Comissão do Centenário na UGC.
- União dos “Gakusseis” de Curitiba – Relatórios e atas das reuniões e atividades para o movimento dos Festejos do Primeiro Centenário do Estado do Paraná.
- Documento sem título atribuído pelo autor a Kiyossi Kanayama, destinado a leitura na reunião geral da colônia japonesa realizada em Londrina em 23 de novembro de 1952.
- “Cumprimentos”

G. ARQUIVO E BIBLIOTECA DA CASA CENTRAL DOS PADRES VICENTINOS, CURITIBA

- *Kalendarz “Ludu” 1950*, Curitiba, 1950.
- *Kalendarz “Ludu” 1954*, Curitiba, 1954.
- Livro de Atas da Comissão Central dos Poloneses.

Acervo de Edvino Tempiski

Pasta I – Centenário de Emancipação Política do Paraná

- Carta de Ostoja Roguski a Edwino Tempski, Rio de Janeiro, 18 de abril de 1953.
- Carta de Edwino Tempski a Newton Carneiro, Curitiba, s/d.
- Carta do Ministro dos Assuntos Exteriores a Edwino Tempski, Londres, 9 de dezembro de 1953.
- Carta do Bispo Ignacy Krause a Edwino Tempski, 4 de maio de 1954.
- Carta da Comissão de Senhoras do Comitê Central da Etnia Polonesa Pró-Festejos do 1º Centenário do Paraná a Edwino Tempski. Curitiba, 3 de julho de 1967.
- Carta de Slavonier Felix Werpachowski ao padre João Palka, presidente do Comitê pró-Festejos do 1º Centenário do Paraná e Centenário do 1º Imigrante Polonês no Brasil, Joaçaba, 26 de abril de 1953, tradução de Luiz Henrique Budant.
- Carta de Anton Gauk a Edwino Tempski, 1º de novembro de 1952.
- Programa Geral dos Festejos do Centenário do Paraná – Contribuição da Etnia Polonesa.
- O grupo étnico germânico e o centenário do Paraná, Emancipação Política do Paraná – Festividades (panfleto da Comissão Brasileira Representativa do Grupo Étnico Germânico).
- Exposição Especial de Livros e Obras de Arte.
- Convite do Comitê Ucrâino-Brasileiro pró-Festejos do Centenário do Paraná ao deputado Edwino Tempski.

H. ACERVO DA FAMÍLIA VOLOSCHEN

- Carta do Comitê Ucrâino-Brasileiro pró-Festejos do Centenário do Paraná ao engenheiro Serafim Voloschen, Curitiba, 6 de fevereiro de 1953.

I. ARQUIVO DA SOCIEDADE OPERÁRIA BENEFICENTE 13 DE MAIO, CURITIBA

Livro de Ata – Soc. Op. Benf. 13 de Maio (aberto em 8 de setembro de 1940).

- Ata da reunião da Assembléia Geral Ordinária, realizada em 12 de abril de 1953.
- Ata da reunião do Conselho Pleno, realizada em 9 de maio de 1954.

J. ACERVO DA METROPOLIA CATÓLICA UCRANIANA SÃO JOÃO BATISTA, CURITIBA

- Carta de José Dilay ao padre Nicolau Ivaniw, 15 de novembro de 1952.

K. ARQUIVO DO MUSEU UCRANIANO DE CURITIBA, SOCIEDADE UCRANIANA DO BRASIL (SUBRAS)

- Boletim Informativo da Sociedade dos Amigos da Cultura Ucraniana, Curitiba, s/d.

L. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC), FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV)

- Documentos sobre a visita de Getúlio Vargas ao Paraná por ocasião do Centenário do Estado. Programa da visita presidencial a Curitiba. Dezembro de 1953, série C – Correspondência. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/arquivo-pessoal/GV/textual/documentos-sobre-a-visita-de-getulio-vargas-ao-parana-por-ocasio-do-centenario-do-estado-contem-programa-da-visita-presidencial-a-curitiba-e-disc>>. Acesso em 27 de abril de 2019.

IV. ÁLBUNS

- **Ilustração Brasileira** – Edição comemorativa do centenário do Paraná. Rio de Janeiro: S. A. “O Malho”, dez 1953, n. 224.
- Comissão de Comemorações do Centenário do Paraná. **International Coffee Exhibition – Exposição Internacional do Café**. Curitiba: Impressora Paranaense, s/d.
- **A Divulgação** – Álbum do Natal do Centenário do Paraná. Curitiba: Velox Propagadora, 1953.

V. OUTRAS FONTES

- Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná. Curitiba, Paraná, 1951.
- Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da 2ª sessão ordinária da segunda legislatura pelo senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, governador do Paraná. Curitiba, Paraná, 1952.